Universidade de São Paulo – USP
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA
Departamento de Contabilidade e Atuária – EAC
Programa de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria – PGCC

MAURICIO TAUFIC GUAIANA

**O processo de institucionalização do XBRL no Brasil: um estudo
utilizando o modelo *organizing vision* (ov)**

São Paulo
2013

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Junior
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof^a. Dr. Silvia Pereira de Castro Casa Nova
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

MAURICIO TAUFIC GUAIANA

O processo de institucionalização do XBRL no Brasil: um estudo utilizando o modelo *organizing vision* (ov)

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Edson Luiz Riccio.

Versão Corrigida

(versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Guaiana, Mauricio Taufic

O processo de institucionalização do XBRL no Brasil : um estudo utilizando o modelo organizing vision (ov) / Mauricio Taufic Guaiana. – São Paulo, 2013.
265 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2013.
Orientador: Edson Luiz Riccio.

1. Sistemas de informação 2. Informações contábeis 3. Inovações tecnológicas 4. XBRL I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 658.4038011

Nome: Guaiana, M. T.

Título: O processo de institucionalização do XBRL no Brasil: um estudo utilizando o modelo *organizing vision (ov)*

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À minha família, amigos e Tatiana.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Edson Luiz Riccio, não só pelo imenso conhecimento sobre o tema, mas também pelos apontamentos e paciência na condução da pesquisa.

Aos examinadores, que também participaram ativamente da pesquisa como entrevistados, professores Paulo Caetano da Silva e Nelson Carvalho.

Aos entrevistados, que sem eles não existiria esta pesquisa, por cederam minutos preciosos para depositar seus valiosos conhecimentos e experiências sobre o tema pesquisado.

Aos professores e colegas da pós-graduação, em especial ao Beto, Gustavo, Samir e Paulo. Meu profundo agradecimento especial para Janílson que colaborou com a revisão e apontamentos de melhoria para o trabalho.

Aos amigos, principalmente João e Daniel, da Creta Planejamento pela oportunidade e possibilidade de me ausentar de compromissos profissionais a fim de concluir este estudo.

RESUMO

Guaiana, M. T. (2013) O processo de institucionalização do XBRL no Brasil: um estudo utilizando o modelo *organizing vision (ov)*. Mestrado. FEA. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Em meados de 1998, Charles Hoffman, contador americano, conseguiu desenvolver um novo conceito para a transmissão e gestão da informação financeira em meio digital. Posteriormente denominada de XBRL, sua essência era simples: tentar criar uma forma de comunicação que fosse inteligível e comum tanto para os homens quanto para o computador, sem que para isso fosse necessário imobilizar os conceitos e terminologias financeiras. Sua inovação ganhou respaldo e interesse de diversas instituições responsáveis pela regulação e fiscalização do mercado de capitais norteamericano, assim como de empresas públicas e privadas, que em conjunto, iniciaram medidas a fim de incentivar seu desenvolvimento e sua apreciação prática. No Brasil, seus reflexos ocorreram a partir de 2001, por meio de estudos pioneiros realizados pelo Prof. Edson Luiz Riccio e o TECSI (Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação) do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, bem como com a publicação de livros e artigos que explicavam ao público o funcionamento e como a inovação se mobilizava entre outros países. Em 2011, o interesse nacional em efetivar sua implantação e adoção ganhou força pela cooperação de diversos agentes interessados, de diversas instituições e com interesses distintos, por meio da criação da taxonomia local. Apesar dos benefícios prometidos, diversos países tiveram dificuldades na aplicação da tecnologia no ambiente interorganizacional, em contraposição com outros tantos que serviram como *cases* de sucesso para a implementação da XBRL. Grande parte da literatura acredita que, inicialmente, a adoção de uma tecnologia é baseada em escolhas racionais e, posteriormente, sua difusão entre as organizações é explicada pelo processo institucional. Neste trabalho, optou-se pela teoria institucional revisada do modelo conceitual de Swanson e Ramiller (1997), denominado visão organizacional. Por meio dessa perspectiva, o processo institucional é exercido já no período anterior à adoção e difusão de uma tecnologia de sistemas de informações pela criação da visão das diversas organizações institucionais que formam o ambiente. A finalidade do modelo da visão organizacional é entender o processo de interpretação, legitimação e mobilização de recursos para a tecnologia estudada. Ao considerar o XBRL um componente da tecnologia de sistemas de informações, este trabalho apresenta os seguintes problemas de pesquisa: como os arranjos e forças institucionais formam a visão organizacional do XBRL no Brasil? Qual a situação dessa visão organizacional? Por meio de pesquisa qualitativa, foram realizadas, entre dezembro de 2012 a maio de 2013, 9 entrevistas semi-estruturadas com agentes institucionais, de diferentes tipos de organizações, que possuísem conhecimentos sobre o XBRL. Para análise das entrevistas, optou-se pela categorização semântica seguindo as classes predefinidas no modelo conceitual da visão organizacional. Conclui-se que as organizações com interesse na tecnologia trabalham em estado de cooperação para sua promoção. Avanços foram realizados para a adoção e difusão do XBRL, principalmente na área pública. Entretanto, a visão organizacional precisa demonstrar maior plausibilidade e importância para atrair novos participantes na formação de seu discurso, pois a interpretação, legitimação e mobilização ocorrem em ritmos distintos entre as organizações institucionais.

Palavras-chave: Sistemas de informação. Informações contábeis. Inovações tecnológicas. XBRL.

ABSTRACT

Guaiana, M. T. (2013) *The process of institutionalizing XBRL in Brazil: a study using the organizing vision (ov) model*. Mestrado. FEA. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Around 1998, Charles Hoffman, an American accountant, developed a new concept for the transmission and management of the financial information in digital media. Named XBRL afterwards, its essence was simple: try to create an intelligible and ordinary way of communication both for men and the computer, without the need of hard concepts and financial terminology. This innovation called the attention of many institutions responsible for the regulation and supervision of the American capital market, as well as of public and private companies. Together, they started measures so as to encourage its development and practical appreciation. In Brazil, its repercussions started in 2001, through pioneer studies developed by Prof Edson Luiz Riccio and TECSI (Information Systems and Technology Management Lab) at the Accounting Department of the School of Business, Economics and Accounting – FEA/USP, as well as edition of books and articles that explained the society how it worked and how such an innovation was happening among other countries. In 2001, the national interest to actualize its implementation and adoption enhanced by means of the cooperation between many agents from diverse institutions and with different interests, through the creation of the local taxonomy. Although the promised benefits, many countries had difficulties when applying this technology in the interorganizational environment, if compared with so many others that were success cases for the implementation of XBRL. Great part of literature believes that, initially, the adoption of a technology is based on rational choices and, afterwards, its spread among organizations can be explained by the institutional process. In this research, we chose the revised institutional theory from Swanson & Ramiller (1997) conceptual model, called organizing vision. Through this perspective, the institutional process can be exerted in the period before the adoption and spread of an information systems technology, by creating the vision of the so many institutional organizations taking part in the environment. The aim of the organizing vision is to understand the resources interpretation process, legitimation and mobilization for the studied technology. As we consider XBRL a component of information systems technology, in this research, we present the following problems: how can the institutional strengths and arrangements form the XBRL organizing vision in Brazil? What is the situation of this organizing vision? Through qualitative research, between December 2012 and May 2013, 9 semi-structured interviews were made with institutional agents from different types of organizations, with knowledge of XBRL. To analyse the interviews, we chose the semantic categorization, following the predefined classes of the organizing vision conceptual model. It can be concluded that the organizations interested in technology work in cooperation for its promotion. Progress was made for the adoption and spread of XBRL, mainly in the public area. However, the organizing vision needs to demonstrate more importance and plausibility to attract new participants when forming its discourse, because the interpretation, legitimation and mobilization occur differently among institutional organizations.

Keywords: Information Systems. Accounting informations. Technological innovations. XBRL.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Linguagem HTML.....	36
FIGURA 2 -	Linguagem XML.....	36
FIGURA 3 -	Exemplo de <i>instance document</i>	42
FIGURA 4 -	Link Estendido.....	45
FIGURA 5 -	Interação entre os elementos de funcionamento do XBRL.....	45
FIGURA 6 -	XBRL: um padrão com diversas aplicações.....	48
FIGURA 7 -	Curva "S" de difusão.....	61
FIGURA 8 -	Produção institucional da <i>Organizing Vision</i>	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Características qualitativas das demonstrações contábeis.....	26
QUADRO 2 -	Usuários das demonstrações contábeis e seus interesses.....	27
QUADRO 3 -	Linguagens Financeiras em XML.....	38
QUADRO 4 -	Definição do XBRL.....	41
QUADRO 5 -	Partes principais de um <i>instance document</i>	42
QUADRO 6 -	Níveis de Adoção.....	55
QUADRO 7 -	Subprojetos do SPED.....	56
QUADRO 8 -	Interpretação do XBRL.....	95
QUADRO 9 -	Por que adotar o XBRL.....	98
QUADRO 10 -	Empresas de auditoria e jurisdições internacionais.....	112
QUADRO 11 -	Benefícios aos analistas e consumidores das demonstrações contábeis.....	116

LISTA DE SIGLAS

ACCA	<i>Association of Chartered Certified Accountants</i>
ADRS	<i>American Depositary Receipts</i>
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
ASCII	<i>American Standard Code for Information Interchange</i>
BOJ	<i>Bank of Japan</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CML	<i>Chemical Markup Language</i>
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTECSI	Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação
CPA	<i>Certified Public Accountant</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CT-E	Conhecimento de Transporte Eletrônico
DTS	<i>Discoverable Taxonomy Set</i>
EDC	Escrituração Contábil Digital
EDGAR	<i>Electronic Data Gathering, Analysis and Retrieval</i>
EMR	<i>Electronic Medical Record</i>
ERP	<i>Enterprise Resource Plannings (</i>
EUR	Euro
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
HR-XML	<i>Automation of Human Resources-Related Data Exchanges</i>
HTML	<i>Hyper Text Markup Language</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
ICAEW	<i>Institute of Chartered Accountants in England and Wales</i>
ISA	<i>Israel Security Authority</i>
NEWSML	<i>News Markup Language for Global News Exchange</i>
NF-E	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-E	Nota de Serviços Eletrônica
NYSE	Bolsa de Nova Iorque
PwC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFAC	<i>Statement of Financial Accounting Concepts</i>
SGML	<i>Standard Generalized Markup Language</i>
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STP	<i>Straight-through-Processing</i>
WWW	<i>World Wide Web</i>
XBRL	<i>eXtensible Business Reporting Language</i>
XFRML	<i>Extensible Financial Reporting Markup Language</i>
XML	<i>eXtensible Markup Language</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Contextualização.....	15
1.2	Problema de pesquisa.....	19
1.3	Objetivos.....	22
1.4	Justificativa e contribuições esperadas.....	23
1.5	Estrutura do trabalho.....	24
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1	As demonstrações contábeis e a internet.....	25
2.1.1	Objetivos e usuários das demonstrações contábeis.....	25
2.1.2	A relação das demonstrações contábeis e a internet.....	28
2.1.3	Problemas e a necessidade de padronização.....	31
2.2	Linguagens de marcação.....	34
2.2.1	A linguagem XML.....	35
2.3	A linguagem XBRL.....	38
2.3.1	Conceito.....	38
2.3.1.1	<i>Instance Document</i>	41
2.3.1.2	Taxonomia.....	43
2.3.1.3	Suporte tecnológico.....	46
2.3.2	Vantagens e desvantagens da utilização do XBRL.....	47
2.3.3	Histórico.....	50
2.3.4	XBRL <i>International</i> (XII).....	53
2.3.5	Formas e níveis de adoção.....	54
2.3.6	O XBRL no Brasil.....	56
2.3.6.1	O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	56
2.3.6.2	Breve história no Brasil.....	57
2.3.6.3	A taxonomia brasileira.....	59
2.4	Teorias institucionais e o processo de adoção e difusão de inovações tecnológicas.....	59
2.4.1	Inovação.....	60
2.4.2	Adoção e difusão.....	61
2.4.3	Institucionalização.....	64
2.4.4	Visão Organizacional.....	66
2.4.4.1	Interpretação.....	67
2.4.4.2	Legitimação.....	68
2.4.4.3	Mobilização.....	69
2.4.4.4	Funcionamento do Modelo.....	70
2.4.4.5	O comportamento dinâmico da visão organizacional.....	73
2.4.4.6	Visão Organizacional: revisão bibliográfica.....	74
3	METODOLOGIA.....	79
3.1	Caracterização da pesquisa.....	79
3.2	Mapeamento interorganizacional.....	80
3.3	Técnica de coleta de dados.....	81
3.3.1	Seleção dos entrevistados e coleta de dados.....	81
3.3.2	Quantidade e descrição dos entrevistados.....	82
3.4	Pré-teste e roteiro das entrevistas.....	83
3.4.1	Bloco I – identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL....	84

3.4.2	Bloco II – a identidade do XBRL.....	84
3.4.3	Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil.....	84
3.5	Análise dos dados.....	85
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	87
4.1	Estrutura e discurso da comunidade e a subcultura profissional.....	87
4.1.1	Descrição.....	87
4.1.2	A comunidade com interesse no desenvolvimento do XBRL.....	88
4.1.3	A cooperação na formação do discurso.....	89
4.1.4	Contato com o XBRL e relação atual.....	91
4.1.5	Referências sobre XBRL no Brasil.....	91
4.1.5.1	Área Pública: a STN.....	92
4.1.5.2	A experiência estrangeira.....	95
4.1.5.3	Professor Doutor Edson Luiz Riccio / FEA-USP.....	96
4.1.6	As definições do XBRL.....	97
4.1.7	Subcultura profissional: Sistemas de Informações x Negócios.....	99
4.2	Problemática.....	100
4.2.1	Descrição.....	100
4.2.2	Respostas do XBRL.....	101
4.3	Adaptação à Tecnologia principal e oportunidades comerciais.....	102
4.3.1	Descrição.....	102
4.3.2	O caso SPED e a linguagem XML.....	103
4.3.3	Riscos e desvantagens associados ao XBRL.....	104
4.3.4	O mercado brasileiro do XBRL: escassez e oportunidades.....	106
4.4	Adoção e difusão.....	108
4.4.1	Descrição.....	108
4.4.2	O papel das instituições na adoção e difusão do XBRL.....	109
4.4.2.1	Agências governamentais, órgãos reguladores e bolsas de valores.....	109
4.4.2.2	Conselhos Profissionais.....	112
4.4.3	Empresas de auditoria.....	114
4.4.4	Instituições de Ensino Superior – IES.....	115
4.4.5	Preparadores das demonstrações contábeis.....	117
4.4.6	Analistas e consumidores das demonstrações contábeis.....	119
4.4.7	Desenvolvedores de tecnologia.....	121
4.4.8	Consórcio Internacional e jurisdição brasileira.....	123
4.4.9	Tecnologias concorrentes.....	126
4.4.10	IFRS.....	127
4.4.11	Perspectivas para a adoção e difusão do XBRL.....	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
	APÊNDICES.....	154

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A rapidez com que o ambiente interorganizacional se reinventa pela concepção, adoção e difusão de novas tecnologias tem impactos significativos na forma como as organizações se comunicam e como interagem entre si.

As tecnologias são ferramentas que adquirem seu significado a partir do momento em que conseguem, de forma controlada, atender a um determinado propósito humano, alterando partes que formam o seu ambiente, por meio do acúmulo de conhecimento (Tornatzky & Fleischer, 1990).

Se antigamente fatores geográficos eram barreiras para a exploração de novos mercados, pelo acúmulo de conhecimento, por meio de cadeias logísticas flexíveis, sistemas de gerenciamento e controle adequados, economias de escala alcançadas pelo modo de produção vigente e sua respectiva fonte de financiamento, há a possibilidade de que organizações em continentes longínquos tenham relações mais expressas.

Não foram apenas os clientes que mudaram ou aumentaram nessa “evolução tecnológica”. Houve alteração no perfil dos *stakeholders*, como por exemplo, investidores, fornecedores, credores, colaboradores, órgãos reguladores, governo e comunidade. Consequentemente, também na forma e no conteúdo das informações que os atendem.

Nesse cenário, surge um problema em potencial proveniente dos diversos *stakeholders*, como agentes institucionais, interligados pelo interesse nas informações emanadas pelas organizações para a tomada de decisão. Algumas partes podem ter mais e melhores informações do que outras, utilizando-as para agir em prol de seus interesses. Esse fenômeno pode ser denominado de assimetria informacional (Williamson, 1985).

Um dos instrumentos para regular a assimetria informacional é a contabilidade. Conforme Martins e Lopes (2005), “o mundo real opera com grandes diferenças informacionais entre os agentes. Essas diferenças, inclusive, estão no cerne do surgimento da contabilidade” (p.30). Pressupõe-se que os produtos da contabilidade, ou seja, seus relatórios e demonstrativos, sejam capazes de aumentar o poder de verificação ou predição por parte desses agentes envolvidos com organização de interesse.

Em meados da década de 1980, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), em seu pronunciamento *Statement of Financial Accounting Concepts nº 4*, já lançava conhecimento sobre a alteração dos agentes envolvidos no processo informacional da organização por meio das mudanças ocorridas nos tipos de usuários e nas formas de informações desejadas. Todavia, sua finalidade manteve-se preservada: o auxílio no processo de tomada de decisões econômicas (FASB, 1980).

Críticas surgem quanto ao atendimento desse propósito por parte da contabilidade no contexto altamente diferenciado se comparado àquele de sua origem didática, considerando o sistema de partidas dobradas, no período Renascentista.

Segundo Tostes e Vasarhelyi (2005), o método contábil busca mensurar a organização inserida em um contexto altamente tecnológico e dinâmico, inclusive pelo auxílio das tecnologias virtuais, porém, não se utiliza dessas mesmas tecnologias para sua tarefa, acarretando avaliações distantes daquelas apregoadas como ideais.

Na década de 1960, essa ideia de atraso da contabilidade na utilização de novas tecnologias foi apontada por Hendriksen e Van Breda (2010), ao relatarem que:

...porém, o mundo sofreu uma revolução informacional que deveria ter afetado a contabilidade de maneira dramática. Entretanto, tal como aconteceu na Revolução Industrial, tem havido uma defasagem entre invenções e as aplicações... A contabilidade ainda está para tirar proveito das novas invenções que prometem revolucionar a divulgação financeira como hoje a conhecemos. (p.49).

Os autores ainda vislumbram que haveria uma substituição dos razonetes por uma base de dados em que o dado financeiro não seria a parte essencial, e as empresas não precisariam mais escolher um método específico para a mensuração de um evento econômico, mas ofereceriam diversos métodos, deixando a critério de seus usuários a escolha para a devida análise.

Esse descolamento entre contabilidade e a realidade tecnológica que busca mensurar, reconhecer e evidenciar pode comprometer as decisões dos *stakeholders* que se munem de suas informações.

Conforme Iudícibus (2010), a relação informação contábil e o processo decisório podem ser problemáticos, uma vez que “nem sempre é possível ou desejável obter toda a informação relevante para cada tipo de usuário, em virtude de problemas de mensuração da Contabilidade e das próprias restrições do usuário, bem como por problemas de custos” (p. 6). Em suma, Alves (2005a) relata que:

O mundo de negócios complexo do século XXI necessita de canais de comunicação mais dinâmicos e interativos que distribuam dados financeiros em formato digital, com as empresas estando, desse modo, determinadas a alterar suas políticas informativas, incorporando novas tecnologias aos seus processos de comunicação com a sociedade. (p.3).

Como exemplo, parece não haver dúvidas, como alguns anos atrás, sobre a incorporação da internet à forma de comunicação organizacional. Com o advento dessa tecnologia, as empresas foram providas de um novo meio de comunicação, e conseqüentemente, uma nova possibilidade em transmitir, divulgar e armazenar seus insumos e produtos contábeis.

Todavia, mesmo usufruindo da internet, que de fato barateou o acesso e aumentou a rapidez a determinadas informações, parte da validade da contabilidade ainda é colocada em cheque nesse contexto. Muitos usuários de informações contábeis não se satisfazem plenamente com os demonstrativos anuais ou trimestrais impressos e disponibilizados nos sites corporativos.

Como resultado, recorre-se a terceiras partes, tais como base de dados específicos e padronizados, agências especializadas em informações financeiras, ou a *sites* de busca, à procura de informações mais tempestivas que podem não ser necessariamente contábeis ou financeiras, em busca de refinamento para maior conhecimento do fato ou evento de interesse (Tostes & Vasarhelyi, 2005).

Conforme o meio digital tornou-se frequente e rotineiro na comunicação organizacional, outros problemas foram surgindo. A falta de padronização dos relatórios

financeiros, a sobrecarga de informação disponível ao usuário e a segurança de seu conteúdo podem ser citados como alguns deles.

Nesse sentido, muitos órgãos reguladores e comitês responsáveis por normas contábeis ou conduta organizacional e as próprias empresas voltaram suas atenções para a mitigação de parte dos problemas citados anteriormente.

A linguagem *Extensible Business Reporting Language* (XBRL) veio ao encontro desse desafio no final dos anos 1990, quando a internet dava indícios de que se tornaria o principal meio de divulgação financeira. Comumente referenciado no gênero masculino, o XBRL permite enriquecer e padronizar os atributos de cada elemento contido nas divulgações financeiras, pelo uso de etiquetas que rotulam, descrevem e contextualizam as informações a serem disponibilizadas, com a vantagem de flexibilidade ao propósito a ser atendido.

Essa possibilidade é alcançada, pois o XBRL é suportado pela sua linguagem mãe, a XML. Essa linguagem, com suas extensibilidades, torna viável a troca de informação em meio digital de tal forma que seja inteligível tanto para o computador quanto para o ser humano. Sua leitura é possível para diferentes sistemas computacionais, como *Enterprise Resource Plannings* (ERP's), editores de planilhas, editores de texto, etc.

A comunidade especializada e interessada na utilização do XBRL argumenta sobre a possibilidade que essa linguagem deve reaproximar a contabilidade ao seu contexto dinâmico e tecnológico, por meio de uma informação mais customizada, flexível, padronizada e tempestiva. Entretanto, a utilização do XBRL não é simples. Segundo Troshani e Lymer (2010), ela é altamente complexa e sua adoção plena se vincula a uma relação complicada nas interações via *web*.

Para Locke e Lowe (2007), o XBRL abrang e questões que não sejam relacionadas exclusivamente aos seus aspectos técnicos, mas também aos de origem regulatória, estruturação do padrão utilizado e outros interesses concorrentes.

1.2 Problema de pesquisa

Em alguns países, principalmente naqueles com um histórico de mercado acionário desenvolvido, como EUA e Inglaterra, o avanço realizado com trabalhos acadêmicos e profissionais sobre o XBRL é uma realidade fortalecida há anos. Pode-se citar, também, a importância dada pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) ao XBRL, pela adoção obrigatória para empresas listadas em bolsa e pela criação de jurisdição mantenedora de trabalhos sobre o tema, respectivamente.

Entretanto, mesmo em alguns desses países, a adoção e difusão do XBRL não foram amplamente aceitas pela comunidade potencialmente interessada em seus benefícios, conforme algumas experiências mencionadas a seguir.

Nos EUA, em 2005, a SEC lançou o programa de adoção voluntária do XBRL, com investimentos aproximados de 54 milhões de dólares, e apenas 137 companhias haviam se juntado à iniciativa (Bonsón, Cortijo, & Escobar, 2009).

O ceticismo ao XBRL nos EUA pode ser evidenciado na carta enviada pela *Ernst&Young* à SEC, com os comentários sobre o programa voluntário de adoção da linguagem: “embora os documentos em XBRL reflitam a mesma informação apresentada na parcela correspondente da versão oficial ao arquivo que se referem, investidores e outros devem continuar a depender do arquivo em versão oficial ao invés dos documentos em XBRL¹” (Ernst & Young, 2004, p.5).

Em estudo publicado pela *Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA) em 2009, na visão de contadores, auditores, profissionais ligados a tributos e usuários da informação contábil do Reino Unido, o tempo e empenho necessários para aprender o funcionamento do XBRL, a ausência de necessidade de adoção e a implementação de novos procedimentos de comunicação são obstáculos para sua adoção (ACCA, 2009).

¹ *Although the XBRL-Related Documents reflect the same information appearing in the corresponding portion of the official version of the filing to which they relate, investors and others should continue to rely on the official version of the filing rather than the XBRL-Related Documents.*

Na Nova Zelândia, sob o auspício de agências governamentais, bolsa de valores e órgãos da classe contábil, estabeleceu-se em 2002 um grupo de estudo exclusivo ao desenvolvimento e propagação do XBRL no país. Após diversas tentativas em difundir a tecnologia, em 2006, o grupo foi extinto e as tentativas de implementar a tecnologia ficaram com seu escopo de atuação reduzido (Cordery, Fowler, & Mustafa, 2011).

De acordo com Troshani e Doolin (2005), a adoção e difusão do XBRL na Austrália foram inicialmente feitas de forma dificultosa, e os integrantes da comunidade de interesse no XBRL não possuíam proeminência sobre seus conceitos.

Em Israel, Markelevich, Shaw e Weihs (2010), após investigação comparativa entre os mesmos relatórios de exercícios findos em 2008 disponibilizados em formato PDF e em XBRL das companhias listadas na *Tel Aviv Stock Exchange*, indicaram uma grande quantidade de erros e inconsistência entre eles. Para os autores, esse fato pode estar relacionado ao prazo não adequado para as companhias adotarem o XBRL de forma obrigatória e ao excesso de responsabilidades centralizadas no órgão regulador *Israel Securities Authority* (ISA).

Felden (2011), estudando a adoção do XBRL na Alemanha, conclui que os benefícios difundidos sobre o XBRL nos meios de comunicação específicos não foram suficientes ou não foram entendidos corretamente. Além disso, grandes firmas de *softwares* não possuíam motivação para oferecer aos seus clientes uma ferramenta apropriada para sua implementação.

Em contraponto aos casos em que a implementação do XBRL se sucedeu de forma dificultosa, em termos institucionais e/ou técnicos, pode-se citar como caso de sucesso o programa de adoção voluntária empregado pelo banco central japonês, *Bank of Japan* (BOJ). Colocado em prática no início de 2006, seu escopo era promover a comunicação entre o banco com aproximadamente 500 instituições financeiras privadas. O programa contou com iniciativas que mitigassem o insucesso de sua efetivação: (1) disponibilização gratuita da taxonomia e respectivo *software*, de fácil utilização, para operacionalização do XBRL no próprio site do banco central; (2) possibilidade de conversão para XBRL do formato amplamente utilizado pelas instituições financeiras (Excel); e (3) ferramentas e práticas que

evitassem e conferissem possíveis erros na conversão dos arquivos para o formato do XBRL (XBRL Japan Inc., 2012).

No Brasil, por meio de uma pesquisa com as empresas listadas no mercado bursátil, verificou-se que 7,6% dos respondentes tinham algum tipo de conhecimento sobre o XBRL, 2,3% das empresas possuíam profissional responsável pelo XBRL e que aproximadamente 98% das empresas não tinham prazo definido para sua implementação (Moreira, 2005).

Trabalhos realizados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nos últimos anos para a criação de uma taxonomia em XBRL, assim como o interesse demonstrado na adoção da tecnologia por algumas instituições públicas (por exemplo, a Secretaria do Tesouro Nacional [STN]), podem pressupor que a tentativa de sua adoção no país será iminente.

Por tanto, como demonstrado anteriormente, apesar de publicidade em nível mundial sobre os benefícios e vantagens da utilização do XBRL no fluxo da cadeia informacional contábil e financeira, sua adoção, difusão e desenvolvimento podem sofrer resistência ou falta de atenção por parte das comunidades locais.

As perspectivas provenientes da teoria da economia neoclássica e da teoria organizacional podem ser inadequadas para explicar o movimento das mudanças no processo de inovação em âmbito da tecnologia da informação, abrangendo como exemplo o XBRL. Em compensação, sua explicação por meio da teoria institucional revisada pode ser enriquecida, ao captar outras forças que interferem no sucesso de adoção e difusão dessas inovações (King et al., 1994).

Segundo Swanson e Ramiller (1997), para enfrentar o desafio de adoção de uma nova tecnologia, as organizações devem criar expectativas em relação ao futuro que sejam capazes de reduzir a percepção de incertezas associadas a esse processo. Essas incertezas surgem porque a tecnologia emergente não é prontamente compreendida pela comunidade interessada em sua utilização, visto que é inserida no meio interorganizacional em estágios imaturos, tornando dificultosa a análise de seus benefícios e a previsão de sua evolução no longo prazo. Caso existam efeitos recíprocos entre a inovação tecnológica e o seu ambiente, o processo institucional exerce um papel fundamental para reduzir essas incertezas, possibilitando aos agentes buscar informações para suas escolhas.

Nesse ambiente, onde a tecnologia ainda não foi implementada e institucionalizada, a fonte de informações para a redução de incertezas é o discurso sobre a inovação. Tal discurso é fruto do interesse das diferentes organizações e suas interações no ambiente interorganizacional. Como produto desse discurso, o que existe de fato nesse estágio de adoção e difusão da tecnologia é uma imagem sobre ela, denominada visão organizacional.

Ao se admitir que (1) forças institucionais complexas podem ser responsáveis por determinar o desenvolvimento, a influência e o declínio de uma inovação em tecnologia da informação (Currie, 2004); (2) entre essas forças, o discurso da comunidade relacionada à tecnologia em questão serve como um mecanismo de desenvolvimento para essa (Swanson & Ramiller, 1997); e (3) afirmações, expectativas e conhecimento dos membros de um determinado grupo social podem ser utilizados para saber como uma determinada tecnologia é entendida em seu meio (Orlikowski & Gash, 1993), este trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: **como os arranjos e as forças institucionais formam a visão organizacional do XBRL no Brasil? Qual a situação dessa visão organizacional?**

1.3 Objetivos

Segundo Marconi e Lakatos (2005), “o objetivo torna explícito o problema, aumentando os conhecimentos sobre determinado assunto” (p. 159). Sob a ótica da teoria institucional, utilizando o modelo conceitual denominado *organizing vision* (OV), visão organizacional, para o estudo em inovações em sistemas de informação desenvolvida por Swanson e Ramiller (1997), o objetivo principal deste trabalho consiste em entender os processos de interpretação, legitimação e mobilização do XBRL no Brasil.

Para se alcançar o objetivo principal, é necessário contornar alguns assuntos tangentes por meio de objetivos específicos, a saber:

1. Identificar quais instituições são responsáveis pelo desenvolvimento do XBRL no Brasil;
2. Descrever as forças institucionais que agem sobre a identidade do XBRL;

3. Entender como as diferentes organizações se relacionam com o XBRL;
4. Delinear as perspectivas de adoção e difusão do XBRL no Brasil e quais são seus principais incentivadores ou inibidores.

1.4 Justificativa e contribuições esperadas

Para Martins e Theóphilo (2009), não existe uma regra para definir um “assunto-tema-problema” de pesquisa. Entretanto, alguns pontos podem ser balizadores nessa tarefa, e um tema será notável quando for, simultaneamente, importante, original e viável. Conforme os autores citam, essa tríade pode ser definida da seguinte maneira:

O tema será importante quando, [...] for ligado a uma questão que polariza, ou afeta, um segmento substancial da sociedade ou está direcionado a uma questão teórica que merece atenção: isto é melhor definição, maior precisão. [...] original quando há indicadores de que os resultados da pesquisa podem surpreender, trazer novidades, possibilitar um novo entendimento do fenômeno sob investigação. A questão da viabilidade está ligada às evidências empíricas que permitam observações, testes, coleta de dados e validações dos possíveis achados da investigação, bem como condições de prazos, custo e potencialidade do pesquisador. (p.5).

Diante da argumentação dos autores, este trabalho pode ser considerado importante, uma vez que trata de um tema ainda não explorado de forma exaustiva sob a égide da pesquisa qualitativa, no mesmo ritmo em que crescem as discussões a respeito do XBRL em termos práticos no Brasil.

Pode ser considerado original, pois busca contribuir com a literatura sobre o assunto pelo fato de não existir no Brasil um grande número de publicações sobre XBRL. Como apontam Flores, Corrêa e Vanti (2011), quanto aos estudos voltados para a utilização do XBRL no país, além de serem recentes e terem sua produção acadêmica escassa, uma característica predominante dos artigos estudados foi a análise de forma introdutória sobre o assunto.

A viabilidade é obtida uma vez que se torna possível verificar, de maneira oportuna, a identidade do XBRL no Brasil pelo discurso da comunidade interessada no seu processo de desenvolvimento, adoção e difusão, delineando uma pesquisa exploratória. Nas palavras de Troshani e Doolin (2005), justifica-se a aplicação deste estudo, quando afirmam que:

[...] uma compreensão profunda do que incentiva e restringe a adoção do XBRL é importante porque tem implicações políticas que ajudam as autoridades reguladoras e fornecedores da inovação a formular estratégias eficazes para facilitar a adoção do XBRL. Além disso, esta compreensão pode ajudar a identificar fatores críticos de sucesso que podem ser incorporados em programas de adoção e, assim, aumentar sua eficácia. (p.2).²

Dessa forma, espera-se que a principal contribuição deste trabalho seja prover aos agentes interessados e envolvidos no desenvolvimento da linguagem XBRL no Brasil uma melhor compreensão sobre os fatores institucionais que possam impactar seu processo de adoção e difusão.

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, a saber:

- a) Primeiro capítulo: contextualização sobre o tema pela apresentação de conceitos necessários para seu entendimento, exposição do problema e questão de pesquisa, objetivos (principal e específicos), justificativa e contribuições esperadas do trabalho;
- b) Segundo capítulo: apresentação do referencial teórico que propicia os elementos necessários à aplicação da pesquisa;
- c) Terceiro capítulo: apresentação da metodologia empregada para a operacionalização da pesquisa;
- d) Quarto capítulo: apresentação e discussão dos dados resultados obtidos na pesquisa, por meio da análise do discurso empregado pela comunidade relacionada ao XBRL. Busca responder à questão de pesquisa e perseguir os objetivos cotejados no início do trabalho;
- e) O último capítulo fornece as considerações finais do trabalho, limitações e sugestões para futuras pesquisas sobre o XBRL.

² *A deeper understanding of what encourages and constrains XBRL adoption is important because it has policy implications which help regulatory authorities and innovation suppliers formulate effective strategies to facilitate XBRL adoption. In addition, this understanding can help identify critical success factors which can then be incorporated into adoption programs, and therefore, enhance their effectiveness to facilitate XBRL adoption.*

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As demonstrações contábeis e a internet

2.1.1 Objetivos e usuários das demonstrações contábeis

Segundo conceito exposto no *Statement of Financial Accounting Concepts No. 1* (SFAC 1) do FASB, as demonstrações contábeis não são um fim em si mesmas, mas podem ser vistas como responsáveis por prover informações úteis para a tomada de decisões de caráter econômico ou empresarial. Seus objetivos podem ser descritos como: (1) fornecer informações úteis para a tomada de decisão de investimento ou de crédito; (2) informações úteis na avaliação das perspectivas de Fluxo de Caixa; e (3) informações sobre recursos de uma entidade, obrigações sobre esses recursos e mudanças na composição e obrigações desses recursos (FASB, 1978).

Para a elaboração e o entendimento das demonstrações contábeis, recorre-se ao próprio estudo do processo contábil. O processo é assinalado por três fases: reconhecimento, mensuração e evidenciação, não necessitando estar nessa ordem ou ocorrer toda ela (Martins & Lopes, 2005).

O reconhecimento está na classificação do próprio fenômeno econômico que ocorreu, ou seja, no *quando*. A mensuração é a etapa que lida com as bases de quantificação de evento a ser contabilizado. Por último, a evidenciação é a etapa responsável pela forma como o evento será demonstrado ao usuário da informação. Os mesmo autores definem que:

O processo contábil é composto pelas etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação das atividades econômicas, sendo resultado de um amplo conjunto de forças econômicas, sociais, institucionais e políticas. Essas forças delineiam as principais características do processo contábil tendo em vista o grau de influência dos agentes interessados em sua evolução. (p.52).

Além do conteúdo numérico e quantitativo, para que as informações contábeis-financeiras sejam úteis à finalidade que desejam, necessitam de características qualitativas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cuja função é voltada ao monitoramento e desenvolvimento da convergência internacional, centralização das emissões de normas e demais representações burocráticas, apresenta uma síntese das características qualitativas em sua Estrutura Conceitual Para Elaboração das Demonstrações Contábeis, em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade do IASB, em que “se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível” (CPC, 2011).

O comitê segrega as características qualitativas em fundamentais e de melhorias, e em caso de confronto entre ambas, as primeiras devem prevalecer sobre as últimas. O Quadro 1, a seguir, apresenta a descrição de cada uma dessas características:

Tipo	Características	Descrição
Características fundamentais	Relevância	Quando a informação for capaz de fazer a diferença na decisão do usuário, seja por seu valor preditivo, comprobatório ou ambos.
	Representação fidedigna	Quando a informação tentar retratar a realidade econômica para que o usuário compreenda o fenômeno ao qual se refere. Atributos da informação representada fidedignamente são: completa, neutra e livre de erro.
Características de melhoria	Comparabilidade	Quando os usuários são capazes de comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira.
	Verificabilidade	Quando há a possibilidade de diferentes observadores chegarem a um consenso sobre o retrato da realidade econômica a ser representada, mesmo que sem um completo acordo.
	Tempestividade	Quando a informação está disponível ao usuário em tempo hábil de poder influenciá-los em suas decisões.
	Compreensibilidade	Quando há entendimento da demonstração representada e suas informações. Para esse fim, se presume que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência.

Quadro 1 - Características qualitativas das demonstrações contábeis
FONTE: CPC (2011).

A importância dessas demonstrações emanadas pelas entidades visa a atender determinados propósitos informacionais, cujas finalidades dos diferentes usuários podem ser também distintas. Sobre isso, Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010) relatam que:

As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais, por exemplo, podem especificamente determinar exigências para atender a seus próprios fins [...] objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisão e avaliação por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários. (p. 33).

Segundo Iudícibus (2010), resumidamente, pode-se classificar os usuários da informação contábil e a respectiva informação importante para esses da seguinte maneira:

Usuário	Interesse
Acionista minoritário	Dividendos
Acionista majoritário	Dividendos, valor da ação e lucro por ação.
Acionista preferencial	Dividendos fixos ou mínimos
Credores	Fluxo de caixa e capacidade de serem honrados junto aos tomadores de recursos
Governo	Valor adicionado e dados de produtividade.
Empregados	Salários e liquidez
Média e alta administração	Indicadores financeiros

Quadro 2 - Usuários das demonstrações contábeis e seus interesses

FONTE: Iudícibus (2010, p. 3).

Nota-se que um mesmo conjunto disposto de informações visa a atender a um amplo leque de usuários, cujos objetivos podem ser distintos e até conflitantes. Hendriksen e Van Breda (2010) comentam sobre o tipo de informações contábeis que cada usuário necessita e suas restrições:

Esta variedade de pontos de vista aponta para a conveniência da apresentação de relatórios diferentes, para usuários distintos, ou para um volume considerável de informação, grande parte do qual poderia ser irrelevante para qualquer usuário específico. [...] uma série de relatórios de finalidade específica, será preciso selecionar a informação relevante para os vários modelos de predição e tomada de decisão dos usuários. Talvez seja possível determinar que modelos de tomada de decisão estejam sendo utilizados, descobrindo como os usuários efetivamente tomam decisões e de que informações necessitam. Contudo, esse procedimento pode não conduzir aos melhores resultados, pois os usuários, atualmente, operam sob a restrição das informações contábeis hoje disponíveis. [...] talvez não estejam utilizando os melhores modelos a partir das informações disponíveis. (p. 94).

Nessa ligação entre agentes que possuem como ponto comum as demonstrações contábeis ou financeiras, é criada a relação de fornecedores e múltiplos consumidores da informação. Nesse contexto, o CPC (2011) reporta que:

Fornecedores de informação contábil-financeira envidam grande parte de seus esforços na coleta, no processamento, na verificação e na disseminação de informação contábil-financeira, mas os usuários em última instância pagam por esses custos na forma de retornos reduzidos. Usuários de informação contábil-financeira também incorrem em custos de análise e interpretação de informação fornecida. Se a informação demandada não é fornecida, os usuários incorrem em custos adicionais de obtenção da informação por meio de outras fontes ou por meio de sua estimativa. (p. 22).

Apesar da importância das demonstrações contábeis, essas não devem ser consideradas como fonte única de informação para a tomada de decisão. Com o advento de diversas tecnologias que proporcionam agilidade nos trabalhos de elaboração e uso das demonstrações contábeis, foi possível, com maior frequência, que outras fontes, como sites especializados, portais de notícias e canais de relações com investidores também fossem fonte de obtenção de informações úteis.

2.1.2 A relação das demonstrações contábeis e a internet

Não há dúvidas da importância e incorporação da internet às rotinas corporativas atualmente. A quantidade de informações nos *sites* das empresas pode ser explicada em parte pela variedade de interessados em suas informações e pelo aumento do alcance das operações corporativas. Em diferentes níveis, muitas empresas disponibilizam informações passadas, sua missão e visão, informações específicas sobre seus produtos e serviços, informações com iniciativas à preservação ambiental e programas sociais e as próprias demonstrações financeiras. Para Calixto, Barbosa e Lima (2007), a variedade no conteúdo comunicado pela empresa ao seu meio externo pode visar a diversos objetivos, como adequações legais ou finalidade publicitária.

Como relata Alves (2005c), inicialmente, as empresas utilizavam a internet com o intuito comercial, com informações sobre seus produtos e serviços; para fins de divulgação financeira, isso ocorreu em momento posterior, fazendo parte de uma resposta às necessidades dos seus usuários.

A internet mudou em termos de alcance, tempo, economia, divulgação financeira e de desempenho corporativo, pois possibilitou formas de disponibilização de informações que não seriam possíveis em um documento impresso, por exemplo, pela incorporação do hipertexto nos documentos eletrônicos (Debreceeny, Gray, & Mock, 2001).

Pode-se entender que as demonstrações financeiras divulgadas em meio eletrônico fazem parte de um processo evolutivo em resposta às necessidades de seus usuários, que carregam vantagens se comparadas àquelas divulgadas da forma tradicional. Conforme

menção Alves (2005c), as vantagens podem ser: redução do custo no processo de divulgação, alcance a mais usuários ou investidores em potencial, superação de determinadas limitações provenientes do modelo tradicional e aumento, quantitativamente e qualitativamente, da informação sujeita à divulgação.

Na visão de Bóson e Escobar (2006), outros motivos também podem influenciar a decisão de uma empresa disponibilizar suas informações financeiras na internet. Para os autores, o aumento da transparência no mercado de capitais, pela maior divulgação de informações quantitativas e qualitativas em seus sites, como a promoção de uma imagem de modernidade, é fator decisivo que influencia o grau de divulgação de informações via internet por parte das empresas.

A relação entre a internet e as informações financeiras também despertou a atenção de órgãos reguladores e comitês responsáveis por emanar normas contábeis. Em 1998, o *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* (ICAEW) publicou um estudo intitulado *The 21st Century Annual Report*, em que apontava as oportunidades que as novas tecnologias proporcionavam à forma como as companhias se comunicavam com seus acionistas e outros *stakeholders*. O ponto crítico reside no fato de as empresas terem que divulgar em maior nível, sem oferecer informações aos concorrentes, e qual a frequência ideal de atualização dessas informações. Entretanto, segundo o instituto, a preocupação deve ser sempre em direcionar essas tecnologias no atendimento às necessidades dos mercados de capitais (ICAEW, 1998).

Lymer, Debreceny, Gray e Rahman (1999), em estudo elaborado para o *International Accounting Standards Committee* (IASC), atual IASB, argumentam que o relato via internet pode ser dividido em três estágios, tendo como critério de divisão o nível e a forma de utilização da internet. No primeiro estágio, as empresas utilizam a internet para duplicar as mesmas informações existentes daquelas impressas, geralmente em formato PDF, tornando a aparência familiar para os usuários. Entretanto, não permite a utilização de *hyperlinks* ou acesso a sistemas de busca de conteúdo. A vantagem dessa abordagem é a fidelidade em relação à informação de origem, por exemplo, sem erros de digitação.

No segundo estágio, há maior utilização de recursos, o que não seria possível pelo modelo tradicional de divulgação, como buscas refinadas de conteúdo específico, uma vez que é utilizada a linguagem de marcação *Hyper Text Markup Language* (HTML), cuja

explicação será feita posteriormente neste trabalho. Porém, como desvantagem, esse modelo pode proporcionar divergências em relação às informações originais e dificuldades na formatação de gráficos.

No último e mais avançado estágio, a empresa utiliza as ferramentas tecnológicas que não seriam possíveis em documentos impressos, possibilitando modos alternativos de apresentação de informações complexas. Haveria, assim, maior inteligência na busca pela informação desejada, em meio ao volume de dados disponibilizados ao usuário. Em contrapartida, a desvantagem deste estágio está na tecnologia acessória necessária para acessar essas informações, como *softwares* específicos. A sobrecarga de informação também é definida como um risco em potencial neste estágio.

Em 2000, em resposta ao rápido crescimento da internet e outras tecnologias, o FASB montou um grupo de responsáveis em estudar a situação das informações corporativas reportadas via internet e identificar as práticas notáveis, denominadas *Business Reporting Research Project*. Inicialmente, é feita uma distinção entre as perspectivas de atributo da informação disponibilizada pela empresa na internet, ou seja, a forma de apresentação da informação (*Internet Financial Reporting – Presentation*), e o conteúdo dessas informações (*Internet Financial Reporting – Content*).

O estudo parte da premissa de que os motivos que levam as companhias a utilizar a internet são: (1) redução do tempo e do custo para a divulgação das informações financeiras; (2) alcance de comunicação com usuários anteriormente não identificados; (3) suplementar as práticas tradicionais de divulgação; (4) aumento do montante e tipo de informações divulgadas; e (5) promover o acesso e a avaliação de investidores em potencial de pequenas companhias.

Para o FASB (2000), esse meio de comunicação continuará a alterar a forma como as companhias trazem novas tecnologias para o processo de divulgação e como os usuários encontrarão novas formas de armazenar e analisar tais informações. As possíveis consequências da utilização dessa tecnologia são a democratização das informações corporativas, maior divulgação por parte das companhias, falta de padrão na divulgação via internet, incremento no atributo da tempestividade das demonstrações financeiras e falta de legislação que suporte a utilização da internet.

Em 2004, novamente o ICAEW deu atenção ao tema com a publicação do estudo *Digital Reporting: a Progress Report*, em que faz uma revisão sobre aspectos qualitativos e desafios sobre a divulgação financeira via internet. O estudo identifica dois níveis para a comunicação digital das informações contábeis. No nível I, a organização utiliza-se da internet apenas para obter um maior alcance, e de forma mais eficiente, a disseminação de sua informação. A empresa também incorpora a divulgação de outras informações financeiras e não financeiras, como relatórios de iniciativas, medidas sociais e ambientais, vídeos de conferências, apresentações e planilhas. No nível II, há maior inteligibilidade e eficácia no uso da informação por meio da padronização da forma de armazenagem, processamento e apresentação das informações disponíveis (ICAEW, 2004).

No Brasil, pela Instrução 480/09, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinou regras sobre a obrigatoriedade de disponibilização de informações das empresas na internet (CVM, 2009).

2.1.3 Problemas e a necessidade de padronização

Apesar de todo dinamismo, enriquecimento de conteúdo, economia de custo, maior alcance e agilidade no processo de divulgação de informações via internet, surgiram problemas conforme seu uso se intensificou.

Segundo Bergeron (2003), o fluxo de dados financeiros em uma organização gera informações que passam por um banco de dados de transações e, em seguida, são direcionadas ao banco de dados contábil. Desse último, saem as informações tanto exigidas para fins tributários quanto aquelas destinadas para a tomada de decisão de gestores (usuários internos), investidores e credores (usuários externos).

Diante dessa configuração de transação informacional, o uso de meios eletrônicos para armazenagem e transmissão traz vantagens se comparado ao meio impresso. Porém, existem obstáculos no uso do meio eletrônico, sendo a ausência de um padrão em sua utilização um deles. O resultado da falta de padrão pode ser a falta de compatibilidade por parte dos agentes transmissores, emissor e receptor, de uma informação.

Debreceeny et al. (2001) citam três problemas como processo evolutivo de utilização da web como meio de comunicação corporativa: (1) incerteza por parte das companhias sobre o conteúdo e sua forma de apresentação; (2) dificuldade de os usuários acharem na *web* a informação de interesse; e (3) órgãos reguladores têm dificuldade em localizar, comparar e avaliar as práticas utilizadas na divulgação dos relatórios financeiros pela internet, tendo como consequência a impossibilidade de promover recomendações de melhorias ou emanar padronizações sobre o assunto. Nesse caso, a padronização não faz menção em favor a algum conjunto específico de normas contábeis, mas sim a respeito das estruturas lógicas de divulgação das demonstrações financeiras na internet.

Silva e Alves (2001) reportam o problema relacionado à auditoria das informações das demonstrações contábeis contidas no ambiente virtual. Conforme as autoras, diferentemente daquilo que acontece no documento impresso, a internet pode abrir a chance de alteração da informação por parte do cliente contabilmente auditado, ou outra parte interna ou externa, desde que tenha acesso ao servidor e à sua respectiva permissão. Tais alterações, sejam como intenções maliciosas ou não, dificilmente poderiam ser captadas com a mesma chance se comparadas ao método tradicional de divulgação.

Outro problema de auditoria relacionado reside no fato da possibilidade de os usuários das informações contábeis, ao acessarem as páginas na internet das empresas de interesse, não terem a capacidade de segregar a informação devidamente auditada daquela não auditada (Fisher, Oyelere, & Laswad, 2004). Consequentemente, haveria confusão em relação ao conteúdo que segue padrões e métricas predeterminados com aqueles que poderiam ser meramente informativos ou propaganda da alta administração, não respeitando determinadas características qualitativas necessárias, inclusive com efeito contrário ao da contabilidade: redução da assimetria informacional.

O FASB (2000) também relata três problemas sobre as demonstrações contábeis disponibilizadas na internet: (1) inserção de informações de caráter prospectivo, particularmente através de *links* com comentários de terceiros; (2) ausência de Notas Explicativas ou demonstração específica; e (3) disponibilização de discursos dos executivos ou assembleias, sem considerar o contexto no qual foram feitos ou referidos.

Percebe-se que existe um dilema sobre o uso da internet para a finalidade em questão. De um lado, há todas as oportunidades do ambiente virtual em comparação ao tradicional, como maior interatividade, ferramentas inteligentes de busca, integração entre diversos tipos de mídia e maior rapidez e economia nos custos da divulgação. De outro, há a necessidade de um modelo de conduta para não haver efeitos indesejáveis diante de todas as potencialidades apresentadas. De forma mais clara, parte do dilema pode ser entendida em Alves (2005b):

[...] a independência e a criatividade são as principais características dos conteúdos apresentados na Internet, não sendo, portanto, aconselhável que as regras que se estabeleçam sejam rígidas, até porque poderiam desincentivar a utilização desse canal de comunicação para a divulgação financeira. O desenvolvimento de normas relativas ao relato financeiro via Internet deverá estabelecer padrões sobre o conteúdo e apresentação da informação nesse canal de comunicação, reforçando a sua utilidade e compreensão para os usuários (p. 45).

Na tentativa de mostrar problemas e soluções sobre o tema, Debraceny e Gray (2001) apontam três fatores que são pré-condições para a efetiva utilização da internet como meio de transmissão de informações entre organização e seus *stakeholders*: a primeira é a apropriada representação do *metadado*, dado que apresenta características do próprio dado em questão descrevendo determinados atributos, das informações financeiras disponíveis na internet, auxiliando na acurácia das pesquisas. Ou seja, é a condição que permite localizar o dado financeiro. Sua ausência ocasiona um *resource discovery problem*.

Após a possibilidade de localizar a informação desejada, a segunda condição, conforme os mesmos autores, é permitir que as páginas na internet sejam apropriadas para sua devida análise. Por último, em pouco adiantaria se a informação fosse localizada e analisada, mas não padronizada sobre o conteúdo que deseja demonstrar. A comparabilidade das demonstrações contábeis, por exemplo, entre períodos, empresas ou até mesmo setores, seria equivocada, pois os elementos que contemplam um mesmo item podem ser confeccionados de maneiras distintas.

Algumas linguagens de marcação auxiliam quanto às duas primeiras condições, ou seja, a busca e a identificação de uma informação. O XBRL busca também assistir ao último problema de padronização do conteúdo da informação contemplada nas demonstrações contábeis, sejam eles quantitativos ou textuais.

2.2 Linguagens de marcação

A característica principal das linguagens de marcação é o uso de “etiquetas” (*tags*) responsáveis pela segregação dos elementos, definição de conteúdo e suas especificidades. Com esse tipo de linguagem, é possível distinguir os dados contidos em um documento eletrônico como um simples bloco de texto e apontar significado, seja de formatação ou conteúdo, para cada um de seus elementos (Suzart & Dias Filho, 2009).

Segundo Riccio, Sakata, Moreira e Quoniam (2006), o responsável pelo surgimento da primeira linguagem de marcação foi o departamento de engenharia da IBM, em 1960, em busca da interface de comunicação entre seus diversos sistemas empresariais. Essa linguagem foi batizada de *Generalized Markup Language* (GML). Entretanto, a linguagem GML se mostrou um tanto complexa por não possuir um padrão de esquemas para a formatação do seu conteúdo.

Em 1974, foi criada por Charles F. Goldfarb a linguagem de marcação *Standard Generalized Markup Language* (SGML) (SGML Source, 2012), que descrevia a relação de trabalho entre outras linguagens, sendo então considerada uma *metalinguagem*. A SGML não especifica uma formatação específica, mas regras para etiquetar os elementos de um determinado documento. O problema dessa linguagem é ser considerada excessivamente genérica, tornando-se de difícil adoção em massa (Silva, 2003).

Em 1989, Tim Berners-Lee, um físico de formação, desenvolveu a linguagem HTML. Seu sistema de hipertexto foi batizado de *World Wide Web* (WWW). Com essa linguagem, foi possível especificar como o conteúdo de um documento deveria se comportar, indicando, por exemplo, aquilo que deveria ser um cabeçalho de página, conseqüentemente a formatação do texto. Esse sistema possibilitou o relacionamento entre partes de conteúdos do mesmo documento digital, assim como entre partes de outros documentos, a partir de ligações, comumente chamadas de *links*.

Pela sua grande adoção e emprego em grande escala, pode-se dizer que essa linguagem foi responsável pela própria disseminação da internet em alcances mundiais. Para Silva (2003), “o crescimento do uso da Internet, que pôde ser observado na última década,

pode ser parcialmente atribuído à utilização de padrões amplamente aceitos, como o protocolo de TCP/IP e a linguagem de marcação HTML” (p. 8). Nesse contexto, Riccio (2005) afirma que:

[...] a linguagem HTML “por ser simples, foi responsável pela utilização em larga escala da *Internet*. No entanto, a simplicidade também foi fator de muitas limitações, entre elas, o fato de ser estática e permitir que se apresente apenas a informação sem formas de interação”. (p.57).

A solução em resposta à carência da linguagem HTML em 1998 foi a criação de uma nova linguagem, chamada *Extensible Markup Language* (XML), com aspectos semelhantes à anterior, porém mais versátil, flexível e inteligível com o programador e com o usuário.

2.2.1 A Linguagem XML

Nos anos 1990, a *World Wide Web Consortium* (W3C) iniciou trabalhos que buscassem desenvolver uma linguagem de marcação que utilizasse a simplicidade do HTML, mas com maior dinamismo e flexibilidade. O resultado foi o surgimento da linguagem *Extensible Markup Language* (XML).

O termo *extensible* refere-se à possibilidade de ser facilmente modificada, não necessitando de uma padronização de *tags*. A diferença fundamental entre ambas é que a HTML trabalha com *tags* predefinidas e a XML não, podendo o usuário confeccioná-las conforme suas necessidades. Com a XML, torna-se possível a separação entre forma e conteúdo, algo não possível com a HTML. Sobre isso, Dykes e Tittel (2005) apontam que:

XML é uma linguagem de marcação – ela utiliza etiquetas para rotular, categorizar, e organizar informações de um modo específico. Marcação descreve a estrutura e organização do dado ou documento. Conteúdo, como texto, imagens e dados, é aquela parte do código que as *tags* de marcação contém; é também o que é de maior interesse para os seres humanos que leem ou interagem com os dados ou documentos todos os dias. XML não se limita a um conjunto específico de marcação – você cria sua própria marcação para atender às suas necessidades de dados e de documentos. A flexibilidade da XML levou à sua utilização generalizada para a troca de dados em uma infinidade de formas. (p.11).³

³ XML is a markup language — it uses tags to label, categorize, and organize information in a specific way. Markup describes document or data structure and organization. Content, such as text, images, and data, is that part of the code that the markup tags contain; it's also what's of greatest interest to most everyday humans who read or interact with data or documents. XML isn't limited to a particular set of markup — you create your own markup to suit your data and document needs. The flexibility of XML has led to its widespread use for exchanging data in a multitude of forms.

Outro aspecto da XML, graças à sua flexibilidade, é a possibilidade de enviar uma mesma informação para vários locais e aplicativos. Entretanto, não é possível assumir que seja uma linguagem menos desenvolvida do que a HTML, uma vez que foram confeccionadas para propósitos específicos e diferentes (W3C Schools, 2012).

As Figuras 1 e 2, a seguir, referenciadas por Dykes e Tittel (2005), mostram essa diferença entre ambas as linguagens:

```
<html>
<p>
This book is about the foundations of the Extensible Markup Language (XML)
and how to use it for your own applications.
</p>
<p>
The authors are Lucinda Dykes and Ed Tittel.
</p>
</html>
```

Figura 1 - Linguagem HTML

FONTE: Dykes e Tittel (2005, p. 51)

```
<Cover>
<Abstract>
This book is about the foundations of the Extensible Markup Language (XML)
and how to use it for your own applications.
</Abstract>
<AuthorInfo>
The authors are <Author>Lucinda Dykes</Author> and <Author>Ed Tittel</Author>.
</AuthorInfo>
</Cover>
```

Figura 2 - Linguagem XML

FONTE: Dykes e Tittel (2005, p. 51)

Com a linguagem HTML, há a indicação de como o texto deve ser formatado, ou seja, a disposição do seu conteúdo. As conotações de “<p>” e “</p>”, na Figura 1, indicam que os textos “*This book is about the foundations of the Extensible Markup Language (XML) and how to use it for your own applications*” e “*The authors are Lucinda Dykes and Ed Tittel*” estão dispostos em parágrafos.

No caso da linguagem XML, há a marcação do conteúdo do texto, segregado por elementos *Cover*, *Abstract* e *AuthorInfo*. Por meio desses elementos, previamente definidos

pelo usuário, é possível separar seu conteúdo de sua forma. Essa separação torna capaz uma pesquisa inteligente por informações na internet nos seus respectivos documentos. Logo, essas linguagens, principalmente a XML, tentam preencher uma lacuna existente na internet que não pode ser suprida apenas pelo artifício do hipertexto, cujo conceito foi nomeado de web semântica.

O conceito da web semântica, idealizado por Tim Berners-Lee, James Hendler e Ora Lassila em 2001, no artigo publicado na revista *Scientific American*, intitulado *The Semantic Web*, torna a pesquisa e busca na internet um processo mais relacionado ao conteúdo e significado do que apenas a algumas palavras-chave de forma não contextualizada às premissas do usuário (Berners-Lee, Hendler, & Lassila, 2001).

A web semântica não é o surgimento de uma nova internet, mas uma padronização tecnológica que “não somente facilite as trocas de informações entre agentes pessoais, mas principalmente estabeleça uma língua franca para o compartilhamento mais significativo de dados entre dispositivos e sistemas de informação de uma maneira geral” (Souza & Alvarenga, 2004, p. 134).

O emprego dessas linguagens evita a interpretação ambígua de um mesmo dado. Entretanto, há a necessidade de uma padronização entre o significado dos dados disponibilizados em meio eletrônico. Ou seja, um ordenamento da infinidade de *tags* que podem ser criadas por diferentes usuários para indicar um mesmo conteúdo, evitando a heterogeneidade semântica, quando “informações similares são representadas por diferentes nomes (e.g. empresa e companhia) ou quando informações dissimilares possuem nomes iguais (e.g. ativo na área contábil e na área da saúde)” (Silva & Cruz, 2012, p. 14).

Por exemplo, no caso das demonstrações contábeis, apesar da flexibilidade em criar um *tag* para indicar o “ativo circulante”, esse conceito pode ter diversos significados para os diversos fornecedores e consumidores da informação contábil-financeira, que podem variar conforme a empresa, a atividade, o setor, ou *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP).

Justamente, a padronização almejada busca identificar a estrutura que descreva o conceito de cada elemento a ser etiquetado. Nesse sentido, Souza e Alvarenga (2004) explicam que:

Não basta possuir uma linguagem flexível como a XML para construir metadados. Para compartilhar um significado, é necessário que este seja consensual e inteligível de forma não ambígua entre todos os participantes de uma comunidade. Para resolver o problema da explosão de nomenclaturas diferentes e as várias situações em que a interpretação dos dados de maneira unívoca não é possível, foram criados, no escopo da Web Semântica, alguns padrões de metadados, de construção de código XML e uma nova significação para o termo ontologia [...]”. (p. 135).

Diante da variedade de possibilidades e da abrangência de definição para cada etiqueta de uma “biblioteca” de conceitos em XML, diversos setores buscaram seus próprios padrões para fins informacionais. Como resultado, cada grupo interessado na utilização do XML criou sua própria linguagem, como por exemplo, na Química, o surgimento da *Chemical Markup Language* (CML), na área de Recursos Humanos, a *Automation of Human Resoucers-Related Data Exchanges* (HR-XML), e no meio jornalístico, a *News Markup Language for Global News Exchange* (NewsML) (Silva, 2003). De forma semelhante, na área financeira, também foram criadas linguagens baseadas em XML, conforme o Quadro 3, a seguir:

FIXML	<i>Financial Information eXchange Markup Language</i>
swiftML	<i>Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication Markup Language</i>
STPML	<i>Straight Through Processing Markup Language</i>
FpML	<i>Financial Products Markup Language</i>
FinXML	<i>Financial XML</i>
OFX	<i>Open Financial Exchange</i>
TAXML	<i>Tax eXtensible Markup Reporting Language</i>

Quadro 3 - Linguagens Financeiras em XML

FONTE: Silva (2003, p. 14)

A seguir, será descrita a linguagem XBRL, uma linguagem derivada da XML para a informação contábil e financeira que tenta solucionar os problemas de padronização apresentados no início do trabalho.

2.3 A linguagem XBRL

2.3.1 Conceito

A informação etiquetada pelo XBRL possui atributos que podem ser entendidos pelo computador, pela linguagem XML. Esse processo, em XML, é obtido pelos sinais `< >` e `</>`, em que o primeiro indica a abertura do processo de etiquetagem e o último seu fechamento. Por exemplo, `<AtivoImobilizado> 10.000 </AtivoImobilizados>` significa que o computador entenderá que, em um determinado momento, a conta patrimonial de ativo, com natureza devedora, cuja terminologia é Ativo Imobilizado, possui um saldo de 10.000 em uma determinada unidade monetária especificada. Ou seja, o valor 10.000 foi etiquetado pelo elemento “Ativo Imobilizado”.

Entretanto, o conceito e funcionamento dessa conta devem ser previamente explicados ao computador por meio de uma coletânea de significados denominada taxonomia. A padronização pelo emprego da taxonomia permite o entendimento da elaboração e composição de um item na demonstração contábil, assim como seu conjunto.

Uma série de dados provenientes de eventos contábeis que traduzam as transações reais, quando incorporada à taxonomia em XBRL, é conhecida como *Instance Document*. Ambos os conceitos são tratados no decorrer do capítulo.

Esse processo de “etiquetagem” que o XBRL permite torna possível o armazenamento, a manipulação, reposição e comunicação dos dados dos relatórios financeiros e empresariais. Segundo o autor, com o XBRL, é factível associar determinadas características que não seriam possíveis do modo impresso e tradicional pela inserção de uma etiqueta digital em determinado dado, indicando suas características, tornando seu significado independente de sua origem, como uma planilha, banco de dado ou qualquer outro tipo de aplicativo, gerando assim uma integração intermodal da informação (Bergeron, 2003).

O consórcio *XBRL International* (2011a) define as possibilidades de utilização do XBRL:

[...] permite etiquetas únicas de identificação a serem aplicadas a itens de dados financeiros, tais como “lucro líquido”. No entanto, estes são os identificadores mais simples. Elas fornecem uma série de informações sobre o item, por exemplo, se é um item monetário, porcentagem ou fração. XBRL permite etiquetas em qualquer idioma para serem aplicadas em itens, bem como referências contábeis ou outras informações subsidiárias. XBRL pode mostrar como os itens estão relacionados um ao outro. Pode, portanto, representar a forma como são calculados⁴.

⁴ [...] enables unique identifying tags to be applied to items of financial data, such as ‘net profit’. However, these are more than simple identifiers. They provide a range of information about the item, such as whether it is

Um bom exemplo para entender como funciona a XML e o XBRL é a analogia apresentada por Tostes e Vasarhelyi (2005), ao relatarem que:

Podemos comparar o tráfego de informação a uma companhia aérea: os aviões (computadores) apanham os passageiros (dados) em diversas cidades (bancos de dados das empresas) e os levam, por meio de planos de navegação e rotas pré-determinadas (linguagem XML), para um aeroporto central (servidores – porto de dados ou *data hub*) e dali para o resto do mundo. Os passageiros dos aviões são *dados identificados* por meio de uma “etiqueta” ou “código de barras” (*XBRL*) indicando nome, sexo, idade, profissão, origem, destino, data, preço da passagem, etc... (p. 55).

Como apontam os autores, contabilmente, o XBRL não altera o plano de contas da empresa e nem exige que seja padronizado, posto que um de seus objetivos seja agregar diferentes dados do razão contábil. Dessa forma, é possível agregar a um mesmo elemento suas diversas bases de mensuração contábil, possibilitando a elaboração de documentos comparativos entre períodos ou entre empresas.

Comumente, confunde-se que o XBRL tem a capacidade de calcular o valor de forma individual sem a interferência humana, sendo uma maneira de automatização dos numerários utilizados nos relatórios financeiros e demais documentos. Contudo, como afirma Silva (2003), isso não é verdade:

[...] XBRL fornece flexibilidade e extensibilidade na criação de relatórios financeiros, porém não define os elementos necessários para o intercâmbio da informação financeira. Esta responsabilidade é da comunidade de usuários [...]. A comunidade é quem determina quais informações necessárias e qual o nível de detalhamento. (p. 32).

Assim, em um processo de implantação do XBRL, os usuários são responsáveis por definirem os termos utilizados em um esquema confeccionado pela linguagem, suas relações entre si, suas formas de cálculo, suas fontes semânticas, etc. Nessa parte, entende-se que o emissor e o receptor, direto ou indireto da informação, são os usuários.

Com o uso do XBRL, permite-se que uma mesma informação seja extraída para diversos usuários, visto que os atributos de interesse estão contemplados na mesma informação, devendo ser parametrizada a forma como a informação deve ser reportada.

a monetary item, percentage or fraction. XBRL allows labels in any language to be applied to items, as well as accounting references or other subsidiary information. XBRL can show how items are related to one another. It can thus represent how they are calculated.

Deshmukh, Karim, Romine e Rutledge (2006) categorizam objetivamente o escopo da XBRL e aquilo que está fora dele, conforme o Quadro 4, a seguir:

- XBRL é:
 - Formato baseado no padrão XML para divulgação financeira;
 - Facilitador para organização da informação;
 - Extensível, podendo ter suas aplicabilidades ampliadas pelos seus usuários;
 - Utilizado para passar apenas um único dado financeiro ou a base de dados financeira;
 - De padrões de domínio público.
- XBRL não é:
 - Estabelecedor de novos padrões contábeis;
 - Criador de um plano de contas;
 - Tradutor de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos;
 - Padrão de uso privativo;
 - Capaz de capturar o dado no nível da transação.

Quadro 4 - Definição do XBRL

Fonte: Deshmukh et al. (2006, p. 77)

Apesar de a maioria das publicações ser voltada ao uso do XBRL para divulgação aos usuários externos pelas demonstrações financeiras solicitadas pelos órgãos reguladores do mercado financeiro ou governo, pode ser também empregada para transação de informações internas, no nível gerencial ou na cadeia de valor da empresa com fornecedores e/ou clientes. Exemplos notáveis desse uso são os das empresas Fujitsu e Wacoal.

A seguir, serão descritos termos mais específicos sobre o funcionamento do XBRL, sem se aprofundar nos detalhes técnicos relacionados à ciência da computação. Tais termos são responsáveis por formar o conjunto responsável pela funcionalidade do XBRL.

2.3.1.1 *Instance Document*

O *Instance Document* é um documento escrito em linguagem XML que contém elementos definidos em XBRL, podendo representar as demonstrações financeiras de uma empresa ou qualquer parte delas. O documento originado é estruturado para reconhecimento da máquina e legibilidade humana (XBRL Education, 2008).

Segundo Hoffman e Watson (2010), um *Instance Document* é formado por quatro partes principais: valor, contexto, conceito e taxonomia. No Quadro 5, a seguir, é possível visualizar a descrição dos três primeiros, sendo a taxonomia explicada posteriormente:

Valores: podem ser definidos como o conteúdo de interesse dos usuários no documento alvo de análise, em forma de número ou texto. Sua origem pode ser de sistemas, tais como editores de texto, planilhas ou ERP's. No exemplo do Ativo Imobilizado, os valores numéricos poderiam ser 10.000, - 3.000 e 7.000. Como valores textuais, seria possível ter a definição de cada item do Ativo Imobilizado, como por exemplo: “Depreciação acumulada refere-se à somatória dos valores das despesas de depreciação de exercícios contábeis anteriores até o atual momento”.
Contexto: são informações que detalham os valores, como período (exercício contábil anual de 2012) e qual sua forma de mensuração (custo histórico, valor justo, valor de reposição, valor orçado, etc.).
Conceito: é responsável por dar significado técnico às representações em termos que podem ser financeiros, contábeis ou associados ao negócio. Esses termos são associados a um número ou texto (“valores”) contido no relatório em XBRL. Assim, são identificados por um único termo para não haver confusão em sua definição. Em suma, os conceitos formam um vocabulário específico representado pelos elementos definidos na taxonomia.

Quadro 5 - Partes principais de um instance document
 FONTE: Adaptado de Hoffman e Watson (2010. p. 19)

Para ilustrar a disposição de um documento XBRL, há o exemplo adaptado do IASB contido na apresentação *Snapshot: the IFRS® Taxonomy* (IFRS Foundation, 2011), sobre uma parte do Balanço Patrimonial, conforme a Figura 3, a seguir:

<table> <tr> <td colspan="2">Assets</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Current assets</td> </tr> <tr> <td>Cash</td> <td>28.700</td> </tr> <tr> <td>Trade and other current receivables</td> <td>585.548</td> </tr> <tr> <td>Inventories</td> <td>57.381</td> </tr> <tr> <td>Total current assets</td> <td>671.629</td> </tr> </table>	Assets		Current assets		Cash	28.700	Trade and other current receivables	585.548	Inventories	57.381	Total current assets	671.629	<pre> </ifs:CurrentAssets contextRef="AsOf2009" unitRef="EUR">671629000</ifs:CurrentAssets> </ifs:Cash contextRef="AsOf2009" unitRef="EUR">28700000</ifs:Cash> </ifs:TradeAndOtherCurrentReceivables contextRef="AsOf2009" unitRef="EUR">585548000</ifs:Tr adeAndOtherCurrentReceivables> </ifs:Inventories contextRef="AsOf2009" unitRef="EUR">57381000</ifs:Inventories> </pre>
Assets													
Current assets													
Cash	28.700												
Trade and other current receivables	585.548												
Inventories	57.381												
Total current assets	671.629												

Figura 3 - Exemplo de instance document
 FONTE: IASB (2011, p. 6).

À esquerda, a demonstração está na forma como o usuário, ser humano, visualiza. À direita, um *instance document*; a demonstração está em linguagem XBRL, sendo seus termos entendidos pelas ferramentas que entendam a linguagem XML. Ademais, o “conceito” *cash* é demonstrado no balanço, cujo “contexto” é o ano de 2009, com unidades monetárias e euro (EUR) na “taxonomia” *ifrs*, com “valor” de 28.700.

2.3.1.2 Taxonomia

Para se obter um documento em XBRL, o *instance document*, é necessário que sejam informados ao computador determinados significados e atributos dos termos que serão utilizados.

Taxonomia, em significado amplo, pode ser entendida como um sistema para nomear e organizar coisas em grupos que compartilham as mesmas características (Cambridge Dictionaries, 2011). Na área da Biologia, por exemplo, é a ciência que busca, por meio de determinados critérios pré-definidos, classificar os seres vivos de forma crescente analiticamente, em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies.

A questão taxonômica em contabilidade já foi tema de estudos por parte dos estudiosos da teoria da contabilidade. Nesse sentido, Mattessich (1972) afirma que, para uma melhor conceituação nos sistemas contábeis e gerenciais, a pesquisa taxonômica ampla e sistemática é indispensável:

Tal pesquisa terá de formular ambas as condições de cada uma dos conceitos de contabilidade não interpretados, bem como as regras de interpretações de todos os subconceitos específico e padronizado. Tal pesquisa classificacional é tediosa e, de longe, não tão glamourosa como a construção de modelo, e isso pode levar algum tempo [...] No entanto, se a biologia estava em posição de classificar mais de um milhão e meio de espécies de plantas e animais dentro de um sistema complexo taxonômico de reinos, filos, classes (com subclasses), ordens (com subordens e seções), famílias, gêneros e espécies, então não deve ser impossível para a contabilidade para produzir uma estrutura classificatória de algumas dezenas ou centenas de conceitos e subconceitos (p. 472).⁵

Assim, para o XBRL, a taxonomia é responsável por definir os elementos a serem etiquetados. Ou seja, as taxonomias, previamente elaboradas pelo seu emissor, definem etiquetas específicas usadas para itens de dados individuais, seus atributos e inter-relações (XBRL International, 2011b). A criação de um padrão taxonômico, mantido e validado para os elementos em XBRL, é o que o diferencia da linguagem XML em seu estado natural. Ou

⁵*Such research will have to formulate both the conditions of each of the uninterpreted accounting concepts as well as the rules of interpretations of all the specific and standardized subconcepts. Such classificational research is tedious and by far not as glamorous as model building, and it might take some time [...]. However, if biology was in a position to classify over one-and-a half million species of plants and animals within a complex taxonomic system of kingdoms, phyla, classes (with subclasses), orders (with suborders and sections), families, genera and species, then it should not be impossible for accounting to produce a classificational structure of a few dozens or hundreds of concepts and subconcepts.*

seja, existe uma biblioteca com termos que devem ser respeitados para utilização do XBRL para fins de divulgação financeira.

Para Hoffman e Watson (2010), as taxonomias baseadas em XML são esquemas que definem conceitos e articulam um vocabulário controlado utilizado por instâncias XBRL. A formação de uma taxonomia em XBRL consiste em duas partes principais: XML Schema e *linkbases*, e a relação entre esses dois elementos pode ser análoga a um tronco (XML Schema) e seus membros (*linkbases*).

O XML Schema é responsável por prover uma série de elementos que serão utilizados, como por exemplo, “ativo”, “passivo”, etc, e seus conceitos básicos são: terminologia, natureza contábil (devedora ou credora), unidade utilizada para ser mensurada (monetária, decimal, percentual, etc.), entre outras informações.

Os *linkbases* têm como função especificar a relação entre os diversos elementos contidos no XML Schema e referenciá-los com definições exógenas à própria taxonomia, originárias de leis, normas ou definições próprias (IFRS *Foundation*, 2011). Podem ser formados por: (1) *labels*, que descrevem a linguagem específica para cada item, de forma que o vocabulário utilizado seja compreensível ao ser humano; (2) *reference*, que correlaciona um elemento particular da taxonomia à referência externa; (3) *definition*, que estabelece o relacionamento estrutural, definindo determinadas regras de conduta aos elementos; (4) *presentation*, que define a relação entre elementos da taxonomia em uma perspectiva demonstrativa; e (5) *calculation*, que define as relações e regras matemáticas entre os elementos da taxonomia.

A Figura 5 ilustra a relação entre o *Instance Document* e a Taxonomia e seus componentes:

Figura 5 - Interação entre os elementos de funcionamento do XBRL
 FONTE: IFRS Foundation (2011).

Para um melhor entendimento dos termos mencionados, cabe citar outros componentes da taxonomia: os *links* estendidos. Cada elemento do *linkbase* possui seu próprio link estendido. Nesse cenário, Cruz, Silva, Silva e Santos (2008) asseveram que:

Esses documentam o significado dos conceitos, expressando as relações existentes entre eles e associando conceitos com sua documentação. Relações entre fragmentos de informações em XML ocorrem de diversas formas em XBRL, como relações entre uma instância e sua taxonomia e relações entre fatos e as notas de rodapé do documento, que acrescentam informações relativas aos fatos. Então, a semântica dos conceitos é expressa por meio de uma rede de relações que constituem os *linkbases*. XBRL expressa todos esses relacionamentos usando as sintaxes de links simples e links estendidos, definidas na especificação de XLink. Existem cinco tipos padrões de links estendidos, os quais são agrupados em *linkbases* de mesmo nome, utilizados em uma taxonomia: *definition*, *calculation*, *presentation*, *label* e *reference*. Os três primeiros tipos expressam relações entre conceitos e os dois últimos, expressam relações entre conceitos e documentos de instância. (p.6).

Os *links* estendidos permitem a associação de diversos recursos, sejam locais ou remotos ao documento. DeRose, Maler e Orchard (2001) utilizam um diagrama como exemplo das informações sobre a grade horária de um estudante, tendo quatro recursos remotos (descrição do estudante, orientador acadêmico do aluno, curso que o aluno está cursando e disciplina matriculada) e um local (média de notas do aluno), como demonstrado a seguir:

Figura 4 - Link Estendido

FONTE: Adaptado de DeRose et al. (2001).

Verifica-se que, além das definições apresentadas, existem mais dois elementos importantes para a funcionalidade do XBRL: *Discoverable Taxonomy Set* (DTS) e *Taxonomy Extension*. O primeiro pode ser entendido como o conjunto de taxonomias interligadas, que permitem a criação do *instance document* por meio de elementos anteriormente definidos neste conjunto de taxonomias. O segundo, como o próprio nome sugere, é a extensão da taxonomia que possibilita a criação de novos termos não contemplados nas taxonomias bases, por exemplo, na taxonomia validada em IFRS, com o propósito de atender a situações específicas. Porém, a extensão deve ser intercambiável à taxonomia base, indicando aquilo que está sendo excluído, incluído ou modificado (Try XBRL, 2012).

2.3.1.3 Suporte tecnológico

Para que seja possível a utilização do XBRL, sua operacionalização necessita de suporte tecnológico específico. Segundo Hoffman e Watson (2010), os principais suportes para se trabalhar com o XBRL são os softwares processadores. Para Rossi e Schmidt (2011), um *software* processador desempenha diversas tarefas, entre elas:

Explorar: um software XBRL faz o processo de exploração das partes de uma taxonomia. O processador XBRL coloca essas partes agregadas em um DTS. [...]

Validação: um processador XBRL poderá fazer muitos tipos de validação porque ele só entende a especificação XBRL. Os processadores XBRL tem regras embutidas para ajudar a tornar o processo livre de erros e válido.

Resolver relações: depois dos pedaços estarem juntos dentro do DTS pelo processo de descoberta, os processadores XBRL levam em consideração todas as redes e as organizam corretamente, considerando regras e arcos, que permitem relações e arcos que proíbem relações para serem depois usadas. Todos os processadores XBRL devem obter os mesmos resultados, pois o XBRL é um padrão.

Decifrar: um processador XBRL deve saber como extrair informações de uma taxonomia e relacioná-la com outra, ou mesmo exportá-la, além de relacionar conceitos aos fatos que representam. (p. 49)

2.3.2 Vantagens e desvantagens da utilização do XBRL

Para Tostes e Vasarhelyi (2005), com a utilização da XML/XBRL, torna-se possível conseguir: (1) separação entre conteúdo e sua formatação; (2) processamento e apresentação da informação; (3) extensibilidade dos sistemas de informação por meio de *links*; (4) interação entre diferentes *softwares* e (5) facilidade na análise e transformação das informações. É mencionado o fato também de possibilitar melhor qualidade de comparação e avaliação de operações de difícil mensuração, como por exemplo, os instrumentos derivativos.

Na visão de Naumann (2004), com o XBRL, as empresas obtêm maior rapidez na elaboração e disseminação das informações financeiras, além de prover maior acurácia e eliminação da ambiguidade na especificação da origem da informação em questão. O autor também cita que outros agentes envolvidos no processo informacional financeiro se beneficiam do XBRL, tais como agências governamentais, órgãos reguladores, agências de *rating* e os próprios investidores (consumidores das informações).

Em concordância com a rapidez relacionada ao XBRL, Zarowin e Harding (2000) argumentam que a rapidez obtida pela utilização do XBRL provém da possibilidade de etiquetação da informação e sua respectiva ligação conceitual, o que possibilita buscas mais inteligentes e velozes por parte dos usuários das informações. Além disso, menciona-se a economia de tempo e recursos em razão da diminuição da necessidade de reintrodução de uma mesma informação, mitigando também o risco de erros na reentrada dos dados.

De acordo com Tesnière, Smith e Willis (2007), a tempestividade e a qualidade são atributos mais importantes na indústria de serviços financeiros se comparados a qualquer outro tipo de indústria. Por isso, o XBRL auxilia na conservação desses elementos qualitativos, pois torna a transmissão das informações mais flexível para as partes interessadas.

Na Figura 6, a seguir, os autores tomam como exemplo parte do fluxo informacional de uma instituição financeira:

Figura 6 - XBRL: um padrão com diversas aplicações
 FONTE: Tesnière et al. (2007, p. 45).

Por sua vez, Cunningham (2005) enaltece a maior transparência da informação contábil ao público, argumentando que, por exemplo, na contabilização do *fair value* (valor justo), as escolhas dos gerentes ficam mais evidentes ao usuário da informação, melhorando a comparabilidade com a contabilização de outras companhias.

Na tentativa de investigar a relação entre o XBRL e assimetria informacional, Yoon, Zo e Ciganek (2011), estudando o mercado de capitais sul-coreano, utilizando a *proxy* de Boone's para testar assimetria, com análises através de *t-student* e regressões múltiplas, explicam que o XBRL é capaz de reduzir a assimetria informacional para as informações das grandes corporações.

Li, Ni e Lin (2012), por meio de uma amostra de 2.068 empresas com adoção obrigatória e 234 empresas com adoção voluntária do XBRL e regressões múltiplas, afirmam que a adoção da linguagem promove uma significativa redução do custo de capital próprio. Também apontam que as empresas menores, com rápido crescimento, baixa cobertura de

análise e com ações de baixa liquidez se beneficiam mais com a adoção do XBRL, visto que isso incrementa justamente a liquidez das ações, a cobertura de analistas e a acurácia nas previsões.

Pinsker e Wheeler (2009), com um estudo experimental, concluem que os indivíduos que utilizaram informação formatada em XBRL, em relação aos que utilizaram a informação em modelo tradicional (papel impresso), tiveram percepções mais elevadas quanto à eficácia e eficiência em seus processos de análise. Entretanto, apontam as desvantagens provenientes da utilização do XBRL. Por exemplo, Selim (2012) cita algumas desvantagens associadas à tecnologia.

Em primeiro lugar, a dificuldade de interação dos contadores e outros usuários das informações contábeis com a XBRL, uma linguagem complexa por ser baseada na linguagem XML. Assim, haveria a necessidade de um amparo específico em tecnologia capaz de preencher essa lacuna, pela contratação de profissionais da tecnologia da informação; caso contrário, aumentariam as chances de erros na transmissão de dados.

Outra desvantagem é aquilo que muitos outros autores e profissionais do ramo afirmam ser uma vantagem: a rapidez na divulgação de informações empresariais. Para o autor, a atualização próxima ao tempo real poderia elevar a volatilidade dos preços das ações e proporcionar decisões impulsivas por parte dos *stakeholders* relacionados à empresa.

Outra desvantagem é a questão do grau de extensibilidade das taxonomias, fato que poderia ocasionar um efeito colateral de excessos de subpadrões que não sejam capazes de formar a desejada padronização pelo uso do XBRL.

Por último, o autor menciona a situação caótica que as empresas podem enfrentar quando a adoção torna-se imposta por órgãos reguladores e não há suporte tecnológico no ambiente em que estão inseridas, causando um movimento brusco em busca de tecnologias capazes de suprir suas necessidades e, conseqüentemente, criando gastos que poderiam ser evitados na busca.

Conforme Henson (2010), com a adoção do XBRL, há um maior fluxo de informações em meio eletrônico e, conseqüentemente, maior espaço de atuação para possíveis fraudes,

requisitando das empresas maiores investimentos e manutenção da segurança de suas informações disponibilizadas na internet.

Outras desvantagens também são citadas em Hoogstraten (2006, p. 12), como por exemplo: pouca disponibilidade de materiais sobre XBRL, incerteza quanto à adoção da linguagem e possível diminuição da flexibilidade da informação. No mais, o autor cita também que alguns padrões de controle e auditoria podem não ser compatíveis à linguagem, porque a taxonomia do XBRL permite a exposição de métodos de cálculo, mas não controla as tarefas específicas dos profissionais ligados à contabilidade.

Nel e Steenkamp (2008) não fazem apontamentos diretos sobre desvantagens do uso do XBRL, mas asseguram que a linguagem está sujeita a determinados riscos intrínsecos às novas tecnologias, como a falta de maturidade que pode vir a remeter a problemas de integração e compatibilidade entre a sua versão atual com aquelas que surgirão no futuro, e os custos e tempo despendido para sua implantação inicial.

Determinados trabalhos que apontam os benefícios da utilização do XBRL não possuem testes e comprovações científicas suficientes para prová-los. De acordo com Scarlata (2009), a maioria das publicações a respeito do XBRL concentra-se nos benefícios econômicos e organizacionais, porém, apesar de muitos também discorrerem sobre os benefícios cognitivos pelo uso da linguagem, não possuem evidências empíricas que os comprovem.

2.3.3 Histórico

Mapeadas as vantagens e potencialidades vivenciadas pela utilização da linguagem XML para a transferência e análise de informações de diversas naturezas, em abril de 1998, Charles Hoffman, até então um *Certified Public Accountant* (CPA) e colaborador da organização *Knight Vale and Gregory*, iniciou pesquisas específicas sobre sua utilização para informações financeiras. Seus primeiros resultados despontaram na confecção de um protótipo que possibilitava o uso da linguagem XML inserida nas demonstrações financeiras e procedimentos de auditoria.

Diante do otimismo em relação ao protótipo criado, Charles Hoffman comunicou, em julho do mesmo ano, ao presidente do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), as potencialidades na utilização da linguagem XML para a transmissão das demonstrações financeiras. O projeto ganhou apoio do órgão pela criação de um fundo responsável por amparar o desenvolvimento e refinamento do protótipo anteriormente apresentado, por meio da criação de um conjunto de demonstrações financeiras elaboradas através de XML. Em dezembro de 1998, Charlie Hoffman e Mark Jewett finalizaram o protótipo em XML, com patrocínio do AICPA e da *Knight Vale and Gregory* (XBRL India, 2012).

No mês seguinte, em janeiro de 1999, o AICPA, após ter ciência dos trabalhos realizados via protótipo, reconheceu de fato a importância do projeto, o que resultou na criação de um plano de negócio e seu respectivo fundo financiador, para dar continuidade dos projetos em XML, que passou a se chamar *Extensible Financial Reporting Markup Language* (XFRML) (XBRL India, 2012).

Em agosto de 1999, foi formalizada a formação do comitê responsável pelas atividades relacionadas ao projeto. Sob a liderança do AICPA, o conceito despertou a atenção do empresariado e mais outras 12 empresas uniram esforços para a formação desse comitê, entre elas: *Arthur Andersen, Cohen Computer Consulting, Deloitte & Touche, e-content Company, Ernst & Young, Edgar Online, FRx Software Corporation, Great Plains, KPMG, Microsoft Corporation, PricewaterhouseCoopers (PwC) e The Woodburn Group* (Kernan, 2009).

Em outubro de 1999, foi realizado o primeiro evento público, no escritório do AICPA em Nova Iorque, com o compromisso principal de desenvolver a primeira taxonomia voltada à divulgação de informações financeiras das empresas americanas do setor comercial e industrial, que na época representava 80% de todas as empresas com títulos negociados na bolsa (XBRL India, 2012).

No início de 2000, a linguagem mudou seu nome oficialmente para XBRL (Bryant University, 2012). Em julho do mesmo ano, o projeto da primeira taxonomia foi finalizado, sendo que a APRA (Australian Prudential Regulatory Authority), responsável por

supervisionar bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguros e resseguros e previdência na Austrália, foi a primeira organização a instituir o uso do sistema baseado em XBRL, no ano de 2000 (Saeedi, Richards & Smith, 2005). Com o intuito de expandir e disseminar a linguagem, foi anunciada a internacionalização do comitê. De fato, sua internacionalização vascularizou-se globalmente, tendo como resultado a participação de mais de 10 países no primeiro evento público internacional (Riccio, 2005).

De 2000 até 2005, foram realizadas 10 conferências internacionais sobre XBRL em diversos países, como Inglaterra, EUA, Austrália, Alemanha, Canada, Japão, Holanda e Bélgica. Nesse mesmo período, foram sendo estabelecidas as jurisdições para determinados países.

Outro marco de relevante importância na história do XBRL foi a demonstração pública de interesse pelo conceito por parte da SEC, órgão responsável por regular e fiscalizar o mercado americano de títulos e valores mobiliários.

Tradicionalmente, a SEC tem uma história de fomento e instituição de tecnologias voltadas ao meio de comunicação entre empresa e mercado financeiro. Pode-se citar a adoção do sistema *Electronic Data Gathering, Analysis and Retrieval* (EDGAR), em 1996, que utilizava a linguagem de programação HTML, e do *American Standard Code for Information Interchange* (ASCII), que permitia a coleta, validação, indexação e o encaminhamento das informações através de arquivos eletrônicos, facilitando o fluxo informacional dos seus usuários. Em 2005, tamanho interesse culminou com a instituição do programa voluntário de adoção do XBRL para divulgação financeira (SEC, 2011). Em 2008, a comissão lançou regras para um grupo de empresas para relatar informações financeiras de maneira interativa pelo XBRL, e suas respectivas plataformas tecnológicas foram publicadas em definitivo em 2009.

O XBRL continua tendo como responsável pelo seu desenvolvimento e instrumentação o consórcio formado, via comitê, em 1999. Atualmente, seu conjunto de membros tem como objetivo a criação de um padrão internacional, mesmo que respeitando as referências regionais, para a divulgação financeira e empresarial.

2.3.4 XBRL *International* (XII)

O consórcio *XBRL International* (XII), sediado nos EUA, é formado por aproximadamente 650 companhias, entre elas organizações privadas e órgãos governamentais, e não possui fins lucrativos. Sua principal função é desenvolver e apoiar a linguagem em todo o mundo por meio do suporte às novas jurisdições. Apesar de a tradução remeter ao termo consórcio, sua formação jurídica é de empresa privada.

A diferença entre o uso da linguagem XML e da XBRL é que, com essa última, é possível usar uma taxonomia definida e validada. O responsável por auferir essa validação é o consórcio *XBRL International*.

Para que seja possível a disseminação da XBRL pelo mundo, sem problemas relacionados ao excesso de centralização, respeitando fatores locais e regionais, foi criado o sistema de jurisdições. A *XBRL International* (2011a) define o papel de uma jurisdição da seguinte maneira:

Jurisdições promovem a XBRL e organiza ou patrocina a criação de taxonomias, em particular para as principais normas de contabilidade para relatórios de negócios de sua área. Elas proporcionam uma importante função educacional e de marketing, explicando os benefícios do XBRL para o governo e organizações privadas e apoiam a implementação do XBRL. Organizações que desejam informação, ou auxílio no uso do XBRL, deverão procurar em primeira instância as suas jurisdições locais.

Entretanto, o processo de estabelecimento de uma jurisdição segue algumas etapas obrigatórias. Existem dois tipos de jurisdição: a provisória e a oficial. A primeira possui um pequeno grupo de trabalho, cuja função é despertar o interesse local sobre o XBRL e iniciar o “desenho” da taxonomia de sua região coerente com suas normas contábeis. Após dois anos de trabalho, a jurisdição provisória poderá se tornar oficial, aumentando seu alcance de trabalho por uma quantidade maior de membros participantes dos seus grupos de trabalho e pelos avanços significativos no processo de elaboração da taxonomia (*XBRL International*, 2011a). As jurisdições oficiais também podem votar como membro na assembleia do *XBRL International*.

Para os países e regiões em fase embrionária sobre o estudo e implantação do XBRL, o consórcio promove o programa *Direct Participation*, que confere uma participação direta

nas atividades promovidas pelo consórcio, como forma de introduzir conhecimentos e destrezas para uma futura fundação da jurisdição provisória.

As regiões ou países que possuem a ambição de estabelecer uma jurisdição local devem contatar o *XBRL International*, que possui um comitê específico, formado por profissionais de organizações e órgãos reguladores para o atendimento desse tipo de demanda, o *Member Development Committee*. Torna-se necessário que os interessados na nova jurisdição cumpram algumas métricas estabelecidas pelo documento *Jurisdiction Jump-Start Kit*. Esse documento tem como principais pontos detalhados o significado de jurisdição, o que é necessário para uma jurisdição, os benefícios de fazer parte de uma jurisdição, as diretrizes básicas para formação da jurisdição, escopo da jurisdição e como o consórcio *XBRL International* apoia as novas jurisdições.

Atualmente, o consórcio conta com 21 países com jurisdições oficiais: África do Sul, Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Coréia do Sul, Dinamarca, Emirados Árabes, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia, Suíça. Até junho de 2013, constava como jurisdição provisória a Finlândia. Além dessas jurisdições que representam países, há a jurisdição oficial do IASB, cuja função é desenvolver as taxonomias voltadas às Normas Internacionais de Contabilidade (*XBRL International*, 2011a.).

2.3.5 Formas e níveis de adoção

Conforme os procedimentos requeridos pelo órgão responsável, a adoção do XBRL pode ocorrer de três formas: compulsoriamente, voluntariamente ou de forma facilitada (Selim, 2012). No primeiro caso, o órgão obriga determinado grupo de empresas a adotar a linguagem até uma data máxima, sem necessariamente disponibilizar a infraestrutura tecnológica adequada. No segundo, não há punições por sua não adoção e depende unicamente do desejo da empresa. No último, há uma espécie de sinergia entre órgão regulador e empresas, em que é imposta uma data máxima de adoção, porém, com todo o período de transição necessário para a adaptação, inclusive orientando as empresas sobre as plataformas tecnológicas adjacentes à linguagem.

O nível de adoção do XBRL pode ser entendido pela intensidade e escopo da linguagem. Garner, Henderson, Sheetz e Trinkle (2013) explicam que os níveis de adoção nas organizações podem ser segregados em quatro tipos (sem adoção, baixa adoção, média adoção e alta adoção) e sua escolha se deve pela percepção do custo/benefício associado ao XBRL e como aprendem sobre a linguagem. No Quadro 6, a seguir, os autores pontuam as características de cada tipo:

	Sem adoção	Baixa adoção	Média adoção	Alta adoção
Conversão de dados para XBRL	Sem dados convertidos	Terceirizado	Atividade internalizada	Atividade internalizada
Uso externo do XBRL	Sem uso externo	Para atender às exigências regulatórias ou parceiros comerciais	Para atender às exigências regulatórias ou parceiros comerciais	Para atender às exigências regulatórias ou parceiros comerciais
Uso interno do XBRL	Sem uso interno	Sem uso interno	Sem uso interno	Utilização interna
Benefícios	<p>Não necessita de expertise para o processo de etiquetação</p> <p>Não necessita de investimento de capital</p> <p>Não necessita de habilidades ou expertise adicionais</p> <p>Demonstrações financeiras podem ser completadas mais rapidamente e utilizando menos tempo em relação aos outros níveis de adoção</p>	<p>Não necessita de expertise para o processo de etiquetação</p> <p>Não necessita de investimento de capital</p> <p>Menor curva de aprendizagem se comparada aos níveis mais altos de adoção</p> <p>Demonstrações financeiras podem ser completadas mais rapidamente e utilizando menos tempo em relação aos níveis mais altos de adoção</p>	<p>Mantém o controle de conversão</p> <p>Menor nível de investimento de capital</p> <p>Menor nível de necessidade de expertise interna para etiquetação</p>	<p>Mantém o controle de conversão</p> <p>Facilidade na transmissão de dados financeiros internos</p> <p>Potencial redução dos custos totais</p>
Custos	Perda dos benefícios da utilização do XBRL	<p>Necessidade de contratação de um conversor de dados</p> <p>Necessidade de certo grau de expertise interna para revisar o trabalho do conversor contratado</p> <p>Pode aumentar o custo de arquivamento das demonstrações externas</p>	<p>Necessidade de investimento em hardwares e/ou softwares necessários para o processo de conversão</p> <p>Necessidade de certo grau de expertise interna</p>	<p>Necessidade de altos níveis de investimentos em hardwares e/ou softwares</p> <p>Necessidade de elevada expertise interna</p>

Quadro 6 - Níveis de Adoção
FONTE: Garner et al. (2013, p.2)

2.3.6 O XBRL no Brasil

2.3.6.1 O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Antes de estudar o XBRL no Brasil, é relevante explicar alguns antecedentes na história recente do país sobre programas de transmissão de documentos em meio eletrônico, tendo como exemplo o Sistema Público de Escrituração Digital, ou SPED.

Sua origem está ligada à tentativa de o governo brasileiro integrar as administrações tributárias das esferas federais, estaduais e municipais, por meio do inciso XXII do art. 37 da Emenda Constitucional nº 42, de 2003. Como resultado, foram realizados encontros entre os administradores tributários entre 2004 e 2005, em que foram definidos o desenvolvimento e a implementação do SPED. Entre seus objetivos, o Portal da NF-e (2012) cita que:

[...] padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e carga de trabalho operacional no atendimento, maior eficácia da fiscalização, maior possibilidade de realizações de ações fiscais coordenadas e integradas, maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais, cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos.

O escopo do SPED abrange as transações de informações de natureza fiscal, previdenciária e contábil (CFC, 2012). Alguns subprojetos do SPED estão em desenvolvimento. Entre esses subprojetos, pode-se citar, conforme quadro a seguir:

Subprojeto	Objetivo
Escrituração Contábil Digital (EDC)	Substituir a escrituração contábil em papel pela escrituração digital.
FCONT	Escriturar as contas patrimoniais e de resultado em partidas dobradas, pelos critérios contábeis aplicados antes da introdução das Normas Internacionais de Contabilidade pelas lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09.
Escrituração Fiscal Digital	Escriturar, em meio eletrônico, os documentos exigidos pelo fisco e a apuração dos impostos devidos.
EFD - Contribuições	Escriturar as contribuições sobre PIS/Pasep e Cofins, em regime cumulativo e não cumulativo, e a Contribuição Previdenciária sobre a Receita.
Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota de Serviços Eletrônica (NFS-e)	Documentar o fato gerador das operações e prestações ocorridas entre fornecedores e clientes.
Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e)	Substituir documentos fiscais em papel referentes ao transporte de cargas.
Central de Balanços	Armazenar os demonstrativos contábeis das empresas.
e-LALUR	Agilizar a escrituração fiscal da DIPJ
EFD-Social	Escriturar a folha de pagamento das empresas

Quadro 7 - Subprojetos do SPED

Fonte: CFC (2012).

2.3.6.2 Breve história no Brasil

No Brasil, os estudos sobre o XBRL foram iniciados pelo professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA-USP, Edson Luiz Riccio, entre os anos de 2001 e 2003, no Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (TECSI) (CFC, 2011).

Entretanto, já em outubro de 2002, foi apresentado pelo Prof. Paulo Caetano da Silva, no *VIII Brazilian Symposium on Multimedia and Hypermedia Systems*, na cidade de Fortaleza, o trabalho intitulado “Informações financeiras como Hiperdocumentos na Web” (Silva, 2002).

Em janeiro de 2003, foi instituído, por meio do TECSI, o Grupo de Discussão XBRL Brasil, em que seus membros, pesquisadores e profissionais do mercado tinham a finalidade de discutir temas sobre sua “definição, taxonomia, desenvolvimento, implantação no Brasil e no mundo, impactos e o estado-da-arte, com o objetivo de criar conhecimento, soluções para problemas e agregar valor” (Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação [TECSI], 2012).

Em maio de 2003, foi apresentada a primeira dissertação no país sobre o XBRL na Universidade de Salvador (UNIFACS), no Estado da Bahia, por Paulo Caetano da Silva, com o tema “Explorando linguagens de marcação para representação de relatórios de informações financeiras”. A dissertação demonstrou, via estudo de caso, a viabilidade e as vantagens do emprego do XBRL no intercâmbio de informações financeiras no ambiente do Banco Central do Brasil, cuja conclusão aponta para a possibilidade de estruturação das informações digitais e a facilidade na busca e no processamento de dados entre aplicações (Silva, 2003).

Em setembro do ano seguinte, foi realizado o 1º Workshop Brasileiro de XBRL. O evento teve sequência pela realização do Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação (CONTECSI), com sua última edição realizada em junho de 2013.⁶

Em 2005, foi apresentada a dissertação de mestrado “O XBRL no Brasil: Um estudo empírico com as empresas de capital aberto”, de Orandi Moreira, na Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo. O trabalho buscou entender a realidade da utilização da internet para a divulgação de informações financeiras e do XBRL no Brasil (Moreira, 2005).

O primeiro livro sobre o tema foi publicado em 2005: “XBRL: a divulgação de informações empresariais” (Riccio, Silva & Sakata, 2005). Em 2006, outro livro foi lançado: “XBRL: conceitos e aplicações” (Silva, Silva & Aquino Júnior, 2006). Além disso, diversos artigos acadêmicos foram publicados sobre o tema.

O CFC fez menção ao XBRL por meio de sua resolução 1061/05, em que considera sua participação no Grupo de Trabalho responsável pela criação da jurisdição brasileira. Adicionalmente, também é mencionado na mesma resolução o leiaute brasileiro de contabilidade digital, cuja finalidade seria de “escrituração, geração e armazenamento das informações em meio digital” (CFC, 2005). Entretanto, essa resolução foi revogada no ano seguinte pela resolução 1078/06.

Algumas empresas brasileiras que possuem *American Depositary Receipts* (ADR's) negociados na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) são obrigadas a transmitir suas informações

⁶ Essa dissertação foi depositada em agosto de 2013.

exigidas pela SEC utilizando a linguagem XBRL. Todavia, em 2006, quando essa obrigatoriedade não existia, a Petrobrás foi uma das 137 empresas pioneira na adoção da linguagem, fazendo parte do programa voluntário de adoção (Ávilla, Roman, Bueno, & Carvalho, 2009).

Atualmente, o CFC conta com o Comitê Estratégico e o Comitê Técnico para o desenvolvimento de trabalhos relacionados à implantação do XBRL em larga escala no Brasil. O Comitê Estratégico tem em seu escopo assuntos relacionados à instituição e princípios de governança da futura jurisdição brasileira. O Comitê Técnico tem seus trabalhos voltados à atualização e melhorias na taxonomia local (Nobre & Carvalho, 2011). Em 2008, houve a tentativa de se criar a jurisdição brasileira, mas a empreitada não teve êxito.

2.3.6.3 A taxonomia brasileira

A primeira taxonomia brasileira foi promulgada em 2007, e um ano mais tarde, em 2008, tornou-se efetiva. Sua finalidade foi assessorar a convergência entre o GAAP brasileiro (BRGAAP) com as IFRS (Nobre & Carvalho, 2011).

Uma segunda taxonomia foi desenvolvida até o ano de 2011. No segundo semestre de 2012, ocorreu o processo de audiência pública sobre essa taxonomia no CFC, que permitiu sugestões e questionamentos sobre a taxonomia.

O documento disponível no *site* do CFC esteve em formato de planilha e dividido por demonstrações contábeis. Principais peças contábeis abrangidas: Demonstração do Fluxo de Caixa Direto, Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial, sendo esta última dividida em partes (Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido).

2.4 Teorias institucionais e o processo de adoção e difusão de inovações tecnológicas

2.4.1 Inovação

Para Van de Ven e Angle (2000), a criação de uma nova ideia pode ser denominada invenção. Entretanto, inovação abrange o processo pelo qual a nova ideia é desenvolvida e implantada. De forma semelhante, Van de Ven e Poole (2000) diferenciam a inovação em si do processo de inovação, ao afirmarem que:

Enquanto inovação é definida como a introdução de uma nova ideia, o processo de inovação refere-se a sequencia temporal de eventos que ocorrem como a interação de pessoas umas com as outras para o desenvolvimento e implementação de suas ideias inovadoras em um contexto institucional. (p.32)⁷.

Conforme Hameed, Counsell e Swift (2012), inovação pode ser entendida não apenas como ideia, mas também como um produto, um programa ou uma tecnologia que seja nova para a unidade de adoção.

Segundo Rogers (1998), existem diversas definições para a inovação na literatura vigente. O autor utiliza as definições econômicas de Joseph Schumpter para elencar algumas delas, tais como: (1) introdução de um novo produto ou uma alteração qualitativa naqueles já existentes; (2) um novo processo para a indústria; (3) abertura de um novo mercado; (4) desenvolvimento de novas fontes de fornecimento de recursos de matérias-primas e outros insumos; e (5) mudanças na organização industrial.

Independentemente da definição de inovação, Tornatzky e Fleischer (1990) afirmam que a inovação é uma qualidade situacional, pois uma dada configuração pode ser vista como inovação para alguns, enquanto passada, por outros.

Lemos (1999) classifica a inovação em dois tipos possíveis: radical e incremental. Sob o ponto de vista econômico, a autora refere-se à inovação radical como aquela que rompe com o padrão tecnológico vigente, possibilitando o surgimento de uma nova configuração

⁷ *A theory of innovation is fundamentally a theory of change in a social system. While innovation is defined as the introduction of a new idea, the process of innovation refers to the temporal sequence of events that occur as people interact with others to develop and implement their innovation ideas within an institutional context.*

econômica, por exemplo, pela extinção de determinados setores e mercados e o surgimento de tantos outros. Por outro lado, a inovação incremental é aquela que introduz qualquer tipo de melhoria em um produto, processo ou organização de produção, sem alterar a forma da estrutura industrial.

Nord e Tucker (1987) fazem a distinção entre inovações radicais e incrementais sob o ponto de vista institucional da organização. Para os autores, as inovações radicais são aquelas que introduzem algo novo à realidade da organização, exigindo novas rotinas que podem alterar as crenças e o sistema de valor de seus membros. As inovações incrementais não exigem grandes alterações nas rotinas da organização e nem alteram as normas e os valores anteriores.

Outro tipo de categorização diz respeito à finalidade da inovação no meio em que é alocada conforme sua utilidade. Damanpour e Gopalakrishnan (1998) definem dois tipos de inovação: inovação em produto e inovação em processo. Segundo os autores, a inovação em produto é definida como novos produtos ou serviços disponibilizados a usuários externos à organização. A inovação em processos é definida como os novos elementos introduzidos nas operações e fluxos das organizações para exercerem alguma função em sua cadeia produtiva.

Schmidt e Rammer (2007) diferenciam as inovações em dois grupos: tecnológicas e não tecnológicas. As inovações tecnológicas são as que envolvem uma nova ideia, cuja materialização se dá por meio de um novo produto ou um novo processo, similar ao exposto no parágrafo anterior. Entretanto, existem inovações adjacentes às inovações tecnológicas, cujo propósito é assessorá-las por meio de novos arranjos organizacionais ou novos métodos de marketing, definidos como não tecnológicos.

Para este trabalho, considera-se o XBRL uma inovação tecnológica em sistemas de informações, por vezes denominada apenas “tecnologia”.

2.4.2 Adoção e difusão

Conforme Rogers (1995), adoção e difusão de uma inovação são conceitos distintos. A adoção pode ser entendida como a decisão de um indivíduo ou organização em utilizar a inovação, enquanto, em momento posterior, a difusão refere-se ao nível acumulado de usuários que fazem uso dessa inovação.

Para o autor, o processo de adoção, e posteriormente o de difusão, segue uma curva com formato "S", iniciada pelo grupo de adotantes iniciais, aumentando sua adoção por meio da difusão da inovação, e posteriormente, os adotantes retardatários, conforme a Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Curva "S" de difusão
FONTE: Rogers (1995, p. 11).

Em referência à curva de difusão, Rogers e Scott (1997) classificam os adotantes da inovação em cinco grupos, categorizados em função do período de adoção da inovação e suas características. Por meio de estudos, propõem uma proporção de cada um dos grupos em relação à difusão plena, ou seja, hipoteticamente, quando 100% dos usuários da tecnologia a utilizam:

- a) **Inovadores (2,5%):** são os pioneiros na adoção da inovação e, por isso, estão dispostos a assumir mais riscos. Geralmente necessitam de habilidades no entendimento e aplicação de conhecimento técnico complexo. Possuem um papel importante no processo de difusão, pois são responsáveis por lançar o conceito inicial dentro de um determinado meio;

- b) Adotantes Iniciais (13,5%):** são mais integrados ao sistema local em relação aos inovadores. Possuem o papel de modelo para outros agentes em um sistema social, exercendo liderança de opinião. Por isso, geralmente, são admirados dentro de seu sistema social e diminuem algumas incertezas relacionadas à inovação se comparados a seus pares ainda não adotantes;
- c) Maioria inicial (34%):** apesar de não exercerem a mesma liderança que os adotantes iniciais, a maioria inicial é responsável pela interconectividade entre os agentes do meio social;
- d) Maioria posterior (34%):** grupo receoso em relação à inovação, que aguarda a adoção da maior parte dos indivíduos. Para que a adoção neste grupo seja inserida, as incertezas relacionadas à inovação devem estar relativamente reduzidas se comparadas aos momentos anteriores. A adoção neste grupo também pode ocorrer por pressões provenientes do seu sistema social;
- e) Retardatários (16%):** formados por partes geralmente isoladas das redes sociais. São resistentes em relação à mudança e exigem informações passadas, como experiências de outros grupos, para sua tomada de decisão, visto que são avessos aos riscos provenientes da inovação.

A visão organizacional da inovação possui uma função no relacionamento entre esses grupos. Os autores argumentam que, primeiramente, a visão organizacional ocorre durante os estágios iniciais da inovação. Por sua vez, a maioria inicial, hesitante à adoção, confia no seu desenvolvimento em seus esforços em obter senso sobre a inovação. No entanto, se a visão organizacional da inovação não for desenvolvida mesmo após sua adoção inicial, sua difusão e institucionalização posteriores têm grandes chances de serem atrasadas e dificultosas (Swanson & Ramiller, 1997).

Diversas pesquisas buscam entender os fatores que facilitem ou inibam a adoção e difusão dessas tecnologias emergentes por meio de algum tipo de estudo com potenciais adotantes. Contudo, o problema de parte dessas pesquisas reside no fato de serem suportadas por pressupostos que assumem o indivíduo ou a organização dotados de racionalidade extrema, que justificará a adoção ou não da inovação tecnológica pela ponderação de seus benefícios, sob o ponto de vista de retornos econômicos e da eficiência técnica (Fichman, 2004).

Para corroborar essa lógica, as teorias que estudam processos de adoção e difusão das inovações são segregadas em duas categorias conforme a unidade de análise. A primeira refere-se ao estudo dos mecanismos de adoção pela análise de fatores considerados facilitadores ou inibidores para a sua concretização, possibilitando, por exemplo, sua explicação no nível do indivíduo. A segunda, em perspectiva mais ampla, busca estudar o processo de adoção no nível institucional, com seus impactos, efeitos e uso em um determinado setor, região ou país (Carton, Romeyer, & Vaujany, 2007).

Segundo Troshani e Doolin (2005), primeiramente, a adoção tecnológica se constitui em nível organizacional e, posteriormente, ao indivíduo que constitui a organização, logo, devem ser tratados como conceitos separados, distintos e sequenciais.

2.4.3 Institucionalização

Neste trabalho, buscou-se uma abordagem alternativa àquela que explica a adoção de novas práticas e inovações tecnológicas pelos aspectos de eficiência técnica da teoria econômica neoclássica. Assim, optou-se pelo emprego da teoria institucional. O motivo pela abordagem que não carregue unicamente os pressupostos da teoria econômica neoclássica reside no fato de que essa não considera em sua lógica de análise a complexidade institucional do ambiente organizacional moderno no qual o XBRL é desenvolvido, adotado e difundido.

Por outro lado, as teorias institucionais organizacionais fornecem uma visão mais complexa da organização, pois acreditam que são influenciadas por pressões normativas endógenas ou exógenas. Em consequência a essas pressões, as organizações buscam a sobrevivência pela adoção de elementos que busquem aumentar sua probabilidade de sobrevivência (Zucker, 1987).

Entende-se que “as instituições são estruturas sociais que atingiram um alto grau de resiliência. São compostas por elementos cognitivos e culturais, normativos e regulatórios que,

em conjunto com atividades e recursos associados, oferecem estabilidade e significado à vida social⁸” (Scott, 2001, p.49).

Para Meyer e Rowan (1977), as sociedades modernas possuem muitas prescrições institucionalizadas, que geram um suporte para o surgimento de organizações formais, e essas prescrições são como regras ou mitos, que tentam transmitir um conceito do ideal, mas que não foram verificados de forma racional.

Mesmo nas linhas institucionais, existem poucas pesquisas voltadas a entender os períodos anteriores à adoção e difusão das inovações tecnológicas. Consequentemente, há pouco entendimento sobre o intervalo de tempo para a absorção da incerteza sobre a inovação, no denominado “período de fermentação” (Troshani e Lymer, 2011, p. 2).

O motivo para esse fenômeno é que as teorias institucionais alegam que a adoção inicial da inovação é fundamentada por fatores locais e pela escolha organizacional racional, e em momento posterior à adoção, é institucionalizada e tomada como certa (Swanson & Ramiller, 1997). Ou seja, existe uma lacuna no arcabouço teórico sobre o momento pré-institucional.

Como relatam Swanson e Ramiller (1997), o processo institucional é empenhado desde o início da adoção da inovação. Como resultado, os autores desenvolveram o modelo denominado *Organizing Vision* (OV), visão organizacional, que busca preencher essa lacuna, compreendendo os momentos iniciais e posteriores à adoção e difusão de uma determinada inovação.

Dessa forma, visto o estágio embrionário de adoção do XBRL no Brasil e os dados disponíveis para pesquisa, utilizou-se esse modelo conceitual para tentar elucidar os problemas de pesquisa e alcançar os objetivos propostos.

⁸ *Institutions are social structures that have attained a high degree of resilience. [They] are composed of cultural-cognitive, normative, and regulative elements that, together with associated activities and resources, provide stability and meaning to social life*

2.4.4 Visão Organizacional

Swanson e Ramiller (1997) argumentam que a comunidade relacionada à inovação tecnológica em sistemas de informações desempenha um papel fundamental no seu processo de adoção e difusão:

[...] uma comunidade interorganizacional, composta por uma rede de partes heterogêneas com uma variedade de interesses materiais em uma inovação em Sistemas de Informações, coletivamente cria e emprega uma visão organizacional da inovação que é uma central de decisões e ações que afetam o seu desenvolvimento e difusão. Essa visão organizacional representa o produto dos esforços de membros desta comunidade em “fazer sentido” (Weick, 1995) da inovação como uma oportunidade organizacional. Fazendo sentido a inovação, a comunidade em vigor também a define e a cria.⁹

Para os autores, os membros da comunidade relacionada à tecnologia da informação buscam interagir com o propósito de reduzir a percepção de incerteza sobre aquilo que não é compreendido ou entendido.

Sobre essa comunidade relacionada, Troshani e Lymer (2011) apontam que, para sintetizar seu sentido, existe um discurso sustentado por diversos mecanismos. Nesses mecanismos, algumas organizações podem estar interessadas em entender como a inovação emergente poderá beneficiá-las, enquanto outras se interessarão em entender como promovê-las.

Segundo Carton et al. (2007), o processo por trás da escolha em adotar e implementar uma determinada tecnologia não pode ser desassociado do discurso emitido pelo ambiente que circunda a organização, tal como mídia, consultores e competidores.

Por compreender as relações entre diversos agentes e instituições, entende-se que a unidade de análise para a visão organizacional não é o indivíduo ou uma organização específica, mas o arranjo institucional interorganizacional.

⁹ [...] *an interorganizational community, comprised of a heterogeneous network of parties with a variety of material interests in an IS innovation, collectively creates and employs an organizational vision of the innovation that is a central to decisions and actions affecting its development and diffusion. That organizing vision represents the product of the efforts of the members of that community to “make sense” (Weick, 1995) of the innovation as an organizational opportunity. In so making sense of the innovation, the community in effect also defines it and creates it.*

Para corroborar a unidade de análise, Wang (2002) assevera que a visão organizacional consegue dialogar diretamente na compreensão de novas tecnologias de informação pelas organizações em uma comunidade interorganizacional. Objetivamente, a visão organizacional pode ser definida como “ideia focal da comunidade para a aplicação da tecnologia da informação nas organizações” (Swanson & Ramiller, 1997, p. 460).

Ao resgatar conceitos das teorias institucionais, Swanson e Ramiller (1997) resumem o ponto crítico do modelo proposto, argumentando que a tecnologia da informação sustentada pela visão organizacional oferece às organizações o amparo material básico, tal como computadores e *softwares*, porém, sua aplicação é condicionada ao contexto organizacional, podendo surgir novas formas organizacionais, que incluem regras, processos de trabalho, mecanismos de controle e responsabilidades.

Como apontam Yang e Hsu (2011), por meio da visão organizacional, a adoção de inovação não pode ser simplificada como um determinismo linear, mas sim, “a inovação está situada em sua própria história, necessidades, capacidades e riscos de adoção. Essa perspectiva é mais social e histórica, e é enriquecida por um conjunto de recursos conceituais compartilhados pelo adotante potencial” (p. 260). Dessa forma, uma nova tecnologia ocasiona um conjunto de oportunidades para a organização. Por sua vez, a visão organizacional traduz algumas dessas oportunidades por meio de um futuro imaginado (Swanson & Ramiller, 1997).

Segundo Currie (2004), de forma não necessariamente linear, três conceitos são fundamentais para explorar as oportunidades apresentadas pela visão organizacional em relação à inovação tecnológica em sistemas de informações: (1) interpretação, (2) legitimação e (3) mobilização, discutidos a seguir.

2.4.4.1 Interpretação

De acordo com Klecun-Dabrowska e Cornford (2002), na fase de interpretação, surge uma narrativa desenvolvida para descrever a natureza da inovação e simultaneamente apresentar seu propósito no amplo contexto social, técnico e econômico. Pelo processo de

interpretação, torna-se possível abordar as incertezas que envolvam uma nova tecnologia, fornecendo uma interpretação que possibilite explicar o que ela é (Wang, 2002).

Esse processo de interpretação pode ser considerado um caminho exploratório para agentes pioneiros na adoção da inovação, por exemplo, empresas ou provedores dessa inovação e desenvolvedores de softwares (Swanson & Ramiller, 1997).

Sobre isso, Oliver (1992) relata que “novos membros com formação e experiências que diferem de membros existentes trazem diferentes marcos interpretativos e definições sociais de comportamento para a organização que atuam para diminuir consenso e adesão inquestionável às práticas tomadas como certas” (p. 575).

Apesar da falta de consenso que possa surgir sobre a inovação no discurso empregado pelas diferentes partes interessadas, não se deve considerá-la prejudicial ao desenvolvimento da visão organizacional. Em vez disso, é justamente nesse exercício de questionamento, impasse e diversidade de conceitos que a comunidade relacionada à inovação busca desenvolver sua explicação social.

2.4.4.2 Legitimação

Pela legitimação, a visão organizacional tenta compreender a lógica subjacente à inovação, buscando entender o motivo que torna a adoção da inovação necessária. Como resultado, surgem ações que busquem legitimar sua adoção no âmbito técnico, funcional, político e organizacional (Klecun-Dabrowska & Cornford, 2002). Ou seja, a legitimação tenta compreender o porquê de sua adoção.

Legitimidade é um dos conceitos centrais das teorias institucionais, em especial à linha denominada Nova Sociologia Institucional, e é um processo que busca a homogeneização denominada isomorfismo.

DiMaggio e Powell (1983) indicam que há três mecanismos de mudança isomórfica institucional: coercitivo, mimético e normativo. Para os autores, isomorfismo coercitivo é

aquele em que a organização adota práticas por pressões de terceiros dos quais possuem forte dependência, por meio de persuasão, como o Estado, e os credores, que a pressionam a se adequar às expectativas culturais da sociedade como um todo. Isomorfismo mimético origina-se quando, sob as condições de incerteza, a organização reproduz, sem o elemento persuasão, práticas de organizações similares consideradas de maior sucesso. Por último, o isomorfismo normativo é quando a organização adota práticas em razão de pressões do meio profissional, seja no ambiente educacional, seja nas próprias relações entre os profissionais.

Conforme Swanson e Ramiller (1997), o processo de legitimação de uma inovação é sustentado pela reputação e autoridade daqueles que a promulgam e por meio de identidades daqueles que a empreendem.

2.4.4.3 Mobilização

O conceito de mobilização refere-se à forma econômica, como a alocação de recursos, a fim de empreender a adoção e difusão da inovação. Segundo os mesmos autores, a visão organizacional pode ser útil na ativação, motivação e estruturação das forças empreendedoras e mercadológicas necessárias para as realizações materiais relacionadas à inovação. No caso do XBRL, por exemplo, empresas que busquem utilizar a linguagem.

A visão organizacional auxilia no processo de mobilização das forças mercadológicas e empresarias que sustentam a inovação, mostrando como se deve produzir e implantar a inovação, por meios práticos que viabilizem sua adoção e difusão (Wang, 2002).

A mobilização de uma tecnologia da informação pode ser traduzida no lançamento de novos *softwares* e *hardwares* no mercado e pelas publicações em canais direcionados ao público, que buscam afetar ou cursos e palestras sobre o tema.

Entretanto, para Takeishi, Yaichi e Masaru (2010), o processo de mobilização é complexo e deve ser estudado por meio das perspectivas institucionais. Os autores relatam que:

Não há um consenso objetivo que a nova ideia será bem-sucedida no final. É, portanto, necessário para aquelas pessoas que queiram realizar a inovação mostrar aos outros, tanto dentro como fora da organização, razões legítimas para a mobilização de seus preciosos recursos, incluindo pessoas, materiais, instalações e dinheiro, durante todo o seu processo de comercialização. (p. 165).

2.4.4.4 Funcionamento do Modelo

Ao partir das teorias institucionais, Swanson e Ramiller (1997) argumentam que, para o entendimento dos processos de interpretação, legitimação e mobilização da inovação, torna-se necessário o exame do padrão evolutivo das forças e dos fatores que compõem o ambiente gerador da visão organizacional. A Figura 7, a seguir, mostra essa relação:

Figura 8 - Produção institucional da *Organizing Vision*
 FONTE: Swanson e Ramiller (1997, p. 462)

Essas forças e esses fatores que compõem o ambiente são segmentados em camadas pelo campo organizacional de estudo. Podem estar em um plano mais subjetivo e conceitual nos recursos culturais e linguísticos. Por se tratar de um modelo retórico, também pode ser analisado no campo interpretativo-discursivo. Tal como a comunidade é formada, também tem como camada a estrutura social, em que o discurso da visão organizacional é concebido e

sustentado. E por último, em camada mais resoluta, a tradução das atividades práticas e objetivas ajuda a compreender o desenvolvimento da visão organizacional.

A visão organizacional tem como ponto de partida o discurso empreendido pela comunidade interessada no surgimento e desenvolvimento da tecnologia em questão. Para Fiske (1987, p. 14, citado por Swanson & Ramiller, 1997), o discurso é o conjunto de representações socialmente desenvolvido, visando a auferir um conjunto de significados sobre um determinado assunto.

Em função da heterogeneidade dos agentes interessados e relacionados à visão organizacional, o discurso pode ser pautado por divergências conceituais. Ao mesmo tempo em que as divergências podem enriquecer e dinamizar o discurso por meio de um enfoque com maior variedade de argumentos, poderá também resultar em contradições e baixa coerência sobre o surgimento do significado sobre a visão organizacional (Troshani & Lymer, 2011).

Conforme Meyer e Rowan (1977), geralmente, a visão organizacional é identificada por meio de um nome ou rótulo específico, proveniente do ambiente interorganizacional em que é concebida e desenvolvida, criando um vocabulário que se tornou legitimado anteriormente. Sobre isso, os autores citam que:

Do ponto de vista institucional, então, um aspecto mais importante de isomorfismo com as instituições ambientais é a evolução da linguagem organizacional. Os rótulos do organograma, bem como o vocabulário usado para delinear os objetivos organizacionais, procedimentos e políticas são análogos aos vocabulários de motivação utilizados para explicar as atividades individuais. [...] Tanto orador, bem como os ouvintes, compreendem tais indicações para descrever como certas responsabilidades serão realizadas. [...] Organizações descritas no vocabulário legitimado são assumidas a serem orientadas pelo coletivamente definido, e frequentemente pelo coletivamente imposto [...]. (p. 349).¹⁰

O discurso da comunidade e seus participantes pode se influenciar de maneira recíproca, conforme indicação, na Figura 8, das setas 1 e 2. Por exemplo, assim como os participantes são responsáveis por moldar o discurso relacionado à linguagem XBRL, esse mesmo discurso pode ser responsável por despertar o interesse para que novos participantes venham a fazer parte dessa comunidade ou que aqueles já presentes deixem a comunidade.

¹⁰ *From an institutional perspective, then, a most important aspect of isomorphism with environmental institutions is the evolution of organizational language. The labels of the organization chart as well as the vocabulary used to delineate organizational goals, procedures, and policies are analogous to the vocabularies of motive used to account for the activities of individuals. [...] Both the speaker and the listeners understand such statements to describe how certain responsibilities will be carried out. [...] Organizations described in legitimated vocabularies are assumed to be oriented to collectively defined, and often collectively mandated [...].*

Em nível cultural e linguístico, visto nas setas 3 e 4 da Figura 8, discurso é influenciado e influencia a subcultura dos profissionais à visão organizacional relacionada. No plano linguístico, geralmente, os termos e conceitos da área de tecnologia são mais evidentes na influência que a subcultura profissional exerce na visão organizacional. No caso da visão organizacional do XBRL, “linguagens de marcação” e “XML” são termos frequentemente utilizados na criação do discurso. Por outro lado, a subcultura desses profissionais de tecnologia pode ser influenciada pelos termos e conceitos da área de negócios, provenientes da interação com outros agentes institucionais no desenvolvimento do XBRL.

Adicionalmente, de forma unilateral, a relevância da visão organizacional pode ser legitimada por meio da extração de significado interpretativo de uma problemática do negócio a ser resolvida (Troshani e Lymer, 2011). Ou seja, um dos fatores que auxilia na aquisição de significado para essa visão é sua resposta a um determinado problema (seta 5 na Figura 8). Por exemplo, Lin e Hsu (2001), estudando em Taiwan a tecnologia STP (*Straigh-through-Processing*), afirmam que essa tecnologia é uma resposta ao problema originado pelo volume crescente de transações e o risco operacional do mercado de fundos do país.

A visão organizacional é pressionada pela tecnologia subjacente a ela disponível. Swanson e Ramiller (1997) indicam que a tecnologia subjacente aspira conjuntamente por artefatos tecnológicos, formas organizacionais e práticas de trabalho (setas 6 e 7 na Figura 8).

No caso do XBRL, sua adoção depende de uma série de variáveis entre os agentes interligados no fluxo de informações. Diversos tipos de softwares podem ser empregados nesse processo, como por exemplo, aqueles responsáveis por compilarem e /ou lerem as informações em XML ou os editores de taxonomia. Além disso, a própria taxonomia local necessita ser criada e difundida para a adoção plena do XBRL em moldes oficiais (seta 7 na Figura 8).

Por último, a visão organizacional pode ser formulada e reformulada na continuidade dos processos de adoção e difusão da inovação. Em ambos os processos, dúvidas, ceticismo e incertezas podem surgir em relação à finalidade a qual se deseja o seu emprego.

Alguns estudos apontam a baixa adoção do XBRL em programas voluntários (Steenkamp & Nel, 2012; Bonsón et al., 2009; Cordery et al., 2011). Geralmente, as razões pela baixa adoção do XBRL, quando não feita de forma obrigatória, são: falta do suporte de órgãos governamentais, ceticismo sobre os benefícios prometidos pela adoção da linguagem e a complexidade e os custos envolvidos na estrutura que suporta o XBRL.

Em contrapartida, empresas podem desejar aderir a uma inovação em função de outros fatores que não sejam diretamente relacionados aos aspectos técnicos ou econômicos. Bonsón et al. (2009), por exemplo, concluem que a imagem de pioneirismo sinalizada ao setor e a busca pelo conhecimento da linguagem exercem um papel fundamental na adoção voluntária do XBRL.

Organizações que adotaram a inovação com êxito à sua finalidade servem como exemplo às outras empresas que não os fizeram, com poder de alterar o discurso da comunidade que suporta a visão organizacional (Swanson & Ramiller, 1997).

2.4.4.5 O comportamento dinâmico da visão organizacional

Swanson e Ramiller (1997) alegam que a visão organizacional segue uma trajetória semelhante de um “balão de ar quente” (p. 468): pode subir, descer e movimentar-se por caminhos complexos. Esses movimentos podem ser explicados pela retórica que sustenta o discurso da visão organizacional.

A retórica pode se fortalecer ou enfraquecer o discurso, tornando-o mais ou menos convincente ao longo da trajetória da visão organizacional. Para Green (2004), a principal preocupação de uma teoria retórica de difusão é entender como as variações discursivas convencem os agentes institucionais a adotar novas práticas ou inovação. Adicionalmente, busca entender como, ao longo do tempo, o poder de persuasão de suas justificativas molda a forma como essas práticas e inovações são institucionalizadas.

Assim, a forma como as pessoas notam a retórica é um sinal de como a visão organizacional está sendo informada e persuadida, respectivamente pelos processos de interpretação e legitimação (Swanson & Ramiller, 1997).

Conforme Swanson e Ramiller (1997), a persuasão da visão organizacional se forma pela composição de diversos atributos. Os principais atributos mencionados pelos autores são: distinção, informação, plausibilidade e importância. A distinção mostra um novo propósito até então não existente, mantendo a atenção da comunidade. Os atributos da informação e plausibilidade esclarecem à comunidade o propósito da inovação e não o superestima, respectivamente. E a importância é relacionada ao valor “prático” de uso da inovação (Greenhalgh, Procter, Wherton, Sugarhood, & Shaw, 2012; Swanson & Ramiller, 1997).

Por fim, retomando a metáfora da trajetória do balão, a visão organizacional nunca chega ao seu destino, pois institucionalizada ou abandonada, seu destino é ser coletivamente esquecida (Swanson & Ramiller, 1997).

2.4.4.6 Visão Organizacional: revisão bibliográfica

Neste tópico, é apresentada uma breve revisão bibliográfica de trabalhos que utilizaram o modelo da visão organizacional para estudar tecnologias de sistemas de informações. Nota-se que, apesar de os problemas de pesquisa serem relacionados às pressões interorganizacionais e ao discurso empregado pela comunidade relacionada, os métodos e técnicas de pesquisa variam bastante.

Klecun-Dabrowska e Cornford (2002) utilizaram o modelo conceitual para entender como as tecnologias em *telehealth* adquirem identidade, reconhecimento e aceitação no Reino Unido pela comunidade relacionada. Os autores utilizaram como técnica de coleta de dados a revisão bibliográfica e a condução de entrevistas semiestruturadas com 42 participantes, entre médicos, atendentes e responsáveis por políticas públicas na área da saúde. Por meio da análise de conteúdo, conclui-se que, apesar de a visão organizacional sobre as tecnologias pesquisadas não ser amplamente difundida, ganhou maior visibilidade em virtude do processo político para sua interpretação e legitimação.

Wang (2002) publicou o trabalho *What drives waves in information technology? IT discourse from the organizing vision perspective*. De forma abrangente, utilizando a tecnologia dos ERPs como exemplo e o modelo da visão organizacional, buscou compreender quais forças direcionavam os conglomerados de ideias na área de Tecnologia da Informação. Por meio de métodos estatísticos, regressões múltiplas e teste qui-quadrado, inferiu sobre as publicações ERPs de 1991 a 2001. Para o autor, as forças direcionadoras são: (1) discurso sobre os benefícios da utilização do ERP, (2) a pressão exercida pelo mercado e (3) no macro ambiente, a percepção de redução no nível geral da atividade econômica.

Em 2003, os mesmos autores que desenvolveram o modelo da visão organizacional publicaram o estudo: *Organizing vision for information technology and the information systems executive response* (Ramiller & Swanson, 2003). O problema de pesquisa do estudo foi entender como os sistemas de informação executiva reagem à visão organizacional exercida sobre eles. Por meio do emprego de 36 entrevistas semiestruturadas e, posteriormente, 143 *surveys* respondidas de forma válida, concluíram que os sistemas estudados reagem à visão organizacional por quatro dimensões: interpretabilidade, plausibilidade, importância e descontinuidade.

Currie (2004), pela participação em diversas feiras e eventos sobre *Application Service Provision* (ASP) e 174 entrevistas semiestruturadas, buscou responder a três questões de pesquisa envolvendo a tecnologia e a visão organizacional: (1) como arranjos institucionais moldam a natureza da ação coletiva na formação da visão organizacional, (2) qual a função do poder dos grupos institucionais na construção e manutenção da visão organizacional e (3) como a adoção e difusão da inovação ocorrem na comunidade em geral. Por meio de métodos qualitativos e quantitativos para analisar as informações coletadas, concluiu que a forma como a visão organizacional se desenvolve exerce uma função fundamental no incentivo ou na inibição da adoção e difusão da tecnologia, principalmente em seus estágios iniciais.

Carton et al. (2007) utilizaram o modelo da visão organizacional para a confecção do estudo comparativo entre as diferenças na interação do discurso interorganizacional e práticas locais na França e nos EUA. Pela análise de conteúdo da revisão bibliográfica entre 1999 e 2003, encontraram diferenças relevantes entre os dois países em seus sistemas que produzem

a visão organizacional e as reações comportamentais frente ao seu discurso na área da Tecnologia da Informação em geral.

Reardon e Davidson (2007) investigaram a função que a visão organizacional exerce na formação da percepção dos médicos sobre a tecnologia *Electronic Medical Record* (EMR) e no interesse por sua adoção e utilização. Pela análise fatorial para tratamento dos dados obtidos pela *survey* realizada com 169 médicos, concluíram que a visão organizacional vigente não era suficientemente capaz de motivar esses profissionais na adoção da tecnologia, devido às suas barreiras práticas e aos custos iniciais elevados.

Troshani e Lymer (2011), adequando ao modelo da visão organizacional de seu estudo do ano anterior que utilizava a estrutura *Technology-organization-environment framework* (TOE), *Translation in XBRL standardization* (Troshani & Lymer, 2010), buscaram entender como os arranjos institucionais são postos a moldar a ação coletiva quando organizações heterogêneas se envolvem no intuito de promover o XBRL no Reino Unido.

Por meio da entrevista semiestruturada com 19 participantes de diversos tipos de instituições, concluíram que: (1) o XBRL não é amplamente difundido; (2) em seu estágio inicial de implementação, os responsáveis por promover a tecnologia podem ter contribuído para a falta de compreensão da comunidade, por utilizarem termos “chavões” de forma excessiva; (3) a escassez de ferramentas adequadas impediu a apreciação dos benefícios prometidos pelo XBRL; e (4) a participação do governo exerce uma função importante no processo de legitimação do XBRL e seu poder coercitivo incita a necessidade de refinamento da visão organizacional dele.

Lin e Hsu (2011), da mesma forma, utilizaram o modelo da visão organizacional para entender a dinâmica das interpretações e ações entre os diferentes agentes sociais na comunidade relacionada com a tecnologia STP no setor financeiro de Taiwan. Adicionalmente, buscaram compreender como essas mesmas interpretações e ações conduzem ao desenvolvimento e à adoção da tecnologia no contexto estudado. Para isso, empreenderam 50 entrevistas semiestruturadas com diferentes agentes interessados na tecnologia e coletaram matérias de feiras e eventos sobre o assunto. Pela análise de conteúdo, concluíram que a adoção e difusão do STP não dependiam apenas de sua eficiência técnica,

mas de uma interação maior entre os agentes que formam a comunidade relacionada à tecnologia em questão.

Também estudando o contexto taiwanês, Yang e Hsu (2011) tiveram o mesmo problema de questão de Lin e Hsu (2011), porém, estudando a tecnologia *cloud computing*. Pela análise de conteúdo de materiais bibliográficos, remontaram a uma linha cronológica da evolução da tecnologia no país e concluíram que a teoria da eficiência técnica da tecnologia não era condizente com sua evolução, pois as forças institucionais exercidas sobre a adoção e difusão da tecnologia eram mais relevantes.

Por último, Greenhalgh et al. (2012), por meio do modelo da visão organizacional, buscaram compreender como diferentes *stakeholders* entendiam as tecnologias de *telehealth* e *telecare* e suas consequências para o desenvolvimento e implementação no Reino Unido. Pela análise do discurso de 68 publicações e anotações de 10 eventos sobre a tecnologia, segregaram suas informações em quatro tipos de discursos conflitantes: discurso modernista, discurso humanista, discurso político-econômico e discurso da mudança gerencial. Concluíram que os diferentes *stakeholders* não compartilham das mesmas afirmações, valores e vocábulos sobre as duas tecnologias estudadas. Logo, não existia uma visão organizacional coerente.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Ao reconhecer o estágio atual de adoção e difusão do XBRL no Brasil, este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório. Os estudos exploratórios são realizados quando “o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem muita dúvida ou não foi abordado antes” (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006, p. 99).

Para Marconi e Lakatos (2005), conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais são os objetivos da pesquisa. Para atingir esses objetivos, é necessário um método de pensamento reflexivo que requeira um tratamento científico. A finalidade da pesquisa é a produção do próprio conhecimento científico. Nesse cenário, Martins e Theóphilo (2009) afirmam que:

O conhecimento científico resulta de investigação metódica e sistemática da realidade. Transcende os fatos e os fenômenos em si mesmos, analisa-os para descobrir suas causas e concluir sobre leis gerais que reagem e é delimitado pela necessidade de comprovação concreta. Ao contrário do conhecimento vulgar, o conhecimento científico segue aplicações de métodos, faz análises, classificações e comparações. (p. 1).

A busca pelo conhecimento científico pode se dar de diversas maneiras, porém, a partir da metade do século passado, duas correntes, segundo seu enfoque, foram polarizadas: a quantitativa e a qualitativa (Sampieri et al., 2006).

A pesquisa quantitativa é caracterizada pela possibilidade de os dados e as evidências coletados serem quantificados e mensurados por meio de uma organização padronizada e subordinados a testes estatísticos (Martins & Theóphilo, 2009). Segundo Neves (1996), trilham um caminho pré-estabelecido, pela formulação de hipóteses e de variáveis operacionais.

Entretanto, este trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa, pois, em determinadas circunstâncias, os dados disponíveis ao pesquisador não são passíveis das

análises feitas por instrumentos quantitativos em função da etapa em que se encontram (Yin, 2005).

Visto o estágio de adoção e difusão do XBRL no Brasil, como sugerem Sampieri et al. (2006), optou-se pelo estudo qualitativo, posto que esse item não tem como finalidade estabelecer generalizações sobre uma determinada população, nem mesmo procura trabalhar com amostras significativas para sua finalidade.

Do ponto de vista dos arranjos institucionais que expliquem a adoção e difusão de uma inovação tecnológica, o método de abordagem deste trabalho é denominado indutivo, ou seja, parte-se de uma parte específica para o todo.

3.2 Mapeamento interorganizacional

Embora o XBRL não seja uma tecnologia difundida no Brasil, é possível identificar as forças institucionais sendo empenhadas no intuito de formar sua visão organizacional. Para isso, inicialmente, buscou-se entender as forças institucionais nas principais organizações, elencadas por Swanson e Ramiller (1997), envolvidas com o desenvolvimento do discurso da visão organizacional do XBRL. As naturezas das organizações são: adotantes prospectivos, consultores, desenvolvedores de tecnologia, acadêmicos e jornalistas.

Entretanto, a visão organizacional não é difundida em todas essas organizações. Do ponto de vista prático, iniciou-se a pesquisa por meio da análise das organizações dos participantes das reuniões do comitê técnico e estratégico do CFC. As principais organizações mapeadas foram: conselhos profissionais (CFC), órgãos governamentais (STN, Bacen, CVM), Bolsa de Valores (BM&FBovespa), desenvolvedores de software, empresas de auditoria, acadêmicos e preparadores de demonstrações contábeis.

3.3 Técnica de coleta de dados

Conforme Swanson e Ramiller (1997), a visão organizacional evolui pelo discurso embutido em camadas dinâmicas de textos, sejam eles orais ou escritos, que por sua vez, acabam substituindo os textos anteriores.

Assim, para a coleta de dados, adaptou-se a *proxy* metodológica empregada por Troshani e Lymer (2011). Os autores estudaram a institucionalização do XBRL no Reino Unido sob a ótica da visão organizacional. Para isso, utilizaram como técnica principal as entrevistas semiestruturadas com profissionais que detinham conhecimento e interesse sobre a linguagem XBRL.

Por ser o discurso da comunidade a unidade central de análise da visão organizacional, a característica que permeia seu estudo é construtivista. Ao contrário do realismo, em que existe uma “única verdade” e as coisas são reais independentemente das pessoas, no plano do construtivismo, o mundo é interpretado conforme o indivíduo que o representa e a realidade é uma construção proveniente da vivência humana. Ou seja, “não se pode dizer como o mundo é, apenas como algumas pessoas o veem” (Gibbs, 2009, p. 22).

Com a finalidade de efetivar a triangulação dos achados das entrevistas semiestruturadas, recorreu-se secundariamente a fontes alternativas de dados, tais como: materiais publicados em sites de instituições privadas e governamentais, livros, revistas, periódicos e congressos. Esses materiais foram consultados à medida que os dados das entrevistas foram organizados, sem seguir uma lógica de investigação predefinida.

3.3.1 Seleção dos entrevistados e coleta de dados

Identificar a comunidade relacionada ao XBRL no Brasil não é uma tarefa simples. Por isso, o tipo de amostragem utilizado neste trabalho para a seleção dos entrevistados é baseado por julgamento. Esse tipo de amostragem não probabilística, denominada

“amostragem de julgamento”, possibilita ao pesquisador escolher os elementos que julgue serem os mais representativos na população (Anderson, Sweeney, & Williams, 2007).

Para a escolha dos grupos participantes das entrevistas deste trabalho, tentou-se selecionar participantes envolvidos com o desenvolvimento do XBRL no Brasil, provenientes de cada tipo das instituições influenciadoras no processo de inovação citadas por King et al. (1994).

Julgou-se cabível esse critério de seleção por três motivos. Primeiro, são agentes interessados no desenvolvimento da linguagem no Brasil. Segundo, os participantes dessas instituições possuem algum tipo de conhecimento, mesmo que voltados às suas áreas profissionais de atuação, sobre o XBRL. Terceiro, são grupos formados por agentes heterogêneos, pois abrangem profissionais de grandes firmas de auditoria e contabilidade, representantes de agências governamentais, órgãos reguladores, contabilistas, acadêmicos e consultores da área de tecnologia de empresas de sistemas de informação.

3.3.2 Quantidade e descrição dos entrevistados

Como aponta Duarte (2002), não existe um método específico que determine a quantidade adequada de entrevistados em uma pesquisa qualitativa. Sobre isso, relata que:

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro de entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori* – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo dados originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. (p. 43).

Segundo o autor, o ponto ideal para assegurar o encerramento da coleta de dados é quando o material obtido seja passível de análise e compreensão de significados.

No processo de coleta, o primeiro contato com os entrevistados foi pelo envio de uma carta convite sobre sua participação e um breve descritivo sobre o assunto da pesquisa. Em caso de aceite sobre a participação e confirmação da data da entrevista, um documento

contendo as pautas da pesquisa seria enviado para que o entrevistado pudesse familiarizar-se com as questões.

Foram enviadas 18 cartas-convite para os profissionais que tiveram participação no comitê técnico ou comitê estratégico do CFC. Adicionalmente, foi enviada uma carta-convite a um profissional da área das Ciências da Computação, com trabalho de pós-graduação sobre o tema.

Das 18 cartas-convite enviadas, 10 foram respondidas. Um profissional alegou não poder participar, e as outras nove cartas-convites se concretizaram em entrevistas. Sobre a forma da realização das entrevistas, três foram presenciais, cinco por telefone ou pelo programa “Skype” e uma por correio eletrônico. As entrevistas realizadas presencialmente, por telefone ou programa Skype totalizaram aproximadamente 480 minutos de gravação, os quais foram transcritos.

Resumidamente, os entrevistados e suas respectivas instituições foram: (1) Sr. Alvaro Camillo Neto – desenvolvedor de tecnologia; (2) Prof. Edson Luiz Riccio – academia; (3) Sr. Eduardo Lopes Farias – bolsa de valores; (4) Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima – agência governamental; (5) Sr. Luiz Carlos de Souza – consultoria (contabilista); (6) Sr. Manfredo Krieck – consultoria; (7) Prof. Nelson Carvalho – academia; (8) Prof. Paulo Caetano da Silva – academia e órgão regulador federal integrante do Sistema Financeiro Nacional; e (9) “Entrevistado 1” (anônimo) – auditoria e consultoria. A descrição detalhada dos entrevistados está contemplada no apêndice deste trabalho.

Ressalta-se veementemente que aqueles entrevistados que não optaram pelo sigilo não opinaram sobre matéria em nome de seus empregadores.

3.4 Pré-teste e roteiro das entrevistas

Antes de iniciar a série de entrevistas, efetuou-se um pré-teste com um bacharel em Ciências da Computação, com habilidades específicas sobre programação e carreira atuante na área financeira. Por meio desse procedimento, foi possível reduzir o número de questões e,

consequentemente, o tempo da entrevista que despontava como um fator crítico em sua condução. Dessa forma, o roteiro de entrevistas foi dividido em três blocos, utilizando como critério de separação o assunto abordado.

3.4.1 Bloco I – identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

O bloco I da entrevista teve como finalidade identificar o perfil do entrevistado. As perguntas foram segregadas em cinco pautas relacionadas à área de atuação profissional dos entrevistados, sua formação acadêmica, a quando e como obteve contato com o XBRL e relação atual com a linguagem. Além da identificação, o primeiro bloco da entrevista almeja entender as principais influências, passadas e atuais, no processo de modelagem da visão do entrevistado sobre o XBRL.

3.4.2 Bloco II – a identidade do XBRL

O bloco II buscou, por meio do discurso dos entrevistados, entender a tríade principal do trabalho sobre o XBRL: interpretação, legitimação e mobilização, e verificar qual o nível de concordância que os entrevistados tinham sobre esses conceitos que tangenciam a adoção e difusão do XBRL. As perguntas foram: (1) o que é o XBRL; (2) por que adotar o XBRL; (3) como efetivar a sua implementação; e (4) riscos e desvantagens associados ao XBRL.

3.4.3 Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil

O bloco III foi dividido em duas pautas: (1) instituições e sua relação com XBRL no Brasil; e (2) perspectivas gerais sobre a adoção e difusão do XBRL. Teve como finalidade mapear o papel das principais instituições que poderiam incentivar ou inibir a implementação da linguagem no Brasil. Também possibilitou analisar como essas instituições fazem isso.

Para a definição da composição da lista de instituições, foram pesquisados e adaptados os trabalhos de Troshani e Doolin (2007), Troshani e Lymer (2011), Steenkamp e Nel (2012), Currie (2004), Cordery et al. (2011), Lin e Hsu (2011) e King et al.(1994).

As seguintes instituições foram escolhidas: Agências governamentais; órgãos reguladores; bolsas de valores e conselhos profissionais; Empresas de auditoria; Instituições de Ensino Superior (IES); Preparadores de demonstrações contábeis; Analistas e consumidores de demonstrações contábeis; Desenvolvedores de tecnologias subjacentes (softwares); XBRL *International Consortium*; Tecnologias concorrentes e Normas Internacionais de Contabilidade

Por se tratar de entrevista semi-estruturada, os entrevistados tiveram a liberdade de elencar outras instituições que não estivessem previamente elencadas no roteiro. Por último, de forma aberta, os entrevistados foram convidados a discorrer sobre as perspectivas de adoção e difusão da linguagem. Por ser uma pergunta de caráter mais amplo se comparada às anteriores, adquiriu importância à medida que verificou a ponderação de pontos importantes ainda não contemplados pelo entrevistado.

3.5 Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados pelo método denominado Análise de Conteúdo. Para Bardin (2011), esse método permite inferências lógicas e explanadas sobre a origem das mensagens em questão, e é definido como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (p. 48).

A primeira etapa de análise dos dados consistiu na transcrição de todas as entrevistas concluídas, ou seja, transformar em texto o discurso oral dos entrevistados. De acordo com Gibbs (2009), a transcrição consiste em uma mudança de meio, e por isso, insere questões

relativas à precisão, fidelidade e interpretação. Para o autor, a vantagem da transcrição reside no fato de produzir um material mais claro e objetivo para análise.

A segunda etapa de análise dos dados consistiu na categorização do conteúdo das entrevistas. Como relata Bardin (2011), essa etapa pode ser entendida como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (p. 147). O critério de categorização empregado foi o semântico, ou seja, por segmentação temática, seguindo os itens mencionados no modelo da visão organizacional. As categorias de análise foram: (1) estrutura e discurso da comunidade e a subcultura profissional, (2) problemática, (3) adaptação à tecnologia principal e oportunidades comerciais e (4) adoção e difusão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estrutura e discurso da comunidade e a subcultura profissional

4.1.1 Descrição

Conforme citado anteriormente, entende-se por discurso da comunidade o conjunto de representações socialmente desenvolvido com o intuito de auferir um conjunto de significados sobre um determinado assunto (Fiske, 1987, p. 14, citado por Swanson & Ramiller, 1997). Esse discurso é central ao modelo da visão organizacional e a principal unidade de análise deste trabalho, visto que a “visão existe porque um conjunto de agentes sociais concorda com sua existência, portanto a visão é primeiramente produzida e sustentada através do discurso” (Lin & Hsu, 2011, p. 4).

A complexidade, ou não, que sustenta a visão organizacional, muitas vezes é proveniente de um vocabulário previamente definido das áreas de origem dos integrantes da comunidade. Essa interação entre profissionais possibilita a formação de um discurso coeso com peculiaridades de cada uma de suas áreas. Nesse sentido, Swanson e Ramiller (1997) afirmam que:

No entanto, grande parte da linguagem relevante é um recurso já disponível para os participantes. Uma fonte óbvia disso é o léxico geral dos negócios e gestão. Mas, outra fonte especialmente importante é a linguagem especializada e conhecimento dos profissionais de sistemas de informação(p. 465).¹¹

Todavia, visão organizacional do XBRL inclui outros profissionais além daqueles provenientes de sistemas de informação, que podem ser da área contábil. Dessa forma, assim como Greenhalgh et al (2012), adaptações foram necessárias para a análise da subcultura profissional. Incluíram-se na análise os profissionais da área de negócios.

¹¹ *However, much of the relevant language is a resource already available to participants. One obvious source of this is the general lexicon of business and management. But another especially important source is the specialized language and knowledge of IS practioners.*

Um dos efeitos do discurso emanado pela comunidade é a atração de uma variedade de agentes e instituições interessados nas oportunidades comerciais que possam ser criadas em virtude da visão sustentada (Swanson & Ramiller, 1997). Desse modo, existe uma relação mútua entre discurso e comunidade: de um lado, o discurso atrai novos indivíduos ou organizações para a comunidade, do outro, esses indivíduos ou organizações são responsáveis por moldar o discurso.

Essa categoria está separada por partes a fim de facilitar a análise do conteúdo. Primeiramente, serão descritas as características da comunidade que sustentam a visão organizacional do XBRL, sua forma de interação e suas principais referências. Posteriormente, adentrando no significado da inovação, haverá a exposição do significado do XBRL para cada um dos entrevistados, tanto do ponto de vista semântico quanto das características que definem esse significado pela análise das diferenças oriundas da subcultura profissional dos entrevistados.

4.1.2 A comunidade com interesse no desenvolvimento do XBRL

Ao tomar os entrevistados como amostra da comunidade de interesse no desenvolvimento do XBRL no Brasil, é possível caracterizar, indicativamente e não categoricamente, inicialmente, que existem duas formações de origem dos integrantes da comunidade com interesse no desenvolvimento do XBRL: área de sistema de informações (engenharia da computação e ciências da computação) e área de negócios (ciências contábeis, economia e administração). Essa divisão parece ser equilibrada, uma vez que, dos nove entrevistados, quatro possuem formação e/ou atuação profissional na área de sistemas de informações e os outros cinco em área de negócios. A única área de formação fora desse escopo foi a do Sr. Luiz Carlos de Souza, em Direito.

O Prof. Edson Luiz Riccio pontua essa “bifurcação” nas áreas de conhecimento, ao relatar que:

Porque o XBRL tem uma característica, que ele une duas áreas de conhecimento: ele une a área de computação, a área, digamos, de linguagem, de banco de dados e tudo mais, e ele uni isso com a área de contabilidade. São duas situações em que um público não conhece o outro. A área de TI conhece muito bem o que é XBRL, conhece XML e não conhece contabilidade. Mas o pessoal de contabilidade, normalmente, conhece muito bem a contabilidade, mas não conhecia as tecnologias. Nesse momento, eu vejo essa maior dificuldade em juntar essas duas comunidades que levou certo tempo.

Essa divisão não foi dicotômica, pois alguns profissionais têm formações “mistas”. Ou seja, iniciaram suas vidas acadêmicas/ profissionais em uma área de conhecimento e passaram a estudar ou trabalhar em conjunto com a outra área. É possível perceber que esse movimento de formações “mistas” é mais perceptível nos profissionais originalmente da área de sistemas de informações para área de negócios do que o inverso.

Como exemplo, toma-se os Srs. Alvaro Camillo Neto e Eduardo Lopes Farias. O primeiro tem sua graduação em curso superior em Ciências da Computação e, posteriormente, pós graduou-se em Controladoria. O segundo também tem sua graduação em curso superior em Ciências da Computação, e posteriormente, completou o MBA em finanças e ingressou no mestrado em Contabilidade e Controladoria. Por outro lado, o Prof. Edson Luiz Riccio é proveniente da área de negócios com especialização em Ciência da Informação, além de lecionar na disciplina de sistemas de informações.

4.1.3 A cooperação na formação do discurso

Em situações em que o setor é complexo e em expansão e as fontes de conhecimento dispersas, há maior probabilidade de as inovações ocorrerem por meio de redes de aprendizagem e não por agentes individuais (Powell, Kpoput & Smith-Doerr, 1996).

Segundo Powell (1996), “através da combinação de necessidade mútua, interação repetida, e a adesão a uma comunidade tecnológica em comum, redes de empreendimentos colaborativos servem como o arranjo institucional primário para regular o intercâmbio e produção¹²” (p. 197).

¹² ... through a combination of mutual need, repeated interaction, and membership in a common technological community, networks of collaborative ventures servers as the primary institutional arrangement governing exchange and production.

Para Swanson e Ramiller (1997), o processo de cooperação entre instituições distintas pode ser motivado pelo alcance político e econômico que não seria possível de forma individual. Percebe-se a cooperação no desenvolvimento da visão organizacional do XBRL por meio da diversidade entre os agentes e instituições que fazem parte do comitê técnico e do comitê estratégico. O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima cita a participação de diferentes agentes e instituições nos encontros de promoção do XBRL:

Eu participo de um grupo de trabalho, de um comitê técnico do XBRL. Eu tenho a oportunidade de ir a algumas reuniões. Eu vi lá representante da BOVESPA, o próprio professor Riccio, da academia, representantes do Conselho de Contabilidade... Eu acho que esse pessoal está envolvido, começando a se envolver nisto daí, agora, ainda no âmbito privado.

O Entrevistado 1 acentua o mérito da participação de diferentes instituições, quando questionado sobre o modo de efetivar implementação do XBRL no país:

Como está sendo feito no momento sob a coordenação do Conselho Federal da Contabilidade que criou os Comitê Técnico e o subcomitê nos quais participam diversas entidades tais como Receita Federal do Brasil, Bovespa, representante de empresas de capital aberto com ações negociadas aqui e no exterior, CVM – Comissão de Valores Mobiliários e outras integrantes do nosso mercado de títulos e valores.

Outras instituições também fazem parte dos comitês do CFC: desenvolvedores de tecnologia, bancos privados, auditorias, consultorias, acadêmicos, empresas, STN e Bacen. O Prof. Edson Luiz Riccio alega que “*diversas instituições deram sua opinião*” para a elaboração da taxonomia brasileira.

A cooperação não ocorre apenas nas reuniões promovidas pelo CFC. A fim de exemplificar o processo colaborativo, o XBRL foi promovido no evento I – Fórum XBRL – Os padrões e-PING na Integração e Interoperabilidade da Contabilidade Brasileira, realizado no dia 25/03/2013, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que contou com palestrantes os profissionais provenientes da Universidade de São Paulo, do CFC, da STN e do SERPRO (SERPRO, 2013), e o Seminário Transparência na Gestão Pública: Transferência de Dados pelo Padrão XBRL de 2011, realizado pela STN, que contou com a participação ativa de membros do CFC, CVM e Receita Federal do Brasil (STN, 2011a). Existe também a cooperação de instituições internacionais nas discussões sobre o XBRL no Brasil, conforme apontado no tópico “A experiência estrangeira”.

4.1.4 Contato com o XBRL e relação atual

O primeiro contato com o XBRL é concentrado por volta dos anos de 2010 e 2011, exceto pelos pioneiros em pesquisas acadêmicas sobre a linguagem: Prof. Paulo Caetano da Silva em 2000, e Prof. Edson Luiz Riccio, em 2003. Essa concentração coincide com o período em que o CFC buscou estabelecer grupos de trabalho para a promoção do XBRL no Brasil, pela criação de comitês específicos (estratégico e técnico).

Da mesma forma, indutores ao primeiro contato com o XBRL foram: meio acadêmico (três entrevistados), CFC (três entrevistados) e meio profissional (três entrevistados). Atualmente, a intensidade e frequência das atividades práticas relacionadas ao XBRL não seguem um padrão entre a comunidade de interesse. Apesar da subjetividade da pergunta sobre “relação atual” com o XBRL, quatro entrevistados citaram ser ativas, como por exemplo, a explicação do Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima: *“Ativa até demais. Na verdade, esse projeto, ele é um projeto de longo prazo. [...] Então, hoje é um projeto que demanda muito a nossa atuação nossa aqui, praticamente o dia inteiro”*.

Em contrapartida, outros citaram que sua relação com o XBRL é extremamente esporádica, como o Sr. Manfredo Kriek: *“Restringe-se exatamente no estudo, no acompanhamento, na participação, nos debates junto à comissão que trabalha, junto com o Riccio e todo esse pessoal, que se reúnem a cada dois meses em São Paulo”*.

4.1.5 Referências sobre XBRL no Brasil

4.1.5.1 Área Pública: a STN

Criada em 1986, a STN, ou comumente designada apenas como “Tesouro”, é uma secretaria do Ministério da Fazenda, cuja função primordial é o controle das finanças públicas do Brasil (STN, 2013b).

Ao menos quatro entrevistados citaram o Tesouro como agente avançado no desenvolvimento de trabalhos relacionados ao XBRL. Para afirmar essa posição, pode-se citar o Prof. Nelson Carvalho, quando questionado sobre o papel das agências reguladoras e órgãos governamentais no processo de adoção e difusão da linguagem:

Para uma grata surpresa nossa, o Brasil já está bastante evoluído nesse assunto. Equipes da Secretaria do Tesouro Nacional já foram visitar órgãos governamentais na Austrália para ver como foi o processo de adesão. Pessoas da Secretaria do Tesouro Nacional pertencem ao grupo técnico do Professor Riccio e ao grupo estratégico que eu ajudo a coordenar e acompanho as discussões. Já houve a abertura de um edital de licitação para contratar um consultor internacional para ajudar o governo brasileiro a migrar para o XBRL na área governamental. O assunto está bastante evoluído.

O Sr. Eduardo Lopes Farias também cita os avanços por parte do Tesouro, ao ratificar que *“hoje no Brasil, de uma forma geral, a Secretaria da Fazenda está bem avançada em termos de utilização do XBRL; ela já tem os seus projetos próprios; ela já andou fazendo uns benchmarkings de forma mundial”*.

Ao analisar os trabalhos de acesso público disponíveis no *site* do Tesouro, é possível perceber que seus esforços para a promulgação do XBRL iniciaram em diversas frentes de trabalho e níveis de conhecimento sobre o tema e reafirmam a afirmação do entrevistado citado no parágrafo anterior. Por exemplo, existem cópias de materiais das apresentações realizadas pelos Grupos Técnicos de Sistematização dessa Secretaria. Adicionalmente, a Secretaria permite a participação de convidados externos à instituição.

Em fevereiro de 2011, foi responsável, em parceria com o CFC, Receita Federal do Brasil, CVM e Embaixada do Reino Unido, pela realização do Seminário Internacional Transparência na Gestão Pública – Transferências de Dados pelo Padrão XBRL. Seu objetivo foi possibilitar a troca de experiências e debates com especialistas estrangeiros sobre a utilização da linguagem XBRL na esfera da administração pública (STN, 2013a).

Entre esses materiais disponibilizados no site da Secretaria, na parte “Material de Discussão” do Grupo Técnico de Sistematização de Informes Contábeis e Fiscais (GTSIS), cita-se: (1) “Conceitos de XBRL” de maio de 2011, visando a apresentar o conceito, abrangência e aplicação do XBRL (STN, 2011d); (2) “Taxonomia da Contabilidade Pública” de junho de 2011, ao apresentar a estratégia para criação da taxonomia da contabilidade pública (STN, 2011c); (3) “Conceitos de XBRL e Taxonomia” de novembro de 2011, cujo conteúdo contempla explicar o funcionamento do XBRL, sua comparação com a XML, os motivos para sua utilização, especificações técnicas e estudos de casos (STN, 2011b); e (4) “Projeto Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI): Taxonomia XBRL” de março de 2013, apresentando o objetivo pragmático para a efetivação da taxonomia, cuja agenda contemplou os objetivos da taxonomia, modelo tecnológico e arquitetura da taxonomia a serem adotados, avanços e próximos passos (STN, 2013c).

O projeto SICONFI tem como objetivos automatizar a coleta dos dados dos entes da Federação no cumprimento do conteúdo da Lei de Responsabilidade Fiscal, aumentar a confiabilidade dos dados e possibilitar a exportação de dados padronizados para diferentes sistemas. No intuito de permitir maior facilidade na operabilidade da comunicação com os entes da Federação, o XBRL foi a linguagem escolhida, porém, inicialmente permitindo que a inserção inicial de dados fosse efetuada em outros formatos (STN, 2013c).

A execução do projeto SICONFI é dividida em três etapas: a primeira responsável pela aquisição da ferramenta de taxonomia e treinamento, efetuada em agosto de 2011. A segunda pelo desenvolvimento da taxonomia a ser utilizada pelo Tesouro, efetuada de agosto de 2011 a março de 2012. Por último, a terceira, pelo desenvolvimento e implementação da solução tecnológica para operabilidade do projeto, efetuada de outubro de 2011 a março de 2013 (STN, 2013c).

Do ponto de vista prático para legitimação e mobilização do XBRL, nota-se, na ata de reunião da Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação (CCONF), realizada nos dias 03 e 04 de novembro de 2011, a inclusão da linguagem entre os objetivos específicos. O objetivo específico nº3 da ata contemplava o seguinte tema: “Subgrupo XBRL e Taxonomia: discutir a estratégia para a criação da taxonomia da contabilidade pública” (STN, 2011e, p. 1).

Adicionalmente, cabe mostrar a mobilização de esforços para a utilização do XBRL, quando publicado o Termo de Referência – BRA 06/024 de setembro de 2012, com o objetivo de contratação de consultor para auxiliar a equipe do Tesouro na construção da taxonomia utilizada no SICONFI. Na parte “objetivo” do documento, nota-se mais claramente o pragmatismo:

Contratação de consultor, com conhecimento e experiência em contabilidade aplicada ao setor público ou finanças públicas e com desejável conhecimento no padrão XBRL - Extensible Business Reporting Language e ferramenta XBRL Fujitsu Interstage XWand Toolkit, a partir da versão 10, para apoiar a implementação do Projeto SICONFI, em especial o projeto de criação da taxonomia do setor público brasileiro, vinculado ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) (STN, 2012, p. 2).

Além disso, o Tesouro permite a participação de convidados externos à instituição nas reuniões e apresentações de seus grupos técnicos por meio de inscrição prévia. Sua presença também é assegurada em eventos e reuniões externas. Possui colaboradores como participantes ativos nas reuniões do comitê técnico do XBRL para a criação da taxonomia brasileira e é agente ativo em congressos, como, por exemplo, na apresentação do projeto SICONFI, pela Sra. Maria Betânia Gonçalves Xavier, coordenadora geral de TI do COSIS/STN, no 8º CONTECSI em 2011.

Outro ponto a ser considerado é o e-Ping, Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico, pela sua participação e mobilização na implementação do XBRL. O e-Ping busca definir as “premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentem a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) do governo federal” (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2013), seja com as esferas do governo, seja com os cidadãos da federação (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2013). No e-Ping, encontra-se o Grupo de Trabalho 5 – Áreas de Integração para o Governo Eletrônico (GT5), que demonstra interesse na utilização do XBRL na arquitetura do sistema de comunicação vigente.

Em março de 2013, o SERPRO, empresa pública ligada ao Ministério da Fazenda, cujos membros participam ativamente do GT5, realizou o I Fórum XBRL – Os Padrões e-PING na Integração e Interoperabilidade da Contabilidade Brasileira. O objetivo do evento foi explanar as proposições para a implementação do XBRL na cadeia informacional de dados financeiros do governo federal (SERPRO, 2013).

4.1.5.2 A experiência estrangeira

Conforme Swanson e Ramiller (1997), as organizações que apresentam seus processos de adoção e difusão da inovação com êxito servem como exemplos para os potenciais adotantes.

Para King et al. (1994), uma das formas mais importantes para o desenvolvimento do conhecimento local é pelo incentivo à vinda de indivíduos e organizações com experiência e conhecimentos já desenvolvidos sobre o assunto.

No Brasil, por não haver de fato um projeto efetivo e maduro de implementação do XBRL, buscou-se em outros países o debate, conhecimento e insumos tecnológicos para seus primeiros passos. Os entrevistados frequentemente citaram casos de países ou instituições estrangeiras em suas respostas.

O Prof. Edson Luiz Riccio cita a importância da experiência de outros países para explicar à comunidade nacional o conceito e a funcionalidade do XBRL no início de seus estudos e disseminação sobre o assunto:

[...] eu trouxe depoimentos de Portugal, depoimentos da Suíça, depoimentos dos Estados Unidos, depoimentos da Inglaterra e depoimentos da Espanha também, que era um dos países que estava... Porque quando eu fiquei conhecendo o XBRL, naquele momento, lá na Europa, eu também fiquei conhecendo aqueles que estavam, de certa forma, envolvidos [...].

O Prof. Paulo Caetano da Silva cita a forma bem sucedida da implementação do XBRL em outros países em função do papel das agências governamentais, órgãos reguladores e bolsas de valores:

Espanha: o XBRL está enraizado em todo o contexto financeiro. Por quê? Porque o Banco Central e a Comissão dos Valores da Espanha estão voltados ao XBRL como tecnologia. Japão: a mesma coisa. A Comunidade Europeia também. Os Estados Unidos, a SEC, também. Países que têm a adoção de XBRL são aqueles países onde os órgãos governamentais reguladores do mercado financeiro entenderam que o XBRL é a tecnologia para ser adotada para intercâmbio de informações entre o mercado e eles.

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima aponta a necessidade de se recorrer à experiência estrangeira para capacitar a equipe de seu ambiente profissional a adequar-se ao manuseio do XBRL e da contratação de profissional de outro país:

Uma equipe nossa, inclusive, foi in loco, na Austrália, conhecer lá o processo de implementação do XBRL em agências de governo da Austrália. Nós tivemos conhecimento também de casos na Espanha e em outros países da Europa; na Holanda, por exemplo. A gente buscou essas experiências internacionais como um meio de marketing e também nós contratamos consultoria externa, consultoria internacional para isso. Contratamos um consultor estrangeiro, que está aqui nos auxiliando também com experiência em XBRL; não só em XBRL em si, mas em sistemas que implementam, que usam essa tecnologia.

Na administração pública, também é percebida a presença estrangeira. A STN, em seu “Seminário Transparência na Gestão Pública: Transferência de Dados pelo Padrão XBRL”, teve, no segundo painel apresentado no evento, intitulado “Experiência Internacional com XBRL na transferência de dados”, a participação de palestrantes da Holanda e da Espanha (STN, 2013d).

A influência estrangeira é confirmada nos eventos sobre o XBRL. Nas edições do *Workshop* Brasileiro de XBRL, diversos palestrantes estrangeiros participaram das discussões em todas as suas edições, como por exemplo: Miklos Vasarhelyi (*Rutgers University* – EUA); Liv Watson (Diretora do *XBRL International*); Dean Oligino (*Senior I-Metrix Analyst*); Ori Yacobi (*Account VP Corporate Sales*); John Truzzolino (*Director E-Solutions.*), entre outros (TECSI, 2013).

4.1.5.3 Professor Doutor Edson Luiz Riccio / FEA-USP

Oito entrevistados citaram o nome do Prof. Edson Luiz Riccio. De maneira indicativa, pode-se inferir que esse fato está correlacionado às atividades por ele desenvolvidas. Conforme o próprio Prof. Edson Luiz Riccio cita em sua entrevista:

A primeira ação que eu pensei na época, no sentido de introdução do XBRL no Brasil, era exatamente a sua divulgação nas diversas áreas do Brasil, sabendo já naquela época o que era o XBRL, onde ela era utilizada, porque era utilizada e por quem seria utilizada. Eu logo identifiquei que a primeira coisa a fazer seria divulgar o XBRL às áreas todas do país que teriam interesse e que seriam futuramente as suas controladoras, usuárias e reguladoras. Então, comecei executando e organizando eventos, e a primeira coisa que eu fiz ao chegar foi organizar o primeiro evento, o primeiro evento brasileiro sobre XBRL.

A promoção de eventos, congressos e *workshops* são fontes de informações que auxiliam a formação da visão organizacional de uma determinada tecnologia.

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima afirma que, no início do projeto profissional que desenvolve sobre XBRL, o contato com o professor “*foi de grande ajuda*”. O Sr. Luiz Carlos de Souza relembra que os profissionais desenvolvedores de tecnologia “*conversaram com o professor Riccio*” para se alinharem sobre a tecnologia. O Prof. Nelson Carvalho relata o comprometimento do Prof. Edson Luiz Riccio:

Ele abraçou a causa, criou o grupo técnico dele e vem desenvolvendo a taxonomia brasileira mesmo sem CFC. Antes do CFC, ele já incluía esse tema nos seus congressos de tecnologia e sistemas de informação há oito ou dez anos, se não estou enganado.

Além dos eventos mencionados, em 2005, foi um dos responsáveis pelo primeiro livro publicado no país sobre o tema: “XBRL: a divulgação de informações empresariais” (Riccio, Silva, & Sakata, 2005). Possui diversos artigos publicados que envolvem como palavra-chave o termo “XBRL” e é líder do grupo de pesquisa “XBRL Brasil”, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CNPq, 2013). No âmbito acadêmico atua como orientador de alunos de pós-graduação e graduação em trabalhos acadêmicos relacionados com o XBRL e coordena o Comitê Técnico do CFC para desenvolvimento da taxonomia brasileira em XBRL.

Apesar do papel de liderança e referência no processo de difusão do conhecimento do XBRL no país, não se pode afirmar que foi o primeiro a ter conhecimento sobre a linguagem, como o próprio Prof. Luiz Riccio enfatiza:

[...] nunca temos uma posição que pode ser afirmada, dizendo o seguinte: no Brasil eu teria sido a primeira pessoa a ouvir falar sobre XBRL. Com certeza, é bem provável que algumas outras pessoas tenham ouvido também falar sobre isso; é óbvio; uma coisa que eu acho natural.

4.1.6 As definições do XBRL

O discurso é a principal fonte de interpretação da visão organizacional. Com o passar de tempo, o discurso sobre a visão organizacional tende a ficar rico em detalhes por meio de sua evolução e refinamento por parte da comunidade que o sustenta. O discurso interpretativo da visão organizacional é importante, pois a ambiguidade e falta de coerência sobre o seu propósito não podem ser suportadas indefinidamente (Swanson & Ramiller, 1997).

A interpretação dos entrevistados pode ser vista no Quadro 8, a seguir:

Sr. Alvaro Camillo Neto	<i>O XBRL, na minha concepção, nada mais é que outro XML, só que voltada à área de negócios e demonstração financeira</i>
Prof. Edson Luiz Riccio	<i>XBRL é, “antes de mais nada”, um novo padrão mundial de comunicação</i>
Sr. Eduardo Lopes Farias	<i>Para mim, é muito claro. É um protocolo único de comunicação de instituições financeiras ou de qualquer um que queira um protocolo de comunicação.</i>
Entrevistado 1	<i>É uma taxonomia destinada à divulgação eletrônica das demonstrações contábeis das empresas, numa linguagem que permitirá que em qualquer parte do mundo seja feita sua leitura</i>
Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima	<i>Uma linguagem padronizada de troca de informações.</i>
Sr. Luiz Carlos de Souza	<i>[...] a XBRL é exatamente uma taxonomia que tem como objetivo facilitar a linguagem das leituras dos demonstrativos contábeis para qualquer tipo de investidor, para pessoas leigas, assim como profissionais também.</i>
Sr. Manfredo Krieck	<i>[...] é uma linguagem em máquina, digamos assim, baseada em uma linguagem já existente, que é o XML. [...] com essa evolução da tecnologia da informação hoje via internet, é um caminho rápido para poder acessar informações financeiras das entidades. Em suma, uma nova linguagem corporativa.</i>
Prof. Nelson Carvalho	<i>O XBRL (porque é uma linguagem) é uma ferramenta muito, muito poderosa para você usar demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis.</i>
Prof. Paulo Caetano da Silva	<i>O XBRL é uma tecnologia. [...] o XBRL não se restringe só a uma linguagem derivada de XML para representar as informações financeiras; ele vai além disso. Considero o XBRL como um framework porque ele incorpora outras especificações, “x” especificações que estendem à especificação básica, que é o XBRL 2.1 que suporta todo o contexto e o processo de manipulação da informação financeira.</i>

Quadro 8- Interpretação do XBRL

Nota-se que existe heterogeneidade entre as definições apresentadas sobre o XBRL. Para alguns entrevistados, a interpretação é efetuada de forma mais generalista, como “*padrão de comunicação*” (Prof. Edson Luiz Riccio). Para outros, por exemplo, a definição do Prof. Paulo Caetano da Silva contempla um caráter mais técnico. Nos tópicos seguintes, essas diferenças podem ser entendidas pela análise da subcultura profissional dos entrevistados.

Alguns entrevistados interpretam o XBRL pelos seus atributos qualitativos. O Prof. Nelson o caracteriza como uma ferramenta “*muito, muito poderosa*”. O Entrevistado 1 afirma que a linguagem “*permitirá que em qualquer parte do Mundo seja feita sua leitura*”. O Sr. Luiz Carlos de Souza acredita que o XBRL é uma taxonomia que facilitará o processo de leitura das demonstrações contábeis. Conforme o Sr. Manfredo Krieck, é um caminho rápido para acessar as informações de interesse.

4.1.7 Subcultura profissional: Sistemas de Informações x Negócios

Como mencionado anteriormente, os feitos que buscam a promoção do XBRL em suas diferentes esferas são elaborados tanto por profissionais da área de sistemas da informação quanto da área de negócios. Ao se analisar as entrevistas transcritas, percebe-se que as diferenças mais relevantes quanto à subcultura de cada uma das áreas está na interpretação do XBRL.

Quando perguntados sobre “o que é o XBRL”, percebe-se que os entrevistados provenientes das áreas de sistemas de informações a caracterizavam utilizando termos como: “XML”, “linguagem”, “protocolo de comunicação” ou “tecnologia”, tomando como exemplo parte da definição do Sr. Eduardo Lopes Farias: “[...] é um protocolo único de comunicação de instituições financeiras ou de qualquer um que queira um protocolo de comunicação. É uma evolução da linguagem XML, que é, exatamente, um protocolo fácil de comunicação, com linguagens marcadas”.

Os profissionais das áreas de negócios, apesar de utilizarem por diversas vezes termos provenientes da subcultura profissional de sistemas de informações como “XML” ou “linguagem”, enfatizam as finalidades e possibilidades do XBRL do ponto de vista contábil e financeiro:

O XBRL (porque é uma linguagem) é uma ferramenta muito, muito poderosa para você usar demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis. E ela é muito poderosa para o usuário se nós voltarmos aos objetivos das demonstrações financeiras. O objetivo delas é permitir que o leitor, o usuário que tem interesse genuíno numa empresa, vendo as suas demonstrações financeiras, ele possa fazer inferências sobre o futuro. Ele olha aquela empresa para poder entender principalmente quais são os fluxos de caixa esperados; e tanto o fluxo de caixa que se espera que entre na empresa quanto o fluxo de caixa que se espera que vai sair da empresa. (Nelson Carvalho).

Cabe atenção não apenas à segregação entre essas duas áreas profissionais. Alguns entrevistados salientam que a dicotomia existente está na verdade entre os tipos de contabilidade existentes: privada e pública. Tal diferenciação pode não alterar o significado e a forma de entendimento do XBRL nas duas esferas, mas seu desenvolvimento ocorre em planos distintos, conforme apontado pelo Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima:

Mas é muito difícil de a gente conseguir trocar experiências do ponto de vista do governo porque o problema é que a contabilidade pública é bem diferente da contabilidade privada. Experiência em contabilidade privada, no nosso caso não agrega tanto, pela diferença de negócio mesmo; não de XBRL talvez, mas do negócio. Então, nesse sentido a gente se sente um pouco sozinho como um agente do governo envolvido nisso.

O Entrevistado 1 também acena para a diferenciação entre a contabilidade pública e privada e seus possíveis impactos no processo de adoção do XBRL, ao explicar que:

[...] agências governamentais que já estão em processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade não terão muita dificuldades de transformarem suas informações no XBRL. As agências reguladoras com seus planos de contas diferenciados tais como SUSEP e BACEN dificultam a padronização.

Essa mesma segregação entre área pública e privada é relatada pelo Prof. Edson Luiz Riccio, quando comenta as possibilidades de uso do XBRL:

O XBRL começa a ser utilizado na área pública [...] Então, a amplitude do uso do XBRL, ela é bastante grande. Eu vejo o XBRL não mais somente como uma técnica, uma tecnologia para comunicação de dados via internet, mas para uma coisa mais ampla, uma comunicação na sociedade como um todo.

4.2 Problemática

4.2.1 Descrição

A visão organizacional, apesar de ser proveniente em sua natureza de técnicas e conceitos dos sistemas de informações, é resposta a algum tipo de problema prático de gestão e negócios. As inovações, em período inicial de seu ciclo de vida, tendem a ser uma “solução à procura de um problema” (Swanson & Ramiller, 1997, p. 466).

Neste tópico, serão apresentadas as finalidades que o XBRL busca atingir do ponto de vista prático das organizações.

4.2.2 Respostas do XBRL

Os entrevistados possuem visões diversas sobre qual seria a vantagem da utilização do XBRL, conforme apresentado no quadro a seguir:

Sr. Alvaro Camillo Neto	Melhoria na comunicação da empresa para com seus <i>stakeholders</i>
Sr. Edson Luiz Riccio	Padronização; Economia na comunicação de informações; Extrapolação para outras áreas (p.e. Imposto de Renda para Pessoa Física)
Sr. Eduardo Lopes Farias	Redução de tempo; Melhoria no processo de análise das informações
Entrevistado 1	Aumento do poder de leitura das DFS (a nível mundial); Economia de tempo; Redução de erros
Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima	Customização da base de dados
Sr. Luiz Carlos de Souza	Aumento do poder de leitura das DFS (a nível mundial); Flexibilidade
Sr. Manfredo Kriek	Redução de tempo; Tempestividade; Redução de custos; Transparência; Segurança
Prof. Nelson Carvalho	Aumento do poder preditivo das DFs;
Prof. Paulo Caetano da Silva	Melhoria na comunicação das informações; Padronização; Internacionalização

Quadro 9 - Por que adotar o XBRL

Nota-se que a maior resposta que o XBRL vem dar à realidade prática dos negócios é por meio da economia de tempo e da melhoria da informação trabalhada pelos seus receptores. Outros atributos, como “segurança”, são apresentados de forma menos evidente.

Foram encontrados trechos nas entrevistas que não revelam diretamente sua funcionalidade técnica ou prática sobre a possibilidade de adoção do XBRL, mas justificam sua adoção pelo movimento de outros países frente ao XBRL. Esses trechos podem ser entendidos como uma força institucional proveniente dos países que já adotam com sucesso o XBRL.

Segundo DiMaggio e Powell (1983), “quando as tecnologias organizacionais são pobremente entendidas, quando os objetivos são ambíguos, ou quando o ambiente cria uma incerteza simbólica, organizações se moldam em outras organizações” (p. 151).

Como exemplo, o Sr. Luiz Carlos de Souza explica a legitimação do XBRL pelo sucesso da linguagem em países mais desenvolvidos:

[...] muito embora isso seja uma coisa embrionária aqui no Brasil, mas nos já temos muitos países que estão fazendo isso; os países fortes, os países de primeiro mundo. Então, se isso já acontece com eles lá e trazem bons resultados, a gente acredita que aqui também deva acontecer isso.

O Prof. Edson Luiz Riccio também indaga sobre o possível interesse da principal bolsa de valores do Brasil no processo de induzir a implementação do XBRL em virtude do movimento global:

Mas quando a BOVESPA enxerga o que está acontecendo no resto do mundo... É um fator interessante esse porque quando as pessoas enxergam o que está acontecendo no resto do mundo, e veem, nos outros países, aquilo ser utilizado, começa um processo de mudança, e é um questionamento: “Bom, se lá eles estão usando, não seria bom aqui? Seria bom? Seria ruim? Seria pior?”. Existe, como eu já disse antes, aquela posição dos países mais envolvidos nas inovações; eles exercem um fator, digamos, de convencimento; eles exercem.

Apesar de toda experiência proveniente de outros países servir como exemplo para o contexto nacional, o Prof. Nelson Carvalho enfatiza atenção e ceticismo às diferenças que permeiam cada um deles:

Evidentemente, é um exemplo. Agora, as condições operacionais deles são muito mais vantajosas para eles do que as nossas. Por exemplo, na Austrália, na Holanda, na Inglaterra, não tem lucro presumido e não tem Simples. Toda companhia que virou companhia tem que fazer balanço. Havendo essa obrigatoriedade, mesmo para as pequenas e médias empresas, você já trouxe para o universo de candidatos ao benefício uma enormidade de empresas. Inclusive tem países pequenos que tem que ter auditoria também na pequena e média empresa.

4.3 Adaptação à Tecnologia principal e oportunidades comerciais

4.3.1 Descrição

A visão organizacional pode convocar um conjunto de novas tecnologias, utilizar aquelas já existentes, ou ambas. No caso de tecnologias já existentes, a visão organizacional pode dar um novo significado para elas e também beneficiar-se da *expertise* disponível. Caso seja necessário um conjunto de novas tecnologias, sua introdução poderá despertar incertezas na comunidade (Swanson & Ramiller, 1997).

Nesse contexto, segundo Swanson e Ramiller (1997), os consultores e desenvolvedores de tecnológicas são grandes interessados na sustentação e modelagem da visão organizacional, pois desejam explorar as oportunidades de mercado que a nova tecnologia vem a oferecer. O interesse dos consultores e desenvolvedores de tecnologias pode ser tanto pela inserção de novos serviços e produtos quanto pela “reinvenção” (p. 464) dos já existentes, a fim de criar uma demanda por novos insumos para a inovação.

Ao entender que a aplicação da tecnologia de sistema de informações deve levar em consideração os artefatos técnicos, como *hardwares* e *softwares*, e formas e práticas organizacionais, este tópico discutiu, primeiramente, o cenário tecnológico que impacta na formação da visão organizacional do XBRL no Brasil. Posteriormente, a situação das oportunidades comerciais provenientes da realidade brasileira do XBRL.

4.3.2 O caso SPED e a linguagem XML

O SPED foi citado como uma tecnologia facilitadora no processo de implementação do XBRL no Brasil, por seu conceito tecnológico, modelo e experiência adquiridos em seu processo de implementação.

Do ponto de vista tecnológico, o Prof. Edson Luiz Riccio discorre sobre o fato de o SPED estar em formato da linguagem-mãe do XBRL, ao afirmar que:

[...] SPED facilmente deverá se transformar depois em arquivos XBRL porque ele já está todo em XML. A migração para XBRL não é nada. Então, eu vejo que, para o Brasil, o uso do XBRL, ele vai ao longo do tempo trazer benefícios em todos os processos em geral..

O Sr. Manfredo Kriech também evidencia o fato de atualmente as agências governamentais exigirem informações por meio do SPED, que utiliza a XML com linguagem.

Independentemente de ser SPED, a experiência adquirida com a linguagem XML pelos programadores é vista como outro ponto facilitador pelo Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima: “com certeza, vai ajudar muito para desenvolver o sistema com XBRL mais nesse

sentido, como sendo uma evolução da XML e acaba aproveitando essa experiência que eles têm”.

O Sr. Alvaro Camillo Neto argumenta sobre o SPED como o veículo de implementação do XBRL:

[...] mas acho que no Brasil, para implementar, só realmente se o governo, por exemplo, passasse a utilizar o XBRL como linguagem no SPED. [...] para tornar efetiva a implementação do XBRL no Brasil é o governo utilizar o XBRL para o seu padrão de mensagens; adotar o padrão do XBRL como formato no SPED.

Em mais uma passagem de sua entrevista, o Prof. Edson Luiz Riccio explica a utilização da experiência adquirida no projeto piloto do SPED para servir de base para o XBRL:

A taxonomia está pronta. Qual é o próximo passo? [...] Seriam os primeiros testes com um grupo de empresas, e aí, o grupo de empresas a ser escolhido já está praticamente decidido: é o mesmo grupo que o SPED usa para fazer os testes. É o chamado grupo de empresas do SPED, que todo mundo já conhece. É um projeto bem sucedido no país; então, vamos usar a mesma metodologia.

4.3.3 Riscos e desvantagens associados ao XBRL

Mesmo com as várias vantagens apresentadas pelos entrevistados e pela literatura, a implementação do XBRL pode estar relacionada a desvantagens e riscos. Apenas um entrevistado afirmou não existirem riscos ou desvantagens associados ao XBRL.

Por outro lado, para a maioria dos entrevistados, a principal desvantagem associada à implementação do XBRL foi o custo necessário para sua efetivação. Entretanto, esse custo seria especificamente na fase inicial de sua adoção.

Em segundo lugar, aparece a questão da complexidade e da curva de aprendizagem associada ao XBRL. O Sr. Alvaro Camillo Neto aponta que é justamente sua complexidade que gera os custos iniciais de implementação:

[...] trabalhando numa empresa fornecedora de software, a primeira desvantagem é o impacto no sistema, o custo em adaptação. Apesar de o XBRL facilitar a vida, o transporte de informação, preparar o sistema para o XBRL, dependendo do sistema de como ele é construído, de como é a sua arquitetura, ela é mais complexa.

Como exemplo da complexidade da linguagem, toma-se o trecho da ata da reunião dos dias 03 e 04 de outubro de 2011 pela CCONF, na STN (STN, 2011e):

Como muitos dos presentes apresentaram dificuldades no entendimento dos conceitos de XBRL, Airton (José Airton Lacerda de Jesus – Coordenador do Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais – GTSIS), fez uma apresentação sobre os principais conceitos de taxonomia, como Taxonomia de Elementos e Taxonomia de Relatórios (p.2).

Em relação aos riscos associados às mudanças nos padrões vigentes, o Sr. Manfredo Kriek cita que seria “*o medo das pessoas em relação ao desconhecido*”. Entretanto, para o entrevistado, os custos iniciais elevados seriam absorvidos pela economia subsequente auferida na comunicação das informações financeiras.

O Prof. Edson Luiz Riccio afirma que esses custos não são específicos do XBRL, mas de qualquer implementação de uma nova tecnologia:

O outro fator negativo é o custo, o custo para as empresas, para os reguladores. Esse custo está associado a qualquer mudança [...]. Tudo que se traz de novo, que exige uma mudança, traz um custo. [...] as desvantagens, eu diria que elas ficam por aí; são as desvantagens típicas de uma implementação: os custos associados, os sacrifícios, até que se atinge aquela chamada curva de conhecimento, de domínio, de aprendizado.

O Prof. Paulo Caetano da Silva igualmente concorda que a curva de aprendizagem é um dos riscos associados, pois “*o XBRL é uma tecnologia que tem um grau de complexidade que, às vezes, não é entendido nem pelos usuários da área de TI*”, e que a implementação do XBRL é uma quebra de paradigma, que necessita de alteração de todo o sistema computacional vigente. Para o entrevistado, esse paradigma é mais forte de ser quebrado nas instituições que já possuem sistemas de informações eficientes e robustos.

Na mesma linha, o Prof. Nelson Carvalho acredita que o XBRL possa alterar o padrão atual de trabalho dos analistas das informações contábeis. Conjuntamente, argumenta que a imposição por força de lei, a adoção obrigatória, pode criar um risco associado à não conquista do usuário pelo XBRL.

O Sr. Eduardo Lopes Farias cita como risco a possibilidade de frustração por parte da comunidade afetada pelo XBRL. O entrevistado explica esse conceito:

Você tem uma expectativa muito alta, e quando ele entra em produção, isso cai. Por quê? O mais importante aqui é eu saber o que eu espero como XBRL, e o que ele pode me trazer; não que automaticamente, ele vai conseguir resolver todos os problemas do mercado financeiro de análise de informação.

A afirmação do entrevistado pode ser suportada pela teoria. Segundo Greenhalgh et al. (2012), a plausibilidade, “livre de pretensões exageradas ou equivocadas sobre os resultados esperados da adoção” (p. 3) é um dos atributos necessários para que a visão organizacional se desenvolva no meio em que é concebida.

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima e o Sr. Manfredo Kriech também apontam que a falta de profissionais que entendam o XBRL é um risco atual para sua implementação.

Para o Sr. Luiz Carlos de Souza, os riscos e as desvantagens associados à implementação do XBRL no Brasil estão associados à criação da estrutura que irá suportar suas atividades:

[...] você precisa ter toda uma logística para poder fazer com que isso funcione. Dentre a logística, você vai ter que ter exatamente um local para jurisdição; você vai ter que ter um bureau de processamento de dados com total segurança; vai ter que ter, efetivamente, funcionários para fazer as alterações que sejam necessárias. Esse é o lado onde eu vejo o risco.

4.3.4 O mercado brasileiro do XBRL: escassez e oportunidades

No Brasil, o desenvolvimento de um mercado voltado a atender a demanda do XBRL ainda é prematuro. Apesar de essa demanda não ser praticada de forma explícita, os interessados em efetivar sua implementação prática sofrem com a escassez na oferta de soluções tecnológicas, treinamento e consultoria.

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima reporta que as dificuldades de se conseguir sondar profissionais com conhecimento na linguagem não são exclusivas do Brasil, apontando que existe uma concentração na oferta desses insumos por poucos ofertantes:

[...] uma desvantagem seria essa questão da baixa disponibilidade de ferramentas ou de fornecedores, tanto de fornecedor de ferramentas quanto fornecedor de consultorias, enfim... É bem difícil a gente achar apoio externo para a gente tocar esse projeto aqui. Foi bem difícil isso. Inclusive, a nível mundial, acaba caindo em uma meia dúzia de especialistas que realmente conhecem a fundo, que para tocar um projeto grande como o nosso envolvendo XBRL é uma coisa bem complicada.

Além do fornecimento e da consultoria sobre a tecnologia, o Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima também aponta indícios para o mercado potencial de treinamentos, dada sua significância e o tempo consumido nessa etapa:

Fizemos muitos treinamentos... muitos assim, não; uns três, quatro; mas tanto de ferramentas como de tecnologia. Na verdade, passamos bem uns dois anos aqui nos aculturando com essa tecnologia antes de a gente começar realmente a desenvolver esse sistema. Em termos de implementação, uma etapa importante é a realização do treinamento e a qualificação de conceito e ferramentas também. Isso é muito importante.

Os Sr. Manfredo Kriek cita a área de treinamento, mas aponta cautela sobre a forma como deve ser inserida no mercado, pois esse grupo de profissionais “*vê como novidade e vai querer vender. Mas eu diria que não deveria ser a venda disso pela novidade em si; deveria ser pela utilidade.*”

Entre os *players* nacionais que possuem conhecimento e soluções em XBRL, foram citados pelos entrevistados a SAP (Prof. Edson Luiz Riccio) e a MZConsulting (Sr. Eduardo Lopes Farias). Entretanto, apenas a ferramenta tecnológica da Fujitsu, marca multinacional, foi citada durante as entrevistas.

Nota-se, entretanto, que os *players* atuantes no Brasil não suprem toda a demanda do mercado relacionado ao XBRL. Conforme exposto no tópico “a experiência estrangeira”, há a necessidade recorrente de se buscar fora do país profissionais e experiências capazes de suprir as carências nacionais sobre o assunto.

O Prof. Edson Luiz Riccio demonstra a situação de escassez dos profissionais no Brasil ao afirmar que aqueles que detêm conhecimento sobre o XBRL são raros. Também sobre a formação profissional, o Sr. Alvaro Camillo Neto argumenta que os profissionais que detiverem conhecimento em contabilidade e programação possuirão uma vantagem relevante no mercado de trabalho quando a implementação da tecnologia for exigida.

O Prof. Nelson Carvalho afirma que haverá a necessidade de uma estrutura profissional, administrativa e tecnológica, que dê suporte e insumos à implementação da jurisdição XBRL brasileira: *“Essa estrutura profissional tem que ser remunerada, e para isso eu tenho que ter uma organização jurídica”*.

A criação da Central de Balanços também é citada como marco para criação de oportunidades profissionais relacionadas ao XBRL. O Sr. Alvaro Camillo Neto expõe sua importância, ao comentar que, atualmente, o XBRL é um assunto estudado por conta própria, mas *“com certeza, quando sair a Central de Balanços, vou estar nesse projeto aí vou aplicar finalmente meu conhecimento, ou estudando mais, e aplicando XBRL”*.

Em parte posterior neste capítulo, no tópico “desenvolvedores de tecnologia”, percebe-se que há uma concordância sobre o potencial de mercado para os profissionais da área de tecnologia. Contudo, esses profissionais estão tentando entender a tecnologia no cenário brasileiro e permanecem em estado de observação em relação à evolução regulatória sobre o XBRL.

Todavia, existe a chance de um efeito positivo de uma visão organizacional que não seja sustentada majoritariamente por “vendedores” de soluções. De acordo com Swanson e Ramiller (1997), a predominância desses profissionais entre as partes ativas do discurso da comunidade pode despertar cautela nos adotantes prospectivos, em razão de questões relacionadas à credibilidade da tecnologia.

4.4 Adoção e difusão

4.4.1 Descrição

A produção da visão organizacional possui um papel importante no processo de adoção e difusão da inovação. Entretanto, ela não age sozinha. Uma série de agentes externos, como por exemplo, desenvolvedores de tecnologia ou consultores, ajudam a moldar esse processo, especialmente no início da difusão da inovação (Swanson & Ramiller, 1997).

A adoção da inovação é uma mistura de influências de forças incentivadoras ou inibidoras (Troshani & Doolin, 2005). Tornatzky e Fleischer (1990) segregam essas forças em três categorias, conforme suas naturezas. Para os autores, essas forças podem ser provenientes: (1) do contexto ambiental, (2) do contexto organizacional e (3) dos próprios atributos da inovação.

O contexto ambiental é caracterizado por pressões externas, cultura, assuntos legais, governo, associações de indústria e casos de sucesso. O contexto organizacional é caracterizado pelo capital humano, atitudes gerenciais e recursos. Os atributos da inovação são formados por benefícios e custos percebidos, complexidade e comparabilidade.

Uma vez que não existe no Brasil a adoção e difusão do XBRL no contexto amplo, passível de se acompanhar com maior profundidade, a análise desse processo é feita de forma indicativa e prospectiva. Por meio da opinião dos entrevistados, buscou-se entender o papel das principais instituições que influenciam a adoção e difusão do XBRL.

4.4.2 O papel das instituições na adoção e difusão do XBRL

4.4.2.1 Agências governamentais, órgãos reguladores e bolsas de valores

Estudos demonstram que não existe um consenso sobre a figura do governo no processo de adoção e difusão de inovações, pois existe uma dependência do contexto estudado e das peculiaridades da própria inovação (Simpson & Docherty, 2004; Carter & Bélanger, 2005).

Especificamente sobre o XBRL, Cordery et al. (2011) concluem que a falta da influência do governo no contexto neozelandês contribuiu para a “ignorância organizacional” (p. 69) sobre o tema, sendo um dos fatores que culminou para a não adoção da linguagem naquele país. Na Austrália, as agências regulatórias e os órgãos governamentais são

considerados os únicos agentes com o poder de resolver o impasse sobre a adoção do XBRL no país (Troshani & Doolin, 2005).

Moreira (2005) aponta que a adoção do XBRL no Brasil seria pautada pelo papel dos órgãos oficiais nesse processo e cita suas etapas:

[...] formar um grupo de pesquisa, sediado por uma entidade governamental ou reguladora do mercado do mercado financeiro ou contábil, como CVM, Banco Central, CFC, Bovespa, Receita Federal e outros, e concentrar seus esforços na criação das taxonomias necessárias para os diversos tipos de usuários. Isso daria impulso e incentivo para que as demais entidades públicas ou privadas se sentissem incentivadas a participar das pesquisas. De forma gradual isto já teve seu início em artigos e trabalhos sendo divulgados sobre: a linguagem, realizações de eventos específicos para promover a discussão sobre o assunto e promoção de reuniões. (p. 91).

Os entrevistados apresentam dois posicionamentos para as agências governamentais e órgãos reguladores. O primeiro papel representa a força dessas instituições em exigir, direta ou indiretamente, a adoção do XBRL por parte dos agentes inseridos no ambiente nacional, sejam eles públicos ou privados, e diretamente pelo poder coercitivo, pela imposição do modelo de adoção obrigatória. O debate sobre qual modelo de adoção, obrigatório ou voluntário, deve ser seguido no Brasil, não possui um consenso entre os entrevistados.

Apesar de afirmar que a adoção voluntária é superior à adoção obrigatória, o Sr. Alvaro Camillo Neto não enxerga a viabilidade quanto à primeira no contexto brasileiro:

Voluntária, na teoria, é sempre melhor; “por amor” sempre é melhor. Mas aqui, na nossa realidade brasileira, se não for por uma lição do governo, é complicado porque o nosso sistema [...] tem que ser por força de uma entidade, ou órgão regulador, ou pelo governo.

A mesma opinião é compartilhada pelo Sr. Eduardo Lopes Farias:

Eu diria que o Brasil está hoje em uma fase de construção de empresas que estão interessadas exatamente nesse modelo (adoção voluntária), mas, friamente, eu não consigo ver que simplesmente por uma adoção de empresas [...]. Eu acredito que a gente precisa de uma força regulatória; caso contrário, muito pouco provável que a gente não tenha chance de êxito.

Entretanto, o Prof. Nelson Carvalho não concorda com a adoção obrigatória, pois se o adotante não verificar os benéficos trazidos pelo XBRL, provavelmente fará o mínimo esforço para o cumprimento da exigência imposta. Tal comportamento poderia representar um risco a todo o processo de adoção e difusão do XBRL.

Indiretamente, por meio de incentivos aos agentes regulados por elas, essas instituições também podem inserir mecanismos de promoção do XBRL. Para o Sr. Manfredo

Krieck, os incentivos podem fortalecer a adoção do XBRL, quando diz que *“para que isso aconteça mais fortemente, haja até um incentivo tributário ou financeiro para quem adote”*.

O segundo posicionamento apresentou essas instituições como usuárias das informações transacionadas. Nesse papel, não se comenta sobre o poder de exigência dessas instituições, mas sim seu interesse em promover o desenvolvimento da linguagem XBRL pelos seus benefícios como integrante da cadeia informacional do país.

O Prof. Nelson Carvalho exemplifica que as agências governamentais poderiam induzir à adoção do XBRL, por se tratar de um *“suporte tecnológico mais robusto”* e um *“mecanismo muito mais avançado”* para o tratamento e leitura das informações financeiras.

Apesar de ambos os papéis das agências governamentais e órgãos reguladores aparentemente parecerem incentivadores da adoção e difusão do XBRL, existe o risco de um movimento inibidor temporário em função do receio à mudança que esse processo poderia trazer. Essa preocupação é apontada pelo Prof. Edson Luiz Riccio, quando explica que:

Eu diria que elas são inibidoras quando se dá o início da discussão porque a mudança, qualquer tipo de mudança, sempre sofre resistência. Eu dou um exemplo: a própria BOVESPA ou a CVM, tanto faz, nas primeiras discussões quando se começa a discutir com eles, mostrar a eles o que é o XBRL, as primeiras colocações são: “Mas nós já temos o nosso padrão”, que significa: “Por que mudar se nós já temos nosso padrão? Ele funciona perfeitamente”.

Como afirmado por Steenkamp e Nel (2012), as bolsas de valores podem exercer um papel fundamental na adoção do XBRL em um país, conforme sua postura sobre a exigência ou não.

O Prof. Paulo Caetano da Silva demonstra a importância dessas instituições na mesma ponderação que as agências governamentais e órgãos reguladores, porém, de forma independente:

Mas tem outro player que tem uma importância talvez tão grande quanto a dos órgãos reguladores, que é a Bolsa de Valores. A Bolsa, ela pode adotar isso independente de uma definição do órgão [...]. Então, a Bolsa é outro órgão que talvez tenha o mesmo peso na adoção da tecnologia que os órgãos reguladores.

O Sr. Eduardo Lopes Faria recorre à Teoria do Mercado Eficiente de Eugene Francis Fama para explicar o motivo de indução das Bolsas de Valores no processo de adoção e difusão do XBRL:

[...] se é verdade que as demonstrações financeiras e o resultado influenciam no preço da ação, se essa premissa é verdadeira, considerando um mercado eficiente [...] parte do pressuposto de que quanto menor tempo você tiver informação de qualidade, você diminui a simetria. Automaticamente, isso passa a ser muito importante para uma Bolsa de Valores porque você vai diminuir esse conceito da simetria, e as empresas que estão listadas aqui, têm ações negociadas aqui, automaticamente, vão ter as suas demonstrações contábeis publicadas em um tempo muito maior, mais fácil de ter análise e mais fácil de ser capturada por esses analistas, para que sejam feitas todas as análises.

Não houve discordância entre os entrevistados sobre o papel indutor que as bolsas de valores exercem.

4.4.2.2 Conselhos Profissionais

Na pauta das entrevistas, os conselhos profissionais estavam agregados com as agências governamentais, órgãos reguladores e bolsas de valores. Entretanto, dada a importância durante o decorrer das entrevistas para esse tipo de instituição, optou-se por tratá-lo de forma avulsa. No caso, cabe evidenciar que o CFC foi a instituição que emergiu durante as respostas, não dividindo conteúdo de análise com outros conselhos profissionais.

O CFC foi criado em 1946. É uma autarquia especial corporativa, que tem entre suas atribuições o papel de:

[...] orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional. (CFC, 2013)

Para entender o papel do CFC, busca-se primeiramente na teoria institucional o significado da pressão normativa. Larson (1977, citado por DiMaggio & Powell, 1983), afirma que uma das fontes de mudança isomórfica é a profissionalização, que busca definir condições e métodos de trabalho.

Sua figura como responsável pelo primeiro contato com o XBRL desses agentes foi mencionada em tópico anterior, e a posição de referência aos agentes interessados na promoção do XBRL no Brasil é observada durante a análise das entrevistas.

O Sr. Alvaro Camillo Neto afirma que, em sua área profissional (ciências de computação), não existe um conselho profissional organizado, denominando a situação como “*uma terra de ninguém*”. Em contrapartida, aponta o CFC como um agente multiplicador de conhecimento e apaziguador no processo de adaptação às exigências regulatórias vinculadas à adoção tecnológica. Cita como exemplo de sua importância o caso de implementação do SPED:

Quando o governo baixou o SPED, foi, assim, uma loucura entre os contadores: “O que é isso? Como que eu faço? O que é?”. O CFC e esses órgãos têm obrigação de informar: “Olha, pessoal, não é nem um bicho de sete cabeças”; “é bom você utilizar e tudo mais”. Se o governo, por exemplo, vai usar XBRL, os contadores vão “entrar em parafuso”: “Ah, o que é isso?! Como que é...” Eu acredito que é papel dos conselhos profissionais acalmarem eles e falarem: “Olha, gente, o governo está mandando, mas tem vantagem utilizar. A vantagem é essa, essa e essa”...

O Entrevistado 1 acredita que o CFC deve ser o grande responsável na condução do processo de adoção e difusão do XBRL. O Sr. Luiz Carlos de Souza enxerga o CFC em prol de um bem maior e como um dos maiores interessados no XBRL, contanto que o conselho consiga verificar seus benefícios:

Ele (CFC) tem o maior dos interesses sobre tudo aquilo que envolve a contabilidade, para que, efetivamente, as coisas aconteçam e venham contribuir não só perante a classe contábil, mas para com o país e também com a economia brasileira.

O Sr. Manfredo Kriech entende que o CFC é indutor à aplicação do XBRL, pois seria “*mais um espaço onde profissionais podem atuar*”. O Prof. Nelson Carvalho entende a abrangência do poder político de atuação do CFC no processo de divulgação por meio de seus congressos e convenções:

No congresso brasileiro, você tem seis mil pessoas. [...] todos os estados tem a convenção do CFC de São Paulo, Paraná, Ceará. Então, se a gente começar a jogar água nessa pedra, um dia, a pedra... ‘Água mole em pedra dura vai furar’. Vamos catequizar também os nossos colegas. O papel é o órgão maior, que é o CFC, continuar prestando apoio político, porque essa iniciativa prossiga.

O entrevistado 1 também referencia a importância da iniciativa do CFC em patrocinar os dois comitês (técnico e estratégico) responsáveis pelo desenvolvimento do XBRL no Brasil. O Prof. Edson Luiz Riccio aponta a cooperação do CFC em servir de veículo de

comunicação dos assuntos aos agentes do contexto brasileiro e o interesse do conselho na linguagem:

[...] consegui um espaço em uma reunião do CFC, onde estariam então todos os players, os representantes dos players reunidos e fui a essa reunião como convidado. Quem facilitou a minha entrada nessa reunião foi o próprio CFC [...]. Nessa reunião de abril, eu fiz o mesmo discurso, fiz o mesmo discurso: “O que é o XBRL, como ele funciona, para que ele serve” [...] Imediatamente, os membros do CPC, reunidos [...] reunidos, disseram: “Isso é uma coisa que nós não podemos deixar de fazer”.

O Prof. Edson Luiz Riccio assinala também o poder político do CFC nas decisões sobre o ensino de contabilidade e a capacidade de inserir o XBRL nos currículos:

[...] existe um link, uma ligação entre os conselhos profissionais federais e o Ministério da Educação. Eles propõem itens a serem incluídos em períodos onde há revisões do currículo. [...] Já há essa predisposição, a proposta que nós fizemos de que o próprio CFC já tratasse de enviar no seu contato normal com o Ministério da Educação a inclusão desse assunto.

O Prof. Paulo Caetano da Silva concorda no papel de multiplicador de conhecimento do conselho, porém, delimita sua atuação: “*são importantes para divulgação, para promoção, implementação da tecnologia no âmbito profissional, mas eles não são órgãos que definem o uso ou não da tecnologia*”.

4.4.3 Empresas de auditoria

Diversos estudos discorrem sobre as implicações do XBRL com a auditoria externa (Srivastava & Kogan, 2010; Malhotra & Garritt, 2004; Pinsker, 2003; Bovee, Kogan, Nelson. Srivastava, & Vasarhelyi, 2005; Lymer & Debreceeny, 2003)

Suosalo (2013), por meio de pesquisa qualitativa sobre os impactos do XBRL nas empresas de auditoria externa, sob a perspectiva dos próprios auditores, conclui que a facilidade no acesso às informações e as novas possibilidades analíticas são assuntos controversos na comunidade dos auditores. Para o autor, os assuntos importantes sobre o XBRL na realidade do trabalho de auditoria são: novos procedimentos de auditoria e necessidade de conhecimento técnico, maior comparabilidade da informação, desafios na visualização e mapeamento das extensões. A questão da auditoria contínua é um assunto concebido com menor importância.

No âmbito internacional, as empresas de auditoria independente conhecidas como *big four* (*Deloitte Touche Tohmatsu*, *Ernst & Young Terco*, *KPMG* e *PwC*) estão envolvidas como membros do consórcio *XBRL International* em diferentes jurisdições já estabelecidas (*XBRL International*, 2013). O Quadro a seguir mostra as jurisdições nas quais são membros:

Empresa	Jurisdição
Deloitte Touche Tohmatsu	África do Sul, Alemanha, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, Holanda, Irlanda, Luxemburgo, Reino Unido e Suécia.
Ernst & Young Terco	Alemanha, Austrália, Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, EUA, Holanda, Irlanda, Japão, Luxemburgo, Reino Unido e Suécia.
KPMG	Alemanha, África do Sul, Austrália, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, Holanda, Irlanda, Japão, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia e Suíça.
PwC	África do Sul, Alemanha, Canadá, EUA, França, Holanda, Irlanda, Japão, Luxemburgo, Suécia e Suíça.

Quadro 10 – Empresas de auditoria e jurisdições internacionais

Dos nove entrevistados, seis afirmam que o XBRL pode auxiliar nos trabalhos de auditoria. Os atributos que ajudariam nesses trabalhos são: (1) comparações e conformidade com normas contábeis e taxonomias, (2) facilidade na obtenção de informações e (3) transparência e confiabilidade. Adicionalmente, de forma isolada, foi citada a questão da possibilidade da auditoria contínua pelo Sr. Eduardo Lopes Farias.

O Prof. Nelson Carvalho faz menção às oportunidades comerciais que as empresas de auditoria poderiam ter em sua divisão de consultoria para auxiliar seus clientes na implantação do XBRL. Entretanto, o Prof. Paulo Caetano da Silva não concorda com o papel indutor das empresas de auditoria. O entrevistado posiciona-as como hesitantes nos trabalhos sobre o XBRL, com postura passiva às demandas do seu ambiente regulador de trabalho: “[...] não vão tomar iniciativa por si só. Elas acompanham o movimento do mercado. Se a Bolsa adotar, elas também vão acompanhar. Eu não consigo enxergar as empresas de auditoria como um elemento motivador ou de adoção do XBRL”.

4.4.4 Instituições de Ensino Superior - IES

As IES contribuem para o desenvolvimento social e cultural dos locais onde estão estabelecidas, tanto pelo seu papel tradicional no ensino e pesquisa quanto pelos serviços demandados pela comunidade (Chatterton & Goddard, 2000).

A teoria institucional considera a educação como recurso importante para o processo de isomorfismo, sendo os centros de ensino importantes para normas organizacionais, pela produção de uma base cognitiva de conhecimento pela educação formal e pela criação de redes de profissionais por meio das quais novos modelos são difundidos (DiMaggio & Powell, 1983).

Nessa linha, entre os entrevistados, existe a opinião de que as IES possuem um papel fundamental e indutor no processo de adoção e difusão do XBRL, pois são multiplicadoras de conhecimento. O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima cita a importância da academia para a interpretação da tecnologia em seu período de prospecção:

No início do nosso projeto, foi de grande ajuda o relacionamento, o contato que nós tivemos com o professor Riccio. Quando nós começamos a fazer o levantamento dessa tecnologia e tudo mais, nós tivemos uma interação bastante grande. Acho que a academia, principalmente, no início do projeto, para a gente entender a tecnologia, entender os benefícios, acho que foi bem interessante a participação dela, um apoio bem interessante.

Dois entrevistados colocam as IES no mesmo patamar de importância do CFC para a divulgação da tecnologia. As principais instituições de ensino citadas no bloco 3 de questões durante as entrevistas foram: UNIFACS (Salvador-BA) e FEA/USP (São Paulo-SP). A primeira com uma atuação de disseminação do XBRL pela sua face técnica das ciências da computação, e a segunda voltada à atuação nas ciências contábeis, especificamente nas disciplinas de sistemas de informações. De forma menos relevante, também foi citada a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Apesar de os pesquisadores e acadêmicos deterem um posto significativo como força institucional, ao incluírem suas proclamações na discussão da visão organizacional por meio de trabalhos distintos, relevantes e tempestivos (Swanson & Ramiller, 1997), Boyer-Wright, Summers e Kottemann (2010) apontam que, mesmo com o aumento das atividades relacionadas ao XBRL por parte do mercado e dos órgãos regulatórios, sua evolução no meio acadêmico ainda é modesta.

Essa evolução modesta das IES sobre o XBRL também foi apontada durante as entrevistas. O Sr. Eduardo Lopes Farias salienta que, atualmente, não existe XBRL nos currículos dessas instituições, mas acredita na possibilidade de haver no futuro:

Isso só vai acontecer, na minha visão, ainda numa visão de longo prazo. Não consigo ver uma cadeira de estudos sobre XBRL ou computação ou como agregar dados ainda antes de algumas etapas serem feitas; eu não consigo ver isso aí ainda.

O Prof. Nelson Carvalho também acredita na inclusão do XBRL nos cursos de contabilidade: *“Elas têm que por isso no currículo de graduação. Num futuro exitoso, se a gente for bastante otimista, você vai ter essa disciplina no currículo dos cursos de contabilidade”*.

Deshmukh et al. (2006), no estudo sobre os desafios e oportunidades da introdução do XBRL nos currículos de contabilidade, citam que o XBRL é um assunto difícil do ponto de vista pedagógico. Para os autores, a complexidade, dinâmica de mudança na linguagem e sua natureza multidisciplinar contribuem para essa dificuldade. A conclusão do estudo indica que as principais barreiras para a inserção do tema nas salas de aula são a falta de preparação da instituição e falta de materiais instrutivos.

O Prof. Edson Luiz Riccio cita que um dos entraves para a inserção do XBRL nos currículos das disciplinas afins é a burocracia existente no Ministério da Educação.

4.4.5 Preparadores das demonstrações contábeis

As entrevistas indicam que o papel dos preparadores de demonstrações contábeis pode ser segregado em três vertentes: a primeira diz respeito à inibição deles em razão dos esforços para implementação da tecnologia, a segunda mostra a ausência de relação da implementação da tecnologia em sua realidade e a última indica os benefícios em potencial para seu trabalho.

O Sr. Alvaro Camillo aponta a dificuldade que os preparadores de demonstrações contábeis terão: *“os contadores, nessa primeira implementação, eles vão ‘chorar’ [sic] junto com a gente, do sistema de informação. Eles vão ter também bastante trabalho na implementação”*.

Outros entrevistados apontam a possibilidade de resistência por parte desse grupo. Os motivos para essa resistência podem ser os custos necessários para sua implementação, a falta de mensuração dos benefícios provenientes da linguagem e a alteração da estrutura organizacional.

Analogamente, esses motivos podem ser encontrados no levantamento bibliográfico das publicações sobre o XBRL no período de 2002 a 2012, feito por Müller-Wickop, Schultz e Nüttgens (2013). Segundo os autores, os esforços para a adoção do XBRL são mais sentidos pelos fornecedores de informação. Os esforços podem ser segregados em dois tipos: (1) a aquisição de conhecimento sobre o XBRL e (2) a readequação da infraestrutura tecnológica (p. 122).

Entretanto, existe a indicação de que os pontos inibidores sejam superadores após a fase inicial de implementação. Conforme o apontamento do Sr. Manfredo Kriek:

Em um primeiro momento, assusta as pessoas, mas, em um segundo momento, é inevitável; se prepara e produz a informação. Ele consegue ter uma ferramenta que o ajuda a preparar as informações, talvez reduzindo a possibilidade de um erro ou alguma coisa que ele use na integração das informações.

Em um primeiro momento, trabalhar com o XBRL é uma tarefa onerosa. Entretanto, após o primeiro ano com experiência de reportar e transmitir os arquivos na linguagem, seu custo cai significativamente (Alles & Gray, 2011).

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima cita, indiretamente, pelo caso vivenciado por ele, que existe a possibilidade da realidade de os preparadores não ser afetada, dependendo da forma como a informação for transmitida e da exigência do consumidor dessa informação:

Nós temos uma forma de coleta que para ele vai ficar transparente, que é o XBRL. Na verdade, ele não vai ver em XBRL; ele vai ver uma tela onde ele vai entrar com dados; ou, então, ele pode mandar uma planilha em Excel, alguma coisa desse tipo, e a gente faz a conversão aqui dentro.

O Sr. Eduardo Lopes Farias também acredita que a realidade dos preparadores das demonstrações contábeis não será afetada radicalmente, comentando que esse grupo está mais relacionado aos princípios contábeis do que à tecnologia que sustenta a implementação do XBRL. O Prof. Nelson Carvalho acredita que os preparadores não obtêm benéficos diretos pela utilização do XBRL.

Por último, são apontados os benefícios que o XBRL pode trazer aos preparadores de demonstrações contábeis. O Entrevistado 1 aponta três principais vantagens, com a devida infraestrutura tecnológica: “[..] devem se atualizar e procurar no mercado o software que melhor os atenderá. Como facilitador tem para ele a eliminação de conversão frequente de arquivos, reduções dos erros e uma redução dos custos de uma maneira geral”.

O Prof. Paulo Caetano da Silva ainda aponta a possibilidade de os preparadores se beneficiarem do XBRL pela sua adoção na cadeia informacional interna de suas organizações e instituições:

Se eles reportam os reguladores nacionais e internacionais nesse formato, a tendência é que eles também comecem a pensar em trabalharem em um formato que trás benefícios internos, [...] acho que a tendência que se espera que essa adoção não seja apenas organização para fora, mas que seja também dela para ela mesma internamente.

4.4.6 Analistas e consumidores das demonstrações contábeis

Os analistas e consumidores das informações contábeis, sejam eles no setor privado ou público, foram apontados, por todos os entrevistados, como os maiores beneficiados pela adoção e difusão do XBRL.

Os benefícios para esse grupo podem ser categorizados segundo a divisão proposta por Müller-Wickop et al. (2013): qualidade, desenvolvimento, eficiência e flexibilidade.

Alinhados à literatura sobre as possibilidades de benefícios do XBRL para os analistas e consumidores das demonstrações contábeis, os entrevistados, de forma resumida, citaram no decorrer de suas entrevistas que as principais vantagens:

Vantagens	Autores
Rapidez na transmissão e análise de informações.	Müller-Wickop et al. (2013); Naumann (2004); Tesnière, Smith e Willis (2007); Tostes e Vasarhelyi (2005); Zarowin e Harding (2000);
Interação entre diferentes plataformas.	Tostes e Vasarhelyi (2005)
Aumento da qualidade no(s) processo(s) de análise e/ou comparação de informações	Cunnigham (2005); Naumann (2004); Pinsker e Wheeler (2009); Tostes e Vasarhelyi (2005); Zarowin e Harding (2000);
Maior transparência no processo de divulgação das informações.	Cunnigham (2005); Müller-Wickop et al. (2013):
Redução da assimetria informacional.	Müller-Wickop et al. (2013); Yoon, Zo e Ciganek (2011).

Quadro 11 - Benefícios aos analistas e consumidores das demonstrações contábeis

O Sr. Alvaro Camillo Neto afirma que os analistas das demonstrações contábeis são forças impulsionadoras no processo de implementação do XBRL no país. Dadas as características do mercado de capitais do país, os analistas são apenas menos importantes na indução à adoção da linguagem se comparados às agências governamentais e aos órgãos reguladores. O entrevistado ainda faz uma analogia do XBRL com as IFRS: “*A IFRS não é para facilitar a vida dos contadores, é para facilitar a vida dos acionistas; o contador que se vire. A mesma coisa eu enxergo (em relação) ao XBRL*”.

Na visão do Prof. Nelson Carvalho, os usuários e analistas das informações deveriam ter um papel coercitivo indutor mais forte do que as próprias agências governamentais, no sentido de obrigar os preparadores a terem suas informações em XBRL:

Se todos os departamentos de crédito de todos os bancos do Brasil, quando o empresário chegar com o balanço para pedir empréstimo, e falar: “Eu só aceito o seu balanço em XBRL”, aí ele faz porque sem o balanço em XBRL ele não tem crédito. O benefício está visível: corta a linha de crédito dele.

Mesmo com todas as vantagens preconcebidas para os usuários e analistas, é preciso que eles as conheçam para mobilizar sua adoção e difusão. No Brasil, o interesse desse grupo não é evidente na mesma proporção de seus benefícios em potencial apontados pelos entrevistados e pela literatura.

Para Harris e Morsfield (2012), esse grupo institucional deve ter seus meios facilitados para a utilização do XBRL. Segundo os autores, a menos que os *stakeholders* sejam facilmente integrados por ferramentas relacionadas ao XBRL, dificilmente a tecnologia será difundida entre investidores e analistas.

A falta de conhecimento da tecnologia, segundo o Prof. Edson Luiz Riccio, é a responsável pelo pouco interesse desse grupo na discussão sobre a implementação no Brasil. Conforme o entrevistado, atualmente, esse grupo “*se mantém ainda em estado de observação*” e aponta que:

Nós não podemos obrigar, mas todo o nosso esforço ate hoje, inúmeras vezes, repetidas vezes de convidar o pessoal das chamadas Associações dos Analistas, Apimec, resultaram quase em infrutíferas até o momento. Eles se aproximaram... É como aquela historia de aproximação [...] a gente coloca, primeiro, um presentinho, ai ele vem, e pega, leva... Então, é interessante isso porque nós sabemos - e isso é importante realmente passar - que os analistas são os maiores consumidores do XBRL porque são os profissionais que têm o maior trabalho hoje em tratar com dados de diferentes empresas, de diferentes filiais, diferentes países porque tem que fazer toda transcrição.

O Prof. Nelson Carvalho acredita que, para despertar o interesse desse grupo sobre o XBRL, é necessário um trabalho de longo prazo:

Eu preciso motivar esse pessoal, que é bom para eles. Evidentemente, isso não vai acontecer num passe de mágica. Eu não vou hoje à tarde conversar com o presidente da FEBRABAN e amanhã ele edita um ato; não é assim. É um processo de conquista, um processo de catequização, um processo que nós vamos ter que ter um protótipo para mostrar [...]

4.4.7 Desenvolvedores de tecnologia

Como apontam Hirt e Sawnsen (2001), os desenvolvedores de tecnologia e terceiras partes desempenham um papel fundamental na prestação de serviços de suporte à tecnologia adotada, em conjunto com usuários e departamentos de TI das organizações que as adotam.

Para Swanson e Ramiller (1997), esses profissionais possuem um dos papéis centrais na formação da visão organizacional da inovação, visto que são movidos por seus interesses comerciais. Estão entre aqueles com maior força no processo de mobilização de recursos econômicos da inovação.

O Sr. Alvaro Camillo Neto acredita que, potencialmente, os desenvolvedores de tecnologia são indutores no processo de adoção e difusão do XBRL no Brasil, pois existe toda uma “*oportunidade de negócio*” a ser explorada. Para reforçar essa oportunidade, o Entrevistado 1 relata que o desenvolvedores de tecnologia têm “*um produto novo para ser desenvolvido*”.

O Prof. Edson Luiz Riccio também concorda que os desenvolvedores de tecnologia são interessados na promoção da linguagem, pois *“em toda mudança que envolva software, é um público que vê sempre com bons olhos, porque novos softwares, novas funcionalidades. Significa mercado, significa mais trabalho, significa oportunidades”*.

Entretanto, esse grupo não está na dianteira da formação da visão organizacional da inovação. Pelo contrário, está no estágio de interpretação da tecnologia. Segundo o Prof. Edson Luiz Riccio, as empresas de softwares estão *“avidamente interessadas em saber o que é, como fazer, como treinar o seu pessoal”*.

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima, como profissional ativo nos trabalhos com a linguagem, expõe que um dos problemas enfrentados é a escassez de empresas que consigam desenvolver ferramentas que interajam efetivamente com o sistema utilizado por sua instituição.

Para o Sr. Luiz Carlos de Souza, alguns *players* no mercado já iniciaram seus trabalhos sobre o XBRL, e pelo menos *“uma ou algumas empresas no Brasil já estão fazendo isso”*. Contudo, alega que os desenvolvedores de tecnologia estão *“engatinhando”* e, como consequência, recorre-se aos profissionais de outros países para suprir essa carência.

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima exemplifica esse fenômeno de se recorrer aos profissionais e soluções internacionais: *“Nós precisamos e contamos com esse apoio de consultorias externas, além de grandes empresas, como Fujitsu, por exemplo, que tenham ferramentas de edição de taxonomia e tal. Nós fomos atrás dessa experiência internacional porque no Brasil nós não achamos”*. E ainda revela o papel indutor e facilitador que exercem: *“a minha esperança é que mercado, mercado de software, mercado de consultoria, acho que os próximos que virão daqui para frente vão dar um caminho bem mais fácil do que nós tivemos como pioneiros”*.

O Sr. Eduardo Lopes Farias explica que os desenvolvedores de tecnologia: *“estão ainda esperando; não tem investimento de capital nisso aqui ainda”*.

O Sr. Alvaro Camillo cita que uma possível explicação para essa espera na mobilização dos desenvolvedores de tecnologia é consequência do que ele chama de “*ciclo virtuoso*”. O ciclo refere-se ao fato de os desenvolvedores de tecnologia permanecerem em estado de observação até que o governo emane algum tipo de regulação que exija a implementação do XBRL. Com o marco regulatório promulgado, cria-se uma demanda natural pelas soluções tecnológicas. Ao se firmar a demanda no mercado, os desenvolvedores de tecnologia se mobilizam para suprir a necessidade de seus clientes.

Para o Prof. Edson Luiz Riccio, uma das forças que pode mudar o “*estado de observação*” das empresas desenvolvedoras de tecnologia é a líder de mercado começar a oferecer soluções em XBRL. Para ele, haveria um movimento das concorrentes se espelhando na referência do mercado, uma espécie de pressão mimética no setor.

4.4.8 Consórcio Internacional e jurisdição brasileira

Conforme já descrito no Referencial Teórico deste trabalho, o XBRL International (XII) é um consórcio sediado nos EUA, formado por aproximadamente 650 companhias e agências governamentais e órgãos reguladores, cuja função principal é a promoção de linguagem XBRL ao redor do Mundo. Na prática, o que diferem as taxonomias financeiras criadas em XML e o XBRL é que a última é validada pelo consórcio internacional.

Um dos instrumentos para a difusão do XBRL a nível mundial é a instrumentação dada pelo consórcio para a criação de jurisdições locais, responsáveis por empenhar seus esforços para implementação da linguagem.

O consórcio conta com outros suportes de difusão, como treinamentos (certificação em XBRL), promoção de congressos, divulgação de material informativo, entre outros. Entre os entrevistados, existem aqueles como o Sr. Alvaro Camillo Neto, Sr. Eduardo Lopes Farias, Sr. Manfredo Kriek e Prof. Paulo Caetano da Silva, que concordam que o papel do consórcio internacional é de promoção do XBRL por meio de eventos, ou divulgando experiências em outros países, a fim de mostrar os benefícios da implementação da linguagem para a realidade brasileira.

O Prof. Edson Luiz Riccio expõe a importância da boa relação com o consórcio e sua ajuda nos trabalhos de promoção no Brasil:

O Consórcio Internacional foi quem nos ajudou a chegar onde nós estamos. Eu utilizei toda a ajuda deles. [...] Mas os principais dessa organização até hoje tem nos apoiado em tudo que nós temos feito, ou seja, o presidente Antony Fragnito, que é o diretor geral, e a diretora, que é uma das fundadoras do XBRL, que é a Liv Watson, que inclusive esteve a semana passada aqui em outro evento e inclusive virá ao CONTECSI agora em 2013. [...] toda a comunidade XBRL Internacional tem um relacionamento excelente, porque tanto o Consórcio Internacional colabora com todos os países que estejam utilizando como também eles incentivam a criação de congressos, a criação de cursos [...]

Entretanto, o Sr. Eduardo Lopes Farias aponta cautela ao tratar da figura do consórcio no Brasil, pois, em seu próprio país de origem, não é uma instituição completamente alinhada com seu ambiente. Adicionalmente, o entrevistado cita a necessidade de verificar “*a relação custo-benefício; qual o preço para eu estar ligado exatamente a esta instituição*”.

Locke e Lowe (2007) explicam que o fato de algumas jurisdições e órgãos reguladores contornarem o processo de aprovação de suas taxonomias pelo consórcio internacional sugere que o seu papel não oferece os benefícios pretendidos.

O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima cita que enquanto se estiver desenvolvendo a taxonomia brasileira, a importância do consórcio não é crucial. Porém, após sua conclusão, o consórcio adquire a função de validar e sinalizar aos agentes relacionados com o XBRL a chancela que seu nome carrega.

Para o Prof. Paulo Caetano da Silva, exceto pela divulgação dos benefícios da linguagem, o consórcio tem “*pouca influência ou quase nenhuma*”. Ao contrário, o Prof. Nelson Carvalho vê a necessidade da presença do consórcio internacional no Brasil em razão dos aspectos legais. Segundo o entrevistado, “*se nós começarmos a criar alguma coisa no Brasil que usa a marca que é propriedade deles sem o direito de uso, você vai ser processado; eles têm advogado no mundo todo*”.

O Sr. Manfredo Krieck entende pelo ponto de vista do próprio consórcio. Para ele, a relação de interesse não é apenas da comunidade nacional com o consórcio, mas sim o contrário. Ou seja, é o consórcio que tem interesse no Brasil, pois quer “*que isso se consolide para que se firme conceitualmente*”.

Essa opinião pode ser analisada pela explicação de Swanson e Ramiller (1997) sobre consórcios e comitês:

A recente proliferação de consórcios e comitês dedicados à definição de normas técnicas em cenários como sistemas abertos, [...] podem ser vistos como estratégias de fixar interesses e reunir redes para promover a criação e aceitação ampla de versões particulares do futuro. (p.464).¹³

Sobre a importância da criação da jurisdição brasileira, os entrevistados também demonstraram opiniões diferentes. No passado, houve a tentativa de se criar a jurisdição brasileira. Em junho de 2008, o jornal Valor Online noticiou sobre o assunto, comentando do estágio avançado para a criação da jurisdição brasileira do XBRL, que ficaria sob os cuidados do CFC (Fariello & Valenti, 2008).

O Prof. Nelson Carvalho é favorável à sua criação, pois seria a “*autoridade*” no assunto no âmbito nacional. Comenta sobre a tentativa de criação da jurisdição no passado e as barreiras que impediram seu estabelecimento:

Eu fiquei sabendo que [...] para a gente se filiar ao XBRL e começar a criar jurisdição, nós temos que pagar [...] uns quinze mil dólares: dez mil dólares no primeiro ano e cinco mil dólares no segundo ano – uma espécie de compromisso financeiro fixo. Então, o CFC estava disposto a fazer esse pagamento para poder liberar essa frente e trazer o XBRL para o Brasil, em grandes jurisdições.

Para o entrevistado, mesmo com a disponibilidade financeira, o processo foi paralisado devido à reflexão da continuidade dos trabalhos da jurisdição, forma de torná-la sustentável e formação de sua pessoa jurídica. Como resposta, houve a criação do comitê estratégico por parte do CFC. O Prof. Nelson Carvalho explica a função do comitê e a situação em que se encontra a criação da jurisdição brasileira:

Qual é a meta, objetivo e a missão do comitê estratégico? É construir a pessoa jurídica, a governança e criar a base para que você possa eleger dirigentes e construir uma atividade que possa gerar receita para o XBRL/Brasil quando criado. Que receita? Treinamento, licenciamento, membership fee... Você pode falar: “Pra quê?”. Grandes empresas para serem membros do XBRL têm uma cota anual. Acadêmicos têm uma cota anual; indivíduos de mercado, consultoria... Então, com isso, a gente pretende criar um fluxo de receitas que seja capaz de pagar uma estrutura onde você vai ter minimamente alguém que vai responder pela parte técnica.

¹³ The recent proliferation of consortia and committees dedicated to defining technical standards in such areas as open systems, [...] can also be seen as strategies for enrolling interests and assembling networks to promote the creation and broad acceptance of particular versions of the future

O Sr. Lopes Farias concorda com o Prof. Nelson Carvalho ao explicar que a jurisdição brasileira precisa ter sustento próprio, pois um modelo dependente de doações não sobreviveria ao longo do tempo.

A persuasão sobre as vantagens do XBRL por parte das empresas e o reconhecimento e a sensibilização dos promotores naturais das indústrias são os principais desafios da jurisdição XBRL no Brasil (PwC, 2012).

Como atuante ativo nesse comitê, o Prof. Nelson Carvalho também explica que os trabalhos práticos para a jurisdição já estão sendo feitos, tais como recomendação da forma do estatuto e contrato social, seu regimento interno e o seu planejamento tributário. Todavia, o maior desafio para sua efetivação é a definição do local que hospedará a Central de Balanços.

Para o Sr. Eduardo Lopes Farias, a jurisdição tem a função essencial no encaminhamento do XBRL no País. Suas atribuições seriam a autorização do uso do nome XBRL e o estabelecimento de um responsável de direito para o desenvolvimento e a promoção da linguagem.

O Prof. Edson Luiz Riccio não concorda que a criação de uma jurisdição seja essencial para a utilização do XBRL. Para ele, a jurisdição brasileira ajudaria na questão tecnologia, mas não na taxonomia, uma vez que o desenvolvimento da taxonomia é um processo independente. Além disso, também alerta para as dificuldades de implementação da jurisdição brasileira. Em sua opinião, o modelo estrutural das jurisdições deveria ser mais flexível, adequando-se aos sistemas jurídicos de cada país.

4.4.9 Tecnologias concorrentes

Durante as entrevistas, não foram observadas citações relevantes sobre outras tecnologias que possam concorrer diretamente com o XBRL.

No entanto, cabe a observação do Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima quando questionado sobre o assunto: “*Acho que tecnologia concorrente ao XBRL, no nosso caso,*

aqui, a gente considerou durante muito tempo o próprio XML mesmo. Mas como não havia essa padronização para informações contábeis financeiras, a gente acabou optando pelo XBRL”.

Na opinião do Prof. Edson Luiz Riccio e do Sr. Luiz Carlos de Souza o XBRL, há a possibilidade de se complementar as tecnologias já em uso, por meio da padronização de conceitos até então ausentes.

4.4.10 IFRS

É notória a sinergia existente entre o IASB, comitê responsável pelas Normas Internacionais de Contabilidade, e o XBRL *International*, consórcio responsável pela validação e chancela do XBRL pelo mundo. O IASB possui em seu *site* a taxonomia de acesso e utilização pública, definida para sua aplicação, e expõe sua intenção (IFRS Foundation, 2013):

A Taxonomia IFRS é a representação das IFRSs em XBRL, incluindo as Normas Internacionais (IASs), interpretações, e a IFRS para pequenas e médias empresas (PMEs), discutidas pelo IASB. A Taxonomia IFRS possui as *tags* para todas as divulgações em IFRS. Pelo fornecimento da Taxonomia IFRS, a IFRS Foundation visa atender a demanda por um padrão eletrônico transmissão da informação financeira em IFRS.¹⁴

O Sr. Eduardo Lopes Farias concorda sobre a indução à adoção e difusão do XBRL por parte das IFRS, porém, é categórico ao afirmar que “*são coisas completamente distintas*” e que, apesar da correlação muito forte, “*não dá para dizer que XBRL é o IFRS porque você pode utilizar o XBRL em qualquer taxonomia*”.

Em razão da taxonomia já desenvolvida pelo IASB, o Sr. Alvaro Camillo Neto concorda que as IFRSs possuem uma função indutora para implementação do XBRL no Brasil. Entretanto, salienta que, para essa característica indutora seja usufruída, é preciso fazer

¹⁴ *The IFRS Taxonomy is the XBRL representation of IFRSs, including International Accounting Standards (IASs), Interpretations, and the IFRS for Small and Medium-sized Entities (SMEs), issued by the IASB. The IFRS Taxonomy contains tags for all IFRS disclosures. By providing the IFRS Taxonomy, the IFRS Foundation seeks to address the demand for an electronic standard to transmit IFRS financial information.*

adaptações para dialogar com os GAAP local. Esse problema de adaptação ao GAAP local e seu poder de *enforcement* é apontado pelo Prof. Edson Luiz Riccio:

O IASB - vamos só relembrar - tem o mesmo problema que qualquer grupo que está introduzindo alguma mudança.[...], mas eles não têm nenhuma jurisdição sob poder de qualquer país; essa utilização é pela aceitação; o país aceita ou não aceita. E o que eles fizeram? Para, digamos assim, usar, eles decidiram usar no IASB, decidiram usar o XBRL como um indutor do uso IFRS, dizendo o seguinte: “Está aqui a taxonomia já do IFRS”. Ou seja, se esse país “x” diz que vai usar o IFRS, a taxonomia já está aqui pronta. Eles fizeram isso. Só que se esqueceram de que cada país tem a sua legislação.

Apesar de o Brasil iniciar a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade por meio das leis nº 11.638/07 e 11.941/09, ainda existem diferenças entre o GAAP local, brasileiro e aquele difundido pelo IASB. Essas diferenças são apontadas pelo entrevistado Sr. Manfredo Krieck como o motivo de não poder considerar as IFRS como forma de incentivo ao XBRL no Brasil, pois ainda “*estamos em um processo de convergência*”.

O Prof. Nelson Carvalho, de forma mais detalhada, cita a questão da convergência plena e o dilema que o Brasil enfrenta na elaboração e escolha da taxonomia:

Enquanto você não estiver 100% convergente, você não pode usar aquele; tem que estar 100% até a última linha. Essa é a primeira polêmica. E nós estamos convergentes, anunciamos que estamos convergentes, mas nós temos algumas diferenças ainda. Existe aí um ruído: se a gente deveria já usar o de Londres ou continuar usando esse que o Professor Riccio vem fazendo há muitos anos.

Outro problema apontado pelo Prof. Nelson Carvalho é sobre a variação da quantidade de *tags* de um GAAP para o outro. O entrevistado cita a discussão travada entre os EUA (*USGAAP*) e o IASB. O primeiro questiona o segundo por possuir uma quantidade escassa etiquetas. Do outro lado, o IASB acusa os EUA de possuírem uma quantidade excessiva de *tags*.

Bonsón et al. (2009) verificam que o fato de as IFRS serem baseadas em princípios torna a relação dos elementos da taxonomia maior do que o conjunto que deve ser divulgado pela suas diretrizes. Inclusive, os problemas provenientes das diferenças entre os três GAAPs (brasileiro, norteamericano e das IFRS) e exigências regulatórias locais são comentados pelo Sr. Eduardo Lopes Farias:

O meu principal interesse [...] era descobrir como estava a convergência das taxonomias entre IFRS e USGAAP, em decorrência das empresas brasileiras que hoje listam em Nova Iorque e que já podem arquivar em IFRS, mas a SEC ainda não aceita a taxonomia do IFRS para XBRL; só aceita a taxonomia do USGAAP. Ainda tem esse hiato, que ainda não se conseguiu resolver.

No setor público, em informações do tipo *government-to-government*, as IFRS não impactam como força incentivadora ou inibidora. Segundo o Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima, em termos de GAAP, o importante nesse tipo de comunicação são as *International Public Setor Accounting Standards* (IPSAS).

4.4.11 Perspectivas para a adoção e difusão do XBRL

A última pauta da entrevista buscou verificar de forma livre quais as perspectivas, em termos gerais, que os entrevistados tinham sobre a adoção e difusão do XBRL no Brasil. No geral, os entrevistados estão otimistas sobre esse processo. Por exemplo, o Prof. Edson Luiz Riccio é objetivo nesse ponto e menciona que a “*perspectiva é favorável*”. O Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima prevê que “*daqui alguns anos, não muitos*” será mais fácil trabalhar com o XBRL. O Prof. Paulo Caetano da Silva demonstra otimismo ao dizer que “*de agora em diante, eu tenho certeza de que o XBRL é a tecnologia que vai estar presente no cotidiano do mercado financeiro brasileiro*”. Contudo, os entrevistados apontam algumas etapas e pré-requisitos que o Brasil deverá enfrentar e cumprir, respectivamente.

Para o Sr. Alvaro Camillo Neto, o cenário atual no Brasil aponta para a implementação da tecnologia, ao passo que antes alguns temas deverão ser concluídos, como a adoção das IFRS e a definição da taxonomia a ser utilizada. Também menciona a criação e estruturação da Central de Balanços como pré-requisitos a serem cumpridos. A opinião sobre a Central de Balanços é compartilhada pelo Prof. Edson Luiz Riccio, Prof. Nelson Carvalho, Sr. Luiz Carlos de Souza. O Sr. Eduardo Lopes Farias acredita que o próximo passo a ser tomado é a criação de um plano de negócios para futura jurisdição brasileira e a necessidade de uma maior divulgação da linguagem no país. O Sr. Luiz Carlos Souza e o Sr. Manfredo Krieck expõem a imprescindibilidade de uma maior divulgação da linguagem para que exista a assimilação e o esclarecimento de sua utilidade para o país.

No mesmo sentido de divulgação, o Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima acredita que “*falta no Brasil ainda essa consolidação da cultura de XBRL, [...], falta um projeto pioneiro, uma vitrine*”. Por último, o Prof. Nelson cita o desafio do período de transição tecnológica que deverá ser enfrentado para a consolidação desse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ponto, retoma-se o problema de pesquisa: **como os arranjos e forças institucionais formam a visão organizacional do XBRL no Brasil? Qual a situação dessa visão organizacional?** Para um melhor entendimento, as respostas devem ser esclarecidas por partes.

O CFC, o meio acadêmico e a STN tem sido os principais responsáveis pela divulgação do XBRL para os atuais interessados em seu desenvolvimento. Ou seja, são as instituições que despertaram a atenção dos atuais agentes que formam a comunidade relacionada ao XBRL no Brasil.

O contato dos agentes que formam a comunidade com o XBRL é recente, na média, não mais do que cinco anos. Consequentemente, a estruturação da comunidade relacionada também. Essa comunidade é composta por agentes com formações distintas: área das ciências da computação e da área de negócios (principalmente das Ciências Contábeis). Entretanto, o diálogo e o vocabulário empregado entre eles fluem de maneira coerente, dado que existe um movimento de interdisciplinaridade em suas atividades de desenvolvimento do XBRL no país. Nessa interdisciplinaridade, os agentes provenientes da área das ciências da computação demonstram maior interesse e conhecimento na área de negócios do que o inverso (agentes das áreas de negócio com a área de ciências da computação).

O processo de cooperação entre diversas instituições organizacionais públicas e privadas é importante para a formação da visão organizacional do XBRL. Ocorre por meio de reuniões, eventos, comitês e grupos de trabalho, contribuindo para o entendimento e a persuasão da tecnologia. Entretanto, o nível de atividade e desenvolvimento dos trabalhos práticos relacionados ao XBRL em cada uma dessas instituições é discrepante. Enquanto alguns profissionais se relacionam com a linguagem de forma esporádica e teórica, outros têm a oportunidade de desenvolvê-la e explorá-la cotidianamente no ambiente de trabalho.

A comunidade relacionada ao XBRL tem como principais referências na evolução do XBRL no Brasil: CFC, STN, as experiências estrangeiras e o Professor Edson Luiz Riccio. O CFC se torna uma referência em razão de seu auxílio no processo de interpretação,

legitimação e mobilização do XBRL no Brasil. A interpretação é observada pelos trabalhos realizados para divulgação e explicação da tecnologia. A legitimação é observada pela inserção do XBRL na prática profissional (pressão normativa) e na mobilização por meio do patrocínio de grupos de trabalhos específicos. Como exemplo, temos o Comitê Técnico, sob a coordenação do Prof. Edson Luiz Riccio, que desenvolveu a taxonomia brasileira para relatórios contábeis para empresas comerciais, industriais e de serviços. Atualmente, este comitê busca sua efetiva implementação e utilização pelo sistema regulatório brasileiro.

A STN é o exemplo mais claro de instituição organizacional avançada no processo de mobilização do XBRL, servindo como “vitrine” para as outras organizações institucionais. Porém, por trabalhar com um tipo de cadeia informacional “*government-to-government*”, segue uma lógica distinta à implementação do XBRL com empresas privadas, limitando sua influência.

A experiência estrangeira com o XBRL é notada nos processos de interpretação, legitimação e mobilização. No primeiro caso, contribui para a interpretação pela experiência vivenciada na implementação do XBRL em seus países de origem. Serve como instrumento de legitimação à medida que confere uma pressão mimética entre a comunidade relacionada. Pelo fato de o mercado de insumos para a implementação de o XBRL estar mais desenvolvido em outros países, recorre-se a eles na busca de ferramentas, consultoria e treinamento para mobilizar a tecnologia em âmbito nacional.

O Professor Edson Luiz Riccio adquire sua referência pela assistência à comunidade relacionada no processo de interpretação da tecnologia, pela realização de eventos, publicações e participação em grupos de trabalhos.

Não é possível afirmar que a definição do XBRL seja semelhante para todos os agentes institucionais da comunidade relacionada. Parte da comunidade a interpreta pelos seus atributos qualitativos ou benefícios em potencial, enquanto outros pelos seus atributos técnicos. Provavelmente, essas diferenças podem ser explicadas pelas subculturas profissionais de cada agente institucional envolvido com a manutenção da visão organizacional do XBRL.

Sobre a subcultura profissional, encontrou-se como critério de segregação, além da divisão “clássica” entre área de sistemas de informação e área de negócios, a distinção entre profissionais da área pública e privada. Essas duas áreas, apesar de estarem em estado cooperativo, apresentam formas completamente diferentes de implementação da tecnologia. Inclusive, estão em estágios diferenciados de adoção do XBRL. Entretanto, há indícios de consenso sobre os objetivos aos quais o XBRL procura responder: economia de tempo e otimização na informação recebida pelos seus consumidores.

A adaptação à tecnologia principal pode ser facilitada por meio da utilização da plataforma tecnológica disponibilizada pelo SPED e a experiência obtida em sua implementação. A criação da Central de Balanços também poderia ser um facilitador para XBRL pelo fato de definir o processo de arquivamento das informações financeiras das empresas.

Por outro lado, diversos riscos são apontados em sua adaptação: custos iniciais, complexidade da tecnologia e, conseqüentemente, o comportamento da sua curva de aprendizagem, e a mudança que o XBRL poderia ocasionar na configuração dos meios em que é inserida. Segundo, no macroambiente, existe o risco referente à indefinição da estrutura formal que sustentará e promoverá o desenvolvimento do Brasil.

O mercado nacional dos insumos necessários à implementação do XBRL é extremamente restrito. Essa restrição não consegue atender a demanda atual, principalmente no oferecimento de soluções tecnológicas.

Conforme exposto por Swanson e Ramiller (1997), os desenvolvedores de tecnologia e consultores deveriam integrar o grupo das organizações institucionais mais interessadas na formação da visão organizacional do XBRL, em virtude das possibilidades comerciais que a tecnologia poderia oferecer. Todavia, ainda encontram-se no processo de interpretação da tecnologia, aguardando mecanismos mais claros de legitimação (por exemplo, uma regulamentação sobre a adoção do XBRL) que justifiquem sua mobilização do ponto de vista econômico.

As instituições organizacionais provenientes de agência governamentais e órgãos reguladores e as bolsas de valores têm grande importância na adoção e difusão do XBRL no

país. O poder dessas instituições pode ser exercido de duas formas: diretamente, pela imposição da obrigatoriedade na adoção da tecnologia (pressão coercitiva), ou indiretamente, pela adoção voluntária pelo oferecimento de benefícios aos adotantes. Não existe na comunidade consenso sobre qual a melhor forma de adoção.

Sobre as empresas de auditoria, apesar de estarem envolvidas em trabalhos com o XBRL em outros países e a possibilidade de terem seus trabalhos impactados de forma significativa pela tecnologia, no contexto brasileiro, não é possível evidenciar seu papel de indutor ou inibidor na adoção e difusão.

As IES detêm um papel indutor relevante na adoção e difusão do XBRL, por meio do exercício interpretativo do XBRL. Porém, esse papel não é explorado em sua capacidade. Vislumbra-se que, cumpridas algumas etapas legitimadoras e transpondo obstáculos burocráticos, as IES poderão exercer seu papel indutor de forma mais relevante.

Os preparadores das demonstrações contábeis podem ser considerados inibidores “naturais” no processo estudado, em razão da série de custos iniciais para implementação e adequação da tecnologia necessária para suportar o XBRL, ou pela terceirização dos serviços correlatos. Por outro lado, há a possibilidade de que esse grupo não seja afetado diretamente pelo XBRL, dependendo da forma como seja regulamentada a adoção do XBRL, sendo futuramente contemplados pelos benefícios que o XBRL possa lhe trazer. Ou seja, os preparadores de demonstrações podem ser inibidores em um primeiro momento, porém, serão facilitadores no futuro, a depender do usufruto de algum tipo de benefício do XBRL.

Na outra ponta da cadeia informacional, os consumidores e analistas das informações financeiras são apontados pela comunidade como os maiores beneficiários da utilização do XBRL e, conseqüentemente, deveriam perfilar-se entre os maiores incentivadores de sua implementação. Porém, a prática não condiz com essa asserção, pois esse grupo é pouco ativo na promoção do XBRL e participa de forma exígua na formação de sua visão organizacional.

Não existe entendimento sobre o papel do consórcio internacional, XBRL *International*, na realidade brasileira. Concorde-se que sua experiência com outros países pode influenciar e assistir na adoção do XBRL, e, parcialmente, na autorização pelo uso do nome. Porém não parece ser essencial do ponto de vista da comunidade relacionada.

Percepção semelhante ocorre sobre a necessidade de criação da jurisdição brasileira. Parte da comunidade acredita que a criação da jurisdição é premissa para a continuidade da evolução do XBRL no país. Entretanto, não existe consenso sobre os benefícios práticos pela criação da jurisdição.

Existe uma falta de entendimento sobre o escopo de atuação do consórcio internacional e da jurisdição na comunidade. A visão organizacional do XBRL demonstrou contemplar o atributo da distinção, pois a comunidade não aponta qualquer tipo de tecnologia que consiga cumprir os mesmo objetivos que ela.

Existem indicações de que, no futuro, as IFRS possam facilitar a adoção e difusão do XBRL para as empresas de administração privada que utilizem esse GAAP. Entretanto, atualmente, não é possível afirmar que seja um facilitador para a implementação, pois; (1) são coisas totalmente diferentes, as IFRS e o XBRL; e (2) o Brasil não adota as IFRS integralmente, e por isso, não utiliza a taxonomia desenvolvida e disponibilizada pelo IASB. O desenvolvimento da taxonomia *in loco*, pelo comitê técnico do CFC, pode ser entendido como a resposta a esta situação. Na administração pública, na relação de comunicação entre os entes da federação, as IFRS não exercem qualquer tipo de influência.

A comunidade relacionada com a visão organizacional do XBRL é otimista sobre a adoção e difusão da tecnologia. Seus agentes acreditam que o cenário é favorável e que, no longo prazo, será institucionalizada.

É nítida a evolução da interpretação, legitimação e mobilização nos últimos anos. Tomam-se como exemplos: a criação dos comitês de trabalho pelo CFC, a realização da audiência pública sobre a taxonomia brasileira, a maior quantidade de publicações e realizações de eventos sobre o tema e a inserção da tecnologia na administração.

No entanto, deve-se observar as perspectivas da adoção e difusão do XBRL pela ótica dos atributos agregados ao discurso que a sustenta. Primeiramente, há um apelo da comunidade relacionada ao XBRL por uma maior divulgação da tecnologia. Ou seja, a visão organizacional carece de informatividade.

Em segundo lugar, a possibilidade de verificação do uso do XBRL na prática poderia ajudar os agentes institucionais a desenvolver o senso crítico sobre os riscos e desvantagens da tecnologia no plano operacional, e não somente em seu plano estrutural ou teórico. Dessa forma, possibilitaria o enriquecimento da plausibilidade e a importância do XBRL na comunidade.

Esse dois pontos indicam ser críticos para as duas pontas da cadeia informacional da contabilidade. Se realmente existe algum tipo de benefício aos preparadores das demonstrações contábeis, ele deve ser divulgado com maior ênfase, pois são considerados os maiores inibidores no processo de adoção e difusão. Por outro lado, se existem tantos benefícios aos consumidores e analistas dessas demonstrações, sua estratégia de divulgação deve ser reformulada, visto que parece ainda não ter conseguido despertar a devida atenção necessária desse grupo de agentes institucionais.

A academia deve se mobilizar no sentido de criar mecanismos que ajudem a difundir o XBRL entre os futuros profissionais que serão integrados à comunidade relacionada. A experiência estrangeira pode trazer bons frutos, mas sua dependência no longo prazo poderá limitar o desenvolvimento de estrutura comercial que a tecnologia.

A carência por um instrumento ou estrutura formal de legitimação também pode ser vista como um entrave para o processo estudado. Definição quanto à regulamentação ou normatização sobre os procedimentos de adoção podem servir como sinalizadores para incentivar novos agentes institucionais na formação da visão organizacional do XBRL e, conseqüentemente, um enriquecimento no processo de mobilização da tecnologia.

Simultaneamente, algumas “instituições-chave” devem ter seus escopos de atuação melhor entendidos pela comunidade relacionada. Os maiores exemplos são o consórcio internacional e a jurisdição brasileira. A confusão existente sobre elas parece criar uma miopia sobre seus papéis no processo de adoção e difusão no Brasil. Como consequência, corre-se o risco de engendrar esforços desnecessários na busca por melhores configurações de interpretação, legitimação e mobilização do XBRL.

Enquanto isso, a adoção e difusão do XBRL ocorrem de forma não uniforme. Enquanto organizações institucionais estão avançadas em seus processos de mobilização da tecnologia, outras tantas ainda buscam refinar sua interpretação.

Como pesquisa qualitativa, os conceitos aqui expostos não podem ser extravasados para conceber generalizações sobre o assunto estudado. Além disso, diferentemente da pesquisa quantitativa, não se buscou trilhar um caminho pré-estabelecido, testando hipóteses ou munindo-se de variáveis operacionais claras para inferências (Martins & Theóphilo, 2009).

Por mais que se tenha empregado um modelo teórico presente na literatura acadêmica a fim de estabelecer as categorias para análise de conteúdo, por tratar-se de uma segregação por relevância semântica, é compreensível o viés do pesquisador neste processo.

Ademais, a amostra utilizada não contempla todas as instituições organizacionais afetadas pela visão organizacional do XBRL. Por exemplo, maior validade dos dados trabalhados seria alcançada com a participação de analistas das demonstrações contábeis. Entretanto, dada a situação do XBRL no Brasil, sua comunidade ainda não é ampla, limitando-se a poucos participantes como entrevistados.

Se as perspectivas de adoção e difusão do XBRL são favoráveis, o campo para futuros estudos também. Na mesma linha teórica e com o ambiente interorganizacional como unidade de análise, a utilização de estudo de caso ou por múltiplos casos, sob as perspectivas das forças institucionais que são exercidas no processo de adoção, seria de grande valia. A diversificação e o aumento da amostra seriam fatores enriquecedores para o estudo.

Contudo, estudos de adoção e difusão da tecnologia com outras unidades de análise, como indivíduos e organizações, suportados com algumas das diversas teorias existentes, também seriam importantes para a literatura sobre o tema. Pesquisas com métodos quantitativos que conseguissem mensurar os benefícios relacionados à utilização do XBRL no Brasil, para os diversos *stakeholders* afetados pela tecnologia, poderiam de fato contribuir para o desenvolvimento da própria visão organizacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alles, M. G., & Gray, G. L. (2011). A relative cost framework for rethinking assurance of XBRL filings. *Working paper*, Rutgers University.
- Alves, S. R. P. (2005a). A evolução na divulgação de relatórios financeiros. In: Riccio, E. L., Silva, P. C., & Sakata, M. G. (Orgs.). *A divulgação de informações empresariais (XBRL – Extensible Business Reporting Language)*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- Alves, S. R. P. (2005b). O relato financeiro na internet: necessidade de padronização. In: Riccio, E. L., Silva, P. C., & Sakata, M. G. (Orgs.). *A divulgação de informações empresariais (XBRL – Extensible Business Reporting Language)*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- Alves, S. R. P. (2005c). Relato financeiro na internet em Portugal. *Journal of Information Systems and Technology Management*. (2) (1), pp. 3-20.
- Anderson, D. R., Sweeney, D. J., & Williams, T. A. (2007). *Estatística aplicada à Administração e Economia*. (2 ed). São Paulo: Cengage Learning.
- Association of Chartered Certified Accountants. (2009). *XBRL: the views of stakeholders*. Recuperado em 18 de fevereiro de 2012, de <http://www.accaglobal.com/content/dam/acca/global/PDF-technical/technology-publications/rr-111-002.pdf>.
- Ávilla, F., Roman, D., Bueno, A., & Carvalho E. L. (2009). XBRL: a ferramenta da transparência. *TN Petróleo*, (64), pp. 80-81.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bergeron, B. (2003). *Essentials of XBRL: financial reporting in the 21st century*. New Jersey: Wiley.
- Berners-Lee, T., Hendler, J., & Lassila, O. (2001). The semantic web. *Scientific American*. Recuperado em 14 de dezembro de 2012, de <http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=the-semantic-web>.

- Bonsón, E., Cortijo, V., & Escobar, T. (2009). Towards the global adoption of XBRL using International Financial Reporting Standards (IFRS). *International Journal of Accounting Information Systems*, (10), pp. 46-60.
- Bonsón, E., & Escobar, T. (2006). Digital reporting in Eastern Europe: an empirical study. *International Journal of Accounting Information Systems*, (7) (4), pp. 299 – 318.
- Bovee, M., Kogan, A., Nelson, K., Srivastava, R. P., & Vasarhelyi, M. A. (2005). Financial Reporting and Auditing Agent with Net Knowledge (FRAANK) and eXtensible Business Reporting Language (XBRL). *Journal of Information Systems*, (19) (1), pp. 19-41.
- Boyer-Wright, K., Summers, G., & Kottemann, J. (2010). XBRL: Is it time? *Issues in Informing Science and Information Technology*, (7), pp. 509-518.
- Bryant University (2012). *Section six: what is history of XBRL?* Recuperado 02 de janeiro de 2012, de <http://web.bryant.edu/~xbrl/xbrl/history.htm>.
- Calixto, L., Barbosa, R. R., & Lima, M. B. (2007). Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. *Revista de Contabilidade e Finanças*, (30), pp. 84 – 95.
- Cambridge Dictionaries. (2011). *Online Dictionary: taxonomy*. Recuperado em 22 de maio de 2011, de <http://dictionary.cambridge.org/dictionary/british/taxonomy?q=taxonomy>.
- Carter, L., & Bélanger, F. (2005). The utilization of e-government services: citizen trust, innovation and acceptance factors. *Information Systems Journal*, (15) (1), pp. 5-25.
- Carton, S., Romeyer, C, & Vaujany, F. (2007). Organizing Vision and local IS practices: a France-U.S. comparsion. *Communications of Association for Information Systems*, (19) (11), pp. 1-60.
- Chatterton, P., & Goddard, J. (2000). The response of higher education institutions to regional needs. *European Journal of Education*, (35) (4), pp. 475-495.
- Comissão de Valores Mobiliários. (2009). Instrução Normativa 480, de 7 de dezembro de 2009. Recuperado em 13 de abril de 2012, de <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=%5Cinst%5Cinst480.htm>.

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). *Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual Para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado em 03 de março de 2012, de http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2013). Pesquisador (a) Edson Luiz Riccio. Recuperado em 22 de maio de 2013, de <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=1540245792957136>.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2013). *O conselho*. Recuperado em 11 de maio de 2013, de http://portalcfc.org.br/o_conselho/
- Conselho Federal de Contabilidade. (2005). *Resolução CFC nº 1061/05*. Recuperado em 02 de maio de 2013, de http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1061.htm
- Conselho Federal de Contabilidade. (2012). *SPED*. Recuperado em 11 de dezembro de 2012, de <http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=296>.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2011). *XBRL*. Recuperado em 02 de maio de 2011, de <http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=297>.
- Cordery, C. J., Fowler, C. J., & Mustafa, K. (2011). A solution looking for a problem: factors associated with the non-adoption of XBRL. *Pacific Accounting Review*, (23) (1), pp. 69-88.
- Cruz, M. S. H., Silva, P. C., Silva, L. G. C., & Santos, A. A. (2008). *The XBRL Framework*. In: 5th CONTECSI International Conference on Information Systems and Technology Management. Anais...São Paulo.
- Cuningham, C. S. (2005). Future of financial reporting on the Internet. *Journal of Accountancy*. Recuperado em 19 de junho de 2012, de <http://www.journalofaccountancy.com/Issues/2005/Apr/XbrlAMultitalentedTool.htm>.
- Currie, W. L. (2004). The organizing vision of application service provision: a process-oriented analysis. *Information and Organization*, (14), pp. 237-267.
- Damanpour, F., & Gopalakrishnan, S. (1998). Theories of organizational structure and innovation adoption: the role of environmental change. *Journal of Engineering and Technology Management*, (15) (1), pp. 1-24.

- Debreceeny, R., Gray, G. L., & Mock, T. J. (2001). Financial reporting websites: what users want in terms of forms and content. *The International Journal of Digital Accounting Research*, (1) (1), pp. 1-23.
- Debreceeny, R., & Gray, G. L. (2001). The production and use of semantically rich accounting reports on the internet: XML e XBRL. *International Journal of Accounting Information Systems*, (2) (1), pp. 47-74.
- DeRose, S., Maler, E., & Orchard, D. (2001). *XML Linking Language (XLink) Version 1.1..* Recuperado em 03 de março de 2013, de <http://www.w3.org/TR/xlink11/#extended-link>.
- Deshmukh, A., Karim, K., Romine, J., & Rutledge R. W. (2006). XBRL in the accounting curriculum: a survey of AIS faculty. *Review of Business Information Systems*, (10) (2), pp. 75-90.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, (48) (2), pp. 147-160.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, (115), pp. 139-154.
- Dykes, L., & Tittel, E. (2005). *XML for dummies*. (4th ed.). Indianapolis: John Wiley & Sons.
- Ernst & Young. (2004). *XBRL Voluntary Financial Reporting Program on the EDGAR System Commission File No. S7-35-04*. Recuperado em 20 de abril de 2012, de <http://www.sec.gov/rules/proposed/s73504/ernstyoun110104.pdf>.
- Fariello, D., & Valenti, G. (2008, 01 de junho). Brasil desenvolve versão nacional de formato eletrônico para balanços. *Valor Online*. Recuperado em 24 de maio de 2013, de http://mzilios.com/arquivos/MZ_Versao_Nacional_20080701_port.pdf.
- Felden, C. (2011). Characteristics of XBRL adoption in Germany. *Journal of Management Control*, (22) (2), pp. 161-188.
- Fichman, R. G. (2004). Going Beyond the Dominant Paradigm for Information Technology Innovation Research: Emerging Concepts and Methods. *Journal of the Association for Information Systems*, (5) (8), pp. 314-355.

- Financial Accounting Standards Board. (1978). *Statement of Financial Accounting Concepts n° 1 - Objectives of financial reporting by business enterprises*. Recuperado em 04 de abril de 2012, de <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobnocache=true&blobwhere=1175820899258&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>
- Financial Accounting Standards Board. (1980). *Statement of Financial Accounting Concepts n° 4 - Objectives of financial reporting by nonbusiness organizations*. Recuperado em 01 de março de 2012, de <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobnocache=true&blobwhere=1175820901017&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>
- Financial Accounting Standards Board. (2000). *Electronic Distribution of Business Reporting Information*. Recuperado em 21 de abril de 2012, de <http://www.fasb.org/brrp/brrp1.shtml>.
- Fisher, R., Oyelere, P., & Laswad, F. (2004). Corporate reporting on the internet: audit issues and content analysis of practices. *Managerial Auditing Journal*, (19) (3), pp. 412-439.
- Flores, J. S., Corrêa, R. M., & Vanti, A. A. (2011). Análise das características dos artigos publicados sobre a linguagem XBRL em revistas científicas de PPG's stricto sensu de contabilidade no Brasil. *RIGC*, (9) (18), pp. 1-17.
- Garner, D., Henderson, D., Sheetz, S. D., & Trinkle, B. S. (2013). The different levels of XBRL adoption. *Management Accounting Quarterly*, (14) (2), pp. 1-10.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos* (R. C., Costa, trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Green, S. E. J. (2004). A rhetorical theory of diffusion. *Academy of Management Review*, (4), pp. 653-669.
- Greenhalgh, T., Procter, R., Wherton, J., Sugarhood, P., & Shaw, S. (2012). The organising vision for telehealth and telecare: discourse analysis. *BMJ Open*, (2) (4), pp. 1-12. Recuperado em 12 de novembro de 2012, de <http://bmjopen.bmj.com/content/2/4/e001574>.
- Hameed, M. A., Counsell, S., & Swift S. (2012). A conceptual model for the process of IT innovation adoption in organizations. *Journal of Engineering and Technology Management*, (29) (3), pp. 358-390.

- Harris, T. S., & Morsfield, S. (2012). An Evaluation of the Current State and Future of XBRL and Interactive Data for Investors and Analysts. *White Paper*. White Paper number three; Columbia Business School. Recuperado em 01 de junho de 2013, de http://www4.gsb.columbia.edu/filemgr?&file_id=7313146.
- Hendriksen, E. S., Van Breda, M. F. (2010). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Henson, J. (2010). *The ups and downs of XBRL*. Recuperado em 06 de agosto de 2012, de <http://xbrlusa.wordpress.com/2010/05/03/the-ups-and-downs-of-xbri/>.
- Hirt, S. G., & Swanson, E. B. (2001). Emergent maintenance of ERP: new roles and relationships. *Journal of Software Maintenance and Evolution: Research and Practice*. (13) (6), pp. 373-387.
- Hoffman, C., & Watson, A. (2010). *XBRL for dummies*. Hoboken: Wiley Publishing Inc.
- Hoogstraten, H. J. W. van (2006). XBRL in the banking industry: an analysis of XBRL adoption by dutch banks for Basel II compliance reporting. Dissertação de Mestrado, Tilburg University, Tilburg. Recuperado em 10 de agosto de 2012, de http://hoogstrm.home.xs4all.nl/h/thesis/Master_thesis_HJW_van_Hoogstraten.pdf/
- IFRS Foundation. (2011). *Snapshot: the IFRS Taxonomy*. Recuperado em 26 de fevereiro de 2011, de <http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/ifrs13.pdf>.
- IFRS Foundation. (2013). *The IFRS Taxonomy*. Recuperado em 21 de maio de 2013, de <http://www.ifrs.org/XBRL/IFRS-Taxonomy/Pages/IFRS-Taxonomy.aspx>.
- Iudícibus, S. (2010). *Teoria da Contabilidade* (10a ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. (2010). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do cpc*. São Paulo: Atlas.
- Institute of Chartered Accountants in England and Wales. (1998). *The 21st Century Annual Report*. Recuperado em 11 de janeiro de 2012, de <http://www.icaew.com/en/library/subject-gateways/corporate-reporting/new-reporting-models-for-business-further-reading/21st-century-annual-report>.

- Institute of Chartered Accountants in England and Wales. (2004). *Digital Reporting: a Progress Report*. Recuperado em 13 de abril de 2012, de <http://www.icaew.com/en/technical/financial-reporting/information-for-better-markets/ifbm-reports/digital-reporting-a-progress-report>.
- Kernan, K. (2009). *The story of our new language*. New York: AICPA
- King, J. L. et al. (1994). Institutional factors in information technology innovation. *Information Systems Research*, (5) (2), pp. 139-169.
- Klecun-Dabrowska, E., & Cornford, T. (2002). The organizing vision of telehealth. In: ECIS, Gdansk, Poland. Recuperado em 12 de agosto de 2012, de <http://eprints.lse.ac.uk/27120/>.
- Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. (2013). *Eventos*. Recuperado em 02 de março de 2013, de <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos>.
- Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. (2012). *Grupo: XBRL*. Recuperado em 28 de agosto de 2012, de <http://www.tecsi.fea.usp.br/grupos/xbrl/default.asp>.
- Lemos, C. (1999). Inovação na era do conhecimento. In: Lastres, H., & Albagli, S. (Orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.
- Li, O. Z., Ni, C., & Lin, Y. (2012). *Does XBRL adoption reduce the cost of equity capital?* Recuperado em 25 de agosto de 2012, de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2131001.
- Lin, Y., & Hsu, C. (2011). Unfolding the Organizing Vision for Straight-through- Processing in Taiwan Financial Industry. In: *Proceedings of the 44th Hawaii International Conference on System Sciences*.
- Lymer, A., & Debreceeny, R. (2003). The auditing and corporate reporting on the internet: challenges and institutional responses. *International Journal of Auditing*, (7) (2), pp. 103-120.
- Lymer, A., Debreceeny, R., Gray, G. L., & Rahman, A. (1999). *Business reporting on the internet*. International Accounting Standards Committee. Recuperado em 18 de abril de 2012, de <http://www.cs.trinity.edu/rjensen/Calgary/CD/iasb/busrepw.pdf>.

- Locke, J., & Lowe, A. D. (2007). XBRL: an (open) source of Enlightenment or Disillusion? *European Accounting Review*, (16) (3), pp. 585-623.
- Malhotra, R., & Garritt, F. (2004). Extensible Business Reporting Language: the future of e-commerce-driven accounting. *International Journal of Business*, (9) (1), pp. 61-82.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2005). *Fundamentos de metodologia científica*. (5a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Markelevich, A., Shaw, L., & Weihs, H. (2010). *An analysis of the israeli XBRL – Adoption Experience*. Recuperado em 30 de março de 2012, de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1632562
- Martins, E., & Lopes, A. B. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mattessich, R. (1972). Methodological preconditions and problems of general theory of accounting. *The Accounting Review*. (47) (3), pp. 469-487.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1997). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, (83) (2), pp. 340-363.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2013). *e-PING*. Recuperado em 22 de junho de 2013, de <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padrees-de-interoperabilidade/grupos-de-trabalho>.
- Moreira, O. (2005). *XBRL no Brasil – um estudo empírico com as empresas de capital aberto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Recuperado em 08 de setembro de 2011, de <http://www.teses.usp.br/>
- Müller-Wickop, N., Schultz, M., & Nüttgens, M. (2013). XBRL: impacts, issues and future research directions. *Lecture Notes in Business Information Processing*, (135), pp. 112-130.

- Naumann, J. W. (2004). Tap Into XBRL's Power the Easy Way. *Journal of Accountancy*. Recuperado em 07 de julho de 2012, de <http://www.journalofaccountancy.com/issues/2004/may/tapintoxbrlspowertheeasyway.htm?action=print>.
- Nel, G. F., & Steenkamp, L. P. (2008). An exploratory study of chartered accountant's awareness and understanding of XBRL. *Meditari Accountancy Research*, (16) (1), pp. 79-93.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, (1) (3), pp. 1-5.
- Nobre, C., & Carvalho, N. (2011). XBRL in Brazil: current status and prospects. *Interactive Business Reporting*, (1) (2), pp. 28 – 30.
- Nord, W. R., & Tucker, S. (1987). *Implementing routine and radical innovations*. Lexington: Lexington Books.
- Oliver, C. (1992). The antecedents of deinstitutionalization. *Organization Studies*, (13) (4), pp. 563-588.
- Orlikowski, W. J., & Gash, D. C. (1993). Technological frames: making sense of information technology in organizations. *ACM transactions on Information Systems*, (2), pp. 1 – 45.
- Pinsker, R. (2003). XBRL awareness in auditing: a sleeping giant? *Managerial Auditing Journal*, (18) (9), pp. 732-736.
- Pinsker, R., Wheeler, F. (2009). Nonprofessional investors' perceptions of the efficiency and effectiveness of XBRL-enabled financial statement analysis and of firms providing XBRL-formatted information. *International Journal of Disclosure and Governance*, (6) (3), pp. 241-262.
- Portal da NF-e. (2012). *Sobre a NF-e*. Recuperado em 02 de maio de 2013, de <http://hom.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>.
- Powell, W. W., Koput, K. W.; & Smith-Doerr, L. (1996). Interorganizational collaboration and the locus of innovation: networks of learning in biotechnology. *Administrative Science Quarterly*, (41) (1), pp. 116-145.

- Powell, W. W. (1996). Inter-Organizational Collaboration in the Biotechnology Industry. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, (152) (1), pp. 197-215.
- PricewaterhouseCoopers. (2012) *Business Plan XBRL 2011*. PricewaterhouseCoopers. Recuperado em 20 de outubro de 2012, de http://www.sbeventos.com/encontrodecontabilidade/download/Marcus_Manduca.pdf.
- Ramiller, N. C., & Swanson, E. B. (2003). Organizing vision for information technology and the information systems executive response. *Journal of Management Information Systems*, (20) (1), pp. 13–50.
- Reardon, J. L., & Davidson, E. (2007). How Do Doctors Perceive the Organizing Vision for Electronic Medical Records? Preliminary Findings from a Study of EMR Adoption in Independent Physician Practices. In: *Proceedings of the 40th Hawaii International Conference on System Sciences*.
- Resolução CFC nº 1.061. (2005, 09 de dezembro). Estabelece o leiaute brasileiro de contabilidade digital para fins de escrituração, geração e armazenamento de informações contábeis em meio digital. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado em 01 de maio de 2012, de http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1061.htm
- Resolução CFC nº 1.078. (2006, 25 de agosto). Revoga a Resolução CFC nº 1061/05. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado em 01 de maio de 2012, de http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1078.htm
- Riccio, E. L. (2005). O XBRL: conceituação e aplicação. In: Riccio, E. L., Silva, P. C., & Sakata, M. G. (Orgs.). *XBRL: a divulgação de informações empresariais*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- Riccio, E. L., Sakata, M., Moreira, O., & Quoniam, L. (2006). Introdução ao XBRL – nova linguagem para a divulgação de informações empresariais pela internet. *Ciência da Informação*, (35) (3), pp. 166-182.
- Riccio, E. L., Silva, P. C., & Sakata, M. G. (Orgs.). (2005). *XBRL: a divulgação de informações empresariais*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- Rogers, M. E. (1995). *Diffusion of Innovations*. (4th ed.). Free Press: New York.

- Rogers, M. E. (1998). The definition of measurement of innovation. *Working Paper* N° 10/98; Melbourne Institute of Applied Economic and Social Research.
- Rogers, M. E., & Scott, K. L. (1997). *The Diffusion of Innovations Model and Outreach from the National Network of Libraries of Medicine to Native American Communities*. Recuperado em 03 de junho de 2012, de <http://nnlm.gov/archive/pnr/eval/rogers.html>.
- Rossi, T., & Schmidt, P. (2011). Teoria e prática para a adoção do XBRL – Extensible Business Reporting Language. *ConTexto*, (11) (19), pp. 43-60.
- Saeedi, A., Richards, J., & Smith, B. (2005). An introduction to XBRL. *Iranian Accounting & Auditing Review*. (45), pp. 132-158.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3a ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Scarlata, A. N. (2009). *Can XBRL improve financial analysis? The joint effects of technology and knowledge on decision performance*. Dissertação (PhD) – Doctor of philosophy, College of Business and Economics, University of Kentucky, Lexington.
- Schmidt, T., & Rammer, C. (2007). Non-technological and technological innovation: strange bedfellows? *Discussion Paper* n° 07-52; Centre for European Economic Research. Recuperado em 22 de agosto de 2011, de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1010301.
- Scott, W. R. (2001). *Institutions and Organizations*. Thousand Oaks: Sage.
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2011a). *Seminário Transparência na Gestão Pública: Transferência de Dados pelo Padrão XBRL*. Recuperado em 10 de abril de 2013, de http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/Agenda_Seminario_XBRL_port.pdf.
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2011b). *Conceitos de XBRL e Taxonomia*. Recuperado em 27 de abril de 2013, de http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/relatorios/Conceitos_XBRL_Taxonomia.pdf.
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2011c). *Taxonomia da Contabilidade Pública*. Recuperado em 20 de abril de 2013, de http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/relatorios/Taxonomia_Contabilidade_Publica.pdf.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2011d). *Conceitos de XBRL*. Recuperado em 12 de abril de 2013, de http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/relatorios/XBRL_Taxonomia.pdf

Secretaria do Tesouro Nacional. (2011e). *Reuniões dos subgrupos do Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais - GTSIS*. Recuperado em 22 de maio de 2013, de http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/relatorios/Atas_subgrupos_GTSIS_03_04_out_2011.pdf.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2012). *Termo de Referência BRA 06/24 - PREMEF*. Recuperado em 19 de maio de 2013, de http://www.pnud.org.br/recrutamento/20121009_1635.pdf.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2013a). *Seminário Internacional Transparência na Gestão Pública: Transferência de Dados pelo Padrão XBRL*. Recuperado em 04 de maio de 2013, de <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/imprensa-artigo/289>.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2013b). *Sobre o Tesouro*. Recuperado em 02 de maio de 2013, de <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/tesouronacional>.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2013c). *Projeto SICONFI/Brasil*. Recuperado em 28 de maio de 2013, de http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/download/relatorios/SICONFI_Modelo_Tecnologico.pdf.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2013d). *Projeto SICONFI: Taxonomia XBRL*. Recuperado em 25 de maio de 2013, de https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Contabilidade_Publica/arquivos/Apresentacao_GTSIS-Taxonomia.pdf

Secretaria do Tesouro Nacional. (2013e). *Seminário Internacional Transparência na Gestão Pública: Transferência de Dados pelo Padrão XBRL - Agenda Preliminar*. Recuperado em 04 de maio de 2013, de http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/Agenda_Seminario_XBRL_port.pdf.

Securities Exchange Commission. (2011). *Office of interactive disclosure: history*. Recuperado em 20 de junho de 2011, de <http://www.sec.gov/spotlight/xbrl/oid-history.shtml>.

- Selim, S. P. (2012). The roadmap to successful XBRL adoption. *The XBRL power newsletter*. Recuperado em 10 de agosto de 2012, de <http://www.sqlpower.ca/xbrlpower/documents/XBRLPowerNews2012Q1.pdf>.
- Serviço Federal de Processamento de Dados. (2013). *I – Fórum XBRL – Os padrões e-PING na Integração e Interoperabilidade da Contabilidade Brasileira*. Recuperado em 27 de maio de 2013, de <https://www.serpro.gov.br/noticias/i-forum-xbrl-sera-realizado-no-serpro/?searchterm=xbrl>.
- SGML Source. (2012). *SGML Source Home Page*. Recuperado em 30 de março de 2012, de <http://www.sgmlsource.com>.
- Silva, P. A. G., & Alves, P. A. P. (2001). As novas tecnologias como veículo de transmissão da informação financeira. *Revista de Contabilidade e Finanças FIECAFI – FEA – USP*, (16) (27), pp. 24-32.
- Silva, P. C. (2003). *Explorando linguagens de marcação para representação de relatórios de informações financeiras*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Salvador, Salvador. Recuperado em 02 de março de 2011, de http://tede.unifacs.br/tde_arquivos/2/TDE-2007-07-26T170817Z-94/Publico/Dissertacao%20Paulo%20Caetano.pdf
- Silva, P. C. (2002). “Informações financeiras como hiperdocumentos na web”. In: *VIII Brazilian Symposium on Multimedia and Hypermedia Systems (SBMIDIA2002)*, Anais....Fortaleza, Brasil.
- Silva, P. C., & Cruz, M. S. H. (2012). Processamento analítico em dados XML. *Revista de Sistemas e Computação*, (2) (1), pp. 14-43.
- Silva, P. C., Silva, L. G. C., & Aquino Júnior, I. J. S. (2006). *XBRL: conceitos e aplicações*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- Simpson, M., & Docherty, A. J. (2004). E-commerce adoption support and advice for UK SMEs. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, (11) (3), pp. 315-328.
- Souza, R. R., & Alvarenga, L. (2004). A web semântica e suas contribuições para a ciência da informação. *Ciência da Informação*, (33) (1), pp. 132-141.

- Srivastava, R. P., & Kogan, A. (2010). Assurance on XBRL instance document: A conceptual framework of assertions. *International Journal of Accounting Information Systems*, (11) (3), pp. 261-273.
- Steenkamp, L. P., & Nel, G. F. (2012). The adoption of XBRL in South Africa: an empirical study. *Electronic Library*, (30) (3), pp. 409-425.
- Suosalo, S. (2013). *XBRL from audit companies' perspective*. Dissertação de Mestrado, Department of Accounting, Aalto University, Aalto. Recuperado em 11 de maio de 2013, de <https://aaltodoc.aalto.fi/handle/123456789/8966>.
- Suzart, J. A. S., & Dias Filho, J. M. (2009). A linguagem XBRL: um caminho para a harmonização das práticas contábeis. In: *Congresso IAAER-ANPCONT*, São Paulo. Anais... São Paulo.
- Swanson, E. B. E., & Ramiller, N.C. (1997). The organizing vision in information systems innovation. *Organization Science*, (8) (5), pp. 458-474.
- Takeishi, A., Yaichi, A., & Masaru, K. (2010). Reasons for Innovation: Legitimizing Resource Mobilization for Innovation in the Cases of the Okochi Memorial Prize Winners. In: Itami, H., Kusunoki, K., Numagami, T., & Takeishi, A. (Eds.). *Dynamics of Knowledge, Corporate Systems and Innovation*. New York: Springer.
- Tesnière, B., Smith, R., & Willis, M. (2007). XBRL: One standard - many applications. *PWC Journal*, pp. 46-53. Recuperado em 22 de junho de 2012, de http://www.pwc.com.ar/en_GX/gx/xbrl/assets/pwc_xbrl_one_standard_many_applications.pdf
- Tornatzky, L. G., & Fleischer, M. (1990). *The process of technological innovation*. Lexington: Lexington Books.
- Tostes, F. P., & Vasarhelyi, M. A. (2005). A divulgação de informações contábeis e financeiras no mundo virtual. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, (10) (2), pp. 51-64.
- Troshani, I., & Doolin, B. (2005). Drivers and inhibitors impacting technology adoption: a qualitative investigation into the Australian experience with XBRL. In: *18th Bled Econference Eintegration in Action*,. Anais.... Bled, Slovenia.

- Troshani, I., & Lymer, A. (2010). Translation in XBRL standardization. *Information Technology & People*, (23) (2), pp. 136-164.
- Troshani, I., & Lymer, A. (2011). Institutionalizing XBRL in the UK: An organizing vision perspective. In: *Proceedings of 19th European Conference on Information Systems* (ECIS2011), Anais....Helsinki, Finland.
- Try XBRL. (2012). *XBRL Glossary*. Recuperado em 08 de agosto de 2012, de <http://www.tryxbrl.com/Learn/Glossary/tabid/58/Default.aspx>.
- Van de Ven, A. H., & Angle, H. L. (2000). An introduction to the Minnesota Innovation Research Program. In: Van de Ven, A. H., Angle, H. L., & Poole, M. S. (Orgs.). *Research on the management of innovation*. Oxford: Oxford Press.
- Van de Ven, A. H., & Poole, M. S. (2000). A Methods for studying innovation processes. In: Van de Ven A. H., Angle, H. L., & Poole, M. S. (Orgs.). *Research on the management of innovation*. Oxford: Oxford Press.
- Wang, P. (2002). What drives waves in information technology? It discourse from the organizing vision perspective. *Information Systems Working Paper 2-02*; The Anderson School at UCLA.
- Williamson, O. E. (1985). *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: Free Press.
- W3C Schools. (2012). *HTML Tutorial*. Recuperado em 14 de março de 2012, de <http://www.w3schools.com/html/default.asp>.
- XBRL Education. (2008). *Section seven: XBRL instance document*. Recuperado em 6 de julho de 2012, de <http://www.xbrleducation.com/edu/instance.htm>.
- XBRL India. (2012). *History of XBRL*. Recuperado em 10 de março de 2012, de: <http://xbrlinindia.com/history-of-xbrl>.
- XBRL International. (2011a). *How XBRL Works*. Recuperado em 10 de setembro de 2011, de <http://www.xbrl.org/how-xbrl-works-1>.
- XBRL International. (2011b). *Taxonomy*. Recuperado em 15 de julho de 2011, de <http://www.xbrl.org/Taxonomies.aspx>.

- XBRL International. (2013). *XBRL international members*. Recuperado em 12 de fevereiro de 2013, de <http://xbrl.org/members>.
- XBRL Japan Inc.. (2012). *Cases in Japan: case study in Japan-2 – Bank of Japan (BOJ)*. Recuperado em 29 de novembro de 2012, de https://www.xbrl.or.jp/modules/pico5/index.php?content_id=5.
- Yang, S. O., & Hsu, C. (2011). The organizing vision for cloud computing in Taiwan. *Journal of Electronic Commerce Research*, (12) (4), pp. 257 – 271.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Yoon, H., Zo, H., & Ciganek, A. P. (2011). Does XBRL adoption reduce information asymmetry? *Journal of Business Research*, (64) (2), pp. 157-163.
- Zarowin, S., & Harding, W. E. (2000). Finally, business talks the same language. *Journal of Accountancy Online Issues*. Recuperado em 01 de abril de 2012, de <http://www.aicpa.org/pubs/jofa/aug2000/zarowin.htm>.
- Zucker, L. G. (1987). Institutional theories of organization. *Annual Review of Sociology*, (13) pp. 443-464.

APÊNDICE 1 – Carta Convite

Prezado Sr _____,

Conforme a apresentação feita pelo meu orientador, Prof. Dr. Edson Luiz Riccio, diretor do TECSI, Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, através do email enviado no dia _____, sou estudante do curso de mestrado “strictu sensu” do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade (PPGCC) da FEA USP, cuja dissertação tem como assunto alvo o processo de institucionalização do XBRL no Brasil.

Julgamos que a pesquisa qualitativa, elaborada por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes que possuam algum tipo de relação relevante com a linguagem XBRL seria a forma mais adequada de atingir o objetivo do estudo.

Desta forma, solicito ao (a) Sr(a) o agendamento uma entrevista com a finalidade de expor seus argumentos e opiniões sobre o processo de adoção e difusão do XBRL, assim como o sua concepção sobre o significado desta tecnologia.

A entrevista, com duração aproximada de 40 minutos, ocorreria em data de sua preferência, mantendo para o trabalho final seu nome, cargo e empresa no anonimato.

Em caso de aceite, enviarei com antecedência as pautas com o conteúdo de cobertura da entrevista para o seu conhecimento.

Por questões de deslocamento, peço a gentileza que escolha a forma mais conveniente para sua participação à distância: (1) ligação telefônica (neste caso, eu faço a ligação); ou (2) videoconferência (pelo “Skype”); ou (3) pelo envio das respostas às perguntas da entrevista por correio eletrônico.

Agradeço o seu tempo e sua atenção,

Mauricio Taufic Guaiana
(*Contatos*)

APÊNDICE 2 – Pautas da entrevista

Pauta para a entrevista referente à pesquisa intitulada:

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO XBRL NO BRASIL: UM ESTUDO UTILIZANDO O MODELO ORGANIZING VISION (OV)

Mestrando: Mauricio Taufic Guaiana/ Orientador: Edson Luiz Riccio.

Bloco I – identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

1. Área de atuação profissional
2. Formação acadêmica
3. Histórico profissional do entrevistado
4. Como e quando obteve contato com o XBRL
5. Relação atual com o XBRL – atividades

Bloco II – conceituação e aplicação do XBRL

- (1) O que é o XBRL ?
- (2) Por que adotar o XBRL?
- (3) Como efetivar sua implementação?
- (4) Riscos e desvantagens em sua utilização

Bloco III – incentivadores e inibidores

- (1) A primeira pauta apresenta aos entrevistados cada tipo de instituição para que seja discorrido sobre o papel de cada uma dela no processo de adoção e difusão do XBRL no Brasil. As instituições escolhidas foram:
(Discorra sobre a importância de cada instituição relacionada abaixo no processo de adoção e difusão do XBRL no Brasil)

1º Agências governamentais, órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais;

2º Empresas de auditoria;

3º Instituições de Ensino Superior (IES);

4º Preparadores de demonstrações contábeis;

5º Analistas e consumidores de demonstrações contábeis;

6º Desenvolvedores de tecnologias subjacentes (*softwares*);

7º *XBRL International Consortium*

8º Tecnologias concorrentes

9º Normas Internacionais de Contabilidade – (IFRS)

(2) Principais incentivadores e inibidores ao processo de adoção e difusão do XBRL no Brasil, e a perspectiva sobre as oportunidades e obstáculos sobre o XBRL.

APÊNDICE 3 – Autorização para divulgação de conteúdoDECLARAÇÃO

Declaro que autorizo o uso das informações obtidas pelo Sr. MAURICIO TAUFIC GUAIANA, junto a mim na pesquisa intitulada “*O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO XBRL NO BRASIL: UM ESTUDO UTILIZANDO O MODELO ORGANIZING VISION (OV)*”, sob a orientação do Professor EDSON LUIZ RICCIO da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, bem como a divulgação da referida pesquisa em artigos, monografias, livros, etc.

Nome:

Assinatura:

Data:

APÊNDICE 4 – Transcrições das entrevistas

Sr. Alvaro Camillo Neto

Atuação profissional: Desenvolvedor de software em empresa de grande porte

Data: 31/01/2013

Duração: 43 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica. De maneira breve, os pontos que você achar relevante.

Bom, meu nome é Alvaro Camillo Neto. Eu me formei em Ciências da Computação pela São Judas e trabalho com sistema da informação desde 2006, que eu entrei na [*nome antigo da empresa que trabalha*] - na época, [*nome antigo da empresa que trabalha*]; hoje, [*nome da empresa que trabalha*] - e desde 2006, eu trabalho com desenvolvimento de sistema de software, de sistema, mais especifico ERP. Comecei na fábrica de software, desenvolvendo para clientes e a partir de 2008, eu passei a trabalhar na área de desenvolvimento de produto-padrão, que a gente fala que é o produto que todos os clientes recebem, na área de controladoria. E foi nessa época que eu comecei a me especializar; comecei a estudar sobre controladoria, mais especificamente em contabilidade e ativo fixo, um pouquinho financeiro, mas mais contabilidade e ativo fixo. Aí, em 2010, para contextualizar mais o meu trabalho, porque um sistema ERP é muito forte em regra de negócios; contábil, mais ainda. Diferente, por exemplo, de faturamento ou de outros modos mais específicos, que cada cliente tem a sua especialidade, a regra de negócio não é tão definida. Contabilidade, não! Contabilidade, temos normas a seguir, métodos, é uma ciência mais...vou dizer assim, é uma área de negócio lá dentro do sistema, mas “melhor” normalizada. Então, em 2010, eu fiz a minha pós em Controladoria, na FECAP, em Controladoria de Gestão e terminei em 2011, final de 2011. O meu trabalho de TCC foi sobre o XBRL. O meu TCC foi sobre a relação do XBRL com a governança corporativa. Foi um trabalho bibliográfico, não foi quantitativo, foi mais qualitativo; mas foi quando tomei mais conhecimento do XBRL, e aí eu fiz uma relação com a governança corporativa.

Como e quando foi a primeira vez que teve contato com o XBRL?

É eu já tinha ouvido falar em XBRL muito pouco na [*nome da empresa que trabalha*], porque nas minhas pesquisas... porque eu sempre pesquiso muito em site de contabilidade e tal. Eu

“bati” o olho no XBRL, mas muito pouco. Ai, quando comecei a procurar uma área de trabalho para o meu TCC, na pós, eu lembrei... lembrei não; na época, estava em voga o SPED, inclusive eu estava trabalhando na época com o SPED, e lá naquela época, 2011, estava bem no comecinho, mas bem rudimentar a Central de Balanços, e a Central de Balanços estava falando de XBRL. Ai, eu falei: Poxa! “Tá” aí uma coisa... porque quando... Eu sou mais técnico e como eu fiz Ciências da Computação, o meu TCC tinha que relacionar com sistemas, e conversando com minha coordenadora, a gente achou um tema interessante: o XBRL.

Qual sua relação atual com o XBRL?

Lá na empresa onde eu trabalho, o ano passado e em 2011, a gente estava pensando em localizar [*nome da empresa que trabalha*] para a Austrália, e lá, toda parte, entre aspas, o SPED deles, toda parte de obrigações acessórias, ela é baseada em XBRL. Então, as empresas trocam informações com o governo usando XBRL. E aí, o produto que eu trabalho, o [*nome do software desenvolvido pela empresa que trabalha*], teria que se adaptar para isso. Só que o foco da empresa se voltou mais para a América Latina e para o Brasil. Então, eu acabei não trabalhando. A gente nem começou a trabalhar com ele. Eu pensei que a gente iria trabalhar com ele, mas não foi. Então, atualmente o XBRL é um assunto que eu estudo mais por conta mesmo. Eu pretendo até, talvez, continuar esse tema na pós, que eu começo agora em fevereiro, sobre IFRS, relacionando com XBRL, mas atualmente eu não trabalho diretamente. Pensei que eu ia começar a trabalhar com a Central de Balanços, mas o próprio governo agora abriu novamente uma... Eu vi essa semana inclusive. Ele abriu audiência pública para o XBRL; então, eu acho que a Central de Balanços vai demorar um pouco para sair. Mas, com certeza, quando sair a Central de Balanços, vou estar nesse projeto aí e vou aplicar finalmente meu conhecimento, ou estudando mais, e aplicando XBRL.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

Bom, o XBRL... Por eu ter a minha formação em graduação, em Ciências da Computação, eu sempre tive muito contato com a XML, o conceito de transferência de mensagens, processamento de mensagem XML, e até em configuração de algumas linguagens de programação, eu usava muito XML. O XBRL, na minha concepção, nada mais é que outro

XML, só que voltada à área de negócios e demonstração financeira. O XML é uma linguagem de marcação, que a gente costuma falar em Ciências da Computação. O que é uma linguagem de marcação? É uma linguagem que serve para descrever conteúdo. Eu não consigo programar em XML; eu consigo descrever conteúdo; e outro programa, no caso do XML, normalmente é o *browser*, o navegador, interpreta e formata e faz o conteúdo. O XBRL, a ideia é a mesma: você ter uma formatação padrão que seja mais fácil para os sistemas processarem a informação - no caso, a informação financeira contábil.

Por que adotar o XBRL?

Bom, eu vou “puxar um pouco a sardinha” para o trabalho que eu fiz. Eu fiz o TCC justamente para relacionar qual vantagem, que vantagem eu tenho de usar o XBRL. Na época, o meu trabalho foi mais voltado à governança corporativa. O que eu vi, o que eu concluí, é que o XBRL melhora muito a comunicação. Hoje em dia, toda empresa tem sistema de informação. Nenhuma empresa sobrevive hoje em dia sem sistema de informação. Pode ser o mais simplificado, pode ser até o Excel, mas sem o computador, nenhuma empresa sobrevive hoje em dia. Só que a comunicação entre esses sistemas que a gente diz a comunicação entre os sistemas fica muito melhor com uma linguagem padrão, com um formato padrão de mensagem, e o XBRL proporciona isso: um formato padrão. Mas o que a empresa ganha com isso? Como o formato é padrão e os sistemas são interconectados, ele melhora a comunicação entre a empresa e seus *stakeholders*. Então, a empresa... Por exemplo: eu sou uma empresa de capital aberto e tenho meus acionistas. Os meus acionistas têm... Eu estava até falando com o seu colega lá sobre isso, sobre o *valuation*. Têm as planilhas dele, de *valuation*, tem o sistema dele, específico de *valuation*, e eu, como empresa, tenho minhas informações contábeis, eu tenho os meus demonstrativos. Com o XBRL, possibilita, por exemplo, eu passar informação em XBRL, e o sistema do meu analista, do meu acionista, receber essa informação e já passar para o sistema deles sem ter que digitar, ou, então, ter um processamento mais complexo dessa informação. Fica mais fácil a comunicação. Ficando mais fácil a comunicação, eu tenho mais transparência, e com mais transparência, usando o meu TCC, eu tenho mais governança corporativa, que transparência é um dos pilares da governança corporativa, se não um dos mais importantes. Então, o XBRL, a grande vantagem dele é justamente melhorar a comunicação que a empresa vai ter com todos os seus *stakeholders*, com governo, com acionistas, com clientes, com fornecedores, enfim, melhora a sua troca de mensagem fica mais automática.

Como efetivar a implementação do XBRL?

Essa é uma pergunta interessante. Na realidade brasileira, as empresas brasileiras... como eu posso falar... no meu entendimento, só entendem na “porrada”. Desculpa. Só entendem se baixar uma lei obrigando as empresas a usarem. Por exemplo, o SPED, se o governo falasse assim: “Ah, a empresa pode optar em transmitir suas informações em SPED ou continuar com os “Ns” sistemas que o governo tinha, ou via formulário, enfim”. Nenhuma empresa optaria. Como o governo obrigou agora todo mundo no SPED, as empresas tiveram que se adaptar, tanto as empresas de softwares quanto as empresas. Os usuários tiveram que se adaptar para “pegar” essa informação. Tirando as empresas grandes, as empresas multinacionais, que já têm o XBRL nos seus sistemas, porque a matriz tem o XBRL, já fazem essa troca, mas acho que no Brasil, para implementar, só realmente se o governo, por exemplo, passasse a utilizar o XBRL como linguagem no SPED. Então, por vontade própria das empresas, isso dificilmente iria se popularizar. Uma tentativa que o governo está fazendo é a Central de Balanços, mas mesmo a Central de Balanços, em minha opinião, eu não acredito que vá impulsionar tanto assim o XBRL porque Central de Balanços é uma opção para a empresa. A empresa pode optar por publicar suas informações ou não. Aliás, minto. A Central de Balanços vai ter um alcance nas empresas, que já tem que publicar suas demonstrações. Mas a empresa média, pequena, a empresa de capital fechado não vão publicar suas informações. Então, eu acho, que vai se popularizando o XBRL. Um exemplo: trocando o que hoje o governo utiliza para o SPED, a mensagem que o governo utiliza, o arquivo-texto, o arquivo-texto que o governo utiliza para eu transmitir as informações é um formato que o governo definiu; o governo definiu que a primeira posição é, sei lá, a conta, e a segunda é o balanço; não tem as *tags*. Eu acredito que para tornar efetiva a implementação do XBRL no Brasil é o governo utilizar o XBRL para o seu padrão de mensagens; adotar o padrão do XBRL como formato no SPED.

Ou seja, você é a favor de uma adoção obrigatória do que uma adoção voluntária?

Voluntária, na teoria, é sempre melhor; “por amor” sempre é melhor. Mas aqui, na nossa realidade brasileira, se não for por uma lição do governo, é complicado porque o nosso sistema... Eu digo isso porque eu trabalho com um dos sistemas mais utilizados em médias e grandes empresas. Nossos sistemas - não só o [*nome do software desenvolvido pela empresa que trabalha*]; tem [*nome de outro software desenvolvido pela empresa que trabalha*]; tem outros sistemas – não é que não estejam preparados por XBRL, mas é justamente porque os clientes não pedem XBRL. A partir do momento que o governo falar: “Olha, o SPED contábil vai usar XBRL”, vai forçar todos esses fornecedores a implantarem o XBRL em seus sistemas.

E aí começa um ciclo virtuoso. O governo fala: “Olha, eu quero XBRL”. Nós, fornecedores de sistemas, vamos correr atrás para implementar em nossos sistemas. Os clientes vão começar a utilizar. Os clientes utilizando, as empresas que utilizam informação contábil - sistemas de análises, de balanço, ou sistemas até de auditoria - vão falar: “O sistema deles já está usando XBRL. ‘Legal’. Vamos adaptar os nossos”. E aí, vai tendo esse ciclo virtuoso. Talvez, uma implementação já drástica no SPED tenha muito impacto. Talvez, seja, eu imagino, uma melhor solução começar, por exemplo, com a CVM, que seria uma solução viável que até a Central de Balanços está tentando. Mas a Central de Balanços é mais com o governo. Mas do mesmo jeito que as empresas têm que mandar os seus demonstrativos devidamente auditados para a CVM, no formato da CVM, no formulário deles, a CVM tem que dar essa opção: “Olha, ao invés de você fazer nesse formulário grande e chato que eu tenho aqui, você pode mandar em XBRL que você já está cumprindo comigo”. Também, é outra solução. Mas tem que ser por força de uma entidade, ou por órgão regulador, ou pelo governo. “Olha, o pessoal lá fora está usando”. Eu acho complicado.

Quais seriam as desvantagens ou riscos associados com o XBRL?

Bom, trabalhando numa empresa fornecedora de software, a primeira desvantagem é o impacto no sistema, o custo em adaptação. Apesar de o XBRL facilitar a vida, o transporte de informação, preparar o sistema para o XBRL, dependendo do sistema de como ele é construído, de como é a sua arquitetura, ele é mais complexo. O impacto é a primeira implementação nos softwares. E aí que está: o impacto na empresa, mas, uma hora será passado para o cliente. Eu vejo que o principal é o custo da primeira adoção. Quando eu fiz o TCC sobre XBRL, meu coordenador sempre me focou na parte de negócios. Eu ia “puxando” pra software, e ele: “Não, não, não. Você não está indo para Computação. Aqui, você está em Controladoria. Volta pra cá”. Como efetivamente eu não trabalhei, eu não sei a complexidade de implementar isso no sistema, mas eu não diria que seja tão fácil, tão simples. É igual, é como o IFRS. Eu brinco com os contadores. A IFRS não é para facilitar a vida dos contadores, é para facilitar a vida dos acionistas; o contador que se vire. A mesma coisa eu enxergo (em relação) à XBRL. O XBRL é para facilitar a vida do acionista, do contador, que vai transmitir as informações; o “cara” do sistema que se vire para o sistema funcionar com o XBRL. Eu vejo essa, a principal desvantagem. Porque a vantagem que você teria depois dele implementado... “Ah, mas será que realmente é vantagem o XBRL? Os países que estão utilizando, estão utilizando assim, bem...” A gente vê a Austrália; a Índia também utiliza o XBRL. Mas eu vejo mais para o XML. Hoje, o padrão de comunicação de sistemas entre sites,

tudo na internet: ordem de pagamento, etc., é sobre XML. O XML mostrou uma linguagem de marcação extremamente segura, eficiente, e transpor isso para transmissão de demonstrações contábeis financeiras, eu só vejo vantagens. Mas a desvantagem é essa primeira implementação, que vai doer.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil

Começando, como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?

Bom, o papel deles... É que são três, não é? Eu vejo, na verdade, bem separado. As agências governamentais e os órgãos reguladores, como falei, eles podem ser grandes impulsionadores para a utilização do XBRL, dando ou uma obrigação de utilizar, ou a vantagem: “Olha, se você utilizar, paga menos taxa de registro na CVM”, alguma coisa assim. Então, eles podem ser os impulsionadores. Os conselhos profissionais, no caso o CFC... De sistema nós não temos, infelizmente. “É terra de ninguém” a questão da informática. Mas o CFC dos contadores, eu vejo-os como agentes multiplicadores da informação. Eu lembro que eu vi isso no SPED. Quando o governo baixou o SPED, foi, assim, uma loucura entre os contadores: “O que é isso? Como que eu faço? O que é?”. O CFC e esses órgãos têm obrigação de informar: “Olha, pessoal, “não é nem um bicho de sete cabeças”; “é bom você utilizar e tudo mais”. Se o governo, por exemplo, vai usar XBRL, os contadores vão “entrar em parafuso”: “Ah, o que é isso?!”, “Como que é...” Eu acredito que é papel dos conselhos profissionais acalmarem eles e falarem: “Olha, gente, o governo está mandando, mas tem vantagem utilizar. A vantagem é essa, essa e essa...”, assim como quando saiu o SPED.

É um papel de intermediação, de ponderação?

Exatamente.

E as empresas de auditoria?

As empresas de auditoria eu vejo mais como, talvez, divulgadoras porque eu vejo as empresas de auditoria como a ponta final do XBRL. Uma vez que a empresa utiliza o XBRL, vai ser muito mais fácil para o sistema da auditoria já fazer uma pré-auditoria nas informações, já fazer o “pente fino” logo no sistema; e os auditores só pegarem as inconsistências ou a parte mais como se diz, a parte mais subjetiva das informações. Então, eu vejo as empresas de

auditoria mais incentivando os seus clientes: “Olha, seria melhor se você usasse o sistema ‘x’, o sistema ‘y’. Olha, já tem”. Mas eu os vejo mais como a ponta final do XBRL; eles vão receber as informações.

E as instituições de ensino superior?

O papel é parecido com o do conselho profissional: divulgar e preparar. Eu vejo os cursos de contabilidade preparando os seus alunos para utilizarem o sistema XBRL, o que é isso, como utiliza, etc. Também um apoio maior nos cursos de sistema da informação. Ciência é mais específico; eu encaixo isso mais em sistema da informação, explicando mais as questões técnicas do XBRL: “Olha, o XBRL é o XML, só que para finanças. Vamos implementar o programa...”. Praticamente, nós temos mais analistas-programadores implementando melhores soluções, tanto de geração de informação quanto de recepção de informação.

E os preparadores de demonstrações contábeis?

Bom, os contadores, nessa primeira implementação, eles vão “chorar” junto com a gente, de sistema de informação. Eles vão ter também bastante trabalho na implementação. Eu acho que o papel deles nisso tudo é utilizar; é utilizar o sistema; é ajudar os desenvolvedores com a rede de negócios porque essa situação tem que tratar assim. Eu vejo-os como parceiros na implementação do XBRL. Eles têm as informações de negócios, e nós temos as de tecnologia.

E os analistas e consumidores dessas demonstrações?

Bom, é a mesma coisa das empresas de auditoria. Mas no caso dos analistas, eu acredito que é... Os analistas e os consumidores dessas demonstrações têm o papel ainda mais interessante de reforçar isso. As agências governamentais vão, de fato, incentivar a implementação, mas os acionistas podem também incentivar. Eles têm menos peso. É engraçado que, no Brasil, os acionistas têm menos peso que o governo, mas o que eu vejo nas empresas é isso: o governo manda primeiro; depois, é o acionista, não é? Se fosse nos EUA ou em outros países, só a força do acionista, falando: “Olha, meu amigo, estou precisando dessa informação mais “mastigada” para eu analisar melhor. Eu quero essa informação em XBRL”, já seria o suficiente para incentivar. Aqui no Brasil, o primeiro incentivador sem dúvida, em minha opinião, é o governo. Mas também, eu vejo-os como incentivadores: “Olha, se você utilizar, vai me ajudar; eu vou fazer aqui mais fácil o *valuation*”, enfim!

E os desenvolvedores de tecnologias?

Bom, nós temos que fazer nossa lição de casa. A gente, de fato, junto com os contadores, com os preparadores das demonstrações contábeis, a gente tem a missão de fazer o XBRL funcionar. Adaptar nossos sistemas para gerar informações no formato XBRL. Também os sistemas que recebem - a gente sempre têm duas pontas - preparar os sistemas para receber essa informação. Eu acredito que vai ser um grande trabalho inicial. Só que, uma vez implementado, ele é muito flexível. Amanhã, surgiu um novo demonstrativo do IFRS; já está preparado o sistema; só alterando algumas *tags*, pronto o sistema já vai entender. Então, nós, junto com os contadores, vamos fazer isso funcionar. É essa a lição.

E para os desenvolvedores, você vê como novas oportunidades de negócio? Ou é incrementar? Ou é algo mais discreto em termos de negócio mesmo para esses desenvolvedores de tecnologia?

É uma boa pergunta. Eu vejo como realmente um destaque, como assim: “Olha, a gente tem XBRL”. Uma vez difundido, eu vejo como grande oportunidade de negócio. Por quê? Porque eu tenho a experiência do SPED. Quando o SPED saiu em 2008, a primeira versão dele... 2008 não é mistério para ninguém: foi o ano da grande crise. Muitas empresas sentiram muitas dificuldades, mas o que salvou para nós, fornecedores de tecnologia, foi o SPED contábil porque o governo, implementando o SPED contábil, as empresas tiveram que investir em TI. Quando ocorre uma crise econômica, as empresas vão cortando gastos, e um dos gastos que eles cortam é TI. Mas em 2008, mesmo com aquela crise toda, o governo puxou o SPED; puxando o SPED, as empresas tiveram que investir mais em contratação e tudo mais, e foi muito bom para nós, fornecedores de *software*. Eu acredito que com o XBRL é a mesma coisa. No caso que eu falei - o cenário -, o governo falando: “Olha, vai ser XBRL”, vai impulsionar os clientes a investirem mais em soluções de TI, surgindo novas oportunidades para as empresas de tecnologia. E para o profissional de tecnologia, sem dúvida, é um diferencial. Você conhecer essa tecnologia vai fazer quando acordar para o XBRL, vai ser igual o SPED: “Quem conhece aí de contábil e programação, vem cá trabalhar comigo”. Então, é um diferencial, sim.

E o Consórcio Internacional do XBRL?

Sinceramente, atualmente eu não estou acompanhando a interação deles com a nossa implementação de XBRL. Mas eu vejo-os como... a missão deles é ajudar o Brasil a montar a sua taxonomia. Eles têm experiência, a missão deles é essa. Eles têm como objetivo... Eu

vejo-os ajudando a gente a formar a nossa taxonomia, a ver os desafios, ajudar, principalmente, os desenvolvedores com documentação, enfim. Para nós, desenvolvedores também, adaptarmos mais fácil e mais rapidamente os nossos sistemas.

E as tecnologias concorrentes, se é que existem tecnologias concorrentes à XBRL?

Na minha pesquisa, eu estudei a evolução do EDI, o antigo ADI, que é o transporte de mensagens entre sistemas, e a evolução. Atualmente, eu não vejo nenhum concorrente à XBRL porque o XBRL é muito... Uma, que ele é livre, não precisa pagar nenhuma licença, e é uma tecnologia assim... Como ela é uma tecnologia “filha” do XML, é uma tecnologia muito flexível. Na minha pesquisa, na época, não encontrei nenhum concorrente para o XBRL nessa questão. Acho que o concorrente do XBRL é vencer a resistência em adotá-lo.

Então, ele é o próprio concorrente dele mesmo assim, grosso modo?

É. Eu enxergo-o como o próprio concorrente. O grande desafio é incentivá-lo. Fazendo de novo uma analogia ao XML... Também, na época, quando o XML foi criado, tinham vários protocolos: o próprio HTML, que foi o primeiro. Mas aí quando viram o HTML: “Mas, não é suficiente para eu descrever informações no meu site, no meu sistema de maneira mais eficiente; vamos fazer um novo”. Aí, fizeram outros padrões e finalizou com o XML, utilizado até hoje.

Mas foi uma resistência. O XML teve sua concepção até hoje. Foi um trabalho para os *browsers* também porque o problema de você propor uma linguagem padrão é fazer com que todos os sistemas entendam e ok: “Vamos usar essa linguagem padrão”. Uma vez utilizado, todo navegador, hoje, tem que entender o XHTML, que é o HTML com o XML; se não entender, o programa não serve para nada. Então, talvez para o futuro, por sua vez, implementado, divulgado, etc., vai ser a mesma coisa: um sistema gerencial de exportação ou importação de XBRL não vai servir para nada. Entendeu?

E as IFRS?

Eu acredito que tem muita relação do XBRL com o IFRS porque o IFRS, a missão dele é o que? Normalizar as normas contábeis. O XBRL, qual é a missão dele? É normalizar o padrão de mensagens de divulgação de demonstrativos financeiros contábeis; então, tem tudo a ver. Até o próprio IFRS tem a sua própria taxonomia. Acredito que o IFRS pode servir até como base para o país fazer a sua própria taxonomia. Tem a taxonomia do IFRS. Meu país já segue o IFRS. “Legal.” Eu vou fazer a minha taxonomia. Eu pego já do IFRS e adapto; faço a minha

localização, a minha tropicalização - no caso, aqui, do Brasil. Então, tem muita relação IFRS com XBRL.

Por último, é uma pergunta um pouco mais livre para você. O que você acha relevante falar sobre esse processo pelo qual o país está passando - é um estágio ainda de adoção e difusão do XBRL. A questão de oportunidades, riscos, traçar um panorama geral. O que você achar relevante. Ou se você achar que a gente cobriu os pontos mais importantes... Ia pedir para você ficar a vontade aí para falar sobre o assunto.

Então, como eu falei no começo da entrevista, foi uma feliz coincidência porque quando você falou dessa... Você me mandou o e-mail da entrevista, eu recebi logo em seguida o email de um fórum que eu acompanho falando do XBRL, da abertura, uma nova abertura pública para a taxonomia brasileira. Então, atualmente, eu vejo o governo se mexendo sim; o governo, as instituições, as universidades e tudo mais. Realmente, estão trabalhando sobre o XBRL. Talvez o caso do SPED, como demorou, pelo menos, dois anos para o SPED se estabilizar, tanto na ponta dos fornecedores quanto na ponta dos clientes e da ponta do governo. Então, acredito que mexer no SPED, apesar de ser uma formula que vai ser bem rápida de implementar, acho que o governo não vai se arriscar tanto. Mas com a Central de Balanços, já é um passo o governo falando: “Olha, não vai parar”, pelo menos é o que está sinalizando para mim. “Olha, nós vamos parar de utilizar uma linguagem própria de comunicação, um formato próprio de mensagem e vamos usar o XBRL.” Essa é a mensagem que está me passando o projeto Central de Balanços. Eu acho que está andando. Não está tão rápido assim. Mas eu acho que também não está tão rápido porque o Brasil tem outros desafios. Lógico, tem muitos desafios, e não vem ao caso aqui, mas nesse sentido de contabilidade, de regras, nesse cenário contábil, o Brasil ainda tem muito desafio do próprio IFRS. Eu acho que antes de implementar o XBRL, o IFRS tem que estar mais enraizado nas empresas. Tudo bem! Começou lá em 2007; já está em 2013, mas as empresas ainda acordam só quando tomam uma canetada do auditor ou uma coisa assim. Eu acho que primeiro desafio é: o IFRS está *full* e difundido. Porque um dos casos de IFRS, que são poucas as universidades de Contabilidade que apresentam o IFRS na sua grade. Agora, que eles estão adaptando e mexendo nas suas grades, porque... Meu irmão, por exemplo, está fazendo graduação em Contabilidade, e só nessa turma agora, que ele está fazendo, no quarto ano, que ele vai ter uma matéria de IFRS. Mas começou em 2007 e só agora vai ter na grade? Então, eu acho que antes do XBRL, eu acho que, primeiro, o Brasil precisa estabilizar a IFRS. Mas o XBRL também esta andando. Vai ter uma audiência pública; eu estou acompanhando, porque assim que estabilizar a

taxonomia e definir a taxonomia: “Vai ser essa”, a primeira coisa que eu vou fazer é chegar até o meu diretor e falar: “Olha, agora pode ser, mas depois eles vão... Daqui a pouco, os nossos clientes vão começar a gritar. Então, vamos ser proativos e adaptar antes o nosso sistema, para usar isso como uma vantagem e não como um corre-corre para desenvolver”. Mas enquanto a taxonomia não estabilizar, não tem muito que a gente fazer. Se nós, fornecedores, começarmos a adaptar, talvez seja um desperdício de recurso. Primeiro de tudo, a taxonomia tem que estar estabilizada, e, aí, a gente começar a trabalhar em cima disso.

Prof. Edson Luiz Riccio

Atuação profissional: Acadêmico e pesquisador.

Data: 11/12/2012

Duração: 102 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica.

De maneira breve, os pontos que você achar relevante.

Primeiro lugar, a minha atuação profissional principal: eu sou professor, em tempo integral, da Universidade de São Paulo. Atuo já há vários anos aqui na Universidade. Entrei aqui como aluno em 1964, e como professor, desde 1980. Fiz toda a minha carreira aqui. Essa é a minha principal atividade. Também tenho algumas atividades de consultoria às quais são feitas de acordo com a própria autorização da universidade - geralmente consultoria a órgãos públicos - e também tenho (no passado), antes de estar no regime de dedicação exclusiva, uma experiência profissional bastante grande de trinta e três anos em empresas, sendo os últimos anos, pelo menos os vinte anos, como CEO de multinacionais, principalmente americanas, nessa área de TI. Sou professor de Sistemas de Informação e também de Gestão Internacional. São os dois temas que eu unifico não só nas minhas aulas, mas também nas minhas pesquisas. Minha formação acadêmica: eu sou graduado em Administração em primeiro lugar. Sou graduado em Contabilidade. Tenho Mestrado em Administração. Doutorado em Administração. Tenho um programa internacional, *International Management*, feito em Stanford, nos Estados Unidos. E tenho três pós “docs.”: um feito na Suécia, e dois, feitos na Europa, recentemente. Esses pós docs. são na área de Ciência da Informação. Então, a minha formação, ela é na USP, com a Universidade de Stanford, e, depois, essas outras, esses outros países que eu mencionei. Acho que basicamente é isso.

Como e quando foi a primeira vez que teve contato com o XBRL?

Considerando essa minha atividade acadêmica dentro da USP, eu sou um frequentador assíduo de congressos, onde nós tomamos conhecimento em primeiro lugar dos assuntos que estão surgindo. Coisas que ainda nem foram publicadas, que não foram ainda, que não constam ainda na literatura, é nos congressos que nós ficamos sabendo. Então, como frequentador assíduo em vários congressos, não só de tecnologia, mas também na área de contabilidade voltada também à tecnologia, gestão internacional, um dos congressos no qual eu faço parte e frequento há muitos anos é o Congresso Europeu, o *European Accounting Conference*, congresso do EAA, como nós chamamos, e também um grupo *American Accounting Association*. Nesses dois congressos, foi onde eu tive, principalmente no Europeu,

mencionado, eu tive o primeiro contato com XBRL como uma tecnologia em 2003. Então, em 2003, eu tomo conhecimento do XBRL. Precisa ai distinguir bem: como eu atuo na área de tecnologia de sistemas, o pai do XBRL, que é o XML, obviamente já era o meu conhecido há muitos anos. Eu conheço o XML desde que se começa a usar internet, enfim, todo aquele histórico dos chamados hipertextos, metalinguagem e tudo mais. Mas o XBRL eu passo a conhecer em 2003 no meio acadêmico. Ele estava ainda se iniciando no meio acadêmico, precisamente no meio acadêmico, em uma conferência no *American Accounting Association*, na Europa.

Qual sua relação atual com o XBRL?

Hoje, a minha relação com XBRL, ela é de bastante proximidade. Voltando um pouco a 2003, quando eu tomei contato com o XBRL... Obviamente, nesse caso, nunca temos uma posição que pode ser afirmada, dizendo o seguinte: no Brasil eu teria sido a primeira pessoa a ouvir falar sobre XBRL. Com certeza, é bem provável que algumas outras pessoas tenham ouvido também falar sobre isso; é obvio; uma coisa que eu acho natural. Mas eu queria colocar um pouquinho diferente: quem ou quais das pessoas que ouviram falar sobre XBRL e tomaram alguma ação sobre o assunto? Então, eu diria que essas duas ações, elas poderiam ser divididas em duas vertentes: uma ação, que é a ação normal do pesquisador, do professor. Quando ele vai a um lugar, a um congresso, ele ouve aquele assunto novo, procura conversar com os colegas. Imediatamente, quando retorna, procura fazer alguma pesquisa, ler sobre o assunto, se aprofundar, no sentido de inclusive gerar algum *paper*, alguma pesquisa inicial sobre o assunto. A minha visão ela foi um pouquinho diferente: não só eu tive a intenção de me introduzir nesse assunto como pesquisador, mas eu enxerguei aí outro papel, ou seja, a introdução do XBRL no país como uma nova forma de comunicação de informações utilizando a internet. Bom, ao fazer isso, eu dei inicio a duas vertentes, a duas atividades: uma, como pesquisador; a outra, como promotor da introdução do XBRL no Brasil. Em 2003, ao retornar desse congresso, eu iniciei um processo de organização de algumas ações. A primeira ação que eu pensei na época, no sentido de introdução do XBRL no Brasil, era exatamente a sua divulgação nas diversas áreas do Brasil, sabendo já naquela época o que era o XBRL, onde ele era utilizado, porque era utilizado e por quem seria utilizado. Eu logo identifiquei que a primeira coisa a fazer seria divulgar o XBRL às áreas todas do país que teriam interesse e que seriam futuramente as suas controladoras, usuárias e reguladoras. Então, comecei executando e organizando eventos, e a primeira coisa que eu fiz ao chegar foi organizar o primeiro evento, o primeiro evento brasileiro sobre XBRL. A partir daí, esse evento foi sucedido por vários eventos. A organização passou a ser anual. Tivemos o primeiro *workshop* brasileiro em XBRL, segundo *workshop* brasileiro XBRL, o terceiro, e assim por diante. Em seguida, logo no ano seguinte, junto com XBRL, nós tivemos o inicio do CONTECSI, que é um congresso que visa multidisciplinar, que visa reunir todas as áreas da sociedade que atuam em torno da informação, seja ela no âmbito público, no âmbito

privado, no âmbito da pesquisa, no âmbito da sua aplicação, com uma característica de ser um congresso que sempre olha o aspecto da gestão, que é a característica da nossa escola aqui, da FEA. Como nós falamos em contabilidade, em economia, em administração, nós estamos falando em gestão; gestão da empresa; gestão da área contábil; gestão do país... Então, essa característica de gestão é a principal do CONTECSI. Mas sendo multidisciplinar, ele olha todas as áreas da sociedade que trabalham com a informação e aí procura fazer esse contato e promover esse contato. Então, o XBRL passou a ser também um dos itens do CONTECSI, ou seja, não só o XBRL, como algo que tenha a sua vida própria, ou seja, seu processo de divulgação, mas utilizando a partir daí, de 2004, o CONTECSI, e todos os anos, como sendo um veículo, porque são duas formas diferentes. Uma forma é o *workshop*. No *workshop*, são sessões geralmente de um dia onde toda a sociedade é convidada. Não há restrições. Não há restrição quanto à apresentação de *papers*. As pessoas são convidadas a virem no *workshop* – esse é um formato chamado *workshop*. O CONTECSI já é um congresso; tem *papers*; tem uma organização formal. Um não atrapalha outro; pelo contrário; eles se completam. Então, no *workshop* - é interessante ressaltar isso - eu disparei já no primeiro *workshop* e identifiquei todas as áreas do país. Fizemos uma lista bastante grande, desde presidente do Banco Central, presidente da CVM, presidente da BOVESPA... Todos os órgãos identificados já como sendo os principais *players* foram convidados no primeiro *workshop*, no segundo *workshop*, no terceiro *workshop* e assim por diante. E também o público em geral: auditores, contadores... fizemos a divulgação. Então, nesses *workshops* o que nós fizemos? Exatamente esse era o objetivo: as pessoas virem curiosas saber o que era o XBRL, porque a palavra, a expressão, ela sempre deixava um pouco de: “O que é isto?”. Essa foi a ação que começou a se desenvolver desde dessa época. E já na primeira edição, eu trouxe na primeira edição, via internet, a palestra do presidente, presidente do XBRL e da diretora Liv Watson. No segundo *workshop*, já de 2005, ela veio pessoalmente. Então, eu comecei a canalizar esse processo de divulgação. Como é um processo de divulgação, normalmente ações mais concretas não ocorrem por que os diversos setores vinham, ouviam: “O que é isto? Para que serve?”. Viam já alguns depoimentos que nós já trazíamos. Eu trouxe junto com isso, eu trouxe depoimentos de Portugal, depoimentos da Suíça, depoimentos dos Estados Unidos, depoimentos da Inglaterra e depoimentos da Espanha também, que era um dos países que estava... Porque quando eu fiquei conhecendo o XBRL, naquele momento, lá na Europa, eu também fiquei conhecendo aqueles que estavam, de certa forma, envolvidos: o colega Enrique Bonsón, da Espanha e o colega Miklos Vasarhelyi. Então, foi por intermédio do colega Miklos Vasarhelyi, que ele se dispôs a me apresentar ao grupo americano, que, no fundo, é o grupo líder porque o XBRL sediava nos Estados Unidos, o chamado consórcio, o consórcio que criou o XBRL. Por intermédio também dessas pessoas que eu conheci lá - já conhecia, mas firmamos esse contato mais sólido -, eu recebi deles o apoio para identificar as pessoas que seriam os responsáveis principais nos Estados Unidos e também na Europa e trazê-los nos *workshops*, inicialmente por internet e depois pessoalmente. Em 2010, em Brasília,

pessoalmente, nós trouxemos o presidente do consórcio, que era o atual... Agora ele deve estar assumindo outra posição, mas era o Tony Fragnito, que ainda ocupa essa posição. Então foi esse processo no XBRL, esse envolvimento. Com isso, começamos no âmbito acadêmico, começamos a... Eu ofereci aos meus alunos na época - mestrandos, graduandos e doutorandos - a possibilidade de desenvolverem suas teses, seus TCCs e suas dissertações já com o XBRL. Tive a sorte de em 2004 ter um dos meus orientandos, que é o Orandi Moreira. O Orandi Moreira, hoje, ele é um uspiano, físico, contador, também atuou alguns anos na área de informática e hoje ele é fiscal do estado de São Paulo. O Orandi foi o primeiro, no âmbito de toda USP, a gerar uma dissertação sobre XBRL juntamente com o livro, que saiu junto com o colega Paulo Caetano da Silva, do Banco Central. Então, esses trabalhos começaram a se suceder de tal maneira que também outros colegas de outras universidades vindos aos CONTECSIs e aos *workshops*, também começaram a desenvolver junto a seus alunos, no Sul, no Norte também, as primeiras dissertações sobre XBRL. Então, esse é o processo que, eu diria histórico, que eu comecei. Isso foi até agora e continua. E ele segue cada vez mais intenso, porque você mesmo é um exemplo disso. Você está interessado no assunto. Há outros que estão em TCC, na graduação, também fazendo. E eu já sei que há várias escolas em que a gente não tem ainda o mapeamento completo, mas, dentro de algum tempo, a gente vai ter mapeamento de vários assuntos que estão sendo abordados em XBRL no âmbito das diversas universidades. Também no âmbito da produção literária, em geral, é possível que logo, logo, tenha outros livros, enfim outro material. Esse é o aspecto então acadêmico. No aspecto da implementação no Brasil, nós temos aí um ponto fundamental: em 2007, os *workshops* – vamos dizer assim – os *workshops*, eles tinham essa finalidade, de levar à comunidade, a todos; abertos; sem qualquer custo; *workshops* livres, abertos. Vinha para se conseguir entender quem seriam os interessados. E sempre colocando aquelas ideias básicas do XBRL: para que serve, como é que ele funciona, onde é que ele é utilizado e assim por diante... Mas é óbvio! Como tudo, em um processo de introdução de uma nova técnica em um país, depende muito... Esse processo, ele depende muito de onde essa técnica, onde esse novo método vai ser utilizado e por quem, porque, ao fazê-lo, o país imediatamente tem que desenvolver um processo de credenciamento, um processo de regulação, para que aquilo se torne oficial. Então, 2007, até 2007, nós não havíamos conseguido ainda tocar diretamente os órgãos reguladores. Todos estavam interessados, mas nenhum ainda tinha uma atitude, digamos, uma ação. Em 2007, eu consegui, fiz uma proposta aos colegas que faziam parte do CFC – isso foi em abril de 2007 –, consegui um espaço em uma reunião do CFC, onde estariam então todos os *players*, os representantes dos *players* reunidos e fui a essa reunião como convidado. Quem facilitou a minha entrada nessa reunião foi o próprio CFC porque o CFC é o órgão, digamos assim, é o responsável pelo CPC, é o dono, digamos assim, do CPC. Nessa reunião de abril, eu fiz o mesmo discurso, fiz o mesmo discurso: “O que é o XBRL, como ele funciona, para que ele serve”. Mas daí, mostrei um pouco de que o processo, no mundo, já nessa época de 2007, pelo menos dez países já haviam oficializado por aí, e que, na América Latina, nós

tínhamos alguns países nessa corrida, para oficializar e utilizar o XBRL. Obviamente, eu mostrei: Argentina era um, a Colômbia, Chile e nós no Brasil com essas iniciativas, fiz lá um exemplo, mostrei e tal. Imediatamente, os membros do CPC, reunidos – aliás, naquela mesma sala do CPC em que você já esteve – reunidos, disseram: ”Isso é uma coisa que nós não podemos deixar de fazer”. É algo que, obviamente, estava ligado, muito ligado. Primeiro, o fato de que o XBRL surge nas mãos de um contador. Ela surge como uma tecnologia na área contábil, financeira. Segundo que, já em 2007, o IASB dava os primeiros sinais – isso depois aconteceu posteriormente – dava os primeiros sinais de propor uma taxonomia XBRL que já incorporava o IFRS. Isso então despertou o interesse de todos os *players*, e quando foi em maio, em abril do mesmo ano de 2007... Eu talvez até esteja antecipando alguma coisa porque é normal em uma entrevista, às vezes, a gente vai... Então, em maio de 2007, levado exatamente por essa proposta dos representantes do CPC, a presidente do CFC, Maria Clara Bugarim, emite então uma portaria criando a Comissão Brasileira de XBRL, da qual eu seria o primeiro coordenador técnico, ou primeiro coordenador - não havia essa denominação - e mais quatro representantes, todos do CPC, identidades do CPC. Ou seja, um representante da BOVESPA, aliás, uma senhora, que depois foi substituída, um representante do próprio CFC, da chamada “vice-presidente técnica”, porque esse assunto “XBRL” no CFC, ele está na vice-presidência técnica; tem várias presidências. Então, vice-presidência técnica, que era o Nelson Mitimasa, o colega Nelson Mitimasa – o então, vice-presidente técnico. Além dele propriamente dito, o colega Homero Rutkowski, o colega Paulo Roberto da Silva e essa representante da BOVESPA. Houve convite também para CVM e para o Banco Central, mas não houve, na época, nenhuma manifestação desses dois órgãos. Então, nós seguimos com esse grupo e começamos a trabalhar, visando a quê? A introdução do XBRL no Brasil e a criação da jurisdição. Trabalhamos 2007, e, nesse momento, em 2007, tínhamos então um problema clássico que era: como falar com outros órgãos, mostrando a eles o que era o XBRL. Eu tomei iniciativa, com recursos próprios do meu bolso, de criar aqui no TECSI um grupo de XBRL para desenvolver a primeira taxonomia, para que todos pudessem ver o que é, e como funciona. Fizemos isso. Levou uns seis meses, oito meses, e, no final de 2007, e já tínhamos a taxonomia brasileira de relatório contábeis, baseada e fundamentada na vigente Lei 6.404, que é bom lembrar que em 2007, nem em 2008, ainda os CPCs não estavam incorporados - parece que já faz tanto tempo, mas ocorreu agora há pouco tempo. Bom, então criamos essa taxonomia com base em quê? Primeiro, a equipe. A equipe, um aluno meu, daqui, mais dois ex-alunos meus, daqui, que então eram mestres já em contabilidade e tinham que ter conhecimento contábil perfeito sobre o assunto, mais um técnico, que foi cedido por uma das empresas parceiras, que era a MZ, e mais um software, que foi graciosamente cedido pela Fujitsu, que, na época, tinha um representante aqui no Brasil – hoje, nem tem mais. Esse representante, na época, nos cedeu o software, que era uma versão ainda bem anterior. Com isso, nós desenvolvemos, e, em fevereiro de 2008, submetemos ao Consórcio Internacional, ao XBRL Internacional essa taxonomia para a aprovação. Essa taxonomia foi aprovada e

consta lá no site; está lá; é público para quem quiser olhar, copiar, utilizar, inclusive; ela está lá no site por XBRL International. É só ir lá à aba chamada “taxonomias”, aí vai na *subaba* chamada *acknowledge*, que essa taxonomia está lá. No entanto, não se decidiu implementar essa taxonomia no país. Ela serviu como... Ela era verdadeira, era correta, ela foi feita, está lá. E se a lei não tivesse se alterado, não houvesse alterações nas leis das sociedades anônimas, obviamente, essa seria a taxonomia oficial. Mas nós já sabíamos e estávamos vivendo esse momento da introdução do IFRS no Brasil – 2006, 2007... Em 2006, as primeiras discussões; em 2007 o início; depois 2008, 2009, até que a Lei 11.638 foi aprovada já em final de 2007, se não me engano - até sugiro que você depois confira. Eu tenho isso anotado em algum lugar, a data da nova lei. Então, como nós já sabíamos que teríamos uma nova lei das S.A.s onde os princípios IFRS estariam incorporados, a decisão correta foi não divulgar aquela taxonomia, deixá-la como uma taxonomia de teste, de exemplo, para que o país todo pudesse ver como funcionasse.

Em 2000... Aí continuamos trabalhando nesses dois assuntos: a instalação da jurisdição e a nova taxonomia, ou seja, a taxonomia para a nova lei S.A., onde já se incorpora os princípios do IFRS. Muito bem. Então, trabalhamos naquela comissão que eu citei durante 2009. Em 2010, assume o novo presidente - que a cada dois anos o CFC tem um novo presidente - assume o novo presidente, o contador Juarez Carneiro, que apoiou mais fortemente ainda, se é que é possível dizer isso, mais fortemente ainda o nosso grupo, a iniciativa. Após algumas conversas, algumas discussões, decidimos continuar o grupo, mas dividindo em dois, digamos assim, em duas vertentes: uma vertente de implementação da jurisdição. Porque veja: a jurisdição, nessa época - isso é interessante até ressaltar – nessa época, em 2008 para 2009, nós fizemos o processo completo para jurisdição e remetemos aos Estados Unidos para a aprovação. Nesse processo, nós fizemos toda a documentação conforme foi solicitada. Temos, inclusive, essa documentação todinha disponível para pesquisa até. A própria presidente do CFC definiu inclusive com parecer favorável do órgão jurídico, da consultoria jurídica do CFC, definiu que o CFC propunha a criação da jurisdição brasileira sediada no CFC e sob às custas do CFC, ou seja, para assediar a jurisdição, o consórcio lá nos Estados Unidos, eles requerem algumas contribuições: no primeiro ano, cinco mil; no segundo ano, dez mil; no terceiro, vinte mil dólares. Então, o CFC depois de um processo grande, análises de parecer, decidiu fazer. Fizemos todo esse processo e enviamos para os Estados Unidos. Achávamos que já estava ok. Porém, o modelo ficou aí mais explícito para nós porque isso não estava divulgado no site. O modelo que eles pretendem da jurisdição é um modelo diferente desse que nós propusemos, embora a parte jurídica seja a mesma, mas o modelo de implementação. Qual é esse modelo? Eles pedem que haja a formação de um consórcio no país, no país “x”, no caso do Brasil, e que a contribuição que vai para o XBRL Internacional não venha da doação de um órgão exclusivamente, mas sim de um processo de coleta, junto a estudantes, empresas, pessoas físicas, jurídicas e tudo mais. Bom, eu faço aí uma crítica: esse é um processo que requer uma – digamos assim – uma situação não só de cultura, uma situação

jurídica, bastante diferente dos países como o Brasil. Aliás, a maioria dos países é como o Brasil. Ai é uma crítica que nós fizemos, mas entendemos, respeitamos a decisão deles. Então, voltamos, na questão da jurisdição, à estaca zero, ou seja, teríamos que ter alguém que pudesse fazer outro trabalho, uma vez que eu coordeno a parte toda técnica, toda a parte da definição da taxonomia e tudo mais. Essa parte que envolveria quase que uma ação política de tentar congregiar várias instituições e ai fazer todo um processo, como se fosse uma institucionalização, mas com fim específico já, com objetivo específico. Nesse momento, o novo presidente do CFC, em várias reuniões, houve por bem criar esses dois objetivos, essas duas missões: a que já nós havíamos fazendo e a missão política de tentar organizar, onde entra então ai o colega Nelson de Carvalho – professor Nelson de Carvalho -, pelo seu vasto relacionamento no meio empresarial e público brasileiro. Começamos, a partir de 2010, uma nova organização para o Comitê XBRL Brasil, ou seja, um, sobre comitê - um grupo estratégico que seria o de criação da jurisdição - e um grupo técnico, que no fundo é a continuação de um grupo que já havia sido criado em 2007. Mas uma coisa interessante é que nos dois grupos temos como representantes, como participantes, as mesmas instituições. A diferença é só que, em um grupo, é uma pessoa de certo nível, em um nível mais político, e no outro grupo, é o comitê técnico, onde estão as pessoas que estão realmente envolvidas no assunto, no dia a dia. Temos aí o grupo... Depois eu vou te fornecer a relação do grupo com os nomes e as instituições que fazem parte do grupo, exatamente para você ter a ideia de que esse grupo é o mesmo, tanto no estratégico quanto no técnico... com a diferença de foco. No grupo “comitê técnico” é onde nós estamos realmente criando. Fizemos isso. Trabalhamos durante 2011. E agora, em 2012, faz exatamente uma semana, agora no dia 6 de dezembro, podemos dizer que tivemos a última reunião para os últimos detalhes de ajustes na taxonomia. Na realidade, essa taxonomia, baseada já na Lei 11.404 e seus adendos, ela foi gerada em maio para junho, ai foi posta em audiência pública pelo CFC. Essa audiência pública existe, está inclusive lá no site, pode ser vista e inclusive documentada. Essa audiência pública durou dois meses, várias instituições deram as suas opiniões e nós finalizamos, fizemos as últimas discussões dessas modificações, incorporamos, e no último dia 6 de dezembro, o grupo fez uma última reunião deste ano finalizando tudo. A taxonomia está pronta. Qual é o próximo passo? Agora em 2013, o mesmo grupo, que continua sendo gestor, o grupo gestor o qual eu coordeno, esse mesmo grupo vai agora definir os próximos passos, que seriam quais? Seriam os primeiros testes com um grupo de empresas, e ai, o grupo de empresas a ser escolhido já está praticamente decidido: é o mesmo grupo que o SPED usa para fazer os testes. É o chamado grupo de empresas do SPED, que todo mundo já conhece. É um projeto bem sucedido no país; então, vamos usar a mesma metodologia. Depois desse período de testes, que imaginamos que possa durar de dois a três meses, ou pode ser até mais, será sucedido esse período por uma fase seguinte, que seria já de um primeiro, digamos, o primeiro protótipo de adoção, que poderá ser similar ao que foi adotado nos Estados Unidos, que é o chamado *Voluntary Filing*, ou seja, empresas seriam convidadas a já reportarem seus dados em XBRL.

Brasil para a Bolsa brasileira, para os órgãos brasileiros. Inicialmente para a Bolsa, ou haverá outra decisão sobre um modo misto que ainda não sabemos exatamente qual seria, mas poderia ser alguma coisa do tipo: as empresas continuam reportando para a BOVESPA, como fazem hoje, para a Bolsa, e na BOVESPA, cria-se um software tipo “de para”, que converteria esses relatórios, esses arquivos para XBRL, e esses arquivos ficariam à disposição de quem precisasse: analistas, enfim, todo um público.

E esse software seria cedido? Seria gratuito?

Não. Seria desenvolvido pela própria BOVESPA, se for decidido que essa será uma solução, uma adoção no processo de implementação. Há uma grande chance de que isso seja feito. Inclusive, quando você entrevistar um dos participantes, que é o colega da BOVESPA, também você poderá obter algumas visões da própria BOVESPA sobre isso. A BOVESPA tem uma tecnologia bastante desenvolvida, a BOVESPA tem uma estrutura de TI, de informática muito forte, muito bem aparelhada. Então, a BOVESPA é também um órgão que pode, ao decidir fazer isso, fazer gratuitamente sem gerar nenhum custo, sem gerar nenhum ônus para as empresas, fazendo como um processo. Mas, obviamente o que a gente visualiza é aquilo que existe em todos os países: em um futuro próximo que as empresas forneçam já seus relatórios em XBRL. Essa é uma visão.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

XBRL é, “antes de mais nada”, um novo padrão mundial de comunicação. Eu vejo dessa forma. Não é apenas uma técnica para relatórios contábeis. Ela surgiu pelo Charles Hoffman, ela foi proposta por um contador, e, obviamente, todo mérito é dele neste sentido. Mas, hoje, já se enxerga que o XBRL pode ser visto até como uma linguagem porque ela já se destaca do próprio XML, que é a sua origem fundamental com regras, com contribuições e inclusive com expansões de utilização. O XBRL já começa a ser utilizado no Brasil na área pública – eu posso depois dar uma ideia dessa área pública e até ver, sugerir a você uma entrevista com alguém que seja membro do grupo da área pública, do governo. Então, a amplitude do uso do XBRL, ele é bastante grande. Eu vejo o XBRL não mais somente como uma técnica, uma tecnologia para comunicação de dados via internet, mas para uma coisa mais ampla, uma comunicação na sociedade como um todo. É assim que eu vejo o XBRL.

Por que adotar o XBRL?

Bom, é uma pergunta interessante, porque quando um padrão... Se nós olharmos onde os padrões hoje surgem? O mundo é dotado de padrões em todos os sentidos: padrões para os bancos, padrões para as pessoas, padrões para as empresas do tipo A, do tipo B, do tipo C, as melhores práticas, chamadas as melhores práticas de gestão, melhores práticas disso; então, há

todo um conjunto. A sociedade, ela tem, nesse aspecto, aqueles componentes, digamos, da sociedade mundial. Seriam os países chamados hegemônicos, ou seja, aqueles países que se adiantam, por uma forma ou por outra, por deterem maior tecnologia, por desenvolverem mais tecnologia, por terem aspectos até políticos de maior projeção no cenário mundial. Normalmente, os países hegemônicos são os que ditam os *standards* sobre qualquer coisa. Se nós fomos olhar os processos ISOs, os ISOs, desde a criação dos ISOs, vamos ver que eles surgem, os padrões em geral, surgem nos países mais, chamados... não vou usar a expressão “desenvolvidos” porque isso não se usa mais; essa classificação já caiu por terra; mas sim os países hegemônicos, os países mais fortes. Esses *standards* vêm normalmente da Europa, dos Estados Unidos, eventualmente em países associados. O XBRL, quando surge como uma proposta de alguém que vive uma situação. Então, quem é esse alguém? É o Charles Hoffman. Qual é a situação em que ele vive? Ele observa à sua volta um volume muito grande de empresas, ele observa que essas empresas necessitam ser controladas, ele observa que há necessidade de uma transparência e ele observa também que essa transparência, ela está relacionada com critérios globais de governança, padrões ideais de governança, que no fundo significam o quê? O controle da sociedade sobre aqueles que têm a autorização dessa própria sociedade para explorarem economicamente os diversos setores da sociedade. A sociedade concede uma autorização a uma empresa para a abertura de uma empresa... Muitas vezes, a gente não vê dessa forma, mas quem está autorizando a abertura de uma empresa, no fundo, é a sociedade por intermédio dos seus órgãos, por intermédio da Receita Federal, por intermédio da Junta do Comércio, do Comercial... Nos Estados Unidos, no mesmo ambiente, ele vê isso, e ele diz: “Bom, há uma complexidade porque essas empresas, elas têm também um papel, que nós podemos dizer assim, que oscila entre o bem e o mal. Empresas podem ser honestas e empresas podem ser desonestas. Empresas podem ser honestas e desonestas ao mesmo tempo. Podem fazer coisas que são corretas e fazer coisas que são incorretas e indesejáveis”. Ele vê esse movimento todo, esse conjunto de dados e vê uma disparidade entre esses dados. Um reportam de uma maneira, outras reportam de outra. Como esses dados, os dados contábeis sobre uma empresa, eles exigem interpretação - não são dados que vêm traduzidos -, eles exigem interpretação. Essa interpretação só é possível, essa tradução de relatórios contábeis, para o público em geral, para o governo, para órgãos que não são *expert* em contabilidade, exige uma tradução. Essa tradução só é possível se esses dados possam ser primeiramente decodificados e desagregados de uma maneira que isso possa ser rapidamente transmitido de uma empresa para outra, de uma empresa para o governo, do governo para o governo. Então, nesse momento, quando ele começa a pensar nisso, é o início também da internet porque o XML tem todo hipertexto. Tudo isso faz parte da criação, a proposta de Berners-Lee. Quando ele enxerga isso, ele enxerga a necessidade... quer dizer, ele enxerga um problema, e o problema o que é? A profusão de relatórios contábeis em diversos formatos. Todos os tipos de formatos, textos, PDFs, enfim, estruturados, não estruturados e tudo mais. E a dificuldade justamente de alguém que quer analisar essa massa de dados para poder ter uma

segunda análise, para poder ter uma decisão, para ter um controle sobre essas empresas. Ele enxerga isso e, então, propõe o XBRL. Óbvio que se ele propõe isso - sempre isso ocorre em qualquer lugar do mundo, em qualquer assunto - quem propõe inicialmente alguma coisa, obviamente vai ser sempre o líder desse assunto, vai propor, vai levar a discussão. Obviamente, quando esse assunto não é de interesses, ele não atinge os objetivos, ele morre normalmente. São tantas e tantas sugestões que não vão adiante. Mas quando a sugestão, ela tem o caráter de usar tecnologias mais rápidas, buscar transparências, buscar desagregação dos dados, que são o desejo de toda a sociedade quando olha uma empresa, eu vejo aí a razão do sucesso do XBRL, mesmo porque também lá nos Estados Unidos, o próprio Charles Hoffman levou vários anos para convencer os reguladores lá da utilidade do XBRL. Por quê? Porque o XBRL tem uma característica, que ele une duas áreas de conhecimento: ele une a área de computação, a área, digamos, de linguagem, de banco de dados e tudo mais, e ele uni isso com a área de contabilidade. São duas situações em que um público não conhece o outro. A área de TI conhece muito bem o que é XBRL, conhece XML e não conhece contabilidade. Mas o pessoal de contabilidade, normalmente, conhece muito bem a contabilidade, mas não conhecia as tecnologias. Nesse momento, eu vejo essa maior dificuldade em juntar essas duas comunidades que levou certo tempo. Então por que o XBRL? A pergunta é respondida da seguinte maneira: considerando esse histórico que eu fiz, é uma solução única e que tem um mérito intrínseco fantástico. Alguém poderia ter pensado em outra solução? Poderia, mas ninguém pensou, e essa parece que traz aquilo que ela mesma propõe. Então, é assim que as coisas acontecem; são as sugestões. Ela passa a ser um padrão. E o fato de ser um padrão é que tem essa outra característica. Um padrão passa a ser padrão quando um grupo de países começa a utilizar. Aquilo passa a ser prática, e a prática passa a ser conhecida, passa a ser aceita, e isso se torna um padrão. Por que adotar XBRL? É um momento em que, lá em 2003, eu me dei conta de que vários países já estavam utilizando. Se eu não tivesse feito essa proposta, obviamente outra pessoa a faria, porque esse é o desenvolvimento normal das coisas. Alguém faria isso depois, mas a visão que essa pessoa teria talvez fosse a mesma que eu tive. Alguns países já estão utilizando - naquela época eram uns quatro ou cinco - alguns países já estão começando a utilizar. Bom, então, aí há uma questão importante: o Brasil, se entender essa tendência de forma antecipada, pode se antecipar e não ficar no grupo daqueles que serão os *late adopters*. A minha ideia é a de que o Brasil fosse do grupo dos *early adopters* e com isso tendo algumas vantagens. Mas, obviamente, isso é somente uma opinião, porque, no fundo, é um país que tem... São os diversos reguladores que tem que estar convencidos disso. Mas, no caso, a minha opinião era essa.

Como efetivar a implementação do XBRL?

Nós temos aí, podemos ter até várias visões, mas é, assim, tentando dar um panorama dos fatores mais gritantes, mais importantes. Nós vemos o seguinte: imaginemos essa situação: a taxonomia aprovada, já correta, ela não contém erros. Isso é muito importante porque a

taxonomia, ela representa a lei do país, do Brasil. Uma taxonomia, ela não é não é nem o que vai ser feito, nem o que já foi feito; é o que é feito; ela representa o dia a dia; portanto ela é dinâmica. Imaginemos isso sendo utilizado: quando um país decide adotar esse tipo de tecnologia, obviamente no caso do nosso país, nós imaginamos sempre que isso vai se transformar em uma lei lá frente, uma obrigatoriedade. Mas nesse processo entre ter a taxonomia pronta e a implementação, o uso obrigatório lá na frente é exatamente esse processo de implementação. Então, quais são os fatores favoráveis e também às vezes desfavoráveis? Os fatores favoráveis à implementação XBRL é que os órgãos reguladores continuem fazendo o que já estão fazendo, ou seja, cada um está revendo, dentro da sua estrutura, dentro do seu padrão de arquivamento, as mudanças que ele terá que fazer para adotar o padrão e a taxonomia que será única para o país. Isso ao mesmo tempo é um fator positivo, mas também é um fator negativo porque cada instituição tem o seu modo próprio, seu *modus operandi* próprios: a BOVESPA tem o seu *modus operandi*, a sua velocidade de transformação; a CVM tem outra; o Banco Central tem outro, em relação aos órgãos. Cada um vai ter uma definição de como implementar. As mudanças dentro desses órgãos são mudanças que envolvem duas coisas básicas: uma é aquisição do software, e outra é o treinamento do seu próprio pessoal. Aquisição do software, hoje, ela se faz nos fornecedores internacionais. No Brasil, agora, só que nós estamos vendo as primeiras empresas surgirem para eventualmente dentro de algum tempo oferecerem o software criador de taxonomia feito no Brasil. Em relação ao software, não há qualquer dificuldade em gerar o software puramente nacional. O Brasil, em geral, possui toda a qualificação, as empresas de software brasileiras para produzir isso. Basta que eles tenham já o interesse, e que o mercado mostre a eles que vale a pena investirem nessa área. Mas então...

Já existe?

Ainda não, mas já recebi a primeira empresa. Faz quinze dias. Em outubro... Vinte e nove de setembro, no Décimo Congresso Brasileiro de Contabilidade, já lá em Belém, nas empresas que fazem parte dos *stands* que estão ali mostrando seus produtos, empresas de tecnologia, de contabilidade e tudo mais, apareceram ali já a primeira empresa. Essa primeira empresa já me informou por intermédio do seu principal sócio que já está com produto pronto para a taxonomia - interessante até - na área pública, porque esse, digamos assim, esse rapaz, esse jovem, que é um empreendedor, criou essa empresa. Ele veio do SERPRO, veio da área pública e conhece bem a complexidade, a dinâmica na área pública, que são, no fundo, são os municípios, os estados, a federação. Então, essa é a primeira empresa que, realmente, nós temos oficialmente notícias de oferecer um produto de XBRL. E o que a gente espera é que isso ocorra em outras dimensões. Eu, particularmente, posso informar você que nas reuniões do comitê estratégico junto ao CFC, é o próprio órgão do Tesouro, que é um dos parceiros componentes, eu já propus, mais de uma vez, a criação de um concurso nacional patrocinado pelo governo, uma competição, um concurso nacional para as empresas de softwares

nacionais produzirem software para XBRL. Isso foi, no princípio, aceito, mas ainda obviamente precisa ser organizado. Essa seria uma das formas de incentivar a produção do software nacional. A gente sabe que o Brasil produz software de altíssima qualidade, e nisso não haveria nenhum problema. Bom, então isso, na área pública, tem duas ações básicas: a aquisição do software juntamente com o treinamento do pessoal, mas, óbvio que, isso tudo sendo feito de forma harmônica com o processo de implementação no país. Será a BOVESPA a primeira a estar nessa situação. A BOVESPA, CVM e depois o Banco Central. O Banco Central seria uma história um pouquinho mais complexa, mas CVM e BOVESPA são os que teriam essa primeira situação necessária. Agora vamos olhar do outro lado, o lado das empresas. Como a gente sabe, nenhum padrão novo... Geralmente, a implementação de um padrão novo, ele requer esforço, esforço da empresa, e requer custos; ele vai demandar alguns custos. No lado das empresas, como é que nós enxergamos, e o que está acontecendo no resto do mundo? Uma empresa, ao reportar em XBRL, ela tem, digamos assim, pelo menos, duas fases: a primeira fase, que é a fase inicial, de aprendizado, é a fase inicial, ou seja, a empresa passa a reportar os seus dados em XBRL, mas sem introduzir o XBRL de forma mais complexa dentro da empresa, digamos; fazendo aquilo que seria o primeiro nível de solicitação: simplesmente transformar os seus relatórios contábeis, que já são hoje exigidos, transformá-los em... Como eles fazem hoje? Hoje, eles transformam no padrão CVM, no padrão BOVESPA e mandam então transformar em padrão XBRL e mandar, essa primeira fase, a fase inicial... Repito: fazer exatamente o que fazem hoje, só que em padrão XBRL. Para isso, nós temos algumas boas notícias, por exemplo: toda empresa que usa o SAP, o ERP da SAP, o ERP da SAP já contém, dentro dele, funcionalidade que permite fazer aquele “de para”, ou seja, ela está lá com o arquivo pronto, seja inclusive em Excel, porque é comum as empresa extraírem os dados do ERP, jogarem para o Excel, fazerem o seu fechamento final, o seu relatório final. Então, a SAP já oferece isso. Como a SAP faz parte do consórcio internacional lá nos Estados Unidos, ela é a que está mais adiantada nesse assunto - quando você entrevistar a SAP, você vai pegar detalhes mais técnicos. Esse seria o nível zero de uso, onde a empresa não teria praticamente muito custo. Isso aquela empresa... Estamos falando daquela empresa que reporta para outra, que usa SAP. Eventualmente, as que usam o Oracle - que é provável que a Oracle já esteja fazendo essa mudança - e aquelas que usam softwares nacionais. Eu ainda não tenho nenhuma notícia da Totvs, embora a Totvs até tenha sido convidada, mas só a SAP é que veio participar e as outras. Mas é natural, porque, como a SAP é líder de mercado, tudo que a SAP faz as outras fazem também, que em certo momento, esse é o primeiro início. As empresas não teriam, como eu disse, praticamente nenhum investimento adicional. Agora, a segunda fase: a segunda fase é: a empresa, ela quer reportar mais dados, ela quer reportar outros dados, ela quer criar suas extensões. O que são as extensões? São aqueles dados típicos de uma empresa, além do padrão, que é válido para todas porque a taxonomia que nós definimos, que vai ser a oficializada, ela vai até o quarto nível de contas, até por solicitação da Receita Federal, que tem até o quarto nível. A partir do

quarto, quinto, sexto nível, as empresas criam as suas extensões. Quer dizer, são dados que elas querem divulgar; não só as suas extensões nos relatórios financeiros, ou seja, abrir hierarquicamente os dados de nível até o quinto nível, sexto nível, como também criarem relatórios adicionais que as empresas julguem importantes colocarem para o público. Para isso, a empresa precisa ter o software criador de taxonomia porque, para fazer a extensão, ela precisa desse software e precisa ter alguém habilitado, que seria alguém, que poderia ser ou um contador treinado no XBRL, ou um técnico de informática treinado na contabilidade. Essas são as duas coisas que vão acabar acontecendo. Esse é o segundo nível, que representa um custo, um investimento maior. Mas aí eu vejo isso como sendo a fase que eu mencionei como sendo a fase em que o XBRL vai ser usado por toda a sociedade por qualquer troca de dados, como a gente usa hoje o código de barras em qualquer tipo de produto, seja uma alface em supermercado, seja um pacote de feijão, seja uma peça que você compra, uma pilha que está lá e tenha um código de barra. Esse é o uso completo. Haveria já uma segunda...

Quais seriam as desvantagens ou riscos associados com o XBRL?

Então, as desvantagens são mais os sacrifícios de implantação de um novo padrão. Quando a gente implementa um novo padrão, todos os padrões que já existem, que obviamente representam grande volume de esforços, de horas de trabalho das instituições todas que, obviamente, terão que ser modificadas, e isso pode ser visto como um fator negativo. O outro fator negativo é o custo, o custo para as empresas, para os reguladores. Esse custo está associado a qualquer mudança. Os próprios IFRS gera um custo muito grande também. Tudo que se traz de novo, que exige uma mudança, traz um custo. O outro custo seria um custo mais tipicamente associado ao contador, à necessidade que pode, se vier como um sacrifício adicional, para o contador ter que estudar um pouco mais, conhecer um pouco mais esse assunto, e aí é evidente. Agora, outras desvantagens, eu não vejo tantas no sentido do país porque o XBRL é um padrão aberto; não é um padrão que se tenha que pagar *royalties* para alguém; ele é um padrão aberto. O próprio fato do uso do XBRL não obriga a ter jurisdição. Jurisdição já é uma maneira de o país estar engajado nesse esforço internacional de controlar, enfim, todo o processo dentro do país. Mas o XBRL em si ele é padrão aberto, gratuito, livre, então, ninguém paga. Não é como, digamos, o Windows, que a gente usa o Windows, usa o Windows XP, e para passar para o Windows 7, tem que pagar; para passar para Windows 8, tem que pagar, ou seja, como qualquer software, qualquer versão, a XBRL é aberta. Nesse sentido, as desvantagens, eu diria que elas ficam por aí; são as desvantagens típicas de uma implementação: os custos associados, os sacrifícios, até que se atinge aquela chamada curva de conhecimento, de domínio, de aprendizado. Óbvio, no contexto global, há possíveis reduções de custo quando você olha o chamado *transaction costs*, ou seja, todos os custos de transação do país, que seriam hoje gerados pelas transcrições de dados contábeis estão em PDF, ou em padrão CVM, ou padrão Banco Central, enfim, são os diversos padrões. Isso exige redigitação. Existe todo o processo de retrabalho. Isso tudo ao longo de toda a cadeia,

digamos assim, de relacionamentos no país, esse custo cai, mas é um custo que cai em longo prazo.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil

Como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?

Dessas agências, a gente vê... É uma questão interessante essa porque, normalmente, se a gente considerar que no país, no Brasil, essas agências todas reguladoras, elas funcionam de uma forma mais ou menos integrada, como se fosse uma rede, ela são, ao mesmo tempo, inibidoras e, ao mesmo tempo, incentivadoras; elas são inibidoras e incentivadoras. Eu diria que elas são inibidoras quando se dá o início da discussão porque a mudança, qualquer tipo de mudança, sempre sofre resistência. Eu dou um exemplo: a própria BOVESPA ou a CVM, tanto faz, nas primeiras discussões quando se começa a discutir com eles, mostrar a eles o que é o XBRL, as primeiras colocações são: “Mas nós já temos o nosso padrão”, que significa: “Por que mudar se nós já temos nosso padrão? Ele funciona perfeitamente”. Isso é verdade. Cada padrão individual, individualmente falando, digamos assim, podemos dizer que ele quase é perfeito porque ele está naquele contexto onde ele foi criado. Então, esse é o papel inibidor. Alguns dos órgãos ainda, por exemplo, o Banco Central ainda está com uma função de inibidora fortíssima porque há uma corrente interna no Banco Central que ainda não aceita a ideia de mudar o padrão da tecnologia. Esse grupo é o grupo da área da tecnologia, e, normalmente, o grupo da área de tecnologia são os grupos mais resistentes dentro das organizações, com razões óbvias porque foram eles que desenharam o sistema, foram eles que implementaram... Há sempre aquela coisa: a relação entre o criador e a criatura. Mas no momento em que cada um desses órgãos... Vou citar a BOVESPA, que, no início, era mais inibidora, colocando já no âmbito das questões. Mas quando a BOVESPA enxerga o que está acontecendo no resto do mundo... É um fator interessante esse porque quando as pessoas enxergam o que está acontecendo no resto do mundo, e veem, nos outros países, aquilo ser utilizado, começa um processo de mudança, e é um questionamento: “Bom, se lá eles estão usando, não seria bom aqui? Seria bom? Seria ruim? Seria pior?”. Existe, como eu já disse antes, aquela posição dos países mais envolvidos nas inovações; eles exercem um fator, digamos, de convencimento; eles exercem. Quando cada instituição que no início é inibidora, passa a entender que isso já está sendo utilizado lá fora, o papel começa a se alterar. Mas eu diria que em muitos casos é mais comum uma aceitação do que tanto quanto uma iniciativa de mudança.

E as empresas de auditoria?

As empresas de auditoria, elas participam do grupo e também sempre tem participado. A gente observa um papel bastante típico das empresas de auditoria. As empresas de auditoria são o quê? Empresas prestadoras de serviço. Elas atuam dentro do mercado regulado, dentro de regras... Estou falando das auditorias externas, das auditorias credenciadas pelo Banco Central. Eles são parte desse sistema de regulamentação, ou seja, eles são os agentes de regulamentação, eles fazem auditoria. Ao fazer auditoria, eles auditam o quê? Eles auditam documentos que estão em processo, digamos, definidos por lei. Quando há mudança de um relatório que passa a estar disponível como um arquivo em XBRL, porque, obviamente, hoje também estão disponíveis em arquivos; não há muita diferença arquivo/arquivo. Mas só que em XBRL, esses relatórios têm pela própria razão do XBRL, que é uma meta linguagem, que tem explicação dos dados porque eles foram calculados, de onde eles vêm, qual é a soma, qual é a fórmula, qual é a lei que está por trás daquela linha, daquela conta e tudo mais, tudo explicado. Os auditores veem aí uma possibilidade de melhoria na própria auditoria. Ou seja, a execução da auditoria externa, financeira, ela vê com bons olhos, e é óbvio que os auditores estão também no mesmo processo. À medida que eles tenham mais clientes utilizando XBRL, mais conhecimento eles têm que acumular com seus funcionários. Eu vejo que, para as auditorias, é um ponto que tem sempre o custo da entrada, o sacrifício da entrada da nova tecnologia, mas eu vejo como um ponto positivo, e eu sinto que as empresas de auditoria que estão participando aqui... Praticamente, no nosso grupo, nós temos a Price. A Price, ela vê de forma positiva porque isso representa mais um serviço, mais uma forma de prestação de serviço também que eles fornecem a seus clientes.

E as instituições de ensino superior?

Excelente essa pergunta também! Naquela área acadêmica, como eu mencionei antes, tem havido já um processo de divulgação do próprio CONTECSI, de dados dos *workshops* em relação às escolas, às instituições de ensino superior. As primeiras a tomarem conhecimento desse assunto são aquelas que são escolas de administração, economia e contabilidade porque o XBRL entra no país nesse meio em primeiro lugar; no meio contábil e tudo mais. O próprio grupo XBRL oficial já identificou que há uma frente, que é chamada “Frente do Ensino”, que deverá ser disparada logo, logo, de forma a incentivar as instituições de ensino superior a incluírem, nos seus currículos, módulos ou discussões, assuntos que falem sobre XBRL.

Que hoje não ocorre?

Não, ainda não de uma maneira oficial. O currículo do Ministério da Educação ainda não inclui XBRL. Porém, eu já fiz a proposta, porque como é que o Ministério da Educação trata os currículos? É da seguinte forma: existe uma visão geral de que certos conhecimentos são obrigatórios a qualquer cidadão brasileiro, mas quando se trata de currículos profissionais, como é o caso, do contador, do administrador, do engenheiro, os conselhos profissionais - no caso o CFC, no caso de contabilidade -, o CFC é que propõe porque existe um *link*, uma

ligação entre os conselhos profissionais federais e o Ministério da Educação. Eles propõem itens a serem incluídos em períodos onde há revisões do currículo. Eles propõem que sejam acrescentados assuntos. Já há essa predisposição, a proposta que nós fizemos de que o próprio CFC já tratasse de enviar no seu contato normal com o Ministério da Educação a inclusão desse assunto. Essa é uma forma. A outra... Também foi tudo proposta que eu já fiz em varias sessões nossas e outros também fizeram. A outra é acrescentar, no caso dos contadores, é acrescentar o XBRL no próprio teste, no exame que é feito para a concessão da licença - um exame de suficiência. E óbvio que, ao acrescentar isso na prova, antes deverá ser incluído no currículo. Mas uma coisa leva a outra. Essa seria uma das maneiras de induzir as escolas a fazerem isso. A terceira é uma iniciativa que nós estamos apoiando, mas isso pode ser apoiado por qualquer instituição, independentemente de qualquer ação nossa, que é a inclusão no currículo, que pode ser então o da Administração, pode ser o da Contabilidade, do módulo básico, que é chamado “módulo inicial”, iniciante, que é sugerido pelo XBRL Internacional porque o XBRL Internacional tem um grupo do qual eu até fazia parte inicialmente, mas agora não há tempo de participar. Mas nós temos um brasileiro que está nesse grupo, que é o Paulo Caetano da Silva, é o grupo acadêmico. Esse grupo de educação, o XBRL Internacional criou um padrão inicial e o padrão avançado. A nossa sugestão também é que qualquer instituição hoje pode entrar lá no site do XBRL Internacional e ver qual é o módulo inicial. Esse módulo inicial já deveria estar incluído nas escolas. Bom, essa é a situação; ainda não está, mas deve começar logo, logo.

E os preparadores das demonstrações contábeis?

São os contadores dentro das empresas. Nós temos também aí outro grupo, que é o dos analistas.

E os analistas e consumidores das demonstrações contábeis?

Esse grupo, por incrível que pareça – vamos falar assim sobre o que está acontecendo hoje – com todo esforço que nós tivemos nos dois grupos, no estratégico e no técnico, de convidar e de quase que... Convidar é a palavra correta. Nós não podemos obrigar, mas todo o nosso esforço até hoje, inúmeras vezes, repetidas vezes de convidar o pessoal das chamadas Associações dos Analistas, Apimec, resultaram quase em infrutíferas até o momento. Eles se aproximaram... É como aquela história de aproximação – não vou citar aqui, mas a aproximação com os polos. A gente coloca, primeiro, um presentinho, aí ele vem, e pega, leva... Então, é interessante isso porque nós sabemos - e isso é importante realmente passar - que os analistas são os maiores consumidores do XBRL porque são os profissionais que têm o maior trabalho hoje em tratar com dados de diferentes empresas, de diferentes filiais, diferentes países porque tem que fazer toda transcrição. E o que é pior: eles não conseguem desagregar os dados, porque em um balanço em PDF, você não tem como desagregar dado

nenhum; o que está ali é o que está ali; acabou, e pronto. Você só pode mudar, você pode criar um novo modelo, mas não pode desagregar. E o XBRL permite a desagregação, ou seja, você pode criar modelos contábeis, inclusive criar módulos contábeis diferentes conforme seja o *fiestos*, analisador, o modelo que ele está utilizando, dissimulação, enfim. Então, esse público, na realidade, é o público que seria o público que naturalmente justificaria mais do que qualquer outro, porque veja: para o governo, é mudança; mudança é custo, é sacrifício; para as empresas em si, é mudança, é custo, sacrifício, aprendizagem; para os auditores, também tem certo sacrifício para acompanhar. Bom, quem mais sobra aí no processo todo? Os analistas. Esse é o público consumidor primordialmente.

Que seria curioso. Seria um dos principais interessados, mas na realidade...

Esse grupo se mantém ainda em estado de observação. Seria interessante você fazer essa pergunta também para outros entrevistados, até para ver as diferentes visões. Mas essa é a minha visão. Realmente, isso está muito claro. Até o momento, nós tocamos todos já, mas esse grupo ainda...

Está resistente.

É. Está resistente. Mas não é um grupo que está atuando, fazendo qualquer objeção nem nada; simplesmente... observa à distância.

E os desenvolvedores de tecnologias?

Esse público é um público que... Em toda mudança que envolva software, é um público que vê sempre com bons olhos, porque novos softwares, novas funcionalidades. Significa mercado, significa mais trabalho, significa oportunidades. Então, como eu disse no início, aquela primeira empresa já em XBRL, mas eu já vejo um conjunto grande de outras empresas manifestando interesse, começando já a se introduzir. O grande limitador que existe hoje, exatamente, é isso: a formação de mão de obra. Se você - outro dado histórico -, se você olhar hoje, entrar no site do XBRL Internacional e for ver lá o último exame de certificação de nível técnico... Porque o XBRL Internacional já começou a fazer o processo de certificação, como a certificação que você tem aí de projetos, certificação Microsoft. A pessoa estuda, tem aquele conteúdo e aí submete-se a uma prova que é feita – Hoje, é uma prova única feita no mundo inteiro. Eu recebi a notícia exatamente como mencionei, faz uns quinze dias, daquele rapaz que é dono, o iniciador daquela empresa de software. Ele é o primeiro... Chama-se *Ossan*, jovem japonês – descendente de japonês. É o primeiro brasileiro credenciado em XBRL. Por aí se tem uma ideia de que esse mercado, ele está no início. E isso também é um limitador. As empresas de software que queiram iniciar produzindo alguma coisa em XBRL vão ter que pegar funcionários de uma empresa que já existe, que essa é a primeira que conheço oficialmente, ou trazer do exterior, ou iniciar esse processo de treinamento dos seus próprios

funcionários. Quanto às empresas de software, não se detectou nenhuma resistência, nada contrário; até pelo contrário, as empresas de software com quem a gente já tem tido contato estão avidamente interessadas em saber o que é, como fazer, como treinar o seu pessoal e tal. Lógico que, no início, vai haver um processo meio antropofágico aí de roubar... O primeiro técnico que realmente existiu no Brasil, que foi aquele que trabalhou comigo aqui, o Fernando Avila, – você chegou a conhecer –, que foi o primeiro técnico a utilizar o software e criar a taxonomia conosco aqui; foi aquela primeira taxonomia. O Fernando já, depois de seis meses, ele tinha sido “roubado”. O sucessor do Fernando, que foi a Roberta Bittencourt, depois também de seis meses de prática em XBRL, ela também era contadora... era, não; ela é contadora, mas com conhecimento em tecnologia Começou a fazer tudo. A Roberta, faz três meses, foi “roubada” por aquela maior empresa de assessoria em *IPO's* e informações do mundo – eu não consigo lembrar agora o nome. Ela está na Inglaterra nesse momento; foi “roubada”. Então, é um mercado onde os primeiros profissionais são “mosca branca”. Mas é obvio que isso deve logo, logo, deve se desenvolver porque o credenciamento já está disponível. Logo, logo, vão ter aqui no Brasil também cursos de informação; isso deve começar logo, logo. Mas veja de uma forma bastante positiva, quer dizer, é uma oportunidade de mercado bastante grande para as empresas de software, de tecnologia, sem falar obviamente da SAP, que já está trabalhando nisso há algum tempo.

E o Consórcio Internacional do XBRL?

O Consórcio Internacional foi quem nos ajudou a chegar onde nós estamos. Eu utilizei toda a ajuda deles. O que é o Consórcio Internacional? Essa organização sediada nos Estados Unidos e que tem lá um grupo bastante enxuto de pessoas; são quatro, cinco pessoas. Mas os principais dessa organização até hoje tem nos apoiado em tudo que nós temos feito, ou seja, o presidente Anthony Fragnito, que é o diretor geral, e a diretora, que é uma das fundadoras do XBRL, que é a Liv Watson, que inclusive esteve a semana passada aqui em outro evento e inclusive virá ao CONTECSI agora em 2013. Temos um relacionamento excelente. Aliás, toda a comunidade XBRL Internacional tem um relacionamento excelente, porque tanto o Consórcio Internacional colabora com todos os países que estejam utilizando como também eles incentivam a criação de congressos, a criação de cursos...

E não necessariamente passando pela criação da jurisdição?

Não. Interessante que eles mesmos devem ter notado que seria uma coisa até impossível de ser feita, diria assim, logicamente, porque se o XBRL é um padrão que foi já desde sua criação, colocado como um padrão aberto, uma vez aberto um padrão, você não pode chegar e alguém patentear alguma coisa que já é aberta. Isso não é aceito em nenhum lugar do mundo. Mas a jurisdição, ela é mais no sentido de organização, mas não da organização da taxonomia, da tecnologia em si, da organização dos polos e discussão para inclusive promover o maior uso de XBRL e promover a definição de padrões que possam ser generalizados. São coisas

que eu vejo que o Consórcio Internacional... Apenas a única crítica que eu faço a eles é que eles criaram esse padrão de jurisdição, que é aquele do tipo assim, comum, nos Estados Unidos: *one size fits all*. Eles criaram um sistema para criação da jurisdição que não se adapta a diferentes formatos jurídicos dos países. Se eles tivessem feito uma coisa um pouco mais flexível, com certeza, haveria mais jurisdições do que as que existem. Mas isso é um detalhe que eles já sabem até dessas opiniões. Mas em relação ao Consórcio, realmente, a nossa relação com eles tem sido a melhor possível, a mais colaborativa possível.

Mas o senhor acha que existe uma confusão por parte da comunidade do XBRL em relação o que é jurisdição, o que é taxonomia? Para ter taxonomia precisa ter jurisdição.

Ainda há. É possível até que, no nosso grupo, uns ainda, por não terem talvez prestado atenção, por não terem lido, acreditam que a jurisdição, a taxonomia, o país pode usar a taxonomia só se ele tiver a jurisdição. Não tem nenhuma relação; realmente não existe isso. Mas é possível que você encontre, em algumas entrevistas, alguém, pessoas que achem; mas não é essa a visão.

E o papel das tecnologias concorrentes à XBRL?

Eu, até o momento, eu não identifico nenhuma tecnologia concorrente. Na realidade, o XBRL, como eu disse em outra pergunta, o XBRL, ele ganha um papel fundamental na sociedade como um todo porque ele provoca, primeiro: ele provoca uma unificação de conceitos. Ao implementar o XBRL em uma empresa, por exemplo, antes de mais nada, em uma empresa... Eu diria assim: não é só por ser o XBRL. Qualquer taxonomia que se vá criar sobre a empresa é um processo de normalização de conceito, normalização conceitual. Em uma empresa mesmo, você tem lá: o que é vendas para o contador? O que é vendas para o homem de marketing? O que é vendas para o homem de produção? O que é vendas para o homem de pesquisa e desenvolvimento? O que é vendas para o presidente da empresa? Cada um tem uma definição, que é natural isso, cada área, cada um tem sua formação. Você tem não só vendas. Você pode falar de varias coisas. Quando você começa a definir uma taxonomia, ou seja, vamos falar assim, um dicionário de todas as palavras usadas dentro de uma empresa, uma empresa só - não precisa ir longe -, uma empresa, você vê que só isso aí é a divergência. Uma mesma coisa dentro de uma empresa é chamada por um indivíduo por um nome; por outro... Se uma empresa tiver dez funcionários, os dez funcionários com certeza terão palavras diferentes. E quando se diz palavras, existe conceito também. Dentro de uma empresa, uns chamam de “contas a pagar”; outro chama de “fornecedores”. Ai você diz assim: “Isso é a mesma coisa?”. Não, não é. Eles deverão ser a mesma coisa. Mas quando alguém usa, um indivíduo usa “contas a pagar”, outro indivíduo usa “fornecedores”, mentalmente eles têm modelos diferentes, isso, filologicamente, semanticamente, porque são palavras definidas. Ao fazer a taxonomia daquela empresa, nós vamos colocar essas duas expressões juntas e vamos ter que definir qual é a expressão que nós vamos utilizar. Vamos

utilizar contas a pagar ou vamos utilizar fornecedores? Então, só isso já é um exemplo muito rudimentar de que o XBRL provoca isso. Quando você faz isso dentro de uma empresa, quando faz isso dentro de um grupo, quando você faz isso... Veja bem, a gente já fazia isso, esse processo de normalização. Já se faz isso nas empresas quando se implementa o chamado *data warehouse*, chamados as bases de dados que suportam os chamados *BI*, ou suportam os chamados analisadores de negócios dentro da empresa. Isso era o mesmo movimento; só que isso era setorial; você ficava ali restrito a um setor *data warehouse* então, dessa área, dessa área. Quando se junta a empresa toda você tem essa visão. Agora, pegue a sociedade como um todo e diga assim: “Vamos discutir sobre o balanço. Quais são as palavras?”. Então, começa lá: “Ativa. Todo mundo está de acordo?”. Sim. Quando você entra no nível dois, já começam a surgir pequenas variações no plural, singular... Ai você entra no nível três de conta, já tem mais de... No nível quatro, então... E é exatamente isso que apareceu. Você diz assim: “Mas como?”. Não é natural. É um país, várias instituições. A contabilidade é a mesma, o relatório é o mesmo, mas há pequenas variações. E ai quando você entra na taxonomia, você vê as variações das palavras. Mas o que é muito mais importante não são as variações só das palavras; é a variação de como calcular o valor, principalmente quando você tem situações como a que nós estamos vivendo hoje das IFRS entrando no país. Foram muito mal definidas, muito mal traduzidas com palavras todas erradas. Isso está causando o maior problema no Brasil e está causando em outros países também porque fizeram tradução “ao pé da letra”; não fizeram uma adaptação e isso gera dúvidas. Os contadores ficam ligando lá para o CFC, em Brasília, perguntando: “O que quer dizer isso aqui?”. “Ah, você que tem que julgar.” Mas julgar o quê? É pra cá ou pra lá? É para frente ou para trás? Esse é o problema quando você trabalha com princípios. Os princípios, eles variam de cultura para cultura.

Então, nesse ponto, as IFRS, elas teriam, elas podem ter um papel duplo, tanto inibidor quanto...

Inibidor como é... Eu tomo como exemplo... Aqui eu tenho uma previsão de que esse problema vai começar a ocorrer aqui o ano que vem, no Brasil: a discussão do significado das IFRS. Mas nos Estados Unidos, isso já está claríssimo; a situação já está bem-definida. Nós temos até documentos da própria SEC, onde... O que aconteceu? Por causa do XBRL – é interessante isso. O XBRL quando foi introduzido, inclusive pela SEC oficialmente, ela força o quê? O que os Estados Unidos fizeram - como qualquer outro país faz, e vai fazer, e nós também. Pegaram a sua regulação contábil todinha, suas regras todas e colocou em XBRL, e, ao fazer isso, uma comissão, como nós fizemos aqui, uma comissão trabalhando. Mas vamos lá: “Regra número um: Que palavra é essa? Todos estão de acordo? Qual é o significado? De onde ela vem? Como se calcula? Qual a origem? Qual o nome dela? Qual o *label* dela?”. Enfim, quando se começa a discutir: “Essa é a regra. Como é que vamos dar o nome, a origem...”, enfim, todos os campos que o XBRL obriga. O XBRL obriga você a definir o nome, o cálculo, se há algum cálculo, agregação, se soma, subtrai, divide, qual é a origem

daqueles dados e qual é a lei que suporta, enfim, se há uma lei, o que suporta aquilo. Cada campo do XBRL, ele é explicado. Quando os Estados Unidos foram criar o XBRL para a *USGAAP*, eles definiram tudo. Ai vem alguém do IASB... Então, quando nos Estados Unidos, eles definem o *USGAAP*, o XBRL para o *USGAAP*. Ok? Perfeito? Mas, ai vem a proposta do IASB, lá de Londres, que criou também um grupo interno de XBRL. O IASB - vamos só lembrar - tem o mesmo problema que qualquer grupo que está introduzindo alguma mudança. Eles lutam pela utilização do IFRS, mas eles não têm nenhuma jurisdição sob poder de qualquer país; essa utilização é pela aceitação; o país aceita ou não aceita. E o que eles fizeram? Para, digamos assim, usar, eles decidiram usar no IASB, decidiram usar o XBRL como um indutor do uso IFRS, dizendo o seguinte: “Está aqui a taxonomia já do IFRS”. Ou seja, se esse país “x” diz que vai usar o IFRS, a taxonomia já está aqui pronta. Eles fizeram isso. Só que se esqueceram de que cada país tem a sua legislação. E outra coisa: acho que foi bem esquecida. É interessante notar como é que um órgão desse não percebe bem que o IFRS fala “em princípios”. Princípios são conceitos que você introduz na lei do país. Você não copia, não copia. Primeiro, que um princípio pode ser introduzido na legislação de um país, mas na linguagem do próprio país, e na forma de redação, na forma de, inclusive, se atingir, de chegar àquele valor dentro do próprio país, da legislação do país; tem que ser introduzida na legislação do país. Quando os Estados Unidos pegam o XBRL, criada pelo IASB, que está lá - você pode ir lá, pegar, copiar, é livre, gratuito -, ele chega e verifica, porque ele já tem o detalhe do XBRL *USGAAP*, ele verifica que aquele... Mas só ai que os Estados Unidos se deram conta, de uma forma mais ainda veemente, de que o IFRS, ele é menos explicativo do que o *USGAAP*. Ai você fala assim: “Ah, mas os *USGAAP* têm lá trinta mil linhas”. O nosso tem duas mil, três mil linhas, quer dizer, o nosso é só um pedacinho. O nosso vai crescer. Vai ter sete mil linhas a nossa taxonomia, e ela pode crescer até mais, como a do Japão, que é enorme. Mas os Estados Unidos têm lá, digamos, trinta mil linhas. Mas a discussão de que têm muitas linhas, ela não tem fundamento. A única coisa que você pode criticar é a que eles têm muitas regras já definidas, mas ai é uma opção do país; o país é que define. Os Estados Unidos ao olharem... O XBRL, em minha opinião, ajudou o pessoal da SEC e dos órgãos reguladores dos Estados Unidos a verem que, para eles, não é interessante adotar o IFRS. E foi o que eles definiram: “Vamos adotar quando?”. Essa é a última palavra do diretor da SEC: “Nós vamos adotar o IFRS quando e se for verificado”. Por quê? Porque há um movimento interno nos Estados Unidos que discuti a não vantagem, para os Estados Unidos, em adotar um padrão que é mais fechado, e o XBRL ajudou a visualizar isso; ele não mudou nada; só ajudou a visualização.

Então, o senhor acredita – posso estar enganado – que o XBRL, ele tem uma facilidade maior com os *GAAPs* que são baseados em regras do que com os *GAAPs*, que são baseados em princípios?

Nos dois, eu diria assim. É que a taxonomia XBRL, ela segue a granularidade. Se você não tem granularidade nenhuma, você só tem princípios, ele segue. E aí ele explica lá, ele traz a explicação de qual é. Mas se um país já atingiu um detalhe onde ele regula a empresa por meio da identificação de certas transações que ele quer ver, é difícil esse país – em minha visão – voltar atrás e falar: “Não precisamos mais olhar isso. Basta olhar como é que esse valor geral se comporta”. A discussão entre regra e princípio, ela está mais ou menos aí. No fim, eu acho um pouco dificultosa essa discussão de termos que passar de regras para princípio. Acho que nenhuma das duas. Tem que ser as duas: regras e princípios. Os princípios é que determinam as regras. É que houve uma colocação, como sempre tem sido, na área contábil, uma colocação, assim, do tipo: ou você adota o princípio ou adota regra. Eu já sou mais de outra visão mais compreensiva, ou seja, as regras facilitam a utilização, mas elas devem ser definidas com base nos princípios porque a dificuldade está aí mesmo. Quanto mais você cria regras você tem mais dificuldades em treinar as pessoas. Mas, uma vez que você escreveu, definiu e tem uma taxonomia que definiu isto, aí não existe mais aquele problema que havia quando a discussão do IFRS começou nesse sentido: “Ah não, temos que mudar de regras para princípios”. Mas é um assunto muito interessante, que ainda vai gerar muita pesquisa.

E por último, uma maneira ampla no contexto brasileiro, uma maneira livre. Quais as oportunidades e riscos sobre o XBRL? Perspectivas? Como a gente está andando nessa caminhada para adoção?

Eu acho que, para o Brasil, a perspectiva é favorável. O Brasil vai ter vantagens disso; não só vantagens na área contábil financeira, mas na área geral. Por exemplo, o próprio Imposto de Renda deverá a qualquer momento, mais no futuro, definir todo o processo das declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física tudo em XBRL. Não que as pessoas vão ter que criar softwares e fazer nada, mas todo esse processo já em XBRL, porque o XBRL, ele é lido naturalmente pelo próprio sistema Windows e outros sistemas. Linux também é compatível e tudo mais. Outro aspecto para o Brasil também é que há já uma pré-decisão da criação da chamada Central de Balanços, que a Receita Federal ia criar, mas agora se discute essa Central de Balanços ficar sob o comando da própria BOVESPA. E ideia da Central de Balanços o que é? São balanços de todas as empresas do Brasil. As seis milhões e quinhentas mil empresas do Brasil. Todas aquelas que têm que reportar alguma coisa para o governo serem reportadas em XBRL. A própria nota fiscal SPED. SPED facilmente deverá se transformar depois em arquivos XBRL porque ele já está todo em XML. A migração para XBRL não é nada. Então, eu vejo que, para o Brasil, o uso do XBRL, ele vai ao longo do tempo trazer benefícios em todos os processos em geral: nos custos de transações, comunicações pela internet entre empresas, também na cadeia logística todinha usando XBRL... E eu vejo isso de uma forma muito positiva porque, por uma questão da própria essência do que é o XBRL, ele se adapta a tudo que seja comunicação em dados, descrevendo

produtos, descrevendo serviços, descrevendo dados. Eu vejo de uma forma positiva para o país. Não vejo nenhuma desvantagem.

Sr. Eduardo Lopes Farias

Atuação profissional: Diretor de Controles Internos e Riscos Corporativos da BM&FBOVESPA

Data: 22/02/2013

Duração: 41 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica.

De maneira breve, os pontos que você achar relevante.

Meu nome é Eduardo Lopes Faria. Minha formação profissional; sou formado em Ciências da Computação na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Rio de Janeiro. Eu tenho pós-graduação em Finanças, pelo Ibmecc. Fiz meu MBA por volta dos anos 2010. Eu me graduei em 2000. Atualmente, estou fazendo Mestrado na USP em Contabilidade e Controladoria. Eu comecei na carreira profissional em uma empresa de auditoria na antiga Arthur Andersen em 99, para ser mais exato, como *trainee*. Depois da Arthur Andersen, teve a fusão especificamente com a Deloitte, fiquei lá até 2010, quando vim aqui para a Bolsa para assumir o cargo de diretor de Auditoria e, recentemente, assumi a diretoria de Controles Internos, *Compliance* e Riscos Corporativos aqui na BM&FBOVESPA.

Como e quando foi a primeira vez que teve contato com o XBRL?

Primeiro contato com o XBRL, de forma geral, eu acredito que foi logo no início de 2011, quando a gente teve as primeiras discussões aqui sobre transferências de informações, principalmente na área de proventos dentro da Central Depositária; o pagamento, na verdade, de juros, de JCP ou de dividendos de empresas. A gente tem aqui um processo de captura de informação, e o XBRL, difundido mundialmente, já tinha esse processo. Depois disso, especificamente, eu procurei entender, fazer leituras sobre o assunto e me interessar pelo arquivamento das demonstrações contábeis que a gente tem aqui hoje na BM&FBOVESPA, que é um serviço que a gente presta para a CVM. Todas as empresas de capital aberto arquivam em um formato proprietário do sistema que foi desenvolvido e poderia ter a oportunidade de isso ser publicado em forma de XBRL. Com base nisso, o professor Nelson, que era na época o coordenador do comitê de auditoria da BM&FBOVESPA, me convidou para participar como ouvinte das reuniões do Comitê Estratégico do XBRL no Brasil. A partir disso comecei a me envolver bastante com o assunto – não o bastante, mas no tempo que tenho para dedicar. Participei de um congresso específico – acho que, se não me engano, foi o

vigésimo quarto congresso do XBRL mundial, em Montreal, exatamente para ver como estava andando. O meu principal interesse no congresso era descobrir como estava a convergência das taxonomias entre IFRS e USGAAP, em decorrência das empresas brasileiras que hoje listam em Nova Iorque e que já podem arquivar em IFRS, mas a SEC ainda não aceita a taxonomia do IFRS para XBRL; só aceita a taxonomia do USGAAP. Ainda tem esse hiato, que ainda não se consegui resolver. A relação atual aqui na BM&FBOVESPA, tem um projeto de estudo para ver como se encaixa o XBRL dentro do modelo de negócios da Bolsa; ele ainda não é um estudo completamente aprofundado, mas a gente está começando as conversas. É uma evolução hoje que nós temos nos nossos sistemas de arquivamento e isso não poderia ser utilizado em uma linguagem XBRL; nós ainda estamos em fase inicial de estudos.

Qual sua relação atual com o XBRL?

Diria que ela é esporádica, por evento; e eu não consigo te precisar exatamente quanto que é esse evento até porque a gente ainda não tem uma meta definida para isso; ela é esporádica por evento.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

Para mim, é muito claro. É um protocolo único de comunicação de instituições financeiras ou de qualquer um que queira um protocolo de comunicação. É uma evolução da linguagem XML, que é, exatamente, um protocolo fácil de comunicação, com linguagens marcadas, e que eu consiga construir com isso uma linguagem estruturada, onde eu possa gerar consultas à base de dados e extrair qualquer tipo de informação. Para mim, é claro!

Por que adotar o XBRL?

Porque, na verdade, eu conseguiria transformar uma linguagem hoje não padronizada que consome tempo valioso para as pessoas capturarem informação, e, se adotada essa linguagem estruturada, esse tempo que é usado para essa captura de informações poderia ser utilizado para uma análise, e acho que com isso a gente teria um ganho muito maior.

Como efetivar a implementação do XBRL?

É uma coisa muito difícil hoje, especificamente, ainda no Brasil porque você depende de várias etapas para ter uma efetivação. A gente tem um *trade-off* muito forte, e se a gente analisar o mundo, que se comprova normalmente uma implementação de XBRL, ela acontece de duas formas: uma de forma voluntária, quando um grupo de empresas, uma associação ou um conglomerado que se espera ter um benefício sobre aquilo e faz uma adesão voluntária, e aquilo vai permeando por toda a sociedade. O segundo, que é uma instrução normativa, que faz com que as empresas tenham que cumprir. Existem esses dois modelos. Eu diria que o Brasil está hoje em uma fase de construção de empresas que estão interessadas exatamente nesse modelo, mas, friamente, eu não consigo ver que simplesmente por uma adoção de empresas, a gente vai ter o XBRL implementado aqui. Eu acredito que a gente precisa de uma força regulatória; caso contrário, muito pouco provável que a gente não tenha chance de êxito.

Quais seriam as desvantagens ou riscos associados com o XBRL?

Como ele passa a ser um protocolo de comunicação e tem informação, o risco, na verdade, é o volume de informação que é gerado e o propósito específico para cenários. O maior risco é você imaginar que o XBRL vai resolver todos os seus problemas, e você tem aquele famosa curva de decepção, que é utilizada em muitos estudos. Você tem uma expectativa muito alta, e quando ele entra em produção, isso cai. Por quê? O mais importante aqui é eu saber o que eu espero como XBRL, e o que ela pode me trazer; não que automaticamente, ela vai conseguir resolver todos os problemas do mercado financeiro de análise de informação. O grande risco disso é uma má implementação, de uma forma em que a gente não consiga ter o conceito das padronizações e da universalização de utilidade de linguagens, fazendo com que a gente não consiga ter o grau de compatibilidade. Na verdade, esse seria o grande risco. A desvantagem que a gente ainda não tem, que ainda não está muito claro: por que me faria trocar meu *status quo* para o XBRL? Está muito claro que os ganhos, dito pela literatura, são clássicos, mas qual o custo para isso? A gente ainda não tem um estudo de custo especificamente. Quanto custa implementar um XBRL? Pode ser alto, pode ser baixo; não sei. Grandes empresas hoje no mercado já utilizam o XBRL. Exemplo: quem tem SAP, quem tem Oracle como seu sistema de gestão já é capaz de gerar as informações em XBRL; o que ele precisa especificamente é só de uma taxonomia, e no Brasil, ainda está em fase de construção.

Saindo um pouco dessas quatro questões, por que o Brasil, se é que você enxerga dessa maneira, está, perto de alguns países atrasados, e perto de outros, pouco avançado? No

cenário mundial, como você enxerga o Brasil? Está em uma evolução satisfatória? Está rápido? Está devagar?

Eu diria que uma implantação de um XBRL tem que ter uma ação coordenada de empresas públicas, privadas e o governo; não temos como não fazer isso. E hoje no Brasil, de uma forma geral, a Secretaria da Fazenda está bem avançada em termos de utilização do XBRL; ela já tem os seus projetos próprios; ela já andou fazendo uns *benchmarkings* de forma mundial. Inclusive tem até uma licitação específica para isso. Tinha. Não sei se ainda está no mercado. O Brasil tem uma grade, vamos dizer assim, vantagem, que a adoção quase integral das IFRSs com pequenas diferenças – digo pequenas diferenças, até onde a gente sabe, porque eu ainda não tenho nenhum trabalho detalhado que diga exatamente quais são as diferenças entre os CPCs e as IFRSs. A gente sabe de algumas: reavaliação é uma delas, mas não são todas, que a gente não tem um estudo para isso. Então, o Brasil tem uma vantagem: que a gente poderia automaticamente, a nossa taxonomia se aproximar claramente da taxonomia internacional, que é a taxonomia do IFRS. Só que nós temos um país que ainda nós não conseguimos demonstrar para os principais usuários quem serão os principais usuários da informação: são os analistas? Os usuários finais? Os analistas, provavelmente, serão um deles. E os analistas (pelo menos na minha visão) ainda não têm “comprado” que o XBRL vai ter essa mudança completa. Talvez ainda falte um pouquinho de treinamento, de conscientização, de explicação, ou entender como funciona o processo dos analistas, que grande parte deles não fazem comparações mundiais, e, sim, comparações específicas de algumas empresas. O mercado brasileiro, ele é um mercado pequeno em relação a outros países. Nós temos somente quatrocentas empresas listadas; é mais ou menos isso; não temos um grande volume. Para onde a gente quer, em relação à XBRL, vai fazer com que ele possa fazer o Brasil entrar em um rumo igual a outros países, primeira coisa tem que ser uma constituição de uma jurisdição para que a gente consiga, em um nível, pelo menos poder usar o nome do XBRL International, consiga ter uma fundação específica ou um propósito específico com alguém que realmente vá cuidar disso e vai fazer isso se evoluir. Temos também que contar, principalmente, com o apoio de quem regula o mercado de capitais, que em um primeiro momento, seria a CVM, que já demonstrou esse apoio, mas está muito preocupada em não inserir custos para as empresas; ela gostaria de fazer um processo gradual. E mais do que isso: o Brasil é muito maior do que as empresas de capital aberto; a gente tem milhões de outras empresas. Teria que se pensar se isso não valeria para todas as empresas; mas, aí, talvez, seja um pouco mais difícil porque a regulamentação não alcança elas, como alcança as empresas de capital aberto.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil.

Como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?

Olha, se você parte do pressuposto que você vai ter dados organizados, estruturados em que você consegue fazer uma agregação de dados para o governo, por exemplo, a Secretaria da Fazenda, seria uma coisa maravilhosa. Porque, especificamente, iria ter as informações de forma on-line, *real time*, em uma base processada. Logicamente, você tem que ter os cuidados de segurança da informação, e assim por diante, mas não vamos especificar sobre isso. Órgãos reguladores: estaria claro, porque ele conseguiria ter uma distinção muito clara de como funciona cada um dos segmentos de mercado e ter informação em tempo muito mais real; o que vai se precisar é de um braço para fazer a análise em cima dessa informação. Exemplo: fiz um *call* com a *CoreFiling*, que é a empresa responsável por prover os serviços profissionais na Grã-Bretanha. Eles falaram que o Tesouro Nacional lá, eles têm mais de um trilhão de registros em XBRL. Ele consegue fazer todas as amarrações possíveis e impossíveis, desde que ele tenha a capacidade de processamento. Já com dados dado, o que ele vai precisar fazer é criar uma inteligência para processar isso. Bolsa de Valores: a gente é um indutor; a Bolsa de Valores é sempre um indutor. Acredito que temos um papel importantíssimo aqui, vamos dizer assim, na formação de utilização dessas informações. Para a gente, que provê todo o *time to market* para o mercado, se é verdade que as demonstrações financeiras e o resultado influenciam no preço da ação, se essa premissa é verdadeira, considerando um mercado eficiente - e que têm estudos que comprovam que sim, tem estudos que comprovam que não -, mas se isso é verdadeiro - principalmente os fundamentalistas, que acreditam muito nisso -, parte do pressuposto de que quanto menor tempo você tiver informação de qualidade, você diminui a assimetria. Automaticamente, isso passa a ser muito importante para uma Bolsa de Valores porque você vai diminuir esse conceito da assimetria, e as empresas que estão listadas aqui, têm ações negociadas aqui, automaticamente, vão ter as suas demonstrações contábeis publicadas em um tempo muito maior, mais fácil de se ter análise e

mais fácil de ser capturada por esses analistas, para que sejam feitas todas as análises. Então, para a gente, a gente tem um papel importantíssimo, que seria o de indução. E dado o serviço que hoje a gente tem e presta, eu acredito que a Bolsa de Valores poderia exatamente em certo momento... A gente tem a nossa base de dados – não que é nossa, mas é um serviço que nós prestamos para a CVM -, e essa base transformada em XBRL, acredito que ela vai trazer muito mais valor porque as empresas vão conseguir extrair informações daqui de forma mais simples e que possa processar de forma mais simples. Conselhos profissionais: à medida que o XBRL passa a ser utilizado, eles conseguem ver as práticas e discutirem as melhorias. Acredito que fica mais fácil para os conselhos terem isso. Eu imagino que ele é muito mais aqui um papel de dizer que é importante, principalmente o Conselho Federal de Contabilidade, pois dado a penetração que ele tem no Brasil inteiro de não sei quantos mil funcionários e associados aos CFCs, o XBRL, para eles, se for exatamente uma linguagem em que ele entenda que isso é importante na evolução – hoje, não se consegue falar simplesmente de contabilidade daquele balanço como um todo, mas, sim, o XBRL é uma evolução de como eu publico as minhas demonstrações, eu acho que você vai conseguir fazer com que quem está lá na ponta, prepare melhor as informações.

E as empresas de auditoria?

Talvez, seja um dos grandes sonhos de consumo delas. Elas vão ter as informações todas publicadas, e consigo fazer as análises... Não as empresas que estão em um processo de auditoria, mas, sim, as empresas que estão analisando aquela empresa que ela está auditando em relação às outras. As empresas de auditoria como um todo já vão estar dentro das companhias, e têm as informações em tempo real. Não sei se para ela, o XBRL vai ter esse ganho todo. Mas em comparação, por exemplo: comparar a Bolsa de Valores com outras Bolsas no mundo, simplesmente por baixar arquivos XBRL e fazer comparações, fica muito mais fácil fazer auditoria. E automaticamente saber se as regras que estão definidas em todas as regras contábeis, as taxonomias e aquilo da forma como está exposto, as empresas de auditoria conseguirão fazer trabalhos muito bons. E melhoraria, o que a gente tem considerado muito forte na auditoria, que é o conceito de auditoria contínua.

E as instituições de ensino superior?

Eu acredito que as instituições de ensino... Primeiro, como eu disse, a criação da jurisdição é extremamente importante aí porque é por intermédio dela que você vai conseguir prover treinamentos e disseminar. Essas instituições de ensino, em parceria, elas vão ter que se

utilizar se esse é um conceito verdadeiro e que vai vir para uma evolução. Eles vão ter, na verdade, um papel de incluir isso dentro das suas grades para que sejam passadas essas informações para todos os alunos que aí cursam o curso com eles. Isso só vai acontecer, na minha visão, ainda numa visão de longo prazo. Não consigo ver uma cadeira de estudos sobre XBRL, ou computação, ou como agregar dados ainda antes de algumas etapas serem feitas; eu não consigo ver isso aí ainda.

E os preparadores de demonstrações contábeis?

Eu não consigo imaginar que o XBRL mude completamente a vida dos preparadores das demonstrações contábeis. De uma forma geral, o XBRL é um conceito de negócio que está associado com a tecnologia por trás. Mas a contabilidade específica está baseada em princípios; cada companhia utiliza o seu; quem trabalha no Brasil tem que utilizar os princípios aceitos aqui, que estão em consonância com o IFRS. Ele vai estudar o seu sistema de contabilidade dessa forma. Imagino que por trás vai ter exatamente uma inteligência de transformar aquilo que hoje está demonstrado naqueles princípios em uma linguagem XBRL. Então, os preparadores como um todo, não sei se eles terão tantos contatos específicos com o XBRL. Entretanto, aqueles que precisam fazer análise, comparações, puxar informações, talvez, sim, tenham um ganho porque as informações vão estar disponíveis em vários sites. Exemplo: vamos trazer aqui para uma siderurgia. Temos várias siderúrgicas no país. Os preparadores das demonstrações contábeis, por exemplo, da CSN se quisessem fazer uma comparação com a Usiminas, já tendo as informações em XBRL, e se tivesse um software para processar, acredito que eles teriam um ganho sim. Mas não consigo entender se isso vai mexer no dia a dia deles; se para prepararem as demonstrações contábeis, eles precisam do XBRL; eu acho que não.

E para esses preparadores, você acredita que em um futuro, quando tiver um processo de difusão, eles vão internalizar essa atividade de XBRL ou eles vão ser as terceiras partes?

Acho que eles vão ser as terceiras partes, porque pra mim, o principal utilizador do XBRL é o que vem a seguir na sua pergunta: os analistas e consumidores de demonstrações contábeis. Esses são os que mais ganham com a implementação do XBRL. Eles, sim, têm uma mudança clara de paradigma. Em vez de eu analisar um documento em PDF que é publicado na internet da companhia ou é publicado em um jornal, eles vão utilizar um informação de forma estruturada. Provavelmente, ele vai ter um software que vai tratar essa informação, vai jogar

em um painel... Então, eles vão ter exatamente ganhos muito grandes. Entretanto, ainda não conseguimos dizer para eles isso. Todo mundo sabe dos ganhos, mas a gente ainda não conseguiu transformar isso em realidade. Eu diria aqui que, principalmente, a APIMEC, que tem todos os analistas do mercado, seria uma das que teria mais vantagem, vamos dizer assim.

E os desenvolvedores de tecnologias?

Isso, sim. Eu acho que é uma indústria que está se criando aqui. Quanto melhor será o software para processar e prover informações, mais confiável vai ser. Exemplo claro aqui: eu que vivi muito aqui o início da década de 2000, depois do *bug* do milênio, que é uma palavra muito clara, utilizada - hoje até que ela saiu um pouco - se fala um *BI*, um *business intelligence*. O que esses desenvolvedores vão ter que fazer é agregação de informações. Para eles agregarem informações, eles vão ter que ler em formato XBRL e transformar isso. Mas, olha como seria um mundo muito melhor se eu tivesse as demonstrações publicadas em um lugar em que tivesse um software que conseguisse ler essas informações, processar, conseguir gerar comparativos entre empresas no mundo, ou mesmo entre Bolsa de Valores, uma troca de informações? O XBRL, às vezes, você fala que é um protocolo só para demonstrações financeiras ou contábeis... Ele pode ser usado para qualquer coisa. Ele é um protocolo de comunicação. Desde que você crie uma taxonomia que aponta “A” e que aponta “B”, uma consegue escrever e outra consegue ler, você cria um protocolo de comunicação. Então, se aproveitam bastante aqui. Grandes empresas usam isso porque hoje a atividade de arquivamento de informações não é uma atividade simples.

E esses desenvolvedores de tecnologia atualmente, eles estão acompanhando essa evolução do XBRL no Brasil ou ainda estão...

Acho que aqui no Brasil, a única empresa que tem isso, se eu não me engano é a MZ Consulting. Não consigo visualizar outras. Não sei se você vai ter oportunidade de falar com o Caetano Nobre; ele é ex-sócio da MZ e hoje ele está na WebFilings, que é uma empresa mundial responsável por arquivamento. A MZ fazia vários trabalhos aqui no Brasil, na tentativa específica de ter o XBRL ou de ser essa empresa de arquivamento. Eu acho que elas estão ainda esperando; não tem investimento de capital nisso aqui ainda.

E o Consórcio Internacional do XBRL?

Tem sempre bastante questionamento com relação a isso porque uma coisa é boa: você está associado a um *boarding* mundial e você utilizar as práticas que estão sendo feitas no mundo,

isso é muito bom. Só que a gente tem que tomar um pouco de cuidado para que isso não seja uma “cegueira”, vamos dizer assim; a gente imaginar que só o *boarding* do *International* do XBRL ele é válido, se a gente ainda tem hoje uma disputa muito clara entre ele e os Estados Unidos. Não vamos ser aqui ingênuos do ponto de que grande parte do mercado de capitais que utilizam as informações financeiras, sejam elas para ações, ou sejam elas para debêntures, que são um mercado muito grande, estão nos Estados Unidos. Se os Estados Unidos ainda não têm especificamente uma sinergia com esse *boarding* mundial, a gente tem um problema grave que tem que ser resolvido o mais rápido possível. Logicamente, que depende muito menos da área internacional, que seria o *boarding* internacional, e muito mais da boa vontade dos Estados Unidos de querer se adaptar. Mas a gente tem, na verdade, esse problema. Imagino que estar ligado a ele é bom porque a gente toma parte do que está acontecendo no munda, das atualizações, te explica especificamente quais são os caminhos de direcionadores... Então, imagino que temos muitas vantagens. Agora, temos que só ver aqui a relação custo-benefício; qual é o preço para eu estar ligado exatamente a essa instituição.

E as tecnologias concorrentes, se é que existem tecnologias concorrentes à XBRL?

Temos milhões de provedores de serviços hoje sobre isso. Fizemos uma pesquisa. Não no Brasil, mas no mundo, nós temos várias. Como eu falei aí, a Oracle e a SAP já estão fazendo; nós temos o Edgar, que faz o arquivamento para os Estados Unidos e que lá na SEC, especificamente, oferece esse serviço; nós temos o *CoreFiling* que é o forte dele é, principalmente, na Europa; nós temos Rivet, nós temos “N”. O que não falta hoje, imagino eu, seria tecnologia. Temos um software muito bom, que é da Altova, que ela já cria, ele lê as instâncias, ele já tem um *data mining* por trás que já consegue ler e transformar isso em linguagem de banco de dados. Imagino hoje que o que não falta nesse mercado aqui é tecnologia. Qualquer provedor desses de serviço é capaz de te dar isso. Pergunta? Eles vêm para o Brasil? Essa é uma questão específica. Provavelmente, eles não têm representante no Brasil, que faz com que a sua vida, quando se contrata um provedor de serviços que não tem representante no Brasil, seja muito difícil, porque toda vez que você tiver um problema, você tiver que conversar com alguém lá fora e não tem ninguém aqui para resolver o seu problema, o seu caso naquele momento, é problemático. Você está fazendo o arquivamento de uma empresa grande aqui no Brasil, e deu um problema no seu software. Se você tiver que ligar para o cara no exterior, e o cara não conseguir te prover um suporte, a sua empresa está “arranhada”. Essa é a grande questão.

Existem tecnologias que possam hoje cumprir o papel do XBRL de forma similar?

Aqui no Brasil? Uma tecnologia? Olha, não dá para dizer que o sistema que hoje a CVM tem de estar hospedado aqui na Bolsa, ele não é um protocolo de comunicação. Todas as empresas de capital aberto listam e arquivam aqui nesse padrão definido pela CVM. Ele é o melhor? Não sei, mas é o utilizado hoje no mercado. Ela é de fácil extração? Talvez nem tanto, mas é o que tem aqui. Qualquer usuário de informação que quiser vir aqui pode vir aqui e baixar suas informações. É um protocolo único para todo mundo. Tem um formato específico, com todos os arquivos exatamente nesse formato. Existe essa tecnologia. Precisa ser evoluído? Precisa.

Sendo repetitivo novamente, se é que tem algo a acrescentar: foi falado sobre as IFRS.

Então, elas podem ser consideradas facilitadoras?

O XBRL, na minha visão, ele tem uma correlação muito forte com a IFRS; tenta levar ai, mas são coisas completamente distintas. Na minha visão, a IFRS é um padrão internacional contábil para publicação de informações para tomadores de decisão, sejam eles usuários finais para o mercado de ações, sejam eles tomadores de crédito para o segmento de debêntures. O XBRL é uma operacionalização tecnológica com aquela taxonomia existente. Lógico que, se tem uma correlação muito forte, mas não dá para dizer que o XBRL é o IFRS porque você pode utilizar o XBRL em qualquer taxonomia. Exemplo claro aqui no Brasil: foi adotado BR GAAP como taxonomia tradicional. Em outros países também, ele a utiliza a taxonomia nacional e a taxonomia do IFRS. Então, eu acredito que o IFRS é um indutor, mas o XBRL ele não pode ser confundido, na minha visão com o IFRS. Dado que todas as empresas publicam no mesmo formato... Se a gente utilizasse só uma ferramenta tecnológica que fosse capaz de ler esse mesmo formato, seria muito bom; então, aí, entra o XBRL.

Ok. Tem alguma outra instituição que não estava pontuada aqui e que poderia ser importante comentar?

Acredito que não; todas estão aqui. Você falou das empresas de auditoria, falou do governo, falou dos órgãos reguladores, falou das Bolsas... Acredito que não. Não sei. Se você considerar os preparadores de demonstrações contábeis como empresas privadas... Se você considerar que sim, sim; senão, teoricamente as empresas privadas, ou empresas como um todo, que a empresa, na verdade, poderia se beneficiar do XBRL.

Ok. E por último, ficou algum ponto que você gostaria de ressaltar neste processo por qual a gente está passando de adoção e difusão do XBRL? Perspectivas...

Acredito que não. Acredito que os próximos passos, para a gente como um todo, é ter um *business plan*, com uma jurisdição aprovada que o Brasil consiga sustentar. Uma instituição que vai ter uma jurisdição para hospedar essa jurisdição porque isso vai ter que ter a dedicação de profissionais, que vão ter, exatamente, que fazer um *roadmap* pelo país para difundir, gerar receita torná-la autossustentável. Não consigo imaginar que uma jurisdição que precisa sempre ter doadores, doadores, doadores, ela consiga funcionar aqui no Brasil. Talvez, ela vai começar e dentro de um período de “X” tempo, ela vai acabar.

Sr. Fábio Alexandre de Araújo Lima

Atuação profissional: Área de TI de agência governamental

Data: 21/02/2013

Duração: 50 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica e como teve contato com o XBRL. De maneira breve, os pontos que você achar relevante.

Eu sou funcionário público. Trabalho no governo federal, na *[nome da agência governamental]* há dez anos. Minha formação é TI – Ciências da Computação –, e o meu primeiro contato com XBRL se deu por intermédio de um projeto que nós estamos desenvolvendo aqui *[nome da agência governamental]*. Esse projeto, na verdade, ele veio para substituir um sistema que já existe, que é um sistema desenvolvido pela *[nome de uma autarquia federal]*, que é um parceiro nosso. Só que sentimos necessidade de aprimorar esse processo, de trazer esse processo para dentro de casa também [...]. E há uns três anos, alguma coisa assim, estudando o assunto, outra equipe aqui fez uma prospecção identificou a tecnologia do XBRL como sendo uma possível resposta para o governo, que nós tínhamos de padronização dessa coleta de informações.

Atualmente, como você descreveria essa atividade com o XBRL no seu dia a dia profissional?

Ativa até demais. Na verdade, esse projeto, ele é um projeto de longo prazo. Como eu falei, ele começou há uns três, quatro anos, pouco menos; talvez, quatro anos atrás. A princípio, foi feito uma prospecção em outros países que utilizavam essa tecnologia, e começou esse projeto que envolve o *[nome da agência governamental]*. Envolve, ao menos, quatro, cinco, seis dessas coordenações. Então, é um projeto que envolve um público bem grande aqui do *[nome da agência governamental]* – o projeto como um todo –, e a parte especificamente XBRL envolve bastante o pessoal de TI, de Contabilidade e de Estatística. E como eu estava falando, é um projeto de grande porte. É um projeto que vai ser, quando implantado, utilizado idealmente num futuro um pouco mais distante, mas por todos os entes da Federação, estados, municípios. Então, hoje é um projeto que demanda muito a atuação nossa aqui, praticamente, o dia inteiro. Na área de TI, somos duas pessoas: uma delas dedicada totalmente ao projeto, que não sou eu, é minha outra companheira, e eu, dedicado 80% do tempo ao projeto.

E tem alguma estimativa, algum prazo, se é que pode ser dito, se não for sigiloso, alguma coisa? Quando que você imagina que comesse a entrar, a ser efetivado esse projeto?

Não, não é sigiloso. Inclusive temos grupos... Teoricamente, fazemos eventos de divulgação do projeto, aculturamento também dos entes que a gente está precisando ter todo esse desenvolvimento com entes nesse projeto. Inclusive o mês que vem, de cinco a sete do mês que vem, nós vamos estar em um evento aqui em Brasília, representando o Brasil inteiro, mostrando o projeto; então, não tem sigilo quanto a isso.

Nosso prazo inicial é em janeiro do ano que vem; a gente começar a realizar coleta de informações dos entes já usando essa tecnologia XBRL.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

Uma linguagem padronizada de troca de informações. Acho que a grande vantagem do XBRL é você poder fazer “conversar” a mesma linguagem entre vários fornecedores e consumidores de informações contábeis e financeiras, que é o nosso caso. Por isso que ele se adequou tanto ao nosso projeto. A gente vai precisar coletar informações no limite de cinco mil quinhentos e tantos municípios, mais as vinte e sete unidades da Federação. Então, a gente precisava ter uma padronização dessa comunicação XBRL, e é essa forma padronizada de a gente se comunicar com esses entes no ponto de vista das informações econômicas, contábeis e financeiras.

Por que adotar o XBRL?

Acho que, realmente, o grande ganho é essa padronização, é você conseguir ter um arcabouço, um *framework*, é uma coisa que você trabalha em cima daquilo ali de uma maneira padronizada. A nossa ideia, inclusive, nesse projeto, é divulgar essas informações em XBRL também no site que a gente vai criar para esse projeto daqui, para que a sociedade, pesquisadores possam consumir essa informação também sem depender dos sistemas nossos. Então, acho que é uma vantagem do XBRL, decorrida a padronização na verdade. Mas você poder ter a disponibilização de dados para dar tratamento por quem quiser, quer dizer, sem passar por filtros, sem passar por restrições de consulta, alguma coisa que geralmente acontece. Você, muitas vezes, disponibiliza dados, mais aquelas informações que você quer dar naquele formato, naquele tipo de consulta. Com XBRL, não. A gente disponibilizando as instâncias no site qualquer pessoa pode baixar aquilo dali e realizar os cruzamentos, carregar

os sistemas próprios seus, para fazer análises, para fazer consultas, empresas, sociedades, academias, enfim. Acho que isso também é uma grande vantagem, na verdade, decorrente da padronização, mas que você consegue disponibilizar essa informação de uma maneira sem filtro, sem - como se diz assim - um dado cru, um dado que possa depois ser tratado fora do nosso ambiente, enfim. Nós nunca vamos poder, como provedor de informação, disponibilizar todas as consultas, as informações que, de repente, você queira fazer com esse tipo de informação, e com o XBRL, com o arquivo lá e tendo a taxonomia, qualquer um pode desenvolver suas próprias consultas, seus próprios sistemas para cruzar essas informações. Acho que isso é uma grande vantagem você poder fazer... não ficar dependendo de um tratamento que alguém vai dar para você naquela informação; você pode extrair a informação, os dados em si e obter a informação que você quiser com seus próprios sistemas.

Então, poderia dizer que uma das vantagens seria democratizar e aumentar o alcance da informação?

Sim. Ela permite isso. Claro que você vai ter que ter ferramentas por trás, mas ela permite essa divulgação democrática – vamos chamar assim – essa divulgação de maneira que os interessados possam fazer suas consultas sem depender de nenhum tipo de filtro. De certa maneira, sim, concordo com sua afirmação.

Como efetivar a implementação do XBRL?

A gente aqui no [nome da agência governamental], está sendo interessante porque nós estamos sendo pioneiros nisto, no Governo, com certeza, e no país como um todo. Somos em grande parte pioneiros, principalmente nessa troca de informação *government to government*. Você tem alguns exemplos de trocas de informações entre empresas, mas, em nível de governo, eu não conheço nenhuma outra experiência com isso. Isso, por um lado, é bem interessante, é um desafio, digamos assim. Mas, por outro lado, nós também temos problemas de conseguir trocar experiências, de conseguir observar melhores práticas porque estamos sendo pioneiros nisso. Como que a gente fez essa implementação aqui no [nome da agência governamental]? A gente foi buscar profissionais fora do país, empresas que tivessem experiência com isso; não conseguimos identificar no país situações semelhantes à nossa. E fora, nós achamos alguns eventos. Uma equipe nossa, inclusive, foi *in loco*, na Austrália, conhecer lá o processo de implementação do XBRL em agências de governo da Austrália. Nós tivemos conhecimento também de casos na Espanha e em outros países da Europa; na Holanda, por exemplo. A gente buscou essas experiências internacionais como um meio de

marketing e também nós contratamos consultoria externa, consultoria internacional para isso. Contratamos um consultor estrangeiro, que está aqui nos auxiliando também com experiência em XBRL; não só em XBRL em si, mas em sistemas que implementam, que usam essa tecnologia. Nós precisamos e contamos com esse apoio de consultorias externas, além de grandes empresas, como Fujitsu, por exemplo, que tenham ferramentas de edição de taxonomia e tal. Nós fomos atrás dessa experiência internacional porque no Brasil nós não achamos.

O senhor acredita que essa adoção deve ser obrigatória ou voluntária?

Nós desenvolvemos o nosso projeto de maneira que vamos estar ausentes, que não somos fornecedores de informação, no nosso caso. Nós vamos dar a eles as duas opções. Nós temos uma forma de coleta que para ele vai ficar transparente, que é o XBRL. Na verdade, ele não vai ver em XBRL; ele vai ver uma tela onde ele vai entrar com dados; ou, então, ele pode mandar uma planilha em Excel, alguma coisa desse tipo, e a gente faz a conversão aqui dentro. Também vamos dar para eles a opção de, se quiserem, se já tiverem essa maturidade, de já enviar aqui em XBRL para nós. Mas, não vamos obrigar num primeiro momento, pelo menos, que o XBRL seja adotado nos entes não, por entendemos que, por ter uma ideia, uma tecnologia nova, eles também teriam muita dificuldade agora de gerar arquivos de informação já diretos nessa tecnologia. Nós vamos dar essas duas opções para eles. Uma coisa da implementação também que eu tinha me esquecido de falar foi sobre o treinamento. Fizemos muitos treinamentos... muitos assim, não; uns três, quatro; mas tanto de ferramentas como de tecnologia. Na verdade, passamos bem uns dois anos aqui nos aculturando com essa tecnologia antes de a gente começar realmente a desenvolver esse sistema. Em termos de implementação, uma etapa importante é a realização do treinamento e a qualificação de conceito e ferramentas também. Isso é muito importante.

E nesse processo de treinamento, na sua concepção, sua e da equipe foi - como eu posso dizer - foi gradativo, a aceitação foi tranquila ou foi uma coisa meio radical assim... Conceitos muito complicados, uma nova realidade... Como você enxerga esse período?

Foi bem diferente. Não chega a ser uma coisa radical, porque, na verdade, XBRL trata de informações de negócio, claro que negocio conhece bem, mas a tecnologia é bem diferente; uma forma de pensar, de tratar informação que demorou um pouco para engatar aqui; por isso que nós passamos aqui dois anos, pelo menos, nos aculturando nessa ideia e treinamento. A vinda do consultor clareou muita coisa que a gente não tinha ainda percebido porque a

literatura é bem escassa. Não foi um processo tão tranquilo, tão fácil, não! Mas também não chegar a ser nada disruptivo.

Apesar de daquilo que já foi exposto, poderia acrescentar algo mais sobre riscos e desvantagens relacionados à XBRL?

Então, uma desvantagem seria essa questão da baixa disponibilidade de ferramentas ou de fornecedores, tanto de fornecedor de ferramentas quanto fornecedor de consultorias, enfim... É bem difícil a gente achar apoio externo para a gente tocar esse projeto aqui. Foi bem difícil isso. Inclusive, a nível mundial, acaba caindo em uma meia dúzia de especialistas que realmente conhecem a fundo, que para tocar um projeto grande como o nosso envolvendo XBRL é uma coisa bem complicada. Outra questão, a dificuldade – também já falei – é dos entes, dos fornecedores de informação. Eles vão ter também todo esse trabalho da aculturação, da tecnologia no momento que eles quiserem realmente mandar já em XBRL. Por isso, que a gente abriu essa outra possibilidade de a gente fazer a conversão aqui dentro, mas, eventualmente, quem quiser já usar também o XBRL do lado de lá, do lado do fornecedor, essa coisa de como utilizar é um pouco íngreme. E também o risco que nós corremos de implementar alguma coisa que, por desconhecimento, alguma coisa que no fim não foi o melhor caminho. Por isso, que nós contratamos essa consultoria externa porque nós temos muito receio de ter esse risco de a gente seguir um caminho que não fosse o melhor. Outra coisa: só lembrando, aqui também, o custo é um pouco elevado, principalmente, em relação a treinamentos; ferramentas, talvez, nem tanto, mas treinamento, consultorias acabam como uma desvantagem, acabam elevando o custo do projeto.

Se existem tantas vantagens, por que o Brasil, ele ainda está carecendo dessas consultorias, dessa difusão mesmo, dessa tecnologia? De enxergarem isso como uma oportunidade profissional mesmo. Em sua opinião, o que será que impede as empresas a começarem a se interessar mais, os fornecedores de tecnologia, na parte educacional mesmo... Você tem alguma opinião sua sobre isso?

Eu acho que, no caso do Brasil, talvez, o pouco tempo para isso. Inclusive, hoje, nós já vemos alguma movimentação de empresas em cima dessa tecnologia, mas quando nós começamos há quatro anos, não tinha ninguém, não tinha um. Eu acho que é uma questão mais de tempo mesmo para a gente começar a fazer. Acho que, na verdade, o Brasil, você precisa de um projeto que fez uma vitrine, sabe? Acho que está faltando isso, tanto na área privada e, principalmente, na pública. Aqui, eu acredito que nós até vamos acabar de vez com essa

vitrine. Talvez, depois que a comunidade veja que sua existência, seu funcionamento, benefícios, a coisa deslanche; só está faltando alguém começar mesmo.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil.

Como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?

Eu participo de um grupo de trabalho, de um comitê técnico do XBRL. Eu tenho a oportunidade de ir a algumas reuniões. Eu vi lá representante da BOVESPA, o próprio professor Riccio, da academia, representantes do Conselho Federal de Contabilidade... Eu acho que esse pessoal está envolvido, começando a se envolver nisto daí, agora, ainda no âmbito privado. Quando você fala de agências governamentais, por exemplo, é muito difícil você ver no governo alguma coisa. A CVM, se não me engano, está começando a pensar em algum projeto nesse sentido. Mas é muito difícil de a gente conseguir trocar experiências do ponto de vista do governo porque o problema é que a contabilidade pública é bem diferente da contabilidade privada. Experiência em contabilidade privada, no nosso caso não agrega tanto, pela diferença de negócio mesmo; não de XBRL talvez, mas do negócio. Então, nesse sentido a gente se sente um pouco sozinho como um agente do governo envolvido nisso.

E as empresas de auditoria? Os processos de auditoria?

Eu desconheço até que alguma mexa com isso. Não tivemos nenhum contato com isso, não.

E as instituições de ensino superior?

No início do nosso projeto, foi de grande ajuda o relacionamento, o contato que nós tivemos com o professor Riccio. Quando nós começamos a fazer o levantamento dessa tecnologia e tudo mais, nós tivemos uma interação bastante grande. Acho que a academia, principalmente, no início do projeto, para a gente entender a tecnologia, entender os benefícios, acho que foi bem interessante a participação dela, um apoio bem interessante.

E os preparadores das demonstrações e os consumidores de demonstração contábeis - as duas pontas da informação, da cadeia informacional. Qual é a diferença deles nesse processo de adoção? O papel de cada um? Quem vai se beneficiar mais - se é que um se beneficia mais que outro: o preparador ou o consumidor da informação?

Acho que, do ponto de vista de resultado, os dois. Agora, no nosso caso, nós somos o alvo central de contabilidade pública. Acho que a gente acabou fazendo um pouco esse papel de preparação, porque a padronização desses demonstrativos e a elaboração disso tudo são feitas por nós mesmo; a gente é que fez esse papel aqui na área de contabilidade. Tem uma coordenação só de contabilidade, que é o órgão central de sistema de contabilidade do governo, e é esse órgão, essa coordenação que determina as normas, determina os padrões, e a participação dela aqui tem sido, claro, fundamental, mas acaba sendo uma coisa de dentro de casa mesmo. Do lado de fora, nós vamos começar a envolver os entes agora nesse projeto. Na verdade, já estamos desenvolvendo há um bom tempo, mas vamos aprimorar durante esse ano de 2013 porque a gente quer planejar a implantação com a participação, com apoio, com pilotos em alguns dos entes da federação. A gente vai ter uma interação maior ao longo deste ano.

Sobre desenvolvedores de tecnologia, eu acho que a gente já falou bastante. Você acha que precisa ser citado alguma coisa a mais sobre essa parte de tecnologia?

A gente está buscando parcerias para desenvolver, para obter ferramentas de desenvolvimento que integrem o nosso sistema também. A gente está naquele problema da escassez, empresas que consigam fazer isso, mas as parcerias que nós estamos fazendo estão sendo fundamentais para isso.

E o Consórcio Internacional XBRL?

No nosso planejamento, quando nós desenvolvermos a taxonomia, nós pretendemos submeter ao XBRL Internacional - o Consórcio - para validação, para uma espécie de auditoria de revisão, porque ainda não chegamos a esse ponto; a gente ainda está em desenvolvimento da taxonomia. Mas faz parte do escopo do projeto a gente, mais à frente, envolvê-los para fazer algum tipo de verificação, validação disso daí, do nosso trabalho.

A participação deles você entende como sendo crucial nesse processo?

Crucial eu não diria, até porque vai ser no final. É mais uma submissão que nós vamos fazer para a validação. Mas eu acho que é importante para realmente validar, para dar uma chancela, para dar uma validação externa do trabalho que a gente fez.

Uma sinalização que está “ok”?

É. Pois é. Uma coisa que a gente possa também mostrar. E acaba criando uma comunidade. Você mostra lá o que você fez, você acaba... Eu imagino que, mais na frente, a gente vai ser muito consultada por outros interessados nessa tecnologia para ajudar. Acho que vai ser muito nessa questão, para fomentar uma comunidade, ajudar a divulgar isso, aumentar uma comunidade, para trocar experiência, mas lá na frente; não agora.

E em relação às tecnologias concorrentes? Existem tecnologias concorrentes que desviem a atenção ou que ajudem nessa implementação?

Acho que tecnologia concorrente à XBRL, no nosso caso, aqui, a gente considerou durante muito tempo o próprio XML mesmo. Mas, como não havia essa padronização para informações contábeis financeiras, a gente acabou optando pelo XBRL. Então, não vejo a gente fazendo uso, ou enfim, de nada diferente, não. Até o próprio XBRL é uma evolução do XML; acaba que a gente vai utilizar um pouco isso daí. Inclusive isso vai ser interessante porque vai facilitar o desenvolvimento aqui na parte de software, porque a tecnologia XML é bem mais difundida.

Ou seja, utilizar a bagagem da experiência toda nesse processo?

É. Experiência dos desenvolvedores em XML, com certeza, vai ajudar muito para desenvolver o sistema com XBRL mais nesse sentido, como sendo uma evolução da XML e acaba aproveitando essa experiência que eles têm.

E as IFRS?

Talvez, eu até não seja a pessoa mais indicada para falar sobre isso – que eu sou de TI – mas, até onde entendo, nós estamos, inclusive, em conta desse projeto, nós vamos agregar ao XBRL no novo plano de Contas da União, que será implantado a partir do ano que vem.

São as IPSAS, não é?

Pois é. Se não me engano esse novo plano de contas está aderente a essas normas; então, acaba “pegando” por tabela.

Isso facilita no processo da implementação do XBRL? Essa padronização internacional?

Olhe, eu vou dizer: do ponto de vista de TI, para mim, é indiferente. O que facilitou para a gente, na verdade, foi a padronização do plano de contas, porque a gente tem um plano de contas comum. Na verdade, nós vamos ter um plano de contas comum e uma linguagem de

troca de informações comum, que é o XBRL. Então, isso para a comunicação com os entes do Brasil inteiro isso vai facilitar bastante. Agora, se isso está ou não aderente às normas internacionais de contabilidade também do ponto de vista de TI, poderia até dizer que é indiferente.

E tem alguma outra instituição que não estava dentro dessas que a gente discutiu, que você acha importante ser citada como um papel essencial?

Na verdade, nós criamos um grupo que envolve os entes da federação. Não é, propriamente, um desses nove grupos aqui. Mas nós criamos uma comunidade – vamos chamar assim – que é aquilo que eu estava te falando: que se reúne a cada seis meses para ter uma conversa dessa, e neste grupo, você tem participação de representante de confederação de municípios, de tribunais de contas... Então, para a nossa realidade específica do nosso projeto, confederação de municípios, tribunais de contas... Nós fomos, inclusive, para São Paulo, visitar uma experiência que o Tribunal de Contas de São Paulo teve com o XML, mas que é uma solução parecida com a nossa; só que com XML. Então, nós temos esse relacionamento, essa interação com outros órgãos de governo tanto isoladamente como dentro desse grupo que a gente tem, que chama [*nome dos grupos de trabalho da agência governamental*] que é um grupo de trabalho governamental, dois grupos de trabalhos governamentais que mexem que se envolvem com esse projeto.

E são essas reuniões, ou vocês têm algum acervo, ou algum material que circula entre vocês?

As apresentações, isso tudo está na internet.

Além de tudo que a gente comentou, se você julgar que tem alguma coisa, alguma última consideração sobre perspectiva, oportunidade, risco ou ameaça, no geral, que a gente pode não ter abraçado nessa entrevista. Você teria alguma coisa para dizer sobre o XBRL no Brasil?

Eu só acho que... Na minha impressão pessoal, acredito que daqui a alguns anos – não muito – mas daqui alguns anos vai ser bem mais fácil fazer trabalho com XBRL. Acho que o problema hoje são os pioneiros, que é o nosso caso, no plano de governo. Mas é o que eu digo. A minha esperança é que o mercado, mercado de software, mercado de consultoria, acho que os próximos que virão daqui para frente vão dar um caminho bem mais fácil do que

nós tivemos como pioneiros. Acho que falta no Brasil ainda essa consolidação da cultura de XBRL, até porque acho que falta um projeto pioneiro, uma vitrine. A partir do momento em que tivermos isso acho que o XBRL começa a...

Quebra um paradigma e abre uma fronteira nova.

Exato.

Sr. Luiz Carlos de Souza

Atuação profissional: Contabilista e conselheiro do CFC

Data: 01/03/2013

Duração: 55 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica. De maneira breve, os pontos que você achar relevante.

A minha formação acadêmica praticamente são duas: eu sou formado em Ciências Contábeis e também sou formado em Direito. Eu tenho especialização em Administração Financeira, Política e Estratégica também. E também tenho Mestrado em Contabilidade, que eu fiz na PUC, cuja defesa foi no ano de 2000. Esse é o lado acadêmico. E quanto ao lado profissional, eu atuo como contabilista há mais de 25 anos no mercado, nas contabilidades de maneira geral: a gerencial, a contabilidade societária, a tributária. Também trabalho como consultor econômico-financeiro e viabilidade de negócios. Já atuei com meu trabalho no Brasil todo. E agora, recentemente, depois de passar pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, como conselheiro, eu fui indicado para compor uma chapa no Conselho Federal, onde agora já estamos completando este ano, completo o quarto ano em que eu estou como conselheiro lá no CFC. Lá no CFC, eu atuo como coordenador adjunto na Câmara Técnica, e, dentre os projetos que têm lá, eu, justamente, participo desse projeto, do subcomitê técnico do XBRL. Tem dois comitês: tem o subcomitê técnico e tem o estratégico também.

E hoje, essa ponderação entre a parte de ser contabilista e ser conselheiro do CFC, qual seria a sua dedicação? Você diria: “Sou mais conselheiro hoje do CFC, ou sou mais contabilista?”

Não, eu sou mais contabilista do que conselheiro. Isso não quer dizer que a gente não tenha lá tarefas para fazer, trabalhos, etc. Todo mês, ou sempre que possível, a gente tem que participar de trabalhos, de comissões. Mas, a maior parte do meu tempo é dedicada exatamente ao meu lado profissional, até porque eu também sou professor, de dedicação exclusiva, na Universidade Federal do Paraná, tanto nos cursos de graduação como na pós-graduação; então, tenho uma carga horária bem cheia.

Como e quando foi a primeira vez que teve contato com o XBRL?

Olha, o contato que eu tive foi tão logo que eu ingressei no Conselho Federal de Contabilidade, que foi exatamente no ano de 2010. Naquele momento, o nosso presidente, que é o Juarez Domingues Carneiro, ele, automaticamente, tinha constituído, naquela época, uma comissão para se iniciar tudo isso. E eu já participei dessa comissão naquele momento, muito embora, até onde eu saiba, isso já tinha sido iniciado na gestão da presidência anterior, que era a Maria Clara Bugarim. Até onde eu sei, no período que eu entrei, foi dada uma continuidade. Mas eu diria que nesse período que eu, realmente, entrei foi dada uma continuidade até mais incisiva. E para as reuniões que foram tendo, o próprio presidente Juarez, em decorrência da assimilação do trabalho e até para que caminhasse de uma maneira mais sólida, foi, exatamente, nesse início que ele constituiu os dois tipos de comissões. Uma, que seria inerente exatamente às discussões da taxonomia, e a outra, que seria mais no lado estratégico para decisões, até como compra de equipamentos, alocação de recursos e verificar onde que fica estabelecida a jurisdição da taxonomia. Então, houve essa separação. Mas a minha participação mesmo começou em março/abril de 2010, no primeiro semestre de 2010.

Qual sua relação atual com o XBRL? Ela é ativa ou esporádica?

Não, ela é ativa. Primeiro passo de tudo: esse grupo de trabalho, que é subcomitê técnico, cujo coordenador é o professor Riccio, ele é composto dos membros representativos das empresas ou empresas de grande porte, as S.A.'s. Esse grupo de trabalho, além de ter professores envolvidos, também tem pessoas extremamente competentes na área de Tecnologia da Informação e pessoas da CVM, da Bovespa, do Grupo Gerdau, pessoas também representantes de bancos. E o que acontece? Eu, aí nesse grupo, atuo praticamente junto com o professor Riccio, especificamente, até contribuindo bastante com ele, até fazendo um intercâmbio entre ele e o próprio Conselho Federal de Contabilidade. A minha parte de contribuição, ela se coaduna muito mais, exatamente, com a legislação contábil, com o lado contábil, e não com a tecnologia da informação. Esse é o meu papel lá. Por quê? Porque pelo fato de eu ser o coordenador adjunto da Câmara Técnica, isso dá uma tranquilidade para que a gente possa discutir os assuntos que envolvam esse lado técnico da contabilidade, das ciências contábeis como um todo.

Porque lá, na nossa Câmara Técnica, a gente acompanha tudo o que acontece com os pronunciamentos do CPC, que são transformados em leis pelo próprio Conselho Federal; e, além disso, a gente também sempre fazendo o lado da pericia, da auditoria e por aí vai. Então,

nesse sentido, eu sempre tenho um pouquinho de conhecimento, que ajuda a contribuir nesses propósitos do XBRL junto com o grupo de trabalho, é obvio.

E de 2010, primeiro semestre de 2010, quando o senhor teve o contato pela primeira vez de atividades com o XBRL? E vamos dizer que até alguns meses atrás, essas atividades se intensificaram...

Ah, tranquilamente! Por que sabe o que acontece? Você sabe, perfeitamente, que, na realidade, para fazer com que isso chegue ao mercado, tem que haver um consenso naquele grupo de trabalho. De repente, você tem uma entidade que, digamos lá, pelo fato de ter uma conta que está em cima ou que está embaixo; outra entidade que tem uma classificação, onde não atue os interesses dela; outra, também, que numa reclassificação contábil, e daqui a pouco acha que devia ser de outro jeito, dentro dessas divergências que ocorrem em diversos segmentos, a gente acaba, efetivamente, chegando a um consenso, a uma convergência dessas opiniões, para poder fazer, exatamente, com que chegue à taxonomia, não em um ponto perfeito, mas em um ponto que seja o adequado para que seja colocado no mercado. Aliás, a gente até tem a consciência que a gente tem que dar o máximo possível de contribuição, para que a hora em que a taxonomia entre em vigência, ela já contemple a maioria das situações. Mas a gente tem certeza absoluta de que à medida que o tempo vai avançando, novas inserções, efetivamente, deverão acontecer.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

Olha, na realidade, o XBRL é exatamente uma taxonomia que tem como objetivo facilitar a linguagem das leituras dos demonstrativos contábeis para qualquer tipo de investidor, para pessoas leigas, assim como profissionais também. E acima de tudo, no meu modo de ver, além de conceituar, não só eu, mas como todo grupo acredita, ela terá uma grande utilidade no futuro, porque muitos segmentos da sociedade poderão utilizar essa taxonomia para efeitos de gerenciamento de tomada de decisão.

E outro detalhe importantíssimo é que cada pessoa usando dessa taxonomia, e de acordo com cada um de seus países, automaticamente, facilita para você ler ou fazer uma leitura, uma interpretação de balanço de qualquer parte dos países do grupo que compõem IFRS. Então, um balanço que, de repente, seja produzido na China ou em qualquer outro lugar, desde que

adequado à taxonomia, você pode ter, automaticamente, a leitura dele na língua portuguesa e vice-versa. Aquilo que for produzido no Brasil poderá ser lido em outras partes do planeta. Essa taxonomia, que tem esse objetivo facilitador da interpretação das demonstrações contábeis, ela vai ter uma flexibilidade, muito embora ela esteja atrelada às condições de cada país, mas ela vai ter uma flexibilidade maior do que algumas que são determinadas ou exigidas dentro de um processo fiscal. E outro detalhe: na medida em que o tempo também avance, ela também vai contribuir nesse lado gerencial, etc., porque ela não vai ficar restrita só às grandes corporações; ela poderá, efetivamente, ser utilizada pelas pequenas e médias empresas também. Em um primeiro momento, dentro daquilo que a gente até já havia conversado, hoje, nós estamos. O grupo ficou muito mais focado na parte industrial e na parte de comércio, e mais à frente, outros ramos de negócios serão contemplados também.

Por que adotar o XBRL?

Adotar o XBRL, justamente, por essa flexibilidade e essa facilidade para a leitura dos relatórios contábeis e financeiros. Simplesmente, por causa disso. Porque volto a dizer: mesmo que você, de repente, tenha a contabilidade nos padrões, o IFRS, em muitas situações, você vai ter ainda procedimentos e fatos contábeis engessados - coisa que, na realidade, não aconteceria na linguagem do XBRL. Muito mais solta, muito mais flexível.

Como efetivar a implementação do XBRL?

A implementação, eu diria para você, que ela já tem um procedimento. Já é uma situação um pouco mais complicada porque alguém tem que assumir a jurisdição do XBRL, dessa parte da taxonomia aqui no Brasil, e se isso, na realidade, não for possível, não tem como se implementar. Alguma instituição ou algum órgão vai ter que decidir quem será realmente o responsável pela jurisdição aqui no país. Essa é uma situação que o comitê estratégico, compete a ele discutir esse parâmetro da jurisdição. Não ficou do nosso alcance. A jurisdição não compete às decisões do nosso subcomitê técnico. O nosso foco, a atividade principal é fazer com que a taxonomia esteja funcionando. Esse é o nosso objetivo. Então, você vai conseguir uma melhor definição, uma melhor resposta sobre essa implementação pelo pessoal do comitê estratégico. Mas eu já posso dizer que não é uma situação assim tão fácil para ser decidida porque tem que atender a parâmetros e exigências do XBRL Internacional. Tem que ter situações de parcerias, de responsabilidades, de direitos, obrigações. É uma situação um pouco mais complicada, e é por isso que vai ficar a cargo do subcomitê estratégico.

Quais seriam as desvantagens ou riscos associados com o XBRL?

Olha, no meu modo de ver, a vantagem que eu vejo é que nós teríamos, dentro das propostas, uma Central de Balanços cujas informações oriundas dessas demonstrações contábeis das empresas que participam desse programa vão dar subsídios para análise, não só no mundo profissional, mas, acima de tudo, no mundo acadêmico. Hoje, o Brasil é muito carente em muitas situações do lado da pesquisa, e você, tendo uma Central de Balanços, realmente a gente vai conseguir ter informações até melhores do que, de repente, a gente possa encontrar por aí, muito embora, a gente saiba que, com relação a grandes corporações, já exista bastante pesquisa que você pode fazer, inclusive Bovespa, CVM. Mas a proposta não fica só nas grandes empresas; vai também para as pequenas e médias empresas. Então, eu penso que uma Central de Balanços em muito contribuía em todos os sentidos para o Brasil. Muito bem! Aí, qual seria o risco e a desvantagem? No meu modo de ver, você precisa ter toda uma logística para poder fazer com que isso funcione. Dentre a logística, você vai ter que ter exatamente um local para jurisdição; você vai ter que ter um *bureau* de processamento de dados com total segurança; vai ter que ter, efetivamente, funcionários para fazer as alterações que sejam necessárias. Esse é o lado onde eu vejo o risco. Mas eu penso que os benefícios são maiores que os riscos, e até que vale a pena investir nessa situação.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil.**Como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?**

Com relação às agências governamentais - muito embora a contabilidade seja a contabilidade do setor público -, ela tem um dos maiores interesses. Aliás, do que até tenho de conhecimento, assim como os meus colegas, o setor público, por incrível que pareça, está saindo até na frente. Eles estão atrás de uma taxonomia no setor público, porque, por intermédio dessa taxonomia, vão ter muito mais informações e acompanhamento do que acontece em todos os órgãos públicos no Brasil, inclusive nas prefeituras. Então, até onde eu sei, o setor público está até mais avançado do que nós. Eles também estão vendo com bons olhos.

E as Bolsas de Valores?

As Bolsas de Valores também, porque no meu modo de ver, muito embora na hora em que nós fizemos a taxonomia, a gente tivesse visto várias situações... Por exemplo, nós vimos situações do próprio IFRS no Brasil. Fizemos os comparativos daquilo que é proporcionado pelas normas brasileiras de contabilidade, originadas dos CPCs, e, também, colocamos nessas análises o que também existe de XBRL. Já, em outros países, então, o que acontece é o seguinte: entre essas linguagens, existem divergências ou diferenças, em alguns momentos, até significativas. Eu acredito que, com certeza, as empresas que tenham mais acesso à taxonomia poderão, efetivamente, acompanhar melhor os resultados. Muitas delas relutam, às vezes, até em aceitar essa taxonomia porque, no pensamento deles, é mais uma exigência que estão passando para nós; é mais uma incumbência que estão passando para nós; que, de repente, olham pelo lado até do custo. Mas, com certeza, eu penso que os órgãos reguladores da CVM só vão ter benefícios com essa nova taxonomia e um dia, no futuro, por meio de comparações, etc., possam, realmente, ver com melhores olhos, ou até com olhos críticos essas situações.

E os Conselhos Profissionais, no caso, o CFC?

Olha, o CFC, na realidade, é o órgão máximo da contabilidade brasileira, e ele tem o maior dos interesses sobre tudo aquilo que envolve a contabilidade, para que, efetivamente, as coisas aconteçam e venham contribuir não só perante a classe contábil, mas para com o país e também com a economia brasileira. Então, tudo aquilo que a gente veja com bons olhos nós estamos dispostos sempre a colaborar.

E as empresas de auditoria?

Eu diria para você que as empresas de auditoria, elas, efetivamente, deverão exercer, de repente, o papel delas mais atrelado às exigências contábeis da própria lei das sociedades anônimas, com seus CPCs e normas brasileiras etc., de tal maneira que, para eles, se tiverem que usar algumas dessas informações, eu penso que seria só para conhecimento gerencial, porque eles já têm um procedimento focado para fazer as auditorias, acima de tudo visando à lei sempre à lei. O caso do XBRL, ele automaticamente, não seria uma coisa positiva para se fazer, a não ser que um dia, no futuro, alguém acabe transformando isso em lei. Então, em um primeiro momento, a auditoria não seria perturbada e também não adotaria procedimentos dessa taxonomia porque elas têm que atender outras situações das leis da sociedade anônima.

E as instituições de ensino superior?

Para as instituições de ensino superior seria uma coisa extraordinária, sensacional porque dentro da novidade contábil, dos procedimentos contábeis usados hoje no mundo, eles precisam ser analisados, aprendidos, revistos, e o lado acadêmico é o lugar próprio para fazer tudo isso. Além do que, os alunos teriam mais uma ferramenta de trabalho, de pesquisas para aprimorar seus conhecimentos. Eu vejo com olhos excelentes para as instituições de ensino.

E os preparadores de demonstrações contábeis?

Eu diria para você que diante daquilo que eu já andei até observando, hoje, se você pegar o BRGAAP, as IFRS, se você pegar a própria taxonomia, ainda existe divergências. Esses preparadores das demonstrações contábeis, com certeza, com a entrada dessa taxonomia XBRL, eu diria que, efetivamente, fazer dentro dessa taxonomia. Portanto, ela teria diferenças com o que tem no mundo, hoje, das normas brasileiras de contabilidade. Ele teria que fazer uma reclassificação, uma readaptação. Muito embora a gente tenha feito o máximo possível para que não tivessem essas divergências, mas vai ter. Ele vai ter que fazer algumas adequações.

Então, podemos afirmar que para os preparadores seria mais uma tarefa de readequação do que um benefício pra eles mesmos?

Olha, eu diria as duas coisas. Eu diria que, de repente, até pode surgir uma possibilidade até de especialização para esse lado da taxonomia. No meu modo de ver, até pode existir, exatamente, uma nova função, uma nova tarefa, novo cargo voltado para essa reclassificação. Mas, por outro lado, ele não dispersaria os benefícios, que seriam decorrentes dessa reclassificação.

E os analistas e consumidores dessas demonstrações?

No meu modo de ver, eles deverão ter muito mais informações nessa taxonomia. Veja bem: no meu modo de ver, no meu pensamento. Eu não estou respondendo pelo Conselho Federal; estou respondendo por mim. No meu modo de ver, eles teriam mais subsídios, muito mais informações com a taxonomia XBRL.

Então, podemos dizer que, em um primeiro momento, se beneficiaram muito mais os analistas e consumidores das demonstrações do que os próprios preparadores das demonstrações?

Sim. Eu penso que sim, com certeza absoluta.

E os desenvolvedores das tecnologias?

Olha, até onde eu sei, hoje, ainda no Brasil, eles estão numa situação que ainda estão “engatinhando”. Mas o próprio pessoal hoje do Brasil, eles têm já acesso às empresas de tecnologia da informação lá de fora. Eles conseguem, de repente, puxar a linguagem, *software*, etc. para fazer isso. Então, em um primeiro momento, eu vejo que a gente vai ter que adotar esses procedimentos, mas, no momento seguinte, eu vou dizer que vai realmente ampliar o campo da tecnologia da informação dessa situação brasileira. Inclusive, já tem uma ou algumas empresas no Brasil que já estão fazendo isso; estão saindo na frente para fazer isso. Andaram apresentando um trabalho dessa ordem no Congresso Brasileiro de Contabilidade. Agora, não lembro se eles fizeram palestra ou conversaram com o professor Riccio. É uma empresa brasileira; não sei se precisar qual é o nome; mas já estão fazendo. Então, eu vejo também que haverá uma ampliação, um novo campo de trabalho para o pessoal da TI.

Que hoje em dia ainda é tímido.

Eu considero tímido. No meu modo de ver, numa fase embrionária.

E o Consórcio Internacional?

Eu penso que o que devera acontecer são essas parcerias, essas trocas de informações. É nesse sentido que pode ser contribuído, ou pode ser até que a gente assuma definitivamente, tenha *know-how*, tecnologia para “andar com as próprias pernas” depois.

E as tecnologias concorrentes? Existem?

Eu não diria que seriam concorrentes; eu diria que existem tecnologias que tratam de objetivos diferentes. Entendeu? Eu penso que uma empresa que tenha uma taxonomia XBRL e outra tenha uma taxonomia diferente, eu não vejo como concorrência; eu vejo como uma complementação.

E o papel das IFRS?

Veja o que acontece: o primeiro passo de tudo, os papéis hoje do IFRS, ou seja, a origem do IFRS lá em Londres, do IASB, automaticamente, acaba vindo para o Brasil, onde existem os comitês, o CPC, que acabam fazendo aqui os pronunciamentos, observando as características e situações brasileiras. Então, o que ocorre? Em decorrência disso, as normas brasileiras de contabilidade estão contempladas na Lei das Sociedades Anônimas, que é a Lei 6404, de 1976,

com as devidas alterações. Então, o que ocorre? Eu ainda vejo, em muitas situações, o IFRS, automaticamente, atendendo dispositivos legais, ao passo que na taxonomia XBRL não há necessidade de atender os dispositivos legais. Entende? Ela, automaticamente, segue, digamos assim, todos os fatos que acontecem com as empresas, os balanços, etc. Mas ela não é engessada; ela pode ser reclassificada ou reintroduzida para dar uma visão gerencial até diferente daquela determinada pela lei. Entende?

Então, no meu modo de ver, muito embora as duas, hoje, tanto as normas brasileiras, que são derivadas dos IFRS e CPCs, comparadas com a taxonomia XBRL, eu ainda vejo que a taxonomia XBRL ainda é mais solta, é mais flexível do que as normas brasileiras de contabilidade.

Tem alguma outra instituição que não citei que seria importante comentar nesse processo?

Não. Eu penso que, de uma maneira geral, hoje, as grandes corporações, as sociedades anônimas de capital aberto, as empresas de grande porte, aquelas definidas por lei, automaticamente, prestam já um número muito grande de informações que tenham a sua utilidade para a tomada de decisão. Mas eu volto a dizer: eu acho que tem um grupo de empresas dos diversos ramos que você possa imaginar que poderão utilizar a taxonomia XBRL. São exatamente as empresas de pequeno porte, pequeno e médio porte; mais a de médio porte. E a partir do momento que isso se inicie, por exemplo, com as empresas industriais, as comerciais, daqui a pouco entram prestadoras de serviços, etc. Desde que isso acabe sendo um bom produto, um bom atrativo, eu diria para você que todas as legislações que existem ficarão com os olhos em cima disso para ver exatamente o que tem de bom. Eu penso que, com o passar do tempo, com certeza, as coisas vão sempre caminhando para uma situação melhor. E hoje, se nós até olharmos as próprias normas brasileiras de contabilidade em um contexto moderno, elas efetivamente, atendem muito mais as necessidades dos seus sócios, investidores, acionistas porque estão exatamente voltadas muito mais para o gerenciamento do que para aquele lado fiscal, que a gente sempre tem obrigação de estar cumprindo, até porque o lado fiscal também já tem as suas normas, a sua legislação visando também atender os interesses deles, que é o lado tributário, o lado da arrecadação. Então, eu penso que a partir do aumento - que hoje a nossa contabilidade mesmo nos padrões internacionais já está muito mais gerencial que no passado -, a partir do momento que ela comece a ter contato com o XBRL, com certeza, vão sair boas coisas no futuro. Com certeza. Em todos os sentidos: quer seja para os acionistas, para os sócios, para os operadores da

contabilidade, para o mercado, para o mundo acadêmico... Eu vejo com bons olhos para frente.

Então, é um cenário otimista, no seu ponto de vista?

Eu vejo, eu, pelo menos, penso desse jeito. Estou pensando por mim. Aliás, até, diga-se de passagem, não esqueça sempre de você colocar essas considerações. Essas coisas todas você sempre considera “a minha opinião”, é “a minha opinião”.

E a adoção no Brasil, ela deveria ocorrer de forma obrigatória ou voluntária?

Eu penso que ela tenha que ocorrer de forma voluntária. No meu modo de ver, acho que ela tem que ser de forma voluntária, até para que ela seja colocada, seja analisada. Isso também é uma taxonomia que ainda tem que ser, uma vez implementada no país, disseminada em todos os estados, etc. Então, ainda vai ter que ter um tempo de amadurecimento. Por isso que eu vejo que tem que ser, no meu modo de ver, de uma forma voluntária. Agora, com certeza, as grandes corporações devem olhar com bastante carinho essa situação. Se eles mesmos chegarem à conclusão de que é um excelente produto. Acho até que eles devam encapar essa ideia e fazer que as coisas aconteçam.

Não sei se o senhor gostaria de falar mais algum ponto que não foi...

Não. No meu modo de ver, eu acho que todas as inovações causam algum impacto. Mas a partir do momento em que isso venha sendo assimilado, esclarecido, que tenha utilidade para um país, para as empresas, para os investidores, eu acho que, realmente, tem que caminhar para sua implementação. Até porque, hoje, muito embora isso seja uma coisa embrionária aqui no Brasil, mas nós já temos muitos países que estão fazendo isso; os países fortes, os países de primeiro mundo. Então, se isso já acontece com eles lá e trazem bons resultados, a gente acredita que aqui também deva acontecer isso.

Sr. Manfredo Krieck

Atuação profissional: Consultor

Data: 16/01/2013

Duração: 50 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica. De maneira breve, os pontos que você achar relevante.

Neste momento, eu sou empresário de uma empresa de consultoria voltada para a área de treinamento e educação continuada junto ao CRC, uma empresa capacitadora para efeito de educação continuada junto ao Conselho Regional de Contabilidade, ao Conselho Federal de Contabilidade. Eu atuo predominantemente na área de treinamento, logicamente voltado para a área contábil, de auditoria e tributária. Fui fundador de uma empresa de auditoria chamada Actus Auditores Independentes Sociedade Civil (Sociedade Simples, atualmente) fundada em 1984, a qual eu presidi durante longo período. Deixei a presidência, saí da empresa em dezembro de 2011, na área de auditoria e fiquei, digamos, independente.

Eu sou graduado em Administração, Economia e Ciências Contábeis, pós-graduado em Auditoria e Contabilidade. Eu fiz o meu Mestrado na área de Administração voltada ao Empreendedorismo em Pequenos Negócios.

Como e quando, o senhor obteve contato coma linguagem XBRL?

Bom, verdadeiramente, como é uma coisa bastante nova, embora tivesse lido alguma coisa muito rapidamente, eu tomei um contato mais próximo quando fui convidado pelo Conselho Federal de Contabilidade para participar como membro do Comitê do XBRL, representando o Conselho Federal de Contabilidade. Foi ali que eu me envolvi um pouco mais com esse assunto, porque até então eu não tinha me dado conta da sua importância e do desenvolvimento desse assunto.

E qual sua relação atual com o XBRL?

Restringe-se exatamente no estudo, no acompanhamento, na participação, nos debates junto à comissão que trabalha, junto com o Riccio e todo esse pessoal, que se reúnem a cada dois meses em São Paulo. Faço parte dessa comissão e por intermédio desse caminho, eu estou me envolvendo e tomando consciência da importância do que é esse assunto. Eu não tenho hoje empresa que esteja na iminência de ter que fazer. Também nunca tive a oportunidade de ter

que fornecer informações baseadas nisso, por exemplo, para algum mercado onde isso tivesse sido feito.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

A partir do momento em que você estuda, você começa a tomar consciência do que seja isso. Verdadeiramente, o que eu descobri é que é uma linguagem “em máquina”, digamos assim, baseada em uma linguagem já existente, que é o XML, que a gente já tem mais relação com ele em função das informações que tem que ser produzidas para o Fisco, utilizada para preparar, analisar, comunicar informações, logicamente voltada à área financeira, contábil, digamos assim, das diversas entidades. Eu entendo que não seja para um bloco de identidades. Todas elas, em princípio, terão oportunidade de se servirem dessa linguagem para poderem comunicar seus dados financeiros. Não tem nenhuma identidade que não disponha de dados contábeis; então, é algo que deve se tornar bastante útil em uma linguagem digital, digamos assim, para os negócios. Em minha opinião, é uma forma de digitalização dessas informações dessa linguagem para o mundo dos negócios. Ela oferece aos usuários um método baseado em padrões para preparar essas demonstrações dentro de determinados formatos que padronizam essas informações. Logicamente, com essa evolução da tecnologia da informação hoje via internet, é um caminho rápido para poder acessar informações financeiras das entidades. Em suma, uma nova linguagem corporativa.

Por que adotar o XBRL?

Por que adotar? Eu acho que, em minha opinião, é uma coisa um pouco desgastada, mas está exatamente em decorrência dessa globalização ainda crescente da economia, dessa rapidez com que as coisas precisam estar disponíveis. O próprio crescimento da tecnologia da informação, a necessidade de oportunizar a cada instante a informação para estar disponível e atualizada, essas coisas todas... Então, uma coisa útil... a informação ser útil se ela tem rapidez e oportunidade. Então, eu acho que essa é uma ferramenta que pode ser utilizada, digamos, de maneira permanente, as informações de que os usuários precisam. Por que adotar? Porque eu acho que ela beneficia os executivos financeiros, os produtores de informações que, em um primeiro momento, talvez seja um pouco mais caro produzir informações, mas depois ela deve reduzir os custos. Os próprios usuários – analistas, investidores, instituições que se

servem disso – por que adotar? Eu acho que é uma fonte permanente de informação e uma maneira padronizada, uma forma transparente e segura. Isso que eu acho que deva ser adotado.

Como efetivar a implementação do XBRL?

Eu penso que não dá para ser de uma forma imediata em função dessa heterogeneidade de instituições. Eu diria que, de forma gradativa, primeiro serão atingidas as identidades de maior porte, que estão ligadas à área de mercado de capitais especialmente, junto a alguns órgãos reguladores - Banco Central, CVM, que venham, então, de forma gradativa exigir isso. Eu entendo que o mercado de capitais possa fazer de forma gradativa. Em segundo lugar, pode ser pelo porte das entidades; em terceiro lugar, pelos segmentos que eu coloquei. Naturalmente, essa é a forma de implementação. Eu vejo que ela só ocorre de uma maneira mais massiva ou mais abrangente a partir de que isso se torne uma obrigatoriedade, a espontaneidade, que acho que, infelizmente, nosso país está pouco... “Queres adotar ou não?” “É uma novidade; e vai deixando, vai deixando”... Há que ter alguma regra que gradativamente conduza as empresas de certo porte. Espontaneamente, a gente tem visto que as pessoas têm reagido pouco a isso aí. Como efetivar? Por intermédio de uma divulgação massiva dessa ferramenta, mostrando a utilidade, mostrando os benefícios, que é uma forma de implementar isso. Capacitar produtores dessa informação, capacitar os usuários que vão usar essas informações por intermédio do XBRL. Talvez, para que isso aconteça mais fortemente, haja até um incentivo tributário ou financeiro para quem adote isso porque pode ter inter-relação com o Fisco para beneficiar que, de fato, vai para esse caminho. Talvez, implementar isso em fases para garantir uma aceitação e assimilação, porque se fizer tudo de imediato, vão nos faltar recursos materiais e humanos para poder implementar. Então, eu acho que a implementação tem que ser de forma gradativa para sentir, a cada instante, o que as pessoas querem. À medida que as pessoas experimentam as coisas boas, elas vão começando a divulgar, e a adesão começa a ser uma pouco mais espontânea

O senhor concorda com o nível de divulgação, hoje, do XBRL no Brasil?

Eu entendo que ela está sendo divulgada. Mas, por estarmos nessa fase, fundamentalmente na constituição, digamos assim, não temos ainda uma instituição tão clara de quem será esse depositário, da estrutura final, no meu modo de entender, ela não está ainda totalmente definida. Então, eu acho que quanto tudo isso tiver um reconhecimento como entidade aqui, ela vai começar a ter muito mais efeito. Mas eu acredito que em termos de informação, se você hoje olhar, você vê poucas publicações de contabilidade que já não façam a menção. Já

está começando a aparecer em congressos. Ainda não vi em cursos de forma massiva porque realmente ainda não tem público-alvo para vender isso como curso ou palestra até estou atento a isso para de repente poder fazer por intermédio da empresa aqui; talvez, alguma divulgação, não é, Maurício? Quem sabe em um determinado momento, quando você fizer esse trabalho, quem sabe você pode vir para cá para nos visitar. Eu penso que a divulgação está ocorrendo sim, mas ela está exatamente em um ritmo em que as coisas vão andando. Nós também estamos ainda formalizando algumas coisas, ainda estão terminando a taxonomia e as divulgações estão ocorrendo paralelas a isso. Para quem já tem que cumprir isso em nível internacional, isso já não é nenhuma novidade. O que a gente vê é que tem muita gente estudando, não é? Na hora em que você começa a ver... até então, a gente não via nada. Se você quisesse passar no Google, você não sairia mais do Google só olhando o XBRL.

Quais seriam as desvantagens ou riscos associados com o XBRL?

No momento, o que eu vejo como desvantagem, seria o custo inicial elevado de implantação, falta de profissionais, o próprio custo, o medo das pessoas em relação ao desconhecido, a falta de uma cultura para a absorção dessa tecnologia, usado por um grupo muito restrito, “Isso aqui não é para mim”... Isso são as desvantagens. Ela começa muito tímida porque eu não consigo de forma massiva exigir isso de um grupo maior. Como vantagem, a gente encontra várias coisas: a padronização das informações por meio de uma taxonomia, um intercâmbio de informações para diferentes usuários ou entidades, reduz a necessidade de converter arquivos (penso eu), a transparência... Muitas alterações. Parece-me ser uma linguagem segura. Penso também que outra vantagem é a redução gradual dos custos para produzir essas informações no tempo. Em um primeiro momento é uma desvantagem pelo custo alto, mas, com o tempo, ele se reduz de novo, e depois ele ganha porque a produção da informação é ampla.

Podendo até ter um retorno do investimento, não é?

Com certeza. Ela simplifica o acesso às informações por parte dos diversos usuários. Procura transmitir e essas informações uma credibilidade.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil.

Como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?

Eu entendo o seguinte: eu acho que nem dá para juntar tudo. Agências governamentais: elas têm um sentido regulador. Eu acredito que elas sejam as grandes interessadas de uniformizar as informações para poder ter melhor acompanhamento. Eu acho que é importante haver hoje, por exemplo, o SPED, o XML. Eles vão querer, fatalmente, entrar nisso. Evidentemente, se quisermos ter um governo realmente sério, transparente, o próprio Tesouro poderia se interessar para acompanhar essas prefeituras todas neste país afora. Essas coisas seriam muito importantes de se acompanhar as demonstrações desse povo todo. As agências governamentais deveriam ser as grandes interessadas e começarem até, de repente, para essa área pública porque é uma questão de legislação; impõe isso como legislação em uma linguagem para esse país inteiro tornar transparente. Os órgãos reguladores, da mesma forma, tem uma gestão eficaz dos seus filiados. E para os conselhos profissionais, por exemplo, o Conselho Federal de Contabilidade, evidentemente é uma difusão de mais um espaço onde os profissionais podem atuar e tendo a capacidade de poder contribuir para a melhoria da qualidade da informação. Então, todos eles têm um papel muito importante nessa difusão, no sentido de que o que cada um pretende obter como resultado desse trabalho. Não é um incentivador apenas para “aplicar por aplicar”. É para poder também se beneficiar desse processo. Nas empresas de auditoria, da mesma forma; consegue aí uma padronização, e elas, praticamente, hoje, já dispõem de processos bem avançados no sentido de darem agilidade a sua auditoria, por intermédio de uma auditoria analítica de se servir desse processo. Acho que tem interesse e que consegue também dar uma boa alavancagem porque está atuando dentro desse contexto. Porém, elas vêm a reboque das exigências dessas entidades todas, digamos assim porque elas têm que cumprir aquilo que, por ventura, for estabelecido. Elas se servem desse contexto porque se as entidades não usarem, de repente, vai começar um descompasso, um desperdício; tem que ser muito mais em sinergia.

E as instituições de ensino superior?

As instituições de ensino superior: eu penso que nós estamos aí em um período de inovação. Evidentemente, as instituições de ensino estão aí buscando trazer alguma novidade para o próprio ramo da Contabilidade, Gestão de Informação, e estão mostrando um novo caminho dentro dessa modernidade, que é a tecnologia da informação, mostrando realmente do que ela é capaz e como ela pode contribuir. Acho que também é um avanço. Segue, em meu modo de entender, as exigências do mercado. A instituição de ensino precisa viabilizar, preparar

peessoas para garantir a qualidade e a evolução desse próprio processo. O próprio XBRL tenha que, talvez, criar novas versões e avançar isso no tempo.

E os preparadores de demonstrações contábeis?

Para os preparadores das informações contábeis: eu acho que essa exigência compulsória, em um primeiro momento, assusta as pessoas, mas, em um segundo momento, é inevitável; se prepara e produz a informação. Ele consegue ter uma ferramenta que o ajuda a preparar as informações, talvez reduzindo a possibilidade de um erro ou alguma coisa que ele use na integração das informações.

E os analistas e consumidores das informações contábeis?

Os analistas e consumidores das informações: eles terão uma ferramenta “pré-preparada”, tem uma padronização... Acho que facilita para os usuários, de um modo geral. Para os analistas, vai facilitar. Quando tem um padrão estabelecido, começa a produzir mais e a raciocinar sempre de uma forma mais homogênea.

O senhor acredita que os analistas e consumidores vão ter benefícios mais evidentes do que os próprios preparadores?

Certamente, em um primeiro momento, com certeza, sim. O preparador sempre acha que, para ele, é uma obrigação. O preparador das informações contábeis - hoje, o contador -, na relação custo-benefício, ele consegue ver os custos para produzir informação. Como ele, normalmente, não é o próprio usuário da informação, a tendência de ele sempre sobrepor o custo em relação aos benefícios. Quem analisa os benefícios são outras pessoas; ele só tem o custo de produzir. Como preparador, ele mostra que o custo é alto e aquele negócio todo – toda a razão que ele tem para não produzir, enquanto os usuários é que dariam valor à informação, e não o preparador da informação. O preparador de informação tem que preparar a informação útil para o usuário. Mas, por mais útil que ele ache, a atualidade tem que ser sempre atestada por quem usa. O analista tem sempre a tendência de dar valor à informação, que para o preparador tem o seu custo.

E os desenvolvedores de tecnologias?

Evidentemente, como em toda e qualquer situação, vão se aproveitar desse nicho, criar seus *softwares*. Evidentemente, é uma área mais técnica. Garanto que eles também estão atentos porque também ninguém pode ficar alheio; “é um carro que vem”, digamos assim. Então, tem

a sua velocidade. Penso que todas essas pessoas que hoje trabalham com tecnologia da informação voltada para essa área de ERP estão muito atentas para ver como isso afeta seus próprios sistemas. Sabemos que todos os sistemas corporativos, de certa forma, acabam “desaguando” suas informações dentro da contabilidade. A contabilidade é um resumo daquilo que aconteceu dentro das operações. Eu penso que todos esses desenvolvedores vão acabar incorporar os subprodutos, aquilo que leva ou que conduz à informação contábil definitiva, incorporando isso em seus próprios sistemas. Todas as demais demonstrações financeiras internas para o desenvolvimento da informação podem ser produzidas por intermédio de padrões, desde que se estabeleça uma taxonomia para isso.

E o papel do próprio Consórcio Internacional?

Aí, eu não teria como poder te dizer que ele poderia fazer mais. Evidentemente, como organismo internacional, ele tende a querer que isso se consolide para que ele se firme conceitualmente e avance em termos de ofertar outras novidades ao longo do tempo.

E sobre as tecnologias concorrentes?

Certamente, está tirando o sono de pessoas que estão em outras áreas. De repente, aparece mais um “professor Pardal” ali, consegue ver, em relação a isso, mais um avanço. Isso não para, não é? Talvez, seja para essas tecnologias concorrentes mais um desafio para criarem uma coisa ainda mais poderosa.

E as IFRS?

Eu diria o seguinte: nós, aqui, de repente vendemos esse negócio do IFRS. Lá nos Estados Unidos, eles querem o USGAAP. Estamos em um impasse: ou vamos para o USGAAP, ou vamos para a IFRS. Esse é um conflito que de padronização. Nós estamos ainda em um processo de convergência; nós estamos convergindo: uns, com uma velocidade mais rápida, e outros, menos rápida. Alguns que já correram lá na frente já estão de volta: “Poxa! Mas também não resolveu todos os meus problemas!”. Então, isso certamente é um conflito que existe. No início, quando surgiu a IFRS - você também estuda contabilidade, certo? – O que disseram da IFRS? Que nesse país, não tem ninguém preparado, ninguém sabe esse negócio. Venderam aí um bicho! Quando você olha, não tem bicho nenhum. Tem muito “trololó”, muita coisa, muita repetição em cima de coisas que a gente fazia. Não tem profissional, não tem regra, não tem princípio e não tem norma. Esse é o conflito maior que a gente tem de uma taxonomia, digamos assim. Vamos supor: fazer uma taxonomia brasileira, onde se registram

ainda parte das informações contábeis, onde se colocam informações não verdadeiras... Imagina! Não adianta taxonomia nenhuma onde a informação básica não é verdadeira. É questão de cultura. A IFRS, claro, pode ser um caminho natural das coisas, até para criar um patamar, mas não creio que seja o único porque essa padronização. Estamos em um processo de convergência. Aí, vamos para um processo mais avançado, para depois, no final, uma uniformização? É quase uma utopia, não é?

Como é que o senhor enxerga, ou resumindo o que já foi dito e para eu não perguntar novamente algo repetido, qual a perspectiva da adoção e da difusão em termos de oportunidade e riscos. Como o senhor acredita que vai ocorrer esse processo de adoção?

Na verdade, para mim, risco está associado a objetivos. Os objetivos devem estar muito claramente definidos para adoção, principalmente para mostrar que, neste objetivo, o que bom isso tudo produz. Nesse sentido, nós temos que olhar para poder conduzir o processo. Por exemplo, os desenvolvedores de software, de repente, vão ser incentivadores disso porque veem perspectivas. O pessoal da área de treinamento vê como novidade e vai querer vender. Mas eu diria que não deveria ser a venda disso pela novidade em si; deveria ser pela utilidade. Eu acredito que as instituições de ensino e de pesquisa são incentivadoras desse processo. Evidentemente, os analistas e os usuários que vêm formando blocos de interesse, por exemplo, a própria Bovespa ou coisas desse tipo – lá fora, são outros órgãos equivalentes – que pudessem mostrar para quem aplica dessa forma que ele tem uma vantagem com isso; que ele tem algum *handicap*. Ofertar, por exemplo, demonstrações contábeis auditadas aumenta a credibilidade das informações. Isso pode se enquadrar em um *ranking* bancário melhor, mais favorecido. Aqui também tem que se mostrar, ao longo do tempo, por intermédio dessas instituições, de que isso pode trazer benefícios diretos que também precisam ser mensurados e mostrados para as pessoas. E, evidentemente, quem vai ser sempre contrário, jogando contra isso, vão ser os meios de comunicação, os jornais, que até hoje publicavam esses balanços, cobravam isso regamente. As tecnologias concorrentes vão dizer: “Ah, não é tão bom assim não porque também tem isso, tem aquilo...” Alguns sempre irão bombardear nesse momento. E no aspecto cultural, tudo que você não conhece você tem medo. Esse é o inibidor natural das pessoas que, por ventura, não “sabem”, que não gostam disso aqui; ela nem tampouco experimentou. Acho que vai ser a mesma coisa.

Entendido. Bom, acho que se o senhor tiver algo que, de repente, seja relevante e que não foi contemplado aqui nas pautas, fique à vontade.

Eu penso que pelas pessoas que também, por ventura, vão responder isso e que estejam mais envolvidas no processo mais tecnicamente, que estão há mais tempo lidando com isso, podem mesclar. Eu me coloco nesse processo não totalmente leigo, porque agora eu já sei alguma coisa a respeito, mas semileigo do ponto de vista da aplicação, do uso disso. Eu não tive o prazer do uso e não tive a obrigação de fazê-lo na prática. Faltam para mim alguns elementos que pudessem, talvez, serem mais objetivos, mais incisivos nessas respostas. Eu dou as minhas percepções tendo em vista minha experiência de vida. A gente já passou por alguns caminhos e percebe quais são os óbices colocados sempre que alguma coisa nova aparece. Isso traz essas consequências. Eu penso que outras repostas que, certamente, você vai ter de outros entrevistados, que poderão ser um pouco mais práticos ou mais técnicos em algumas informações daquilo que eu coloquei. Eu me coloco mais em uma situação de um potencial usuário, incentivador, de um potencial divulgador, como treinamento, educação continuada, um possível consultor de empresa para mostrar essas vantagens. Nessa mescla de pessoas que possivelmente vão contribuir com a tua pesquisa, eu seja mais a pessoa que está no “povão”, e não na “turma do gargarejo” [risos]. Eu estou ali no meio, sentindo as reações das pessoas e imaginando as reações que acontecem diante de uma novidade.

Como eu disse, é muito importante a sua opinião para a pesquisa porque é justamente entender a percepção das pessoas que estão envolvidas com o assunto porque, no Brasil, são pouquíssimas pessoas.

Se você perguntar para alguém que desenvolve isso, vai dizer que é a coisa melhor do mundo [risos]. Outro, evidentemente, que não quer vai dizer que isso é mais um nicho... Então, cada um de acordo com suas mazelas vai colocar suas contribuições. Dentro daquilo que me foi dado a entender sobre o assunto, acho que eu procurei traduzir a minha ansiedade a um só tempo e as minhas convicções a respeito do que eu ouvi até agora. Eu acho que existe um longo caminho a trilhar, depende de uma persistência muito grande desse grupo de pessoas que estão trabalhando nesse comitê técnico e estratégico. Essa persistência desses grupos para vencer as barreiras, quebrar resistência, enfim, gradativo, para que isso possa ser, amanhã ou depois, alguma coisa útil para as pessoas. Se não for útil para as pessoas, não mereceria ser implementado. Como se propõe a ser uma coisa útil, eu entendo que seja uma coisa útil, sim. Ela tem ainda por enquanto um uso restrito, mas eu vejo o uso generalizado, massivo. Talvez, ele ainda tenha que se tornar um pouco mais amigável em termo de conhecimento. A tudo que você não conhece, você é resistente.

Prof. Nelson Carvalho

Atuação profissional: Acadêmico e pesquisador

Data: 21/01/2013

Duração: 73 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica. De maneira breve, os pontos que você achar relevante.

Minha atuação profissional, nos últimos anos, formalmente tem sido como professor concursado da Universidade de São Paulo – eu sou concursado desde 1999, se não me engano, embora eu tivesse já atuando como assistente de outros professores bem antes disso. E, além disso, eu tenho atuação como consultor em questões de mercado financeiro, mercado de capitais, finanças corporativas, contabilidade, auditoria. E as consultorias a que sou solicitado a fazer, normalmente, são sobre temas técnicos mais complexos; existem opiniões divergentes e geralmente eu sou indicado para emitir um parecer técnico, dando um parecer e uma opinião independente sobre a polêmica. Sou indicado, na grande maioria das vezes, pelos advogados que assessoram uma das partes. Geralmente, eu não me comprometo previamente com a tese defendida pelo advogado. Quando eu sou solicitado a emitir um parecer, o meu parecer expressa a minha melhor opinião técnica de maneira que eu consiga fazer sustentação oral, ou, se for necessário, em qualquer plateia. Às vezes, o advogado vem solicitando uma conclusão específica, e, se eu não concordo com aquela posição, eu simplesmente declino do trabalho. São litígios societários, geralmente envolvendo uma companhia e seus acionistas; uma companhia e seus credores. Pode haver uma polêmica entre a companhia e seus auditores; pode haver uma polêmica entre a companhia e órgãos reguladores (Banco Central ou CVM)... Então, essa é a minha área de atuação, exceto a função de professor porque, como professor, eu estou num regime de trabalho que não é de dedicação exclusiva. Na universidade, você tem três regimes: 12 horas por semana, 24 horas por semana ou 40 horas por semana. Eu estou no de 24, que se chama Regime de Turno Completo; então, eu tenho alguma flexibilidade para remanejar os meus compromissos. Eu me formei originalmente em Economia aqui na Universidade de São Paulo. Eu já trabalhava em uma empresa de consultoria contábil e auditoria na ocasião; e era necessário para progredir na empresa que eu me graduasse também em Ciências Contábeis. Eliminando as matérias que eram comuns aos dois cursos, eu fiz posteriormente o curso de Ciências Contábeis em mais dois anos. Fiz uma faculdade particular e com isso eu me graduei tanto em Economia quanto em Ciências Contábeis. Com

o passar do tempo, na minha vida profissional, eu me desliguei da empresa de auditoria e consultoria na qual eu trabalhava e entrei como sócio numa pequena empresa semelhante de capital totalmente nacional com sócios brasileiros – a firma anterior em que eu trabalhei era de origem estrangeira. Então, eu fiquei nessa empresa menor mais onze anos – quer dizer, eu fiquei quatorze na multinacional e onze na empresa na qual me tornei sócio. Perfiz 25 anos de experiência em Contabilidade, Consultoria e Auditoria independente. Por volta de 1984/85, eu tive um *insight*, que foi por observação, convívio, que, talvez, seria interessante fazer pós-graduação. Eu escolhi a área de pós-graduação em Ciências Contábeis, que era aquela mais afeta à minha atividade. Prestei o concurso da ANPAD, fui aprovado e cursei o mestrado no final dos anos 80. Meu orientador era o antigo chefe do departamento, Professor Sérgio Iudícibus. Fiz uma dissertação de Mestrado em Auditoria, que é a área de concentração na qual eu mais me dedicava, O curioso é que quando você fica vinte e tantos anos em uma atividade profissional, você torna-se um especialista em “como fazer”; o know-how você acaba dominando quase que completamente. Isso acontece quase em todos os campos do conhecimento humano, desde datilógrafo até aplicar injeção na veia em laboratório; você sabe realmente como fazer as coisas. Eu vim a descobrir, cursando Mestrado, que tinha uma pergunta anterior que era o porquê fazer; o *know why*, e só um curso de pós-graduação com a concentração pesada em pesquisa, em enfoque científico e metodológico, como o que eu comecei a fazer na ocasião, é que me abriu os olhos sobre o que tudo aquilo que eu fazia tinha que ter uma razão de ser; e eu nunca havia me preocupado; eu fazia aquilo quase que mecanicamente. Quando eu terminei o Mestrado, ainda era sócio daquela pequena empresa nacional de auditoria, houve a troca de governos – terminou o ciclo dos governos militares, e foi eleito o primeiro presidente civil na ocasião. Ele, então, foi fazer o seu ministério e convidou para ministra da Economia uma antiga professora aqui da Faculdade de Economia, a professora Zélia, que tinha que montar as equipes dos órgãos que respondiam ao Ministério da Fazenda. Um desses órgãos era a CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Ela nomeou um extraordinário acadêmico e jurista brasileiro, que ainda está atuante: o Professor Ary Oswaldo Mattos Filho. O Ary Oswaldo começou a procurar para compor o colegiado da CVM... ele queria fazer um *mix* diferente: ele colocou dois advogados – ele e um outro -, colocou um economista – Professor Doutor pela GV no Rio de Janeiro – e colocou dois contadores auditores (foi a segunda vez no colegiado da CVM que auditores fizeram parte da diretoria), e, desses dois, um fui eu. Fui indicado, conversei com ele. Naquele tempo, não havia sabatina no Senado para candidatos à diretoria da CVM – hoje há. Eu fui nomeado, então, e fiquei na CVM. Desliguei-me da empresa de auditoria completamente porque era

incompatível, e o trabalho na CVM era um trabalho de dedicação exclusiva em tempo integral, além de ser conflito de interesses ser diretor da CVM e sócio de firmas de auditoria porque as auditorias são fiscalizadas pela CVM. Eu saí do contrato social, fiz um distrato com os meus sócios na ocasião e fiquei mais ou menos um ano e meio na CVM. Eu continuei o Doutorado. Tinha concluído o Mestrado no final dos anos 80 e, um pouco antes de ser convidado para ir para CVM, eu decidi fazer o Doutorado. Fiz os créditos do Doutorado simultaneamente ao cargo de diretor da CVM. Eu fiz um acordo com o presidente da CVM: nos dias de aula em que não podiam ser perdidas, eu tinha a liberdade de despachar na CVM de São Paulo. A CVM tem sede no Rio, mas como sempre teve delegacia em São Paulo, eu despachava aqui, de maneira que eu poderia compensar as horas em que eu vinha assistir às aulas. Quando a ministra Zélia caiu, e foi trocado o Ministério da Fazenda, nós todos, diretores da CVM, colocamos os cargos à disposição para deixar o novo ministro livre para fazer a equipe dele. Mas naquela ocasião, vagou a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. O novo presidente do Banco Central que substituiu o presidente que saiu junto com a Zélia, ele queria um diretor de Fiscalização e perguntou para o Ary Oswaldo quem ele indicaria, e o Ary Oswaldo me indicou. Na verdade, eu pulei da posição de diretor da CVM para diretor de Fiscalização do Banco Central, onde eu fiquei mais aproximadamente um ano e meio. Foi um período de praticamente três anos totais no governo federal; um ano e pouco como diretor da Comissão de Valores Mobiliários e dois anos quase no Banco Central. Período de muito aprendizado, muito difícil, muito sacrificado – sacrificado em termos financeiros, sacrificado em termos familiares porque a CVM, a sede era no Rio, e o Banco Central, a sede é em Brasília, então era uma rotina muito desgastante. Quando finalmente, em maio de 93, houve uma nova mudança de ministro da Fazenda, eu aproveitei o momento. O presidente do Banco Central, que já era outro na ocasião, saiu, e eu aproveitei e saí junto. Então, em maio de 93, eu tinha praticamente concluído os créditos do Doutorado – faltavam mais um ou dois -, e estava de volta para São Paulo. Eu terminei depressa a tese e defendi a tese. Fui aprovado na defesa da tese, em meados dos anos 90. Abriu um concurso para professor. Eu prestei o concurso, fui aprovado e aí eu virei professor concursado. Hoje, eu sou funcionário público. Paralelamente a esse período de professor concursado, eu iniciei essa atividade de consultoria individual; consultoria isolada; um voo solo; quer dizer, a minha ideia é... Eu costumo dizer que eu estou perseguindo três objetivos há 20 anos e, por enquanto, tem dado razoavelmente certo. Eu quero uma atividade profissional que ao mesmo tempo queira me dar satisfação intelectual e ao mesmo que ela me dá condição de vida material minimamente razoável. Ela me permite não ter sócios, não ter custos fixos e não ter patrão. Eu tenho um volume bastante adequado

de demanda, e são sempre trabalhos que têm começo, meio e fim. Às vezes, você fica três, quatro meses sem ser demandado; às vezes, você é demandado numa enxurrada de atividades, e isso aí é muito compatível com o convívio com a minha atividade de professor. Basicamente, esse é meu histórico profissional e formação acadêmica.

Como e quando foi a primeira vez que teve contato com o XBRL? E qual sua relação atual com o XBRL?

Meu primeiro contato com o XBRL foi em 2009. Eu tinha sido de 2005 a 2008, o primeiro presidente independente de um órgão chamado Conselho Consultivo de Normas do IASB. O *board* do IASB em Londres tinha sido reformado em 2001. Em 2001 quando ele ainda era chamado de IASC, que era comitê - eles não eram membros de dedicação exclusiva do *board*; eram todos eles em tempo parcial. Em 2001, houve uma reforma na estrutura legal de governança, mudou de IASC Comitê para IASB *Board*, e todos os membros daquela ocasião passaram a ter... todos, não; eram 2/3 de dedicação exclusiva. Então, eles tinham que se desligar das atividades nas quais eles estavam atuando, como *controller*, diretor financeiro, auditor independente, professores, e fazer dedicação exclusiva nessa nova formatação. 1/3 podia continuar fazendo *part time* – tinham duas ou três pessoas nessa condição. Mas as reuniões eram em Londres, e os *part-times* viajavam das suas residências para a Inglaterra para as reuniões todo mês – uma semana por mês. Na mesma ocasião, criou-se um conselho consultivo - tinha o *board*, com mais ou menos quinze pessoas, e criou-se um conselho consultivo de sessenta pessoas que se reunia naquela época – e ainda é assim até hoje – três vezes por ano durante dois dias cada mês; seis dias de reunião por ano. Esse conselho consultivo não tinha poder decisório; ele era realmente um *adviser*; e o presidente e os demais membros do *board* assistiam a todas as reuniões. Ali se discutiam pauta, agenda, itens que precisavam de esclarecimento, novos projetos, andamento dos projetos existentes. Esse conselho consultivo era pluridisciplinar: lá dentro, você tinha analista, preparadores de demonstração financeira, consultores, professores, representante dos reguladores, CVMs do mundo afora... O primeiro desses conselhos foi formado no próprio ano de 2001, e em 2005, eles decidiram criar uma inovação: o chairman desse grupo passasse a ser uma pessoa independente; não tinha nada que ver com a estrutura existente. Eu me candidatei a essa posição em 2005 (eram três candidatos) e eu acabei sendo selecionado. Eu presidi o conselho consultivo de normas durante três anos – de 2005 a 2008, que era o tempo de um mandato. Eram três reuniões anuais que eu presidia. Mas eu ia a Londres, assistia às reuniões do *board* em mais umas cinco ou seis ocasiões por ano. Fazia bate-volta. Todas as despesas eram pagas

pelo próprio IASB (a passagem e a hospedagem) e era uma questão de dedicar o tempo. E com isso, eu fiquei muito mais familiarizado do que eu já estava com as questões de normas internacionais. E lá no conselho consultivo, eu acabei conhecendo uma série de pessoas dos Estados Unidos: uma delas era a vice-presidente técnica do IBRACON americano, do AICPA. Um belo dia, de passagem por Nova Iorque, ela convidou-me para visitar o escritório dela, e ela disse: “Eu sou uma das dirigentes, uma das vice-presidentes do XBRL International”. É uma organização sediada nos Estados Unidos, sem fins lucrativos, e eles que fazem o processo de monitoramento da criação das taxonomias, da aprovação da taxonomia nacional para ser compatível com a taxonomia internacional, e eles detêm o direito de uso da marca; eles que dão licença de você explorar o nome XBRL legalmente em cada país ou em cada jurisdição. Ela falou: “Nós queremos fazer o XBRL International ficar cada vez mais internacional, e para isso, nós estamos fazendo uma oxigenação no *board*, trazendo pessoas da Ásia, da Europa, da Europa de Leste, e queríamos ter uma pessoa da América Latina, e, conhecendo a sua atuação internacional, achando que você tem um pouco do perfil que nós gostaríamos, queríamos convidar para você ser um dos diretores do XBRL International”. Então, eu fui diretor do XBRL International de 2009 até final de 2010 – um ano e pouco de mandato. Na verdade, foram dois mandatos: 2009 e 2011. Depois, na segunda renovação de mandato, já não tinha muita contribuição a dar naquele assunto, e eu me afastei do XBRL International na função de diretor. Mas continuei muito relacionado com eles, tenho muito contato acadêmico profissional e principalmente de relacionamento com os diretores ainda existentes. Nessa ocasião, existia já no Brasil uma discussão sobre criar a jurisdição brasileira – esse assunto estava sendo conduzido junto ao Conselho Federal de Contabilidade. Teve um evento em São Paulo – na ocasião, quem presidia o CFC era a Professora Maria Clara Bugarim, e eu fui procurá-la para discutir esse assunto. Eu fiquei sabendo que ela disse que para a gente se filiar ao XBRL e começar a criar jurisdição, nós temos que pagar acho que era uns quinze mil dólares: dez mil dólares no primeiro ano e cinco mil dólares no segundo ano – uma espécie de compromisso financeiro fixo. Então, o CFC estava disposto a fazer esse pagamento para poder liberar essa frente e trazer o XBRL para o Brasil, em grandes jurisdições no mundo todo. A classe contábil está sempre muito ativa à introdução do XBRL porque tem tudo a ver com Contabilidade, embora não seja Contabilidade no seu sentido mais puro, mais é um mecanismo de usar um produto da Contabilidade para que possa ser mais *user friendly* para quem precisa dele. A prova disso é que ela era vice-presidente do AICPA, o IBRACON americano e estava fazendo o convite. Nada mais natural do que essa área contábil se desenvolvesse. Quando eu cheguei, eu descobri que o CFC já estava antenado no

assunto. Mas quando a Maria Clara me disse que ela estava disposta a pagar quinze mil dólares para criar a jurisdição brasileira, eu falei: “Maria Clara, é preferível nós pararmos esse processo e fazermos uma reflexão, porque criar uma jurisdição não é fazer um cheque de quinze mil dólares. Você tem que ter uma pessoa jurídica, tem que ter CNPJ, tem que ter uma estrutura de governança corporativa, você não pode ter um dos participantes, um dos protagonistas dominando, quer dizer, não pode ser só contador, não pode ser só analista, não pode ser só companhia aberta, não pode ser só governo”. Essas pessoas tem que conviver, de uma forma harmoniosa, e para dirigir essa entidade e atingir os seus objetivos. Você tem dois grandes desafios na criação e na implantação dos XBRLs. Você tem o desafio técnico que é o de criar a taxonomia, e nesse aspecto o professor Edson Riccio fez um trabalho fantástico, fez um trabalho fundamental. Ele abraçou a causa, criou o grupo técnico dele e vem desenvolvendo a taxonomia brasileira mesmo sem CFC. Antes do CFC, ele já incluía esse tema nos seus congressos de tecnologia e sistemas de informação há oito ou dez anos, se não estou enganado. Essa é uma das frentes. Porém, essa é uma condição necessária, mas não suficiente. A segunda condição é a questão política, no bom sentido da palavra. Primeiro: uma vez a taxonomia pronta, alguém tem que responsabilizar-se por mantê-la. Mudou a contabilidade, tem uma nova norma contábil, tem uma nova interpretação, tem uma nova faceta de apresentação das demonstrações financeiras, quem é que vai adaptar a taxonomia desenvolvida há três, quatro, cinco anos para essas inovações? As normas contábeis estão chegando todos os dias. Como nós estamos convergindo para as normas internacionais, o IASB tem um plano de trabalho com dez ou quinze normas que vão ser produzidas nos próximos cinco a dez anos. Elas irão requerer etiquetas, *tags*, na taxonomia; então, alguém tem que se responsabilizar. Você não pode pedir que o Riccio continue fazendo isso o resto da vida; tem que ter uma estrutura profissional. Essa estrutura profissional tem que ser remunerada, e para isso eu tenho que ter uma organização jurídica que faça aquelas proteções. Se você chegar e falar: “Olha...” Um fornecedor de tecnologia qualquer. Pede para ele desenvolver. Ele vai olhar. Se tiver mercado, ele vai desenvolver. Ele faz a parte da atualização, mas ele fica autor do produto; você fica na mão dele. A ideia é a de que você não fique nas mãos de ninguém, e que o produto possa ser depois utilizado por consultorias, de maneira cobrável, para que ele possa implantar nos seus clientes; e aí nós não temos nada com isso. Você vai implantar a taxonomia em uma grande organização, em uma grande empresa, você vai contratar um Totvs, uma Sap, uma Fujitsu, ele pega a taxonomia existente e fala: “Olha, como é que eu adapto isso na sua empresa?”. Ai, eu tenho um nicho. Mas até ter a taxonomia, nós queremos ter esse produto sob controle de uma organização sem fins

lucrativos. Nesse momento, então, a Maria Clara se deu conta de que o problema era muito mais complexo do que fazer um cheque de quinze mil dólares. Ela decidiu criar, e o presidente que a sucedeu manteve dois comitês dentro da estrutura do Conselho Geral de Contabilidade: o comitê técnico, presidido pelo Riccio, e o Comitê Estratégico, do qual eu sou um dos coordenadores. Eu me reporto à vice-presidente técnica do CFC, atualmente, a contadora Verônica Souto Maior. Ela preside oficialmente o comitê, e eu conduzo o comitê do ponto de vista operacional. Qual é a meta, objetivo e a missão do comitê estratégico? É construir a pessoa jurídica, a governança e criar a base para que você possa eleger dirigentes e construir uma atividade que possa gerar receita para o XBRL/Brasil quando criado. Que receita? Treinamento, licenciamento, *membership fee*... Você pode falar: “Pra quê?”. Grandes empresas para serem membros do XBRL têm uma cota anual. Acadêmicos têm uma cota anual; indivíduos de mercado, consultoria... Então, com isso, a gente pretende criar um fluxo de receitas que seja capaz de pagar uma estrutura onde você vai ter minimamente alguém que vai responder pela parte técnica. Você pode terceirizar boa parte do serviço, mas ter uma pessoa, um gerente, uma pessoa de nível adequado, que vai ficar “fazendo o meio de campo”, o que tem que ser mudado e quando for mudado, ele faz uma triagem, de maneira que você não precisa montar uma superestrutura, mas também não pode ficar 100% nas mãos de terceiros. Você tem que ter alguém que vai fazer a parte comercial; quem é que vai comercializar cursos, treinamentos, palestras, divulgação. Você tem que ter uma estrutura mínima permanente que tem que ser paga com os recursos desse fluxo de receita. Então, é nesse ponto em que nós estamos no momento. Nós temos já um parecer jurídico que recomenda como deve ser o contrato social, o estatuto social, como deve ser o regimento interno de funcionamento. Já temos uma primeira proposta de quantos diretores remunerados, não remunerados, dirigentes. Temos que fazer a blindagem tributária para que seja uma organização sem fins lucrativos. Queremos estar livres de impostos que incidiriam caso tivéssemos fins lucrativos. Então, nós estamos nesse momento. E nós temos um grande desafio. O maior desafio pelo qual o assunto não prosperou até hoje é: onde nos iremos hospedar a Central de Balanços. Se nós estivéssemos falando somente de companhias abertas, era fácil; era uma questão de discutir com a Bolsa de Valores, com a CVM, e hospedava, talvez, no próprio computador da BM&FBOVESPA. Você tem setecentas e poucas companhias listadas como abertas, no Brasil, das quais, aproximadamente, quatrocentas frequentam o Pregão; tem outras que são ou listagem de prateleira ou listagem para emissão de debêntures. Você teria um universo máximo, no Brasil de hoje, de setecentas empresas que já tem um hospedeiro natural. Mas não adianta você fazer XBRL para companhia aberta

apenas. O nosso objetivo é que todas as SAs do Brasil passassem a reportar em XBRL e, principalmente, as grandes limitadas – as chamadas grandes sociedades. Mas essas, eu não tenho a CVM em cima deles. O nosso desafio no momento é: onde nós vamos encontrar um *mainframe* que vai hospedar todas essas empresas? Além de setecentas companhias abertas – eu não sei muito bem as estatísticas – digamos que você tenha trinta mil SAs fechadas; digamos que você tenha cinquenta mil limitadas de grande porte no Brasil inteiro (empresas familiares, agropecuárias, agrobusiness, etc.). Onde eu vou hospedar sessenta ou setenta mil balanços? Nós estamos agora explorando essas frentes atuais, esses desafios. Então, no seu item cinco (relação atual), eu ainda estou como coordenador-adjunto do comitê estratégico do projeto XBRL/CFC/Brasil. A gente está em conversação, com algumas alternativas, e como todas elas ainda estão na fase exploratória, eu não posso fazer revelações porque eu não posso fazer comprometimento dos outros. Mas acredito que, ao longo deste ano, idealmente, ao longo do primeiro semestre, a gente tem uma definição de quem é que dispõe a hospedar, e a partir daí, a gente vai criar juridicamente a jurisdição brasileira.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

O XBRL (porque é uma linguagem) é uma ferramenta muito, muito poderosa para você usar demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis. E ela é muito poderosa para o usuário se nós voltarmos aos objetivos das demonstrações financeiras. O objetivo delas é permitir que o leitor, o usuário que tem interesse genuíno numa empresa, vendo as suas demonstrações financeiras, ele possa fazer inferências sobre o futuro. Ele olha aquela empresa para poder entender principalmente quais são os fluxos de caixa esperados; e tanto o fluxo de caixa que se espera que entre na empresa quanto o fluxo de caixa que se espera que vai sair da empresa. As demonstrações financeiras pretendem oferecer essa informação sob três óticas: sob o valor do fluxo de caixas (esperado o que vai chegar e sair), sob o momento em que esse valor deverá chegar e sair e sob o risco de aquele momento e aquele valor não acontecerem como o esperado. Essa é a missão mais nobre de uma demonstração financeira. Conforme nós até já discutimos em sala de aula, você tinha uma visão antiquada, uma visão míope do balanço no passado; uma visão de que ele era apenas uma fotografia retrospectiva. Com a chegada da percepção e da filosofia pelas normas internacionais, nós descobrimos que a missão do balanço, embora ele tenha, sim, um pedaço objetivo do passado. Quer dizer, o Fisco quer saber o lucro do ano passado porque ele quer o imposto do ano passado; o investidor quer

saber o lucro do ano passado porque ele quer os dividendos do ano passado. Mas a esmagadora maioria de investidores e credores quer saber sobre o futuro. A visão do balanço é prospectiva, muito mais do que retrospectiva; é uma visão de futuro. Tomar decisões de alocação de recursos econômicos... Quando você toma uma decisão, você só pode tomar decisões sobre o futuro; o passado já está dado. Você não pode agora tomar decisão de vir aqui com uma camisa de cor diferente dessa que você está porque você já tomou a decisão na hora em que você se vestiu hoje de manhã; você pode até pedir licença, ir a sua casa, trocar de camisa e voltar aqui; mas é uma decisão de futuro, e não de passado. Tomar decisão implica necessariamente olhar para o futuro. O balanço, então, está permitindo essa tomada de decisões. Quando credores e investidores analisam demonstrações contábeis, o banco credor analisa o balanço para junto com outras informações que ele dispõe (extra contábeis), decidir se ele vai dar crédito ou não. O diretor financeiro bateu à porta e falou: “Olha, eu quero crédito para capital de giro, eu quero crédito para investimento, eu quero crédito para fazer substituição de passivo de curto prazo para longo prazo...”, e aí ele diz quanto quer de crédito para o banco analisar se ele pode dar aquele montante, quais as garantias que ele vai pedir, qual é a taxa de juros, os encargos que ele vai pedir para o cliente, candidato a devedor, para fazer a decisão econômica sobre o futuro: ou dar crédito ou não. A decisão do banco, em uma linguagem financeira é muito simples. Ela quer saber o seguinte: “Esse cara tem condições de pagar os juros todo mês e o principal no vencimento?”. É isso que ele quer saber. Agora, se eu esperar chegar o vencimento para saber se ele tem condição, eu não empresto dinheiro. Para o banco, existe um componente chamado “risco de crédito”, que eu tento mitigar, lendo a demonstração financeira. A mesma coisa, o analista de mercado de capitais: o analista tem um cliente-investidor, que é uma pessoa, uma empresa, uma família com bastante poupança excedente (com excedente financeiro de caixa). “Hoje, eu andei analisando e me parece”, diz o investidor, “que o setor de papel e celulose é um setor bom para comprar ações; eu acho que esse setor vai crescer neste ano de 2013.” “Qual ação”, ele pergunta para o seu analista, “você recomenda?” “Suzano, Votorantim, *International Paper*. Qual delas? Tenho um monte de empresas de capital aberto que estão vendendo ações na Bolsa de Valores todos os dias e que são do setor de celulose. Qual delas você recomenda?” Então, o que o analista faz? Ele vai fazer as suas análises de índice de rentabilidade: TIR, ROI, ROA, Ebitda, Taxa Interna. Ele vai pegar todos os balanços, todas as demonstrações financeiras dessas empresas, do setor que tem companhias abertas, que tem informação pública – balanços anuais, informações trimestrais- e vai analisar qual delas é que tem a melhor perspectiva de no futuro devolver esse investimento valorizado, apreciado. Só que ele se depara com uma dificuldade: as

empresas não têm as mesmas práticas contábeis. Embora todos estejam trazendo as normas internacionais ao Brasil pelo CFC, lá dentro das práticas contábeis, elas têm o direito de fazer escolhas contábeis dentro da norma, já que a norma não é mais uma regra determinada e sim “principiológica”. Ela pode escolher... Ela tem que depreciar, mas ela pode fazer a depreciação em diversos métodos diferentes: somando dígitos, manutenção mais depreciação; pode fazer a linha reta como vinha fazendo anteriormente. Isso faz com que os lucros das empresas candidatas a fazerem investimentos não sejam imediatamente comparável; eles não são homogêneos na forma de apuração. O que o analista tem que fazer? Ele tem que ir à nota explicativa e identificar qual foi a escolha feita por aquela diretoria da companhia A, B ou C, qual foi a escolha contábil feita pela companhia X, Y, Z, pela companhia X, P, T, O. São três escolhas contábeis diferentes. Eu tenho que planilhar as demonstrações financeiras numa planilha Excel; eu vou fazer os meus ajustes extracontábeis para colocar os lucros em bases homogêneas. Eu vou fazer a minha análise de ebitda, de taxa interna, de roi porque eu estou tratando de coisas comparáveis. Eu não posso tratar o retorno de várias empresas em bases incomparáveis, que eu não vou chegar à conclusão nenhuma. O analista hoje quando vai fazer uma recomendação: “Compre, venda ou mantenha o seu investimento”, ele tem um enorme trabalho braçal porque ele tem que planilhar todos os balanços. Passa noites e dias a fio fazendo isso até porque nem todas as empresas disponibilizam o balanço em meio virtual – ou você tem que publicar no jornal, ou você tem no site em PDF, e você não consegue trabalhar. Então, veio a brilhante ideia: por que nós não criamos uma linguagem no mundo que permita que a empresa já entregue o balanço nessa linguagem, e o usuário pode remanejar os números a seu bel-prazer? O conceito foi: o XBRL é uma linguagem expandida de relatórios *business report* porque ele permite que você tenha flexibilidade para fazer comparações e tornar as coisas homogêneas e harmonizadas. Você não vai voltar ao diário geral da companhia, você não vai mexer no lucro da companhia com efeito societário, você não vai fazer a companhia pagar mais ou menos imposto; você vai decidir como vai querer ler aquele balanço. Fazendo uma comparação grotesca que às vezes eu uso em sala de aula de graduação, em uma aula introdutória: eu tenho um guarda-roupa, que tem roupas, camisas, gravatas, sapatos, meias... e eu escolho a combinação do dia; eu não estou mais em um quartel do exército em que eu não tenho combinação possível; a roupa do dia é sempre verde-oliva; eu não tenho chance de escolha. Eu sou um indivíduo que trabalha num escritório e tenho chance de escolha; desde que eu não apareça nu para trabalhar, eu estou bem-vestido. Agora, o que é bem-vestido? É uma questão da minha escolha pessoal; eu posso trabalhar todos os dias com uma *casual friday*; eu posso trabalhar todos os dias de paletó e gravata porque o fórum exige que o

advogado só entre lá de paletó e gravata. Agora, o paletó e gravata pode ser o paletó de uma cor, a calça de outro; pode ser uma gravata berrante; posso resolver usar gravata-borboleta... Então, o XBRL tem esse propósito: permitir a flexibilidade do uso da informação contábil. A grande vantagem é quem usa as demonstrações financeiras do XBRL é a de que ele vai ter muito mais flexibilidade de uso. Eu vou te dar um exemplo absolutamente prático, tangível de muito próximo de mim: eu sou o coordenador geral, e o professor Ariovaldo dos Santos, o coordenador técnico da produção anual da revista *Maiores e Melhores*, da *Exame*, há dezessete anos. Faz dezessete anos que nós processamos as informações técnicas dos balanços das mil maiores empresas brasileiras. Fazemos um ranqueamento mediante um padrão único. Nós temos um sistema proprietário para transformar essas demonstrações financeiras numa linguagem minimamente comum. Eu não vou fazer ajustes extracontábeis, mas... Por exemplo: se uma empresa publicou um balanço e tem uma ressalva dos auditores, eu pego o valor da ressalva e ajusto “extracontabilmente”. Ela publicou um lucro, e o auditor falou que falta uma PDD de cem milhões de reais. Eu tiro cem milhões de reais do lucro dele. Com isso, eu tenho uma equalização inicial, e, a partir daí, nós comparamos os balanços, listamos as maiores e fazemos um ranqueamento das melhores. No que o XBRL, no dia em que ele chegar ao Brasil, e se chegar, vai representar para a equipe da FIPECAFI que faz isso uma bênção. A minha equipe lê seis mil balanços de jornal por ano. Nós temos assinatura de todos os diários oficiais dos estados, Diário Oficial da União, todos os grandes jornais das capitais brasileiras porque no Brasil hoje os balanços das empresas não abertas, as sociedades fechadas, só estão nos jornais e em nenhum outro lugar; e as limitadas, às vezes, nem isso, que ela não é obrigada a publicar. E você tem empresas limitadas monstruosas; todas as montadoras de automóveis no Brasil são limitadas; acho que exceto a Fiat. Todos os grandes laboratórios farmacêuticos no Brasil são limitadas; todos os grandes órgãos de imprensa no Brasil são limitada; *O Globo* é limitada. Existe uma carência muito grande de informação. Se nós conseguirmos operacionalizar o XBRL e construir uma caminho para que as S.A. fechadas sejam obrigadas a aderir ao XBRL e eventualmente as limitadas grandes sociedades, os meus seis mil balanços passarão a ser tudo baixado por meio virtual. Tudo que eu posso fazer que consome do dia 21 de janeiro – vai começar hoje a caça ao material vai até 10 de maio, última data é 30 de abril, pela lei. Eu tenho uma equipe; eu tenho cinco ou seis pessoas que ficam ao telefone ligando para todas as empresas que não mandaram o balanço, que não mandaram o questionário. A gente tem uma atividade telefônica e por e-mail incessante, e nós pegamos estagiários da graduação – eu tenho sete ou oito que ficam planeando balanço de jornal. E nós sabemos que... Você é suficientemente jovem, mas já deve ter ouvido isso que o primeiro mandamento

da informática é: “não planilharás”, que se erra, se transcreve errado então... A gente tem um mecanismo de conferência rigorosíssimo para não premiar a empresa errada.

Então, seria uma questão de agilidade e qualidade.

Agilidade e qualidade. Imagine agora o trabalho daquele analista. Vamos dizer que ele recebeu uma encomenda do investidor, e esse investidor hipotético, ele existe. Nos grandes bancos de investimento, eles têm salas de analistas – quarenta, cinquenta, cem analistas – recebendo essas orientações. Vamos supor que o analista consiga analisar “x” balanços em “x” horas; com o XBRL, ele analisa os mesmos “x” balanços em menos “x” horas; ele gasta menos tempo para fazer o mesmo trabalho, ou, nas mesmas horas, muito mais balanços; o trabalho dele vai ser violentamente facilitado. E você fez uma pergunta interessante: desvantagens. Existe uma desvantagem inequívoca: há o risco de o analista perder o emprego. Pode ser que não vai ter tanto serviço assim já que ele não tem mais que planilhar.

Então, isso pode ser uma ameaça...

Pode ser uma ameaça à adesão.

Então, pode se dizer que poderia ter grupo ou grupos e que tivessem uma barreira para...

Eu não encontrei ainda sinais dessa barreira. Eu tenho muito contato com o pessoal da APIMEC e nunca ninguém ousou dizer que: “Não, não vamos porque...” Se algum deles já percebeu, ele também já deve ter percebido que esse discurso é um discurso pejorativo; ele estaria querendo criar uma reserva de mercado. Agora, eu posso te dizer que no plano internacional, nas economias de mercados de capitais mais fortes, não existe esse receio. O presidente internacional de uma associação de analistas é um suíço. Ele vem ao Brasil e dá palestras para aderir ao XBRL. No plano internacional é visto com muito bons olhos porque, na verdade, é um upgrade da profissão; eu vou ter que entender muito de finanças, análise de balanços e vou ter que fazer as mesmas coisas com uma matéria-prima muito mais rica porque é baseado em tecnologia.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil

Como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?

Agências governamentais é uma pergunta que merece uma resposta bifurcada. Num primeiro momento, a agência governamental pode querer ter um XBRL para ela, para as contas nacionais. Ela pode querer um XBRL para as contas de todas as prefeituras, todos os estados, todas as secretarias de estado, todos os ministérios, todas as autarquias, de maneira que ela tenha uma leitura sobre a situação financeira das finanças públicas, um suporte tecnológico mais robusto e muito mais ágil. Hoje, você tem disponibilização de informações financeiras publicamente, que é usado por analistas, congressistas, e você teria um mecanismo muito mais avançado. O país que mais evoluiu a esse respeito é a Austrália, que já tem uma adesão forte a um “XBRL” governamental. Para uma grata surpresa nossa, o Brasil já está bastante evoluído nesse assunto. Equipes da Secretaria do Tesouro Nacional já foram visitar órgãos governamentais na Austrália para ver como foi o processo de adesão. Pessoas da Secretaria do Tesouro Nacional pertencem ao grupo técnico do Professor Riccio e ao grupo estratégico que eu ajudo a coordenar e acompanho as discussões. Já houve a abertura de um edital de licitação para contratar um consultor internacional para ajudar o governo brasileiro a migrar para o XBRL na área governamental. O assunto está bastante evoluído. Durante as suas entrevistas, se houver tempo e interesse, eu ponho você em contato com o pessoal deles (o professor Riccio conhece) para você entrevistar as pessoas de Brasília; talvez por Skype. Então, essa é uma das vertentes de agência governamental. Juntando a segunda vertente de agência governamental com órgãos reguladores, aqui existe outro tipo de discussão quanto ao papel deles. Vamos chamar de órgãos reguladores órgãos do tipo CVM, Banco Central e SUSEP – tem mais, mas vamos pegar esses três, que são os mais visíveis. Você tem agências governamentais, você tem o Ministério da Fazenda e todos os demais. Uma grande discussão: uma vez criada a jurisdição, uma vez a taxonomia finalizada para começar, como vai ser o processo de adesão? Espontâneo ou obrigatório? Não existe consenso nessa resposta. No obrigatório, você teria um grande risco: primeiro, ninguém vai fugir se vier uma lei, uma determinação, uma circular do Banco Central; quem tiver debaixo daquele regulador vai ter que fazer. Agora, o empresário, que é o cara que toca a companhia, o cara que vai gastar dinheiro para comprar, desenvolver e manter, a primeira coisa que ele vai olhar é a seguinte: qual é a relação custo-benefício? Eu estou sendo obrigado a incorrer num custo. O que eu ganho com isso? Se ele não ganhar nada, você pode ter absoluta certeza de que ela vai fazer do mínimo o necessário para baixo; ele só vai fazer porque é obrigado; ele não vai ter nenhuma motivação para fazer aquilo se ele não vê vantagens. Eu sou da linha dos que são

contra a obrigatoriedade. Qual é a minha linha? A linha daqueles que me seguem? Não tem ainda desempate. Vamos criar a motivação para o empresário. É muito fácil de dizer, embora seja difícil de implementar, para criar motivação. Se todos os departamentos de crédito de todos os bancos do Brasil, quando o empresário chegar com o balanço para pedir empréstimo, e falar: “Eu só aceito o seu balanço em XBRL”, aí ele faz porque sem o balanço em XBRL ele não tem crédito. O benefício está visível: corta a linha de crédito dele. Se ele fizer isso com todos aqueles que vão pedir projeto de investimento, investimentos de longo prazo, de valores elevados, os departamentos de crédito dos bancos FEBRABAN. privados, dos bancos oficiais e dos bancos de fomento, se eles começarem a fazer isso, nós já estamos com nota sete, de zero a dez. Se todos os bancos de investimento e os investidores, as corretoras disserem para as companhias: “Eu só vendo as tuas ações na Bolsa de Valores se você me der o balanço em XBRL”. Nota dez. Passei com dez!

Então, seria quase uma obrigatoriedade implícita...

Na verdade, seria uma motivação. Eu vou obrigar para ele a ter acesso ao que ele quer; aí, ele faz. Mas aí não é o governo que está obrigando. O que é preciso discutir? É preciso discutir na Apimec, na Amec (Associação de Mercado de Capitais do Brasil), onde estão os grandes gestores de fundos de *equity* e na FEBRABAN. Eu preciso motivar esse pessoal, que é bom para eles. Evidentemente, isso não vai acontecer num passe de mágica. Eu não vou hoje à tarde conversar com o presidente da FEBRABAN e amanhã ele edita um ato; não é assim. É um processo de conquista, um processo de catequização, um processo que nós vamos ter que ter um protótipo para mostrar...O cara tem que sentir quão bom aquilo é, para depois ele realmente: “Isso aí é bom demais. Eu gostei desse carro; esse carro me serve; eu vou comprar ou vou induzir os clientes na minha loja a comprarem esse carro”.

Ou seja, para esses credores o benefício seria da própria utilidade do XBRL para os...

Para os usuários. O benefício é para o próprio usuário.

E não para o próprio elaborador.

Não. O elaborador, o benefício dele é continuar tendo acesso ao lado direito de quem olha o balanço: crédito e capital.

E os conselhos profissionais?

E os conselhos profissionais, você teria basicamente o Conselho Federal de Contabilidade porque ele tem que mover a classe contábil. Você tem mais ou menos quinhentos mil contabilistas no Brasil: cerca de 60% bacharéis e 40%, técnicos. Nós estávamos falando ainda agora de números... Você estava falando de companhias abertas (mais ou menos setecentas); companhias fechadas, eu chutei de vinte a trinta mil (não tenho a menor ideia se esse número está certo); limitadas (cinquenta a setenta mil). Mas, pequena ou média empresa, você deve ter de um milhão a dois milhões, ou talvez mais; e elas estão nas mãos dos escritórios de contabilidade. Exceto aquelas que declaram pelo lucro presumido ou pelo simples, todas as outras são candidatas a ter XBRL; e o veículo de introdução são os escritórios de contabilidade. O papel dos conselhos profissionais... Eu aplaudi quando o Conselho Federal de Contabilidade tomou a iniciativa lá trás, antes de eu chegar. Continuei agradecido quando eles resolveram patrocinar os dois comitês. Patrocinar seria o seguinte: o Riccio e eu e as pessoas que trabalham conosco não estão ganhando nada; mas o conselho federal baixando um ato... Se nós tivermos que fazer viagens, ele pode pagar; ele pode suportar os custos da atividade desde que não haja remuneração. E agora eu estou numa campanha junto com os diversos presidentes do conselho regional já desde 2010 – o Riccio também está envolvido nisso pesadamente – de tentar inserir o tema XBRL em todas as convenções estaduais de contabilistas do Brasil (Você tem uma convenção estadual – se não me engano a cada dois anos – e você tem um grande congresso a cada quatro anos). No congresso brasileiro, você tem seis mil pessoas. O último, em agosto, em Belém, o principal orador da noite foi o presidente Bill Clinton. Ele veio dos Estados Unidos para falar em Belém do Pará no congresso do CFC, e é um megaevento. Então, todos os estados tem a convenção do CFC de São Paulo, Paraná, Ceará. Então, se a gente começar a jogar água nessa pedra, um dia, a pedra... “Água mole em pedra dura vai furar”. Vamos catequizar também os nossos colegas. O papel é o órgão maior, que é o CFC, continuar prestando apoio político, porque essa iniciativa prossiga.

E as empresas de auditoria?

Para auditoria, é mais ou menos evidente. Para eles, é uma nova linha de negócios, é um *business*. Ele pode fazer *assurance* de que o balanço do XBRL está de acordo com os princípios geralmente aceitos. Ele vai dar opinião sobre o balanço e sobre o processo de transformação desse balanço em meio virtual dentro dos *tags*. Ele pode também como um braço de consultoria ajudar a implantar.

E alteraria a estrutura de trabalho da auditoria?

Eu acho que vai ficar mais fácil. Eu diria para você que grande parte dos trabalhos de auditoria, exceto quando exige verificação física, contagem de estoque ou ver documento, ele pode fazer do escritório dele; ele não precisa nem ir ao cliente.

E as instituições de ensino superior?

Elas têm um papel fundamental. Elas têm que por isso no currículo de graduação. Num futuro exitoso, se a gente for bastante otimista, você vai ter essa disciplina no currículo dos cursos de contabilidade. Hoje, eu quero crer que muito poucas faculdades de Ciências Contábeis, no Brasil têm essa disciplina ou dentro da cadeira de Sistema de Informação, uma visão do XBRL como nós temos aqui.

Extravasando só um pouco da parte de Ciências Contábeis, as próprias instituições de ensino superior que oferecem cursos na parte técnica...

Você vai ter esse sistema de tecnologia da informação. Os tecnólogos vão ter que ter formação nisso e o pessoal da área de finanças, que ele tem que preparar os futuros usuários.

E os preparadores de demonstrações contábeis?

Eles vão usar o serviço de gente bem informada na faculdade, assessorada por empresas de auditoria para poder implantar. Implantar em uma empresa pequena é uma coisa. Imagina implantar o XBRL na Vale do Rio Doce? A árvore da estrutura societária deve ter duzentas empresas no mundo. Você tem que implantar na África, na Austrália, nos Estados Unidos, em vários pontos do Brasil. É um megaprocesso. Os analistas, eu acho que nós falamos bastante já sobre os méritos deles. Os desenvolvedores de tecnologia.

E os desenvolvedores de tecnologias?

A Fujitsu foi contratada no Japão para desenvolver o XBRL para a Bolsa de Valores de Tóquio. Ela fez uma aplicação específica. Eles podem ser contratados para fazer uma série de aplicativos proprietários. Por exemplo, a ANFAVEA, que é a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, ela pode querer uma montagem de um XBRL para fazer pleitos de aumento de preços de carro, redução de impostos governamentais, preço de autopeça, que é um uso proprietário; não é uma informação para uso público. Qualquer um dessas entidades que cuidam de interesses setoriais, ela pode pedir para um desenvolvedor de tecnologia - pode ser uma empresa de consultoria, pode ser um grande fabricante de *hardware*,

que também entra na área de *software*, pode ser um cara, um moleque, esses *nerds* da vida aí (bota ele quarenta horas sem dormir que ele faz um sistema novo).

Essa coisa de ser proprietário: ela poderia ser um pouco contraditória ao que vem pregado do XBRL de ser uma linguagem aberta?

Não. Ele vai usar os dados da linguagem aberta para construir um uso específico.

Ok. Mas aí seria algum tipo de licença para utilizar...

Talvez ele vá dar outro nome.

Ele utilizaria a estrutura...

O aplicativo do XBRL para o uso na indústria farmacêutica.

E o próprio consórcio internacional?

Na verdade, sediada em Washington, a gente chama de XII – XBRL International Inc. O Inc. é uma empresa incorporada; ele só é um consórcio conceitualmente, mas o nome dele não é consórcio; o nome dele é Inc., quer dizer, é uma empresa; só que nos Estados Unidos você pode ter uma empresa sem fins lucrativos. Nós temos que andar de mãos dadas com eles porque se nós começarmos a criar alguma coisa no Brasil que usa a marca que é propriedade deles sem o direito de uso, você vai ser processado; eles têm advogado no mundo todo.

E essa relação hoje? Como que é?

Muito boa! Muito boa! Nós temos brasileiros que vão aos congressos internacionais no XBRL International. Nós estamos pensando em candidatar o Brasil para sediar um congresso, e ainda não tomamos a iniciativa porque nós não temos a jurisdição. É muito prematuro!

A jurisdição é essencial?

Essencial.

E a parte das tecnologias concorrentes?

Eu não sou um *expert* em tecnologia. Eu não “navego nessa praia”. Eu sou mais essa parte institucional. Eu não conheço quem que concorre com o XBRL. Acho que não tem nada, mas é um puro achismo.

E as IFRS?

Aqui existe uma polêmica porque a Fundação IFRS, que é aquela entidade que supervisiona o trabalho do IASB, ela não é técnica – são os *trustees*, os curadores –, ela criou um braço chamado IFRS/ XBRL *Taxonomy*; ele está fazendo uma taxonomia para as IFRSs. Na verdade, está pronta. Ele tem um grupo de pessoas de dedicação exclusiva que fazem parte da carreira dentro do IFRS que só cuidam dessa taxonomia. Todo país que já convergiu ou está convergido tem a possibilidade de usar uma taxonomia que já existe ao invés de começar do zero. Têm duas questões que estão criando certo ruído. A primeira delas, se você pegar um país que não tem nada a ver com o XBRL, com o IFRS, ele faz a taxonomia nas normas nacionais. Pega o Brasil pré-lei 11.638, ele ia fazer uma taxonomia XBRL para o *Brazilian GAAP* à época. O XBRL não é necessariamente atrelado às IFRSs, tanto que um dos discursos mais consistentes do Professor Riccio é: “O XBRL tem que ser o GAAP local, qualquer que ele seja”. Se você tem normas contábeis editadas pela Receita Federal, o XBRL é sobre essas normas. Então, ele não é incompatível. Agora, se você está migrando para o XBRL, para o IFRS, aí você já vai ao encontro da taxonomia que está sendo criada em Londres.

Ou seja, um facilitador...

Um facilitador. Qual é o dificultador? Enquanto você não estiver 100% convergente, você não pode usar aquele; tem que estar 100% até a última linha. Essa é a primeira polêmica. E nós estamos convergentes, anunciamos que estamos convergentes, mas nós temos algumas diferenças ainda. Existe aí um ruído: se a gente deveria já usar o de Londres ou continuar usando esse que o Professor Riccio vem fazendo há muitos anos. Esse é um assunto que está sendo discutido inclusive no CFC, com a BOVESPA, com a CVM; nós não estamos “escondendo debaixo do tapete”. O segundo problema que está causando ruído – esse é um grande ruído – é que na taxonomia do IFRS de Londres, nós temos mais ou menos três mil etiquetas (*tags*); na dos Estados Unidos, vinte mil; então, os dois acusam um ao outro. Os Estados Unidos falam para Londres: “Você tem muito poucas. Eu concordo que eu tenho demais, mas você tem muito poucas”. Londres fala: “Você tem demais. Eu concordo que eu tenho poucas, mas a sua é muito”. Eles não conseguiram chegar ao meio-termo ainda. Quanto é um número bom? Cinco mil, dez, oito, sete, trezentos e trinta? Essa discussão está em cima da mesa. E esse é um grande obstáculo porque os Estados Unidos permitiram há uns quatro anos que todas as companhias sediadas fora dos Estados Unidos, que têm que entregar balanço na (SEC) e na Bolsa de Nova Iorque porque ela tem valor imobiliário cotado nos

Estados Unidos, ela pode entregar o balanço em IFRS; não precisa mais pegar o GAAP local e reconciliar com o USGAAP. Quando você tem um país como o Brasil, que já tem um balanço em CPC/IFRS, isso é uma enorme redução de custo. Quer dizer, uma Petrobrás faz um balanço que serve para comunicar no Brasil, traduz para o Inglês e serve para Nova Iorque; o mesmo balanço; antes, ela tinha que ter dois: um para o Brasil e um diferente, reconciliado com USGAAP. Teoricamente, ela poderia liberar um monte de gente do departamento de contabilidade, que o serviço dela diminui. Essa foi uma concessão que os Estados Unidos fizeram. É o chamado *Foreign Registrant*. O *Foreign Registrant* pode entregar em IFRS, nos Estados Unidos, em Inglês. Por outro lado, os *Foreign Registrants* estão começando a serem obrigados a entregar balanço em XBRL; eles estão num processo evolutivo: um degrau preliminar, coisas bem básicas. Só que é o XBRL dos Estados Unidos; então, a minha norma contábil não é aquele XBRL, e está dando um enorme atrito; as companhias abertas brasileiras estão desesperadas.

Então, está tendo que voltar ao caso antigo.

Exatamente. Ele vai perder a vantagem que ela teve de ter migrado para IFRS. Eles estão discutindo na SEC; tem grupo de trabalho... Corre o risco até de abrir um contencioso.

Ter escutado nesta entrevista, de ter falado da Austrália, por exemplo, qual é o papel desses (*players*) de sucesso nesse processo do Brasil?

Evidentemente, é um exemplo. Agora, as condições operacionais deles são muito mais vantajosas para eles do que as nossas. Por exemplo, na Austrália, na Holanda, na Inglaterra, não tem lucro presumido e não tem Simples. Toda companhia que virou companhia tem que fazer balanço. Havendo essa obrigatoriedade, mesmo para as pequenas e médias empresas, você já trouxe para o universo de candidatos ao benefício uma enormidade de empresas. Inclusive tem países pequenos que tem que ter auditoria também na pequena e média empresa.

Então, seria uma questão de escala.

Exatamente. É uma questão de escala. E o processo cultural deles está muito mais evoluído em termos de convívio do mundo empresarial, do mundo governamental, transparência, uma *contability* vista de uma maneira diferente. Aqui você tem muito mais risco de empresários, principalmente das pequenas e médias, mas não apenas, terem receio de divulgarem coisas. Nesses países, a cultura já vigente na sociedade está um pouco mais evoluída em termos de transparência. A experiência deles é um exemplo, mas você não pode transplantar.

E agora, para finalizar o que não foi falado, se vale a pena comentar, coisa mais livre assim: oportunidades e riscos do XBRL no Brasil, sua difusão, perspectiva...

Eu tenho impressão de que nós cobrimos, de uma maneira geral, todos esses assuntos. A minha listagem de preocupações é que: onde eu vejo que a gente pode “engasgar” no processo é a Central de Balanços para todos os balanços do Brasil; o sucesso na conquista dos usuários para não cair no risco da obrigatoriedade, compulsoriedade; a demanda espontânea por meio dos usuários, se ela vai ser bem-sucedida ou não, e o desafio tecnológico da transição, que não vai ser uma coisa instantânea. No momento em que essas pré-condições estiverem resolvidas, você vai ter um *time lag*. “Começa hoje e vai estar pronto quando”? Tem que ter um período de transição. E isso quem deveria fazer a coordenação desse processo, a divulgação de um cronograma, uma audiência pública para conversar com todos os interessados é a primeira diretoria da jurisdição recém-criada. Vai ter de ter pessoas lá que tenham esse perfil, essa visão e essa autoridade.

Prof. Paulo Caetano da Silva

Atuação profissional: Analista na área de TI do Banco Central

Data: 24/01/2013

Duração: 62 minutos

Bloco I – Identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Comente uma pouco sobre sua área de atuação profissional, sua formação acadêmica. De maneira breve, os pontos que você achar relevante. E como e quando foi a primeira vez que teve contato com o XBRL?

Sou analista do Banco Central do Brasil e professor da Universidade de Salvador, do curso de Mestrado em Sistemas e Computação. A minha relação com o XBRL talvez, provavelmente, eu tenha sido o pioneiro no Brasil em estudar essa tecnologia. Comecei estudá-la em 2000 quando, na época, além de eu ser funcionário do Banco Central, eu era estudante de Mestrado em Sistemas e Computação, na Universidade de Salvador, na qual hoje sou professor. Daí, nesse momento, foi o meu primeiro contato com a tecnologia XBRL. Eu desenvolvi um projeto na época, onde avaliei essa tecnologia e diversas outras linguagens financeiras baseadas em XML para utilização na Web, na Internet. Na época, propus a utilização do XBRL no contexto do Banco Central. O XBRL era uma linguagem ainda muito incipiente. Inclusive, eu trabalhei com ela na primeira versão da especificação 1.0 e depois eu tive que modificar. Passei para a versão que hoje é a versão estabilizada 2.0, 2.1. Então, todo meu contato com XBRL e com a tecnologia vem desde o início dela. Atualmente tenho trabalhado com ela não só no contexto do Banco Central, na adoção dentro do Banco Central, mas também, de uma forma mais abrangente. Hoje eu sou um dos membros do comitê que prepara a certificação XBRL, do *XBRL International Incorporation*, que é a instituição, o organismo que mantém, desenvolve e promove a tecnologia ao redor do mundo. Eu sou o membro representante aqui do Brasil, América Latina. Eu já participei de diversos eventos nacionais e internacionais: Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, na USP, SPED, divulgando a tecnologia, na Prefeitura do Rio de Janeiro. E, além disso, tenho os meus trabalhos acadêmicos que são desenvolvidos com essa tecnologia, tenho diversos alunos que já defenderam a dissertação de Mestrado, outros que estão desenvolvendo, trabalhando com o XBRL. Tenho um elo muito estreito com a tecnologia e com o organismo, o consórcio XBRL, que promove e mantém a tecnologia XBRL.

Bloco II – a identidade do XBRL

O que é o XBRL?

O XBRL é uma tecnologia. Se você analisar só a especificação XBRL em 2.1, ela é uma linguagem derivada da XML, do domínio financeiro que ela contextualiza, e fornece cursos que atendem completamente o domínio do reporte do relatório financeiro. Mas o XBRL não se restringe só a uma linguagem derivada de XML para representar as informações financeiras; ele vai, além disso. Considero o XBRL como um *framework* porque ele incorpora outras especificações, “x” especificações que estendem à especificação básica, que é o XBRL 2.1 que suporta todo o contexto e o processo de manipulação da informação financeira. O XBRL considero não só uma linguagem, ele é uma linguagem de representação de dados financeiros; ele faz parte de todo esse arcabouço de tecnologias que aí vem: XBRL, XBRL 2.1, XBRL *Dimension*, o *Versioning* (do versionamento), o *INLINE*, que é a forma que o XBRL trata para apresentar informação ao usuário, para pessoas humanas, não só para o intercâmbio de informação entre sistemas. Considero a XBRL como um arcabouço de tecnologias que permitem atualmente manipular e gerenciar a informação financeira de uma forma ótima. Sabendo implementar e usar essa informação, talvez, seja hoje uma tecnologia que é ótima, que permite o intercâmbio de informações, não só, internamente, na organização, mas entre os diversos *players*. Hoje, a informação financeira, ela está... uma nuvem dentro de todo na universalidade que são os nossos países. O XBRL permite justamente essa comunicação, principalmente, entre os reguladores do sistema financeiro, que hoje não se restringem a um local, uma região.

Então, o principal ponto do por que adotar o XBRL seriam esses dois pontos levantados: a manipulação, o intercâmbio todo dentro desse contexto. Tem mais algum motivo em adotar o XBRL?

O motivo principal de adotar o XBRL é porque ele é uma tecnologia que otimiza o intercâmbio das informações. Ele aumenta a qualidade dos dados. Ele permite para quem recebe informação, como os órgãos reguladores desejam. A informação, ela vem com uma qualidade de dados muito superior do que nos métodos que são adotados hoje, nas técnicas que são adotadas hoje, porque você permite que o regulador defina a forma e a qualidade que ele quer que a informação seja enviada. A informação deverá ser enviada com esses parâmetros de qualidade definidos pelo regulador. Esse é um dos grandes benefícios fornecidos pelo XBRL, que até com outras tecnologias próximas, como a própria XML, com

XML faz. Ele não tem essa... Você pode até ter, mas o regulador pode construir a sua solução própria para que se consiga essa mesma qualidade de informação. Mas, aí, ele perde o benefício da internacionalização, que é outro benefício que o XBRL promove, que é a internacionalização da informação, porque o XBRL, a tecnologia XBRL, hoje, ela se tornou um padrão internacional. Isso é muito mais fácil que reguladores de países diferentes consigam se comunicar de forma mais fácil e mais agilizada, porque se a gente adota aqui... Digamos que o Banco do Brasil adote o XBRL, é muito mais fácil ele trocar informações com o Banco Central da Espanha, que também adota o XBRL, ou o Banco Central do Japão, que também adota. Esse é outro benefício que a tecnologia hoje promove por ser a padronização da forma da representação da informação financeira.

Como efetivar a implementação do XBRL?

Existem algumas formas de implementar a tecnologia. No Brasil, tem ocorrido um movimento para se criar uma jurisdição, que é um movimento patrocinado pelo consórcio para se criar uma jurisdição, que seria formada por um grupo de organizações que promovem o desenvolvimento e a manutenção de uma taxonomia nacional XBRL, onde, nessa taxonomia, estariam representados os conceitos mais genéricos, e, a partir dela, fossem estendidos para a taxonomia, para domínios específicos: domínio financeiro, bancário, de pequenas empresas, comerciais e por aí vai. Esse é um modelo, um formato patrocinado e desejado pelo consórcio. Mas também existem outras formas que ocorrem, que têm ocorrido aqui no Brasil, que são as instituições reguladoras ou organizações individuais, que desenvolvem sua própria taxonomia. Isso já ocorreu em alguns locais, em alguns países onde as organizações desenvolvem a sua taxonomia e depois criam a jurisdição. Em alguns locais, se cria a jurisdição para se desenvolver. Aqui no Brasil, existem dois movimentos que vão ao encontro dessas duas diretrizes de desenvolvimento de implantação de XBRL: um, é feito pelo Conselho Federal de Contabilidade, o qual promove um movimento para a criação de uma jurisdição – inclusive, teve aí o apoio também da Universidade de São Paulo para se criar uma jurisdição nacional e uma jurisdição XBRL no Brasil, criando uma taxonomia mais genérica para que, a partir dela, as indústrias específicas e entidades específicas estendam e trabalhem com as suas necessidades específicas. Por outro lado, existe um projeto, realmente, que está em andamento, que é o da Secretaria do Tesouro Nacional, que está desenvolvendo uma taxonomia, que é um projeto de taxonomia de sistemas para a criação de uma taxonomia do setor público, em que todos os membros da Federação vão reportar à Secretaria do Tesouro Nacional as informações pertinentes no formato XBRL. Então, têm essas duas linhas. Minha

percepção é que aqui no Brasil, inicialmente, vai acontecer isso. Talvez, antes de se criar uma jurisdição, os órgãos reguladores vão começar a trabalhar com suas taxonomias internas.

Quais seriam as desvantagens ou riscos associados com o XBRL?

Os obstáculos em potencial que eu consigo enxergar são que o XBRL é uma tecnologia que tem um grau de complexidade que, às vezes, não é entendido nem pelos usuários da área de TI e que não conseguem enxergar os benefícios que podem ser provenientes. O que se faz com que o XBRL pode se fazer com outro sistema de aplicação. Mas, por outro lado, temos benefícios: se você colocar um código no sistema que o XBRL faz, que o XBRL propõe, você tem algumas dificuldades que você faria com o uso de XBRL. Outra dificuldade é porque é algo novo, uma tecnologia nova, o que é natural esse entendimento; as pessoas que não conhecem e que não veem claramente os benefícios do XBRL. O XBRL tem um benefício muito grande, quanto para área de negócio, tanto para área de tecnologia. Então, muitas vezes, as pessoas da área de tecnologia podem enxergar os benefícios para a área de tecnologia, mas não enxergam para os negócios, e vice-versa. A área de negócio não enxerga a área de tecnologia; às vezes, não enxerga benefício para a própria área. Então, esse é o custo: uma dificuldade que se tem para a adoção do XBRL. Outra dificuldade que eu vejo para a adoção do XBRL é, por ser uma tecnologia nova, ela tem custo, e é uma mudança de paradigma, principalmente na área de TI, de tecnologia. É uma mudança de paradigma. Para aquelas instituições que têm o parque computacional sólido – aí, eu digo de uma forma bastante segura porque trabalho no Banco Central –, o Banco Central tem instituído um parque na área de sistemas de informações bastante sólido e eficiente, que inclusive usa XML, que é uma linguagem básica da XBRL. Há uma resistência muito grande para se mudar esse paradigma porque isso requer mudança; uma mudança de paradigma requer uma mudança de todo o seu sistema, dos seus sistemas computacionais. Isso é uma resistência grande, uma dificuldade muito grande para implementação do XBRL naquelas organizações que já têm um paradigma ou um parque - um parque, eu digo, um ambiente operacional em termos de intercâmbio e manipulação de informações financeiras sólidas e testadas, comprovando que é eficiente, que é o caso do Banco Central.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil.

Como você vê o papel das agências governamentais, dos órgãos reguladores, bolsas de valores e conselhos profissionais?

As agências governamentais e os órgãos reguladores, como o Banco Central, SUSEP, CVM, são fundamentais em qualquer parte. XBRL - isso eu falo pra mim, isso é muito claro -, se elas não estiverem dispostas a adotar XBRL como a tecnologia para intercâmbio de informações, XBRL não vai acontecer no país em que elas estão reguladas. Isso é o exemplo do mundo. Espanha: o XBRL está enraizado em todo o contexto financeiro. Por quê? Porque o Banco Central e a Comissão dos Valores da Espanha estão voltados à XBRL como tecnologia. Japão: a mesma coisa. A Comunidade Europeia também. Os Estados Unidos, a SEC, também. Países que têm a adoção de XBRL são aqueles países onde os órgãos governamentais reguladores do mercado financeiro entenderam que o XBRL é a tecnologia para ser adotada para intercâmbio de informações entre o mercado e eles. Então, isso é claro. Por que hoje ainda não está aí? Há quanto tempo a USP, Professor Riccio, eu, aqui no Banco Central, na Universidade de Salvador, estamos trabalhando para isso? Há mais de dez anos, e por quê? Porque os órgãos reguladores estão agora começando a despertar para isso. No Banco Central, na CVM, tem um projeto já real em curso, no Tesouro Nacional. Então, a partir desse momento, de agora em diante, eu tenho certeza de que o XBRL é a tecnologia que vai estar presente no cotidiano do mercado financeiro brasileiro. Mas tem outro *player* que tem uma importância talvez tão grande quanto a dos órgãos reguladores, que é a Bolsa de Valores. A Bolsa, ela pode adotar isso independente de uma definição do órgão, e se ela quiser tornar a informação de forma mais transparente e mais pública para atrair os seus investidores, ela pode fazer isso por meio do XBRL, independente da adoção do órgão. Então, a Bolsa é outro órgão que talvez tenha o mesmo peso na adoção da tecnologia que os órgãos reguladores.

Então, pode-se dizer que essas agências e órgãos seriam os principais interessados, ou apenas os mais importantes?

São órgãos principais para adoção de XBRL. São eles.

Na parte, seria de benefício ou de promoção? Ou ambos?

Ambos, porque os benefícios serão para promoção e para o mercado.

Os conselhos profissionais, por exemplo, o CFC, que vem desempenhando esses trabalhos, qual o papel dele?

São importantes para divulgação, para promoção, implementação da tecnologia no âmbito profissional, mas eles não são órgãos que definem o uso ou não da tecnologia.

Então, seria mais na parte de divulgação, de fazer trabalhos paralelos que não tem um *enforcement*, mas tem um processo de ajudar a divulgar?

Eles são importantes, mas não... Se não, já teria tomado essa decisão, e a decisão de adoção é dos órgãos reguladores governamentais.

E as empresas de auditoria?

As empresas de auditoria vão acompanhar o movimento do mercado. Elas não vão tomar iniciativa por si só. Elas acompanham o movimento do mercado. Se a Bolsa adotar, elas também vão acompanhar. Eu não consigo enxergar as empresas de auditoria como um elemento motivador ou de adoção do XBRL. Acho que ela acompanha o movimento, o movimento dos órgãos reguladores e da Bolsa de Valores.

E as instituições de ensino superior?

As instituições de ensino têm um papel de promover a pesquisa e desenvolver ferramentas para auxiliar a implantação e a manipulação, o tratamento das informações, dentro das informações formatadas no plano tecnológico. Um exemplo disso é a USP, FEA, com o Professor Riccio, e a UNIFACS, comigo, em dois contextos diferentes e que se complementam: o Professor Riccio promovendo a USP, a FEA, na Contabilidade, promovendo essa questão da criação da jurisdição, todo esse trabalho, que é feito, em que você está participando na gestão, e nós, lá na UNIFACS, promovendo o ferramental tecnológico na área das Ciências da Computação, até em diversos trabalhos, em diversos projetos desenvolvidos em um desenvolvimento na área de Ciências da Computação para manipular essas informações apresentadas em XBRL, *Dimension*... Então, o papel das instituições acadêmicas é fornecer as ferramentas, propor ferramentas, tecnologias que permitam a manipulação da informação em XBRL e a implantação, adoção da tecnologia, como é feito pela USP e pela UNIFACS. É um trabalho que nós, o Professor Riccio, eu estamos desenvolvendo nesse sentido, e são trabalhos complementares.

Em um contexto mais amplo, o senhor acredita que as instituições estão preparadas frente a esse assunto? As outras instituições, outras escolas superiores, que sejam de Contabilidade, que seja a parte de sistema de informação?

Eu desconheço. Tem o CIN, que é o centro de informática do UFPE. Eu trabalhava lá, mas era quando eu estava lá como aluno, estudante. Eu não vejo outros trabalhos além dos que são desenvolvidos na USP, na FEA e na UNIFACS. Talvez, no próximo CONTECSI, em junho, a gente possa ver se existem outros, porque tem uma trilha no congresso (CONTECSI) que é específica ao XBRL. É um mérito muito grande do Professor Riccio em colocar isso no papel. Mas eu desconheço outras instituições que trabalham com o XBRL.

E os preparadores de demonstrações contábeis?

Se a gente for pensar em qual contexto de órgãos reguladores que recebem informações de seus regulados, normalmente, é fornecido um sistema para que essas informações sejam formatadas em XBRL, validadas e enviadas. Mas o que eu entendo é que na medida em que órgãos reguladores, sejam eles o Banco Central, sejam eles a CVM, sejam o Tesouro Nacional, municípios e estados, comecem a trabalhar com isso, eu entendo que vai surgir uma tendência de adoção. Existe uma tendência natural de que os órgãos comecem a trabalhar, até internamente, usando esse padrão, porque não fará sentido ter um padrão específico de representação e manipulação da sua informação, e converter ao padrão do órgão regulador, que é um padrão internacional. Então, acredito que as grandes organizações, vão tender a trabalhar com XBRL internamente. Hoje, as empresas nacionais brasileiras, as grandes empresas brasileiras, de qualquer área, bancária ou manufatura, dos órgãos que reportam e que colocam suas ações no mercado americano, elas reportam para a SEC em XBRL. Ai, a partir do momento em que os órgãos nacionais começarem a requerer também XBRL (CVM, Banco Central, a CVM - consequentemente BOVESPA) também XBRL... Se eles reportam os reguladores nacionais e internacionais nesse formato, a tendência é que eles também comecem a pensar em trabalhar em um formato que trás benefícios internos, internamente falando da adoção. Então, acho que a tendência que se espera que essa adoção não seja apenas organização para fora, mas que seja também dela para ela mesma internamente. Agora, isso é um processo lento; vai demorar muito tempo.

Para essa adoção interna? Então, esse processo vai ser lento. É o processo como um todo, ou mais só a parte de adoção interna? O senhor vê uma divisão só das informações da empresa para fora e da empresa para dentro, ou isso seria uma corrente integrada?

Não. Acho que primeiro ocorre da empresa para fora; para dentro, ela é depois. A impressão que eu tenho.

Então, a gente já falou das partes dos consumidores. O senhor teria algo a acrescentar sobre o papel dos consumidores dessas informações?

Não. Nada.

E os desenvolvedores de tecnologias?

Ele tem o papel, assim... O desenvolvedor de tecnologia, hoje, uns já fornecem muitas ferramentas e isso facilita a adoção. Por outro lado, existem, principalmente, dentro dos órgãos reguladores, os próprios meios de desenvolvimento da tecnologia, o movimento de aplicações e tudo. E aí, existe uma resistência de adoção ou a compra de soluções externas, como esse de ficar dependente de fornecedores. Esse é um problema. Agora, por outro lado, o desenvolvedor de soluções, os fornecedores de ferramentas de tecnologia, eles têm um papel muito grande porque a partir do momento em que o regulador adota essa tecnologia, ele pulveriza essa tecnologia, a adoção de tecnologia para o mercado, e nem todas as entidades do mercado têm condições de desenvolver a sua solução; vão precisar dos fornecedores de soluções para essa tecnologia. Então, o papel do fornecedor tecnológico de ferramentas para a tecnologia do XBRL é fundamental para a adoção da tecnologia, da solução da tecnologia no ambiente em que ele vai ser proposto a ser usado.

E hoje em dia, o senhor vê os desenvolvedores aqui no Brasil apesar de ter diversas empresas que são multinacionais no Brasil, no nosso ambiente, que brasileiros (esses desenvolvedores) estão acompanhando esses assuntos sobre XBRL? Ou estão adiantados? Estão atrasados? Como o senhor vê esses desenvolvedores no atual cenário?

A gente tem hoje como fornecedor, desenvolvedor de tecnologia a Fujitsu, que é uma empresa multinacional, dentro do Brasil. Está muito pouco. Acho que isso vai despertar o interesse com esse projeto do Tesouro Nacional, de colocar aí... Já está começando a despertar algum interesse, mas ainda é muito principiante, prematuro.

E o papel do Consórcio Internacional na adoção brasileira na adoção e de difusão? O senhor comentou, no começo, sobre o Consórcio, aquelas duas vertentes. E qual é o papel do Consórcio Internacional na adoção e difusão brasileira?

Boa pergunta! Difícil de responder! O Consórcio, ele tem pouca influência ou quase nenhuma. Não tem nenhuma influência na adoção no Brasil. Porque a adoção, em meu ponto de vista, adoção do XBRL, passa pelos órgãos reguladores do governo, e os órgãos

reguladores do governo não admitem adotar uma tecnologia na parte de interferência de uma organização externa. Vão adotar a partir do momento em que sentirem uma necessidade no setor da tecnologia e virem que ela trará benefícios para os seus processos de negócio. O XBRL internacional pode favorecer essa adoção. Favorecer de que forma? Promovendo eventos, divulgando a tecnologia e os seus benefícios; papel de divulgação, de forma que alerte esses reguladores no que se refere aos benefícios que trarão soluções para o Brasil. Dessa forma que eu penso: como um elemento de divulgação em benefício da tecnologia. Isso é importante! A participação deles, desta forma.

E o papel das tecnologias concorrentes? Se é que existem tecnologias que são concorrentes à XBRL.

As tecnologias concorrentes, eu desconheço nesse nível porque já é um padrão hoje, de fato, adotado no mundo. Ela contempla de forma completa, satisfatória o domínio financeiro, o que está fora do domínio dela ela convive e é contemplada por outras tecnologias. Então, não vejo outros padrões ou propostas tecnológicas, pelo menos até agora, nesse momento, que possam ser uma alternativa tecnológica. As alternativas tecnológicas que têm não são padrões; são proprietárias; proprietárias, no sentido de mercado ou da própria instituição que adote. Só não vejo, nesse momento, alguma outra tecnologia que possa substituir o XBRL no proposto por ele, em que ele se propõe a fazer.

E as IFRS?

É fundamental porque as IFRSs, elas já estão representadas em XBRL e anualmente emitem uma taxonomia XBRL, assim como emite as IFRSs. Então, a adoção das IFRSs, *International Financial Reporting Standards*, elas estão sendo admitidas pelos órgãos reguladores institucionais, o Conselho Federal de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que emitem pronunciamentos que são adotados pelo Banco Central, pela CVM, pelos órgãos reguladores. A partir do momento em que essas normas também são formatadas em XBRL, há uma tendência de adoção também por esses órgãos de XBRL a partir dessas normas. Isso ocorre, essa discussão tem ocorrido, com certeza, dentro do Banco Central, dentro da CVM, dos órgãos reguladores do mercado financeiro.

Então, poderia se dizer que um país que não adote a IFRS poderia ter mais dificuldades, ou esse é um processo mais lento de adoção do que países que já adotaram as IFRSs?

Está certo que no caso do Brasil, a adoção não é 100%, mas, podemos dizer que boa parte adotada, ele tem alguma vantagem em relação a outros países sem IFRS?

Essa é ao contrário. Um país que adota as normas internacionais de contabilidade tem uma tendência de adotar XBRL. Entretanto, os países que não adota as normas internacionais de contabilidade podem adotar XBRL. Independente disso, agora, a IFRS é um facilitador para adoção.

E por último, gostaria de saber, se ficou faltando algum ponto que seria relevante de alguma parte, a sua perspectiva, da sua oportunidade e riscos do XBRL no Brasil. Queria que o senhor ficasse à vontade para fazer alguns comentários que o senhor julgue que sejam pertinentes.

Acho que a gente listou todos os fatos. Conseguimos fechar todos os pontos. Talvez, o comentário que eu tenha a fazer é, dentro de um conceito da ordem de contabilidade, que tem esse projeto da criação da jurisdição, não sei quais seriam os meios de interferência de adoção, de sugestão de órgãos sólidos dentro da comunidade na área contábil, o XBRL. Mas, acho que a entrevista foi completa.

APÊNDICE 5 – Entrevista respondida por correio eletrônico

“Entrevistado 1” - *o entrevistado preferiu manter seu nome no anonimato*

Atuação profissional: auditoria e contabilidade

Respostas recebidas em: 25/02/2013

Bloco I – identificação do entrevistado e sua relação com o XBRL

Área de atuação profissional

Auditoria e contabilidade

Formação acadêmica

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas

Histórico profissional do entrevistado

Sócio Proprietário da [nome da empresa] e da [nome da empresa], Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do [nome do Estado]

Como e quando obteve contato com o XBRL

Através do Conselho Federal de Contabilidade participando das reuniões do Subcomitê Técnico de implantação da Taxonomia XBRL no Brasil

Relação atual com o XBRL – atividades

Somente participações de reuniões de acompanhamento da implantação no Brasil do processo do XBRL, participando do subcomitê técnico.

Bloco II – conceituação e aplicação do XBRL

O que é o XBRL?

É uma taxonomia destinada à divulgação eletrônica das demonstrações contábeis das empresas, numa linguagem que permitirá que em qualquer parte do mundo seja feita sua leitura. Esta taxonomia vem colocar qualquer balanço de empresas sediadas no exterior no formato da taxonomia brasileira, e em qualquer parte do mundo o balanço contábil brasileiro poderá ser lido.

Por que adotar o XBRL?

A adoção do XBRL vai ajudar na transformação das informações contábeis que hoje estão disponibilizadas num outro formato em arquivos eletrônicos que poderão ser lidos em qualquer parte do mundo.

Como efetivar sua implementação?

Como está sendo feito no momento sob a coordenação do Conselho Federal de Contabilidade que criou os Comitê Técnico e o subcomitê nos quais participam diversas entidades tais como Receita Federal do Brasil, Bovespa, representante de empresas de capital aberto com ações negociadas aqui e no exterior, CVM – Comissão de Valores Mobiliários e outras integrantes do nosso mercado de títulos e valores.

Riscos e desvantagens em sua utilização

Não visualizo riscos e/ou desvantagens na sua utilização pois ao contrário ele vem agilizar a informação transformando as peças contábeis, com uma consequente redução de erros, e uma diminuição significativa do tempo de análise, bem como uma redução nos custos que as empresas tem hoje para elaborar essas informações para as outras partes do mundo.

Bloco III – instituições, incentivadores e inibidores da adoção e difusão do XBRL no Brasil.

Discorra sobre a importância e papel de cada instituição relacionada abaixo no processo de adoção e difusão do XBRL no Brasil:

1º Agências governamentais, órgãos reguladores e conselhos profissionais;

As agencias governamentais que já estão em processo de convergência as Normas Internacionais de Contabilidade não terão muita dificuldades de transformarem suas informações no XBRL. As agencias reguladoras com seus planos de contas diferenciados tais

como SUSEP e BACEN dificultam a padronização. Os conselhos profissionais e no caso os conselhos regionais de contabilidade juntos com o Conselho Federal de Contabilidade vem trabalhando intensamente para a sua adoção.

2º Empresas de auditoria;

As empresas de auditoria terão uma maior facilitação no intercambio de informações e uma maior transparência e confiabilidade.

3º Instituições de Ensino Superior (IES);

As Instituições de Ensino tem como obrigação de estarem acrescentando na sua grade matérias que versarão sobre o XBRL

4º Preparadores de demonstrações contábeis;

Os preparadores de demonstrações contábeis devem se atualizar e procurar no mercado o software que melhor o atenderá. Como facilitador tem para ele a eliminação de conversão frequente de arquivos, reduções do erros e uma redução dos custos de uma maneira geral.

5º Analistas e consumidores de demonstrações contábeis;

Terão as informações padronizadas num tempo mais rápido devido sua divulgação via internet. Recebendo estas informações por via eletrônica em XBRL estes analistas e consumidores terão mais ferramentas a disposição para suas análises.

6º Desenvolvedores de tecnologias subjacentes (*softwares*);

Estes tem em mãos um produto novo para ser desenvolvido.

7º *XBRL International Consortium*

O objetivo do consórcio é estabelecer um consenso como base num formato único de compartilhamento de informações contábeis.

8º Tecnologias concorrentes

-

9º Normas Internacionais de Contabilidade – (IFRS)

Com a lei 11.638/07 a convergências das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais de contabilidade foi o grande facilitador da manipulação das informações contábeis.

10º Outras (*a critério do entrevistado*)

Principais incentivadores e inibidores ao processo de adoção e difusão do XBRL no Brasil, e a perspectiva sobre as oportunidades e riscos sobre o XBRL.

(Pontos importantes que não foram abordados nas questões anteriores sobre o processo de adoção e difusão do XBRL no contexto brasileiro).

O principal incentivador do processo é o Conselho Federal de Contabilidade que juntamente com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis com o apoio das entidades que o integram. Vivemos num mundo globalizado em que a velocidade das informações é de suma importância nos processos decisórios, e a taxonomia XBRL transforma-se no momento como um grande facilitador deste processo.